

Informação, conhecimento e cultura em múltiplos ambientes: mediações

Luciane de Fátima Beckman Cavalcante
Carlos Robson Souza da Silva
(Organização)

Abecin EDITORA

INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E CULTURA EM MÚLTIPLOS AMBIENTES

mediações

Luciane de Fátima Beckman Cavalcante
Carlos Robson Souza da Silva
(organização)

INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E CULTURA EM MÚLTIPLOS AMBIENTES:
mediações

São Paulo
Abecin Editora
2026

©2026 by Luciane de Fátima Beckman Cavalcante e Carlos Robson Souza da Silva (organização)
Direitos desta edição reservados à Abecin Editora

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS*



Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0

É permitido copiar, distribuir, exibir, executar a obra e criar obras derivadas desde que sem fins comerciais e que seja dado o crédito apropriado aos autores e compartilhada sob a mesma licença do original.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

I43 Informação, conhecimento e cultura em múltiplos ambientes : mediações / Luciane de Fátima Beckman Cavalcante; Carlos Robson Souza da Silva (organização). – São Paulo: Abecin Editora, 2026.
363 p.

e-ISBN: 978-65-86228-21-2.
Inclui referências.
Disponível em: https://portal.abecin.org.br/editora.

1. Mediação cultural da informação. 2. Competência científica. 3. Mediação da informação. 4. Comportamento informacional. 5. Bibliotecas. I. Cavalcante, Luciane de Fátima Beckman, org. II. Silva, Carlos Robson Souza de, org.

CDU: 025.5
CDD: 020

Ficha catalográfica: Valéria Martin Valls – CRB-8 5243.

COMISSÃO EDITORIAL E CIENTÍFICA

Editor-chefe: Zaira Regina Zafalon (UFSCar)
Editora-Executiva: Valéria Martin Valls (SP Leituras)

Alexandre Masson Maroldi (UFSCar)
Andréa Pereira dos Santos (UFG)
Angélica Conceição Dias Miranda (FURG)
Dayanne da Silva Prudêncio (Unirio)
Danielly Oliveira Inomata (UFAM)
Diego Andres Salcedo (UFPE)
Henriette Ferreira Gomes (UFBA)
Ieda Pelógia Martins Damian (USP)
Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli (FESPSP)
Ivana Lins (UFBA)
José Alimateia de Aquino Ramos (UFES)
José Antonio Moreiro González (UC3M)
Lais Pereira de Oliveira (UFG)
Márcia Ivo Braz (UFPE)
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Unesp)
Naira Christofoletti Silveira (Unirio)
Nancy Sánchez-Tarragó (UFRN)
Paulina Szafran Maiche (UDELAR)
Valdirene Pereira da Conceição (UFMA)

Normalização: Autores **Capa**: Márcia Azen **Revisão**: Valéria Martin Valls
Diagramação: Carlos Robson Souza da Silva **Editoração**: Zaira Regina Zafalon

O conteúdo dos capítulos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial da Abecin Editora. A Abecin Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra. Os originais foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros da Comissão Editorial e Científica desta Editora ou pareceristas *ad hoc*, tendo sido aprovados para a publicação.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 8
Marta Ligia Pomim Valentim

APRESENTAÇÃO 13
Luciane de Fátima Beckman Cavalcante e Carlos Robson Souza da Silva

INFORMAÇÃO, CULTURA E PODER: MEDIAÇÃO CULTURAL E REGIMES DE INFORMAÇÃO EM PERSPECTIVAS 20
Luciane de Fátima Beckman Cavalcante

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SOB O OLHAR DA BIBLIOTECONOMIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PROPOSIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO DA INFORMAÇÃO À FORMAÇÃO DE TRABALHADORES A PARTIR DO CONTEXTO IBERO-AMERICANO 52
Carlos Robson Souza da Silva

BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO ESPAÇOS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO: MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA DE ARTES VISUAIS PARQUE LAGE E NO MUSEU DE ARTE DO RIO 82
Rubia Luiza da Silva

COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DE MÃES SURDAS 112
Mariana Augusta Martins Santos Pellicano

CONCEITOS E REFLEXÕES: MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, CULTURAL E TECNOLÓGICA NA ERA DA ALGORITMIZAÇÃO 141
Patrícia dos Santos Costa

COMPORTAMENTO INFORMACIONAL E SUBJETIVIDADE 164
Dalila Gimenes da Cruz

IDEÁRIOS CONCEITUAIS SOBRE A COMPETÊNCIA CIENTÍFICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E APROXIMAÇÕES COM A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO 189
Jéssica Gabriela Tamião de Souza

INFORMAÇÃO, VALOR E LINGUAGEM 218
Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO: UMA RELAÇÃO CONCEITUAL 244
Barbara Angelica Colono

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM REPOSITÓRIO DE DADOS DE PESQUISA: UM ESTUDO DE CASO DA MEDIATECA DO INSTITUTO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA DO MÉXICO 282
Valquer Gandra

MEDIAÇÃO EM ECOSSISTEMAS INFORMACIONAIS: ARQUITETURA, USABILIDADE E VISUALIZAÇÃO DE DADOS COMO ESTRATÉGIAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO 307
Tainá Regly

BIBLIOTECA PÚBLICA COMO PRÁXIS PARA AS PESSOAS LGBTQIAPN+: SENTIDOS, APROPRIAÇÕES, MEDIAÇÕES 332
Victor Soares Rosa

SOBRE AS PESSOAS ORGANIZADORAS E AS PESSOAS AUTORAS 360

PREFÁCIO

Marta Ligia Pomim Valentim

O livro 'Informação, conhecimento e cultura em múltiplos ambientes: mediações' destaca o momento paradoxal que a sociedade vivencia, uma vez que a informação flui em profusão espantosa, atravessando fronteiras geográficas e simbólicas numa velocidade que desafia nossa capacidade de apropriação e processamento. Contudo, ao mesmo tempo estamos suscetíveis à desinformação, ao ruído e à contrainformação. Este livro apresenta esse tensionamento, enfatizando a urgência de se compreender a Ciência da Informação como um campo social, crítico, humanista e comprometido com as assimetrias que alicerçam as sociedades contemporâneas.

A tríade 'informação, conhecimento e cultura' estabelece o cerne epistêmico da Ciência da Informação. Se a informação é a matéria-prima passível de organização e transmissão, o conhecimento é o resultado da apreensão subjetiva e contextual dessa matéria-prima, e a cultura é o solo simbólico, cuja apreensão ganha significado coletivo. A linguagem atua como o vetor semiótico que atribui valor à informação, pois o valor não reside no dado em si, mas na sua potência para reduzir incertezas e gerar sentidos em um dado contexto sócio-histórico. Assim, a mediação cultural da informação emerge como o processo intencional pelo qual artefatos culturais e informacionais são ressignificados, inter-relacionando o acervo (estático) e a experiência viva do usuário (dinâmica). Essa relação conceitual é indissociável:

toda mediação é cultural porque lida com códigos, narrativas e cosmovisões.

Este livro é fruto de um esforço coletivo de pesquisadores que compreendem a informação não como um artefato neutro ou uma mercadoria desencarnada, mas como um fenômeno vivo, atravessado por linguagens, valores, subjetividades e, sobretudo, por relações de poder. Nesse sentido, a mediação emerge como o grande fio condutor que costura os doze capítulos aqui reunidos. A mediação é assumida em sua potência ontológica: ela é o ato político e ético que conecta acervos a sujeitos, estruturas a afetos, passados silenciados a futuros possíveis.

O livro destaca que os regimes de informação – conjuntos de discursos, normas e artefatos que legitimam certos saberes em detrimento de outros – não operam no vazio, isto é, eles estão imbricados às bibliotecas, museus, arquivos, repositórios digitais e plataformas algorítmicas. Ao abordar, por exemplo, a biblioteca pública como um espaço de enfrentamento ao racismo, por meio de mediações culturais, evidencia que o patrimônio documental e artístico não pode ser neutro diante da herança escravocrata e colonial que ainda persiste nas estruturas sociais brasileiras. Do mesmo modo, ao discutir a biblioteca pública como práxis para as pessoas LGBTQIAPN+, evidencia que o direito à informação é indissociável do direito à existência digna e ao reconhecimento identitário, desafiando a cis heteronormatividade que historicamente conforma os catálogos e acervos.

A dimensão subjetiva do comportamento informacional também ocupa lugar central neste livro. Ao

abordar o comportamento informacional de mães surdas, não descreve apenas as necessidades de busca, mas denuncia a fragilidade epistêmica de sistemas informacionais desenhados para a normatividade auditiva e oral. A subjetividade que é parte deste público usuário – suas dores, suas redes de apoio, sua língua (Libras) – é o ponto de partida para repensar a própria arquitetura dos serviços e produtos de informação. Essa perspectiva interseccional é o que confere à Ciência da Informação contemporânea o estatuto de ciência da práxis, em que teoria e ação se retroalimentam no cotidiano com a diversidade humana.

Por outro lado, apresenta também as profundas transformações impostas pela Era da Algoritimização. Os algoritmos, as plataformas de dados e os sistemas de recomendação instauraram uma nova ecologia informacional, em que a mediação técnica muitas vezes se sobrepõe à mediação humana. No entanto, a tecnologia não é um destino inevitável, mas um campo de disputa. A arquitetura da informação, a usabilidade e a visualização de dados são apresentadas como estratégias de resistência e de garantia de acesso democrático, capazes de tornar os repositórios de pesquisa verdadeiros ecossistemas de conhecimento, e não meros depósitos de dados.

No âmbito formativo, propõe um diálogo vigoroso entre a educação profissional e tecnológica e os fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Sob uma perspectiva ibero-americana – marcada por profundas desigualdades regionais, mas também por riquezas culturais imensuráveis –, a temática reflete sobre como integrar a

informação à formação de trabalhadores. Propõe uma aproximação crítica entre os ideários da competência científica e da competência em informação, defendendo que a educação profissional e tecnológica deve ir além do treinamento técnico para formar sujeitos autônomos, capazes de questionar, criticar, produzir saberes e intervir em suas realidades laborais com consciência crítica.

A mediação cultural da informação, explorada em sua relação conceitual mais abstrata e em seus estudos de caso mais concretos, destaca que a informação só se realiza plenamente quando se transforma em conhecimento significativo e, mais que isso, quando se enraíza em práticas culturais transformadoras. O valor da informação não reside em sua abundância ou em sua raridade, mas na potência que ela tem de gerar sentidos, afetos e ações no mundo.

Ao percorrer esses temas, uma tese central se consolida: a mediação da informação como elemento que concilia a técnica ao humano. O enfrentamento às assimetrias de poder, o reconhecimento das múltiplas linguagens e a valorização da diversidade (étnica, gênero, sexual, entre outras) não são periféricos à Ciência da Informação, isto é, se constituem em seu núcleo operacional e filosófico. A informação só se realiza plenamente quando mediação, cultura e poder são postos a serviço da emancipação humana, transformando bibliotecas, arquivos, museus, repositórios e salas de aula em verdadeiros ecossistemas de possibilidades.

Esta obra é um convite à inquietação, ou seja, que os leitores se sintam desafiados a assumir sua condição de mediadores ativos, conscientes de que cada catálogo

organizado, cada atendimento realizado, cada dado visualizado ou cada política de acervo implementada é, em última instância, um ato político que pode perpetuar ou subverter as estruturas de poder. Que a informação deixe de ser tratada como reflexo passivo do real para ser assumida como ferramenta de (re)criação do real, mais justa, mais diversa e mais humana.

Boa leitura e boa mediação!

APRESENTAÇÃO

Celebrar dez anos de existência de um grupo de pesquisa é, antes de tudo, celebrar uma trajetória construída por pessoas, encontros, pesquisas, orientações, debates e diferentes formas de produzir conhecimento. É também olhar para o caminho percorrido e reconhecer aqueles que fizeram parte dessa história. Informação, Conhecimento e Cultura em Múltiplos Ambientes: Mediações nasce desse propósito: marcar os dez anos do Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Cultura em Múltiplos Ambientes (INFOCCULT), reunindo parte das trajetórias acadêmicas que se constituíram ao longo desse percurso, que nasceu junto ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e hoje tem como nova casa, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Para além de uma edição comemorativa, este livro representa um registro de uma história de formação e pesquisa. Os capítulos foram escritos por pesquisadores que, em diferentes momentos de suas trajetórias acadêmicas, estiveram vinculados ao INFOCCULT e tiveram sua formação e seus trabalhos de pesquisa acompanhados por mim como líder do grupo, seja na graduação, iniciação científica, mestrado, doutorado e estágio de pós-doutorado. São, portanto, textos que carregam diferentes interesses, objetos e perspectivas, mas que guardam uma relação com uma experiência comum de pesquisa, orientação e diálogo construída no grupo ao longo desses dez anos.

Esta obra conta ainda com a participação de Carlos Robson Souza da Silva como coorganizador, presença que possui um significado particular nessa trajetória, pois foi meu orientando de doutorado, integrou o INFOCCULT e desenvolveu parte importante de sua formação acadêmica no grupo. A relação construída durante o doutorado ultrapassou os limites da orientação e se transformou, ao longo dos anos, em uma parceria acadêmica que permanece e se fortalece no campo da Ciência da Informação. Sua participação na organização desta edição comemorativa representa, portanto, a continuidade de uma trajetória que começou na formação doutoral, passou pela experiência no grupo de pesquisa e se consolidou em uma parceria acadêmica.

Assim, Informação, Conhecimento e Cultura em Múltiplos Ambientes: Mediações nasceu do interesse em reunir diferentes olhares sobre a informação, o conhecimento, a cultura e os processos de mediação que se constituem em diferentes ambientes e situações sociais. Os textos partem de objetos e perspectivas diversas, mas compartilham a compreensão de que a informação ganha sentido nas relações que estabelece com os sujeitos, a cultura e os contextos em que circula. A diversidade temática também expressa os diferentes caminhos de pesquisa construídos no INFOCCULT ao longo dos anos. Os capítulos transitam por práticas culturais e sociais, tecnologias, ambientes digitais e formas de organização e representação da informação, além de abordarem sujeitos, experiências, necessidades e subjetividades em suas relações com a informação. Nesse percurso, a mediação é compreendida para além da

transmissão ou do simples acesso à informação, visto que ela envolve escolhas, relações e contextos que interferem nos modos de encontrar, interpretar e apropriar-se da informação. Essa perspectiva está presente nas discussões sobre bibliotecas públicas, repositórios de dados, subjetividade e ambientes mediados por algoritmos.

A obra também traz para o debate experiências e grupos que demandam uma atenção particular da Ciência da Informação. É nesse ínterim que reflexões sobre informação étnico-racial, mães surdas e pessoas LGBTQIAPN+ evidenciam que os sujeitos informacionais não são homogêneos e que suas condições sociais, culturais e históricas precisam ser consideradas nas práticas de mediação. Os estudos sobre os ambientes tecnológicos, por sua vez, mostram novos desafios relacionados à produção, organização e disponibilização da informação. Algoritmos, repositórios de dados, arquitetura da informação, usabilidade e visualização de dados integram esse debate e ampliam as possibilidades de atuação dos profissionais da informação. Os capítulos apresentam, portanto, diferentes maneiras de pensar a mediação na Ciência da Informação, uma vez que alguns se dedicam a questões conceituais; outros analisam práticas e contextos específicos. Juntos, mostram como informação, conhecimento e cultura se articulam em diferentes ambientes e como essas relações produzem novas questões para a área.

É a partir desse contexto que se inicia o percurso da obra. O capítulo “Informação, Cultura e Poder: Mediação Cultural e Regimes de Informação em Perspectivas”, de Luciane de Fátima Beckman Cavalcante, articula informação,

cultura, poder, mediação cultural e regimes de informação, abrindo a discussão sobre as relações que atravessam os processos informacionais.

Em seguida, Carlos Robson Souza da Silva, em “A Educação Profissional e Tecnológica sob o Olhar da Biblioteconomia e da Ciência da Informação: Proposições para a Integração da Informação à Formação de Trabalhadores a partir do Contexto Ibero-Americano”, discute as contribuições da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para a Educação Profissional e Tecnológica. O texto destaca o papel das bibliotecas profissionalizantes na formação de trabalhadores e na integração entre informação e educação.

As relações entre informação, cultura e enfrentamento ao racismo são abordadas por Rubia Luiza da Silva, em “Bibliotecas Públicas como Espaços de Enfrentamento ao Racismo: Mediação Cultural da Informação Étnico-Racial na Escola de Artes Visuais Parque Lage e no Museu de Arte do Rio”. A autora analisa práticas de mediação cultural da informação étnico-racial desenvolvidas em duas bibliotecas públicas, evidenciando ações que transformam esses espaços em territórios de expressão, memória e resistência.

Em “Comportamento Informacional de Mães Surdas”, Mariana Augusta Martins Santos Pellicano volta-se para as experiências informacionais de mulheres surdas no contexto da gravidez e da maternidade. O capítulo relaciona comportamento e vulnerabilidade informacional à mediação da informação, destacando o acesso à informação como elemento relacionado à autonomia social.

A relação entre mediação e tecnologia ganha destaque no capítulo “Conceitos e Reflexões: Mediação da Informação, Cultural e Tecnológica na Era da Algoritmização”, de Patrícia dos Santos Costa. A autora discute os impactos dos algoritmos nos processos de acesso, uso e apropriação da informação, chamando atenção para as bolhas informacionais, a circulação de informações falsas e a importância da atuação crítica dos profissionais da informação.

Também voltado aos sujeitos e às suas experiências, Dalila Gimenes da Cruz, em “Comportamento Informacional e Subjetividade”, analisa a relação entre comportamento informacional e subjetividade. O capítulo mostra como fatores cognitivos, afetivos, sociais e culturais, juntamente com experiências e histórias de vida, participam da maneira como os sujeitos buscam, interpretam e utilizam a informação.

A competência científica e suas aproximações com a competência em informação são discutidas por Jéssica Gabriela Tamião de Souza, no capítulo “Ideários Conceituais sobre a Competência Científica na Ciência da Informação e Aproximações com a Competência em Informação”. A partir da análise de produções acadêmicas brasileiras, o texto busca compreender as aproximações e diferenças entre esses conceitos e sua importância para uma relação crítica, ética e autônoma com a informação.

Em “Informação, Valor e Linguagem”, Ilemar Christina Lansoni Wey Berti investiga os processos de atribuição de valor à informação e o papel da linguagem e das práticas informacionais nesse processo. A discussão evidencia que o valor atribuído à informação não é neutro, estando

relacionado às relações de poder, à legitimidade dos sujeitos e às formas de circulação das narrativas.

A relação entre informação, cultura e mediação é retomada no capítulo “Mediação Cultural da Informação: uma Relação Conceitual”, de Barbara Angelica Colono. A autora discute esses conceitos a partir da História dos Conceitos e compreende a mediação cultural da informação como um processo relacionado aos contextos socioculturais, às experiências dos sujeitos e à construção de sentidos.

Os processos de mediação em ambientes digitais são discutidos por Valquer Gandra, em “Mediação da Informação em Repositório de Dados de Pesquisa: um Estudo de Caso da Mediateca do Instituto Nacional de Antropologia e História do México”. O estudo evidencia como a representação da informação, os metadados, a organização das coleções e os mecanismos de acesso participam da mediação em repositórios de dados de pesquisa.

Ainda no campo dos ambientes digitais, Tainá Regly, em “Mediação em Ecossistemas Informacionais: Arquitetura, Usabilidade e Visualização de Dados como Estratégias de Acesso à Informação”, analisa a articulação entre arquitetura da informação, usabilidade e visualização de dados. A discussão mostra como a organização e a apresentação dos dados podem favorecer o acesso, a interpretação e a apropriação da informação.

Encerrando a obra, Victor Soares Rosa, em “Biblioteca Pública como Práxis para as Pessoas LGBTQIAPN+: Sentidos, Apropriações, Mediações”, discute as bibliotecas públicas

como espaços de acolhimento, representação, cultura, informação e cidadania para pessoas LGBTQIAPN+. O capítulo apresenta diferentes ações desenvolvidas por bibliotecas brasileiras e defende que essas iniciativas sejam contínuas, integrando a programação e as práticas desses espaços.

Ao reunir pesquisadores que passaram pelo INFOCCULT e tiveram suas pesquisas acompanhadas ao longo de seus percursos de formação e orientação, este livro registra parte do que foi construído nesses dez anos. Cada capítulo traz uma escolha temática, um percurso de investigação e uma maneira própria de olhar para a informação, mas todos integram uma história coletiva de pesquisa, formação e diálogo. Celebrar essa trajetória é valorizar a orientação, a pesquisa compartilhada e as relações que se constroem ao longo do tempo, mantendo o grupo vivo por meio da produção, do diálogo e da abertura para novos caminhos. A expectativa é que esta obra possa contribuir para as discussões no campo da Ciência da Informação no que tange informação, conhecimento e cultura no entrelaçar das mediações e, ao mesmo tempo, semear inquietações. Afinal, compreender a informação implica também olhar para os sujeitos que a produzem, os espaços em que ela circula, as relações que interferem em seus sentidos e as diferentes formas pelas quais ela pode ser mediada, apropriada e ressignificada.

INFORMAÇÃO, CULTURA E PODER: MEDIAÇÃO CULTURAL E REGIMES DE INFORMAÇÃO EM PERSPECTIVAS

Luciane de Fátima Beckman Cavalcante

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a informação passou a ocupar um lugar central na organização da vida social, influenciando a forma como os indivíduos compreendem o mundo, constroem conhecimentos e estabelecem relações com os outros e com a cultura. Contudo, compreender os fenômenos informacionais apenas a partir de sua dimensão técnica ou instrumental revela-se insuficiente diante da complexidade dos processos sociais contemporâneos. A informação não circula em espaços neutros, tampouco produz efeitos homogêneos visto que a sua circulação e apropriação dependem de elementos mediacionais que estão diretamente relacionadas aos contextos históricos, culturais, econômicos e políticos nos quais os sujeitos estão inseridos.

A partir dessa compreensão, torna-se necessário reconhecer que informação, conhecimento e cultura constituem dimensões profundamente interligadas. Os sentidos atribuídos às informações dependem das experiências dos sujeitos, dos repertórios culturais compartilhados e das condições sociais que moldam suas formas de interpretação da realidade. Ao mesmo tempo, esses processos são atravessados por relações hegemônicas de

poder que influenciam quais saberes são valorizados, quais vozes são legitimadas e quais narrativas permanecem invisibilizadas. Nesse cenário, a lente da mediação cultural da informação adquire especial relevância, pois ela envolve processos de interlocução, negociação e construção de sentidos que conectam sujeitos, informações e práticas culturais. Ao possibilitar a apropriação crítica da informação, a mediação contribui para a formação de sujeitos capazes de interpretar, questionar e ressignificar as realidades sociais das quais fazem parte.

A compreensão desses processos torna-se ainda mais ampla quando se observam as estruturas que organizam a circulação da informação na sociedade, ou seja, os regimes de informação. Esse olhar é importante, pois os sujeitos produzem sentidos, constroem conhecimentos e participam de práticas culturais em contextos permeados por normas, instituições, tecnologias e relações de poder que influenciam aquilo que ganha visibilidade, legitimidade e reconhecimento social. Nesse ponto, o conceito de regime de informação oferece contribuições importantes para a análise dos mecanismos que orientam a produção, a circulação e a apropriação da informação, permitindo compreender os condicionamentos que incidem sobre as práticas mediacionais.

A discussão proposta neste capítulo mostra-se particularmente relevante para a Ciência da Informação por possibilitar uma compreensão ampliada dos processos informacionais, reconhecendo-os como fenômenos atravessados por dimensões culturais, políticas e simbólicas que, não somente medeiam, mas influenciam a constituição

dos sujeitos e das realidades sociais. Ao longo do capítulo, são discutidas as relações entre informação, conhecimento e cultura, a mediação cultural da informação e os regimes de informação, buscando evidenciar como esses elementos se articulam na produção de sentidos e na construção da vida social contemporânea.

2 INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E CULTURA

A compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas exige o reconhecimento da inter-relação entre informação, conhecimento e cultura, elementos que constituem um sistema complexo de produção de sentidos que orienta a experiência humana no mundo. Em decorrência, a informação não pode ser entendida apenas como um dado ou conteúdo transmitido, como na perspectiva técnica da teoria de Shannon e Weaver (1975), mas como um fenômeno socialmente construído, atravessado por dimensões históricas, culturais e políticas. A informação, enquanto elemento estruturante das práticas sociais, participa diretamente dos processos de significação, sendo continuamente produzida, organizada, compartilhada e reinterpretada pelos sujeitos em suas interações com o meio. Tal perspectiva afasta-se de abordagens estritamente tecnicistas, que reduzem a informação à sua dimensão instrumental, e a reposiciona como componente central na constituição das relações sociais e na formação da consciência dos indivíduos.

Para Buckland (1991), é importante considerar três atributos em relação à informação. A compreensão da informação como coisa implica na admissão de que os

registros, os dados e os objetos guardam valor informativo. Na defesa da informação como conhecimento, reside a compreensão da informação como uma entidade subjetiva, uma vez que o seu sentido é produzido na mente daquele que a acessa, representando o que ele entendeu como processos de recepção, assimilação e apreensão por parte dos sujeitos. Por outro lado, o entendimento da informação como processo se vincula à compreensão de que a informação consiste em um fenômeno que se dá na interligação de ações de produção, promoção, busca, acesso, uso e recepção.

Por fim, Buckland (1991) destaca que informação é processo ligado ao ato de informar, é conhecimento que se refere a fatos, ocorrências, assuntos etc., mas também é coisa por ser exposta por meio de uma materialidade. Em sua abordagem, o referido autor deu ênfase aos aspectos imateriais da informação, assinalando que os processos de recepção, assimilação e apreensão, assim como aqueles ligados à produção, promoção, busca, acesso e uso da informação devem ser considerados como integrativos do próprio fenômeno "informação".

De acordo com Gomes (2016, p. 98), a informação é "o fenômeno que emerge do esforço de compartilhamento do conhecimento e dos saberes humanos, portanto, consiste em um primeiro nível de representação que assegura o compartilhamento deles". Nessa direção, o conhecimento emerge como resultado da apropriação da informação pelos sujeitos, mediada por suas experiências, repertórios culturais e contextos de inserção social. Trata-se, portanto, de um processo ativo de interpretação, no qual o sujeito atribui

sentidos à informação a partir de suas vivências e de sua relação com o coletivo. O conhecimento, assim, configura-se como uma construção situada, que reflete tanto as singularidades do indivíduo quanto às estruturas sociais nas quais ele está inserido.

A cultura, por sua vez, constitui o espaço simbólico no qual esses processos se realizam. Compreendida como um sistema de significados compartilhados, a cultura fornece os referenciais necessários para a interpretação da realidade, orientando práticas, valores e formas de sociabilidade. É por meio da cultura que os sujeitos aprendem a reconhecer, organizar e atribuir sentido às informações que circulam em seu entorno, tornando possível a construção do conhecimento.

Sob essa perspectiva, informação, conhecimento e cultura estabelecem uma relação de interdependência: a informação alimenta os processos de construção do conhecimento que, por sua vez, se desenvolvem no interior de contextos culturais específicos ao mesmo tempo em que contribuem para a reprodução e transformação desses mesmos contextos. Esse é um processo dinâmico, marcado pela participação ativa dos sujeitos, que não apenas acessam informações, mas também lhes atribuem sentidos e contribuem para a sua produção e circulação.

Entretanto, é fundamental destacar que tais processos não se desenvolvem em condições de neutralidade, uma vez que a produção e circulação da informação estão condicionadas por estruturas sociais que definem o que pode ser dito, quem pode dizer e quais conteúdos serão legitimados

como conhecimento. Nesse sentido, a cultura não deve ser compreendida apenas como uma "teia de significados" (Geertz, 1989), mas como um campo de disputas simbólicas (Bourdieu, 1989) no qual diferentes grupos sociais buscam impor classificações, representações e visões legítimas da realidade. Essa compreensão permite reconhecer que o conhecimento não é universal ou homogêneo, mas marcado por assimetrias e relações de poder que influenciam sua produção e validação. Nesse sentido, determinados saberes são privilegiados em detrimento de outros, enquanto certas vozes são amplificadas e outras silenciadas, refletindo as desigualdades presentes na estrutura social.

Se a cultura é um acontecimento social (Caune, 2014), não existe cultura a não ser manifestada, transmitida e vivenciada pelo indivíduo. Dessa forma, ao analisar a relação entre informação, conhecimento e cultura, torna-se imprescindível considerar os contextos nos quais esses elementos se articulam, bem como os mecanismos que regulam sua produção, circulação e apropriação. Essa abordagem abre caminho para a compreensão de que os processos informacionais são, simultaneamente, processos culturais e políticos, sendo fundamentais para a construção das realidades sociais e para a constituição dos sujeitos. Para Feitosa (2016), a cultura corresponde ao processo por meio do qual os seres humanos produzem sentidos e significados para a realidade, transformando o mundo a partir de suas criações simbólicas. Esse processo somente se sustenta porque os fenômenos culturais atuam como mecanismos de mediação entre os indivíduos e o mundo que os cerca. Nessa perspectiva,

a mediação não deve ser compreendida apenas como um elemento da comunicação ou da informação, mas como um fenômeno essencialmente cultural. As diferentes formas de mediação constituem expressões específicas dessa mediação cultural, incluindo a própria mediação informacional.

É nesse cenário que se insere a mediação cultural da informação, como um processo capaz de atuar diretamente na articulação entre esses três elementos, influenciando a forma como os sujeitos acessam, interpretam e ressignificam as informações em contextos culturais específicos. Ao mesmo tempo, tal processo se encontra condicionado por estruturas mais amplas, que organizam os fluxos informacionais e estabelecem os parâmetros de sua legitimidade, o que será aprofundado nas seções seguintes.

3 MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO

A mediação envolve processos que ultrapassam a simples transmissão de conteúdos, constituindo-se como uma prática social marcada pelo encontro entre sujeitos e pela produção compartilhada de sentidos. Em vez de se restringir a um caráter técnico ou instrumental, a mediação se configura como uma prática intencional e situada, atravessada por dimensões sociais, simbólicas e políticas. Nunes e Cavalcante (2017, p. 18) afirmam que o fenômeno mediacional na Ciência da Informação refere-se “aos múltiplos entrecruzamentos que se consumam como consequência da relação entre informação, indivíduo e cultura, dentre outras camadas do tecido social”.

Segundo Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (2015), a mediação da informação pode ser entendida como um conjunto de intervenções que acontecem no interior dos serviços e equipamentos informacionais, realizadas por profissionais da informação. Essas intervenções não seguem um único padrão: podem ser diretas ou indiretas, conscientes ou inconscientes, feitas individualmente ou em grupo. O objetivo desse processo é possibilitar que as pessoas se apropriem da informação, ainda que de forma parcial e provisória, já que a necessidade informacional não se resolve de maneira definitiva. Ao contrário, ela tende a se transformar, gerando novas demandas e, em alguns casos, tensões no próprio percurso de busca e uso da informação.

Conforme destaca Almeida (2007, p. 4), a mediação articula ações e motivações no interior da vida social. Essa perspectiva dialoga com a tradição da sociologia compreensiva, ao enfatizar não apenas os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas práticas, mas também as motivações subjacentes, nem sempre plenamente conscientes, que orientam tais ações. Nesse contexto, as práticas sociais se desenvolvem no âmbito da esfera pública e são permeadas por processos de construção intersubjetiva, nos quais a comunicação assume papel central. Tais processos envolvem diretamente o fator humano como mediador das interações, evidenciando que a mediação não é um elemento externo às relações sociais, mas constitutiva delas.

Sob tal aspecto, com base nas contribuições de Henriette Ferreira Gomes (2020), a mediação da informação pode ser compreendida a partir de um conjunto de dimensões

interdependentes que qualificam e orientam a ação mediadora em uma perspectiva social. Nesse sentido, a dimensão dialógica constitui o fundamento da mediação, uma vez que assegura a construção de um espaço de interlocução entre os sujeitos, no qual o diálogo, a escuta e a troca de experiências possibilitam a produção compartilhada de sentidos. Articulada a essa, a dimensão estética refere-se à experiência vivida no encontro com a informação, envolvendo aspectos relacionados ao acolhimento, às emoções e à criação de uma ambiência favorável ao pensamento crítico, ao pertencimento e à liberdade de expressão.

Na continuidade desse processo, a dimensão formativa evidencia o caráter transformador da mediação, na medida em que favorece a apropriação da informação, a ressignificação de saberes e o desenvolvimento intelectual dos sujeitos por meio da problematização e do debate. Essas dimensões são atravessadas pela dimensão ética, que orienta a ação mediadora a partir do respeito à diversidade, do compromisso com o coletivo e da responsabilidade em evitar práticas de manipulação, assegurando princípios de justiça e inclusão. Por fim, a dimensão política emerge da articulação entre as demais, evidenciando a mediação como uma prática que contribui para a tomada de consciência dos sujeitos enquanto agentes sociais, fortalecendo o protagonismo, a participação crítica e o engajamento em processos de transformação social. Assim, entende-se que a efetividade da mediação da informação está diretamente relacionada à realização consciente dessas dimensões que, em conjunto, potencializam seu papel na construção de um protagonismo social.

À luz das discussões que estruturam a mediação da informação em sua complexidade social, amplia-se o debate para a compreensão da mediação cultural da informação, na qual tais processos se articulam diretamente às práticas simbólicas e culturais dos sujeitos. Em decorrência, a mediação cultural da informação pode se configurar como um campo teórico e prático situado na interseção entre os estudos da informação e os processos culturais, assumindo papel central na compreensão de como os sujeitos constroem sentidos a partir de suas interações com o mundo.

Nesse sentido, Bezerra e Cavalcante (2020) argumentam que a mediação cultural da informação pode ser compreendida como um processo que articula as relações entre sujeitos e elementos socioculturais, possibilitando a construção de sentidos e a interpretação da realidade por meio da apropriação de informações simbólicas. Tal perspectiva ultrapassa uma visão restrita ao acesso ou uso da informação, ao promover interlocuções interculturais e ampliar a compreensão dos fenômenos informacionais. Nessa perspectiva, tanto a informação quanto os processos de mediação estão longe de serem neutros. Ambos são construídos social e culturalmente, refletem as condições políticas, econômicas e sociais de cada contexto. Ao participarem de diferentes espaços e redes de interação, os sujeitos constroem e compartilham significados que influenciam suas formas de compreender a realidade. Assim, as relações humanas são continuamente atravessadas por mediações que se transformam e adquirem novos sentidos nas experiências e práticas socioculturais (Silva; Cavalcante, 2023).

A partir dessa abordagem, a mediação pode ser entendida como um processo que possibilita o encontro entre sujeitos e informação, promovendo não apenas o acesso, mas, sobretudo, a apropriação significativa dos conteúdos informacionais tecidos socioculturalmente. Tal compreensão desloca o foco da simples disponibilização da informação para os modos pelos quais ela é interpretada, ressignificada e incorporada às experiências dos indivíduos. Nessa direção, Mendonça, Feitosa e Dumont (2019, p. 4) ressaltam que a mediação cultural da informação deve ser compreendida de forma indissociável dos processos de produção, circulação e apropriação da informação. Isso implica reconhecer que tanto a organização simbólica da cultura quanto os fenômenos informacionais dependem das relações causais e semióticas estabelecidas nesses contextos.

Nesse sentido, a mediação cultural da informação envolve práticas que articulam elementos materiais, relacionais e semióticos, atuando diretamente nos processos de significação, influenciando a forma como as pessoas compreendem e interpretam a realidade. Em consonância, Marteleto e Couzinet (2013) concebem a mediação como parte de uma cadeia extensa de mediações, na qual atores e objetos se articulam em redes sociais capazes de produzir compartilhamentos, vínculos e solidariedades, o que reforça o caráter processual e relacional da mediação, evidenciando que ela se desenvolve em dinâmicas coletivas e em redes de interação em processos dialógicos.

Conforme argumenta Gomes (2014), a ação mediadora é essencialmente pautada na dialogia, uma vez que ocorre em

espaços de comunicação e transmissão cultural nos quais os sujeitos compartilham experiências, negociam significados e constroem sentidos de forma intersubjetiva, não sendo, portanto, um processo unilateral, mas um espaço de interação no qual diferentes perspectivas se encontram, podendo gerar consensos, tensões ou ressignificações. Nesse processo, a pessoa mediadora assume papel estratégico, não como um agente neutro, mas como alguém que atua na construção de pontes simbólicas, selecionando, organizando e apresentando conteúdos de forma a favorecer sua apropriação pelos diferentes públicos.

Entretanto, é importante destacar que a mediação cultural da informação não se realiza de forma homogênea, tampouco está isenta de tensões posto que ela se desenvolve em contextos atravessados por desigualdades, disputas simbólicas e relações de poder, que incidem diretamente sobre os processos de seleção, legitimação e circulação da informação, uma vez que o poder simbólico atua na construção e na validação dos sentidos sociais (Bourdieu, 1989). Com base nesse entendimento, a mediação pode tanto contribuir para a ampliação do acesso e da diversidade informacional quanto reforçar estruturas excludentes, dependendo das condições em que se realiza.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de compreensão dos contextos socioculturais nos quais os sujeitos estão inseridos. A efetividade da mediação depende da capacidade de reconhecer tais contextos, considerando repertórios culturais, experiências prévias, condições de acesso e formas de participação social. Sem essa

compreensão, os processos mediacionais tendem a se tornar superficiais, limitando seu potencial transformador. Dessa forma, a mediação cultural da informação pode ser entendida como um processo complexo que articula informação, cultura e sociedade na produção de sentidos, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e para a construção de realidades sociais.

Contudo, para que essa potencialidade seja plenamente compreendida, é necessário situá-la no interior das estruturas que organizam os fluxos informacionais e condicionam suas possibilidades de realização. É nesse ponto que se torna fundamental o diálogo com o conceito de regimes de informação, uma vez que eles oferecem um quadro analítico capaz de evidenciar as relações de poder, os atores e os dispositivos que estruturam a produção, circulação e apropriação da informação em diferentes contextos sociais, conforme será aprofundado na seção seguinte.

4 REGIMES DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER

A compreensão dos processos informacionais em sua complexidade exige o deslocamento de abordagens que os tratam como fluxos neutros ou meramente técnicos para perspectivas que os reconheçam como fenômenos socialmente estruturados e atravessados por relações de poder. Nesse contexto, o conceito de regime de informação configura-se como uma chave analítica, ao possibilitar a investigação dos modos pelos quais a informação é produzida, organizada, legitimada e distribuída em uma determinada formação social.

Para Maria Nélida González de Gómez (2012, p. 43), regime de informação "[...] seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição". Essa definição evidencia que a informação é estruturada por arranjos sociais que estabelecem critérios de validação, hierarquias de saber e mecanismos de controle. Os regimes de informação não apenas condicionam o acesso à informação, mas também definem as condições de sua produção e reconhecimento. Dessa forma, delimitam quais conhecimentos são considerados legítimos, quais sujeitos são autorizados a produzi-los e quais narrativas tendem a ser valorizadas ou marginalizadas.

Frohmann (1995) enfatiza o caráter relacional, político e dinâmico dos regimes de informação, visto que, para o autor, tais regimes constituem redes heterogêneas compostas por atores humanos e não humanos, incluindo indivíduos, instituições, tecnologias e artefatos que interagem em contextos marcados por disputas e instabilidades. Segundo Frohmann (1995), os regimes de informação podem ser compreendidos como redes relativamente estáveis que estruturam os fluxos informacionais entre atores, instituições e usuários. Esses regimes são constituídos por canais, tecnologias e formas organizacionais específicas que condicionam a produção, a circulação e o uso da informação em diferentes contextos sociais, abrangendo desde bibliotecas

e sistemas de publicação científica até meios de comunicação e infraestruturas digitais. Nesse sentido, Bezerra (2020) observa que Frohmann enfatiza a importância da análise das práticas que conformam desigualdades e formas de dominação em regimes específicos de informação, afastando-se de uma perspectiva centrada apenas na eficiência e eficácia dos fluxos informacionais.

Frohmann (1995, não paginado) argumenta que "a dominância da informação é alcançada e mantida por grupos específicos, e que formas específicas de dominação estão implicadas no exercício do poder sobre a informação". Essa compreensão permite reconhecer que a informação é produzida, compartilhada e apropriada em contextos sociais permeados por relações de poder. Desse modo, os processos informacionais são influenciados por disputas e interesses que afetam quais conhecimentos são legitimados, quais vozes ganham visibilidade e quais permanecem à margem. Desse modo, os regimes de informação podem ser entendidos como arranjos históricos em constante reconfiguração, atravessados por disputas, negociações e formas de resistência, se constituindo em espaços nos quais diferentes atores procuram afirmar visões de mundo, disputar sentidos e conferir legitimidade a certos conhecimentos, enquanto outros permanecem marginalizados.

A centralidade das relações de poder nos regimes de informação torna-se ainda mais evidente quando se considera que a dominância informacional não se estabelece de maneira espontânea, mas é construída e mantida por meio de práticas sociais, institucionais e discursivas que reforçam determinadas

hierarquias, práticas essas vinculadas a processos e dispositivos de mediação. Nessa direção, torna-se evidente que os regimes de informação não apenas organizam fluxos informacionais, mas também produzem efeitos concretos sobre a realidade social, ao influenciar a forma como os sujeitos acessam, interpretam e utilizam a informação. Ao definir quais conteúdos circulam com maior visibilidade e legitimidade, esses regimes contribuem para a construção de determinadas visões de mundo, ao mesmo tempo em que silenciam outras, reforçando processos de exclusão simbólica.

Na concepção de Braman (2004), os regimes são constituídos por três elementos centrais: o governo, a governança e a governamentalidade. O governo corresponde às instituições formais e às práticas historicamente estabelecidas que estruturam a ação das entidades geopolíticas. A governança, por sua vez, envolve tanto instituições formais quanto informais, além de regras, acordos e práticas mobilizadas por diferentes atores sociais, estatais ou não, que influenciam a organização da vida coletiva. Já a governamentalidade refere-se ao conjunto de condições culturais e sociais que possibilitam o surgimento e a manutenção dessas formas de governança. Essa perspectiva evidencia que os regimes informacionais não se restringem a contextos locais ou institucionais, mas se articulam com dinâmicas macroestruturais que influenciam a organização da sociedade contemporânea.

É importante destacar que, embora compartilhem o entendimento de que a informação está inserida em relações de poder, González de Gómez, Frohmann e Braman enfatizam

dimensões distintas dos regimes de informação. Enquanto González de Gómez privilegia sua dimensão institucional, Frohmann destaca as redes sociotécnicas e as disputas que conformam os fluxos informacionais, e Braman direciona sua análise para os mecanismos de governança e regulação que sustentam esses regimes. Em conjunto, essas abordagens contribuem para uma compreensão mais abrangente dos regimes de informação, permitindo analisá-los tanto em sua dimensão organizacional quanto em seus aspectos políticos, tecnológicos e sociais.

No contexto contemporâneo, marcado pela centralidade das tecnologias digitais, torna-se imprescindível considerar as transformações que reconfiguram os regimes de informação. Nesse sentido, Bezerra (2017) chama a atenção para a emergência de um novo regime de mediação da informação, caracterizado pelo monitoramento contínuo das ações dos usuários em ambientes digitais e pela personalização dos fluxos informacionais, ou seja, novos dispositivos de mediação. Diante desse cenário, é possível afirmar que os regimes de informação se configuram como dispositivos de poder que estruturam os processos informacionais em múltiplos níveis, influenciando desde a produção até a apropriação da informação. Assim, a informação, além de recurso, é também um elemento estratégico na disputa por hegemonia simbólica e na definição das formas de conhecimento socialmente legitimadas.

Ao considerar essa perspectiva, torna-se evidente que qualquer análise sobre processos informacionais, incluindo a mediação cultural da informação, deve levar em conta as

condições estruturais impostas pelos regimes de informação. Assim, compreender os regimes de informação como estruturas atravessadas por relações de poder permite avançar na análise dos processos de produção de sentidos, evidenciando que são resultado de dinâmicas complexas que envolvem tanto práticas culturais quanto disputas políticas. Essa abordagem abre caminho para a articulação entre mediação cultural da informação e regimes de informação, permitindo investigar de que modo os processos mediacionais são influenciados, limitados ou potencializados pelas estruturas informacionais vigentes.

5 ARTICULAÇÃO ENTRE MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO E REGIMES DE INFORMAÇÃO

Os processos de mediação cultural da informação não se desenvolvem de forma neutra ou espontânea. Eles ocorrem em contextos informacionais previamente organizados, nos quais normas, valores, hierarquias e relações de poder influenciam as possibilidades de produção, circulação e apropriação da informação. Por essa razão, a mediação deve ser compreendida como uma prática social situada, inserida em estruturas que condicionam tanto os fluxos informacionais quanto a definição dos sujeitos autorizados a produzir, legitimar e difundir conhecimentos. Essa compreensão aproxima-se da noção de regime de informação, entendida como o modo informacional dominante em uma determinada formação social, responsável por definir autoridades, critérios de validação e formas preferenciais de circulação da informação.

Compreender a mediação cultural da informação a partir dos regimes de informação significa afastá-la de uma perspectiva meramente funcional ou instrumental e reconhecê-la como uma prática atravessada por disputas simbólicas. Nessa direção, a mediação deixa de ser vista apenas como um mecanismo de acesso à informação e passa a ser entendida como um espaço de negociação de sentidos, no qual diferentes discursos, interesses e perspectivas entram em tensão. Essa interpretação converge com Bezerra e Cavalcante (2020), para quem a mediação cultural da informação não se restringe à circulação de conteúdos, mas constitui um processo de interlocução entre distintas formas culturais de compreender os fenômenos sociais, favorecendo a construção de novos significados e a ampliação dos horizontes epistemológicos.

Os regimes de informação estabelecem os critérios que definem quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos, o que influencia não apenas os conteúdos que circulam nos processos de mediação, mas também as formas como esses conteúdos são organizados, apresentados e interpretados. A mediação cultural da informação, portanto, não opera sobre um conjunto neutro de informações, mas sobre seleções produzidas em contextos históricos e sociais marcados por disputas em torno da visibilidade, relevância e credibilidade atribuídas aos diferentes saberes.

Como denota Bezerra (2023), os regimes de informação definem os sujeitos, as organizações, as normas e as autoridades informacionais que atuam em determinado contexto histórico, além de estabelecerem os meios

privilegiados de circulação da informação e os critérios considerados legítimos para a organização e distribuição. Assim, a legitimidade da informação não é uma qualidade inerente aos conteúdos, mas resulta de processos históricos e sociais permeados por relações de poder e interesses que influenciam o reconhecimento de determinados conhecimentos em detrimento de outros.

Essa discussão ganha especial relevância quando se observa que os regimes de informação também podem contribuir para a reprodução de processos de exclusão epistemológica. Conforme argumentam Bezerra e Cavalcante (2020), a racionalidade moderna, articulada a projetos coloniais e a estruturas de dominação, favoreceu historicamente a marginalização dos conhecimentos produzidos por povos indígenas, populações afrodescendentes, comunidades tradicionais e outros grupos subalternizados. Nessa direção, os regimes de informação não apenas organizam a circulação da informação, mas também influenciam quais conhecimentos passam a ser socialmente reconhecidos como legítimos e quais permanecem à margem.

Esse processo manifesta-se na visibilidade atribuída a determinados conteúdos culturais, na centralidade conferida a certas narrativas e na exclusão de outras, afetando diretamente os repertórios simbólicos mobilizados nos processos de mediação. Os regimes de informação funcionam, assim, como mecanismos que condicionam o que se torna acessível, interpretável e passível de apropriação pelos sujeitos. Essa interpretação converge com a análise de Bezerra (2023), para quem os modos de produção, circulação e

consumo da informação não podem ser dissociados das formas de organização social que os sustentam. Os processos informacionais são atravessados por interesses econômicos, disputas políticas e mecanismos de dominação que influenciam sua configuração. Reconhecer esse caráter historicamente situado permite compreender que o acesso, a visibilidade e a legitimidade da informação são produzidas no interior de relações sociais mais amplas.

Entretanto, a relação entre mediação cultural e regimes de informação não é unidirecional. Se os regimes condicionam as possibilidades da mediação, os processos mediacionais também podem tensionar e reconfigurar essas estruturas. Ao promover a circulação de novos sentidos, valorizar saberes historicamente marginalizados e estimular a reflexão crítica, a mediação cultural pode abrir espaços para o diálogo intercultural e ampliar o reconhecimento de diferentes formas de existência e de conhecimento, como destacam Bezerra e Cavalcante (2020).

Essa dimensão torna-se ainda mais significativa quando se considera que os regimes de informação tendem a reproduzir assimetrias já presentes na sociedade. Segundo Bezerra (2023), as formas contemporâneas de organização da informação estão profundamente vinculadas às dinâmicas de acumulação de poder e capital, influenciando tanto a circulação da informação quanto a legitimidade atribuída aos conhecimentos. Nesse cenário, a mediação cultural da informação pode favorecer a circulação de narrativas e saberes frequentemente excluídos dos circuitos informacionais

hegemônicos, contribuindo para ampliar a diversidade epistemológica.

A mediação cultural da informação também pode ser compreendida como uma prática de tradução entre saberes, capaz de promover a inteligibilidade recíproca entre diferentes formas de conhecimento. Ao favorecer o diálogo entre perspectivas culturais distintas, sem reduzir suas especificidades, cria condições para que diferentes grupos compartilhem experiências e produzam novos sentidos, conforme destacam Bezerra e Cavalcante (2020). Esse entendimento amplia o potencial transformador da mediação, pois aproxima universos simbólicos frequentemente separados por barreiras sociais, culturais e epistemológicas. Nessa perspectiva, sua atuação ultrapassa o simples acesso à informação e contribui para processos de reconhecimento mútuo para a ampliação da diversidade informacional presente nos regimes de informação.

Essa dimensão evidencia o caráter político da mediação cultural da informação. Ao promover o diálogo entre sujeitos, informações e diferentes contextos culturais, a mediação pode problematizar desigualdades, ampliar a visibilidade de grupos historicamente marginalizados e estimular debates sobre questões que atravessam a vida coletiva. Além disso, constitui um importante recurso para a expressão de demandas sociais, manifestação de formas de protesto e para a comunicação de aspectos políticos e culturais que caracterizam uma época e uma sociedade (Miranda; Cavalcante, 2021).

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva crítica desenvolvida por Bezerra (2023), para quem os estudos

informacionais precisam ultrapassar abordagens estritamente descritivas e considerar os mecanismos de opressão, desigualdade e dominação presentes nos processos de produção, circulação e consumo da informação. Sob esse enfoque, a mediação cultural extrapola a gestão e a disseminação de conteúdos, configurando-se como uma prática social capaz de intervir nas disputas por reconhecimento, representação e participação nos espaços informacionais.

Nessa direção, a mediação cultural da informação assume papel estratégico para a democratização dos regimes de informação, ao favorecer a circulação de narrativas historicamente silenciadas e ampliar as possibilidades de participação social na produção e no compartilhamento do conhecimento. Ao tensionar critérios tradicionais de legitimidade informacional, contribui para valorizar a pluralidade epistemológica e fortalecer espaços mais inclusivos de produção de sentidos.

O papel do mediador ganha especial relevância nesse processo, pois sua atuação envolve escolhas relacionadas à seleção de conteúdos, ao estabelecimento de relações entre diferentes saberes e à proposição de possibilidades de interpretação. Essas ações ocorrem em contextos institucionais e socioculturais específicos, por isso, também são condicionadas pelos regimes de informação. Ao mesmo tempo, envolvem decisões éticas e políticas que podem tanto reforçar hierarquias informacionais consolidadas quanto favorecer a emergência de perspectivas alternativas.

É justamente nesse espaço de atuação que se abrem possibilidades de resistência e transformação. Ao reconhecer os limites impostos pelos regimes de informação, o mediador pode desenvolver estratégias voltadas à ampliação do acesso a diferentes conteúdos, à inclusão de múltiplas vozes e ao fortalecimento da reflexão crítica dos sujeitos sobre os processos informacionais dos quais participam. Nessa direção, a mediação cultural da informação aproxima-se da proposta de uma ecologia dos saberes, entendida como a valorização da coexistência e do diálogo entre diferentes formas de conhecimento, sem que uma racionalidade seja tomada como critério exclusivo de verdade.

A participação ativa dos sujeitos constitui outro elemento fundamental na articulação entre mediação cultural da informação e regimes de informação, pois ao se apropriarem da informação, os indivíduos não apenas reproduzem sentidos já estabelecidos, mas também os reinterpretam, ressignificam e, em determinadas circunstâncias, os transformam. Isso evidencia que os sujeitos não ocupam uma posição passiva diante dos regimes de informação; ao contrário, interagem com eles, podendo tanto reforçar suas estruturas quanto questioná-las. A apropriação da informação configura-se, assim, como um espaço de disputa simbólica, no qual diferentes interpretações, experiências e perspectivas sociais se confrontam e produzem novos sentidos.

A articulação entre mediação cultural da informação e regimes de informação revela, portanto, um campo complexo de relações, marcado pela coexistência entre

condicionamentos estruturais e possibilidades de ação. Nesse espaço convivem reprodução e transformação, estabilidade e mudança, controle e resistência. Compreender essa dinâmica permite reconhecer que os processos de produção de sentidos resultam da interação entre estruturas informacionais e práticas culturais. A mediação cultural da informação deixa, assim, de ser entendida apenas como um mecanismo de acesso ou difusão e passa a ser concebida como uma prática social e política que participa da construção das realidades sociais.

Ao situar a mediação cultural no interior dos regimes de informação, este capítulo amplia a compreensão dos processos informacionais ao evidenciar que eles são atravessados por relações de poder e disputas simbólicas. Essa perspectiva reforça a importância de abordagens críticas capazes de explicar não apenas como a informação circula, mas também quem define sua legitimidade, quais interesses orientam sua circulação e quais efeitos produz na constituição dos sujeitos e da sociedade.

Como destaca Bezerra (2023), compreender os regimes de informação exige considerar as determinações históricas, políticas e econômicas que conformam os processos informacionais contemporâneos. A informação constitui, nesse sentido, um campo permanente de disputas, no qual diferentes atores procuram legitimar interesses, valores e projetos de sociedade. Inserida nesse contexto, a mediação cultural da informação pode ser compreendida como uma dimensão operativa dos regimes de informação, pois atua diretamente sobre os processos de seleção, legitimação,

circulação e apropriação dos saberes que os estruturam. Ao intervir nesses processos, a mediação não apenas opera no interior dos regimes, mas também pode contribuir para a sua reconfiguração, favorecendo o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e ampliando as possibilidades de reconhecimento e circulação de saberes historicamente marginalizados.

Desse modo, a articulação entre mediação cultural da informação e regimes de informação permite compreender a informação como um campo de disputas sociais e epistemológicas, no qual diferentes atores buscam legitimar visões de mundo, produzir sentidos e influenciar formas de participação social. Ao mesmo tempo, evidencia o potencial da mediação cultural para promover diálogos interculturais, ampliar a visibilidade de saberes historicamente marginalizados e contribuir para a construção de regimes de informação mais plurais, democráticos e inclusivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida neste capítulo evidenciou que as relações entre informação, conhecimento e cultura ultrapassam dimensões técnicas e instrumentais, constituindo processos sociais permeados por disputas de sentidos, relações de poder e práticas culturais. Compreender a informação sob essa perspectiva significa reconhecê-la como um fenômeno produzido em contextos históricos, políticos e simbólicos que influenciam tanto a construção do conhecimento quanto as formas de participação dos sujeitos na vida social.

A aproximação entre mediação cultural da informação e regimes de informação permitiu compreender que a produção e a circulação dos sentidos não ocorrem em espaços neutros. Nesse contexto, os regimes de informação estabelecem condições que orientam a visibilidade de determinados conhecimentos, legitimam atores, discursos, e influenciam as formas de acesso e apropriação da informação. Ao mesmo tempo, a mediação cultural cria possibilidades de diálogo, negociação e ressignificação, favorecendo a circulação de diferentes perspectivas e ampliando as oportunidades de participação social.

Essa articulação revela que os processos mediacionais não se limitam à aproximação entre sujeitos e informações, visto que, ao promover o encontro entre diferentes repertórios culturais e experiências sociais, a mediação pode fortalecer leituras críticas da realidade e contribuir para o questionamento de estruturas que produzem exclusões e desigualdades no campo informacional. Assim, seu potencial reside justamente na capacidade de ampliar a circulação de narrativas, valorizar diferentes formas de conhecimento e favorecer a construção coletiva de significados.

As transformações provocadas pela expansão das tecnologias digitais, pela plataformização da informação e pela crescente influência dos sistemas algorítmicos tornam essa discussão ainda mais necessária, tendo em vista que, em ambientes informacionais marcados pela intensificação dos fluxos de informação e pela disputa permanente por visibilidade, compreender como se constituem os regimes de informação e como a mediação cultural pode atuar nesses

contextos representa um desafio relevante para a Ciência da Informação.

Assim, o capítulo buscou oferecer uma perspectiva capaz de ampliar a compreensão dos processos informacionais contemporâneos, evidenciando que informação, cultura e poder constituem dimensões inseparáveis da produção social de sentidos. Espera-se que essa aproximação contribua para novas investigações sobre a mediação cultural da informação e os regimes de informação, estimulando pesquisas que fortaleçam práticas informacionais comprometidas com a pluralidade, participação social e democratização do acesso, da produção e da circulação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In:* BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). *Mediação oral da informação e da leitura.* Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ALMEIDA, Marco Antônio. Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007. *Anais [...].* Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/178044. Acesso em: 06 jul. 2026.

BEZERRA, Arthur Coelho. Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em

informação. *Perspectivas em Ciência da Informação,* Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 182–201, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/nC4jjgPCTzBXXyQCNPmbksQ/?lang=pt. Acesso em: 19 out. 2026.

BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime de mediação da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação,* Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 68–81, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/zxgymJJ9DrB6xCKWtRfNHwq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 06 jul. 2026.

BEZERRA, Arthur Coelho; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo. *Encontros Bibli:* revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, Brasil, v. 25, p. 01–19, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72831. Acesso em: 06 jul. 2026.

BEZERRA, Arthur Coelho. Regime de informação e lutas de classes: reconstrução de um conceito à luz da crítica da economia política. *Ciência da Informação em Revista,* São Cristóvão (SE), v. 10, n. 1/3, p. 1–14, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/cir/article/view/17074. Acesso em: 06 jul. 2026.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science,* [s.n.], v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, S. (Ed.). *The emergent global information policy regime.* New York: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.

CAUNE, Jean. *Cultura e comunicação:* convergências teóricas e lugares de mediação. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Editora S. A., 1989.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In:* MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida. *Epistemologias, Comunicação e Informação.* Porto Alegre: Sulina, 2016.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Informação e Informação,* Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: https://www.readcube.com/articles/10.5433%2F1981-8920.2014v19n2p46. Acesso em 06 jul. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade:* Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57047. Acesso em: 06 jul. 2026.

GONZALEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. *Informação & Sociedade:* Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em:

http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376. Acesso em: 06 jul. 2026.

FEITOSA, Luiz Tadeu. Complexas mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. *Informação em pauta,* Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 98-117, jan./jun. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/3064/2695. Acesso em: 06 jul. 2026.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23. ,1995, Edmonton. *Proceedings […].* Edmonton: CAIS, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 06 jul. 2026.

MENDONÇA, Ismael Lopes; FEITOSA, Luiz Tadeu; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Por uma relação cultural com a informação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação,* São Paulo, v. 12, n. 2, 2020. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/498. Acesso em: 06 jul. 2026.

MARTELETO, Regina; COUZINET, Viviane. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde,* v. 7, n.2, 2013. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000018336/69d768a6f1446a3591019dcbf4fb8142/. Acesso em: 06 jul. 2026.

MIRANDA, Ana Maria Mendes; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Abordagens políticas a partir da mediação cultural: o caso do feirão da resistência e da reforma agrária da cidade de londrina. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 15, n. 1/2, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/36508. Acesso em: 06 jul. 2026.

NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lidia Eugênia. Por uma epistéme mediacional na Ciência da Informação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-20, ago./dez. 2017. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/413. Acesso em: 06 jul. 2026.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. *Teoria matemática da comunicação.* São Paulo: Difel, 1975

SILVA, Carlos Robson Souza da; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação cultural da informação: por uma relação entre informação, cultura e mediação na produção de sentidos e significados sobre o real. *Informação em Pauta,* Fortaleza, v. 8, n. esp, p. 237–251, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/89241/249589. Acesso em: 06 jul. 2026.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SOB O OLHAR DA BIBLIOTECONOMIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PROPOSIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO DA INFORMAÇÃO À FORMAÇÃO DE TRABALHADORES A PARTIR DO CONTEXTO IBERO-AMERICANO[1]

Carlos Robson Souza da Silva

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação estão historicamente associadas ao estudo sobre as fontes, os fluxos, fenômenos e usos da informação em suas dimensões materiais e imateriais, contribuindo ano a ano com o progresso técnico-científico da humanidade, a preservação de seu patrimônio histórico para luta pela introdução das questões informacionais na formação de estudantes em instituições educativas como escolas e universidades.

Nesse último caso, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação participam ativamente na discussão sobre a integração das bibliotecas e das fontes, tecnologias e bens informacionais nos ambientes educacionais. A nível global essa discussão se dá na atuação da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) principalmente

[1] O presente capítulo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

em suas seções específicas voltadas às Bibliotecas Escolares e às Bibliotecas Universitárias. A nível local, pode-se citar no Brasil o fato de que esse papel vem sendo assumido no âmbito da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) tanto pela Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares (CBBE) como pela Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU).

Nos últimos anos, porém, uma outra modalidade educativa vem recebendo bastante atenção na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação: a Educação Profissional e Tecnológica. Essa modalidade é internacionalmente definida por documentos como a Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE) e, no contexto europeu, pelo Quadro Europeu de Qualificações (QEQ). Além disso, é amplamente promovida por organizações internacionais, tais como o Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento em Formação Profissional (Cinterfor) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), da União Europeia.

De acordo com a CINE, a maioria dos cursos e programas de formação profissional são normalmente considerados como pertencentes ao que eles classificam como nível CINE 5 ou ensino superior de ciclo curto, e são caracterizados por "[...] serem frequentemente delineados com o objetivo de prover aos seus participantes conhecimentos, habilidades e competências profissionais. Tipicamente focados na prática, voltados a ocupações específicas e ao preparo dos estudantes para a entrada no

mundo do trabalho" (UNESCO, 2011, p. 48, tradução nossa). Entretanto, dependendo do país em que ela é implantada, a Educação Profissional e Tecnológica pode ser ofertada tanto de forma articulada à educação básica e ao ensino superior, como pode apresentar-se no formato de cursos curtos de qualificação/requalificação profissional.

O olhar da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para esse contexto tem sido evidente em países como a Austrália, a China e o Brasil. No caso da Austrália, a Associação Australiana de Bibliotecas e Informação (ALIA) possui um Comitê Consultivo específico para bibliotecas profissionalizantes (bibliotecas vinculadas a instituições especializadas na oferta de Educação Profissional e Tecnológica), cujo objetivo é colaborar com os diretores da associação no desenvolvimento estratégico de ações voltadas a essas bibliotecas. Na China, por outro lado, é perceptível um crescimento nos últimos dez anos de estudos voltados para a Competência em Informação de estudantes vinculados a Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (Dai; Jambari; Noh; Hisham, 2024). Já no Brasil, a FEBAB mantém a Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI), rede conhecida nacionalmente pelo seu centenário compromisso com a oferta de Educação Profissional no país.

Considerando, portanto, o cenário aqui apresentado, desenvolveu-se como objetivo deste capítulo identificar como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação podem colaborar com a Educação Profissional e Tecnológica, tendo como recorte os países que participam da Comunidade Ibero-

americana, de maneira a pensar formas de contribuir significativamente para a construção de práticas educativas relevantes na formação profissional de estudantes a partir das bibliotecas.

2 O PAPEL EDUCATIVO DA BIBLIOTECA E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O acúmulo de conhecimento e a possibilidade de acessá-lo estiveram atrelados desde os primórdios ao dever da biblioteca. Com a luta contínua pela democratização do livro, da leitura, da literatura e da informação, as bibliotecas passaram inclusive a desenvolver importante "[...] papel educativo, de investigação, ação social, mas também de construção de cidadania (Veria Huisa, 2023, p. 3, tradução nossa). Tais papéis, porém, não se consolidaram imediatamente.

Perrotti (2023) afirma que inicialmente as bibliotecas eram vistas como biblioteca *templum*, estando elas atreladas ao patrimonialismo, à ideia de biblioteca como guardiã sagrada do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, como lugar em que o conhecimento é mais restrito e acessível a poucos. Mais recentemente deu-se origem a um novo paradigma de biblioteca: a biblioteca *emporium*. Bibliotecas desse tipo se sustentam em conceitos como o de difusionismo cultural e de transferência de informação, na ideia de que a disponibilização do conhecimento historicamente produzido

pela humanidade é diretamente proporcional à sua apropriação.

Entretanto, nos últimos anos, uma nova perspectiva de biblioteca tem se desenvolvido, a biblioteca *forum*, que busca superar as anteriores, mostrando-se como

> [...] uma modalidade dinâmica e autônoma, capaz de potencializar e qualificar processos educativos que contribuem para a criação de relações substanciais e vinculantes com o conhecimento. Tomada nessa perspectiva de instância mediadora, mais que potência informativa, a biblioteca ganha em qualidade formativa, em diferentes meios e condições socioculturais [...] (Perrotti, 2023, p. 10).

Tal perspectiva de biblioteca é a que vem se tornando mais proeminente no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e sendo defendida principalmente quando esse campo entra em contato com a Educação. O conceito de biblioteca *forum* é amplo e pode ser tomado como referência para a concepção de quaisquer tipos de biblioteca, sejam elas bibliotecas públicas, comunitárias ou especializadas. Entretanto, acredita-se aqui que ele possui um impacto maior quando passa a abranger também as bibliotecas inseridas no contexto das instituições de ensino.

Moro e Heinrich (2021, p. 54) destacam, por exemplo, que no caso das bibliotecas escolares "[...] a disponibilização da informação foi ineficaz como garantia de aprendizado e de conhecimento". Isso corrobora com o fato de que o modelo de biblioteca *emporium*, baseada no difusionismo cultural e na transferência de informação, não conseguiu atender à

necessidade de apropriação da informação pelos estudantes. Diante disso, Moro e Heinrich (2021, p. 60) argumentam que seja imprescindível que o bibliotecário assuma "[...] seu papel de agente educacional" na escola.

Ao assumir tal papel, o bibliotecário impulsiona a transição da biblioteca *templum-emporium* para a biblioteca *forum* e o faz lançando mão de práticas de mediação bibliotecária. Por meio da mediação bibliotecária, a biblioteca assume papel indispensável "[...] na facilitação da interação entre os usuários e os fenômenos infoculturais" (Silva; Fernandes, 2022, p. 34).

A biblioteca escolar passa assim a ser concebida como biblioteca *forum* e, consequentemente, como parte importante do processo de apropriação da informação e do conhecimento pelos sujeitos vinculados à comunidade em que está inserida. Seus usuários se tornam, portanto, capazes de engendrar esforços que culminem na transformação da realidade social da qual fazem parte, de maneira a que, como afirma Lluch (2023, p. 47, tradução nossa), a biblioteca escolar se transforme "[...] em uma comunidade de leitores capaz de acompanhar e fortalecer os cidadãos para transformá-los em escritores capazes de gerar conteúdos diversos, inclusivos, literários e informativos, arraigados a suas comunidades e com uma projeção universal [...]".

Tal realidade não se restringe, porém, apenas ao contexto escolar, sendo evidente também quando a discussão é transferida para o âmbito das bibliotecas universitárias. Fernández Ramos (2023, p. 2-3, tradução nossa) aponta para o fato de que as universidades estão mudando e que isso implica

mudanças significativas nos serviços bibliotecários no ensino superior, devendo a biblioteca universitária passar a assumir um papel educativo:

> [...] que realmente permita aos sujeitos se desenvolverem de forma autônoma no atual contexto tecnológico e informativo caracterizado pelo acesso a uma imensa quantidade de informação e da necessidade de competências e habilidades para poder aproveitá-la de forma eficiente.

O papel educativo da biblioteca inclui, nesse sentido, colaborar com o currículo, impulsionar o desenvolvimento das pesquisas e propiciar meios de fortalecer a cidadania da comunidade a qual serve (Veria Huisa, 2023, tradução nossa).

É na esteira dessas mudanças de paradigma que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação acabam dando atenção a outros níveis e modalidades de ensino para além dos tradicionais escolar e universitário. Nos últimos anos, por exemplo, vem-se percebendo o desenvolvimento de um enfoque específico, direcionado às experiências desenvolvidas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (IEPT) pelas bibliotecas que estão se formando em seu seio, debatendo o papel educativo das chamadas bibliotecas profissionalizantes.

Bibliotecas Profissionalizantes são bibliotecas vinculadas a instituições que em sua origem, história e objetivos estão prioritariamente voltadas à oferta de cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica articulados a quaisquer níveis e modalidades de ensino, as chamadas Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (IEPTs), e

que atuam diretamente na formação para o trabalho de estudantes de cursos de qualificação profissional (incluindo formação inicial e continuada), de cursos técnicos de nível médio e de cursos tecnológicos de graduação e pós-graduação (incluindo mestrados e doutorados profissionais) por meio da oferta significativa de bens, espaços, serviços e práticas educativas essenciais para que formar profissionalmente proporcione tanto a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, como a habilitação para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas.

No caso dessas bibliotecas, a superação do binômio *templum-emporium* já pode ser vista em Martina e Jones (2006, p. 32, tradução nossa), ao afirmar que, para se tornarem relevantes, as bibliotecas profissionalizantes precisariam "[...] dissecar os currículos profissionalizantes, identificar aquelas competências em que poderiam contribuir parcial ou totalmente, e examinar modelos de evidência para medir tais competências". Dessa maneira, a sobrevivência e a credibilidade de tais bibliotecas estariam diretamente relacionadas à efetiva transição de um modelo *templum-emporium* de biblioteca para uma perspectiva *forum* realmente apta a potencializar e qualificar os processos educativos dentro das IEPTs em que estão inseridas.

Ademais, a Associação Australiana de Bibliotecas e Informação (ALIA) em suas "Diretrizes para Bibliotecas Profissionalizantes Australianas" (Australian Library and Information Association, 2019), aponta para a necessidade de que as bibliotecas profissionalizantes estejam focadas em

prover suporte essencial para educadores e estudantes, de maneira a contribuir significativamente para que esses últimos alcancem seus objetivos pessoais de aprendizagem e de empregabilidade, bem como oferecer serviços e programas que facilitem o desenvolvimento efetivo de Competência em Informação.

A Competência em Informação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica pode ser entendida como

> [...] um recorte dos estudos sobre educação para a informação que tem como objetivo promover e integrar o ensino-aprendizagem informacional no currículo de cursos de qualificação / requalificação profissional, de cursos técnicos de nível médio, de cursos tecnológicos de nível superior e de cursos e programas de pós-graduação profissional (aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado) de maneira a formar pessoas qualificadas para buscar com desenvoltura, avaliar com criticidade e utilizar com ética e responsabilidade fontes, tecnologias e bens informacionais para a reflexão crítica, a tomada de decisão e a resolução de problemas (Silva, 2025, p. 3).

Nesse sentido, a biblioteca profissionalizante deveria estar preocupada em possibilitar aos estudantes aos quais atende o desenvolvimento de habilidades informacionais alinhadas à sua formação geral como cidadão, mas principalmente à sua formação profissional, formando futuros trabalhadores competentes em mobilizar informações para refletir criticamente, tomar decisão e resolver problemas no mundo do trabalho e na vida.

A partir de Sousa e Freire (2022), acrescenta-se ainda o fato de que o papel educativo da biblioteca profissionalizante estaria no transcender o caráter meramente técnico e tecnológico da educação profissional a fim de propor uma educação baseada em informação centrada na apropriação da informação e na formação de protagonistas culturais. Também Bolaños (2024, p. 9, tradução nossa) afirma que a biblioteca no contexto da Educação Profissional e Tecnológica tem como responsabilidade propiciar aos trabalhadores uma formação que os possibilite aprender a lidar com a informação de maneira a tornar-se "[...] entre outras coisas, pesquisadores independentes e pessoas que conseguem aprender ao longo da vida". Dessa forma, conceber a biblioteca profissionalizante como biblioteca *forum* é também evidenciar o seu papel educativo e, consequentemente, de mediação bibliotecária e de formação para a Competência em Informação.

Entretanto, para que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação possam contribuir significativamente para a construção de uma prática educativa relevante no contexto da Educação Profissional e Tecnológica a partir das bibliotecas e solidificá-las como "[...] unidades essenciais no processo de educação crítica e integral dos estudantes, tendo como ponto de partida a prática social da formação de trabalhadores" (Silva; Cavalcante; Parra Valero, 2024), é essencial compreender a estrutura e funcionamento da própria modalidade no contexto em que é ofertada (Martina; Jones, 2006). Por isso, no presente capítulo, optou-se pela compreensão da Educação Profissional e Tecnológica como experienciada no contexto ibero-americano.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CONTEXTO IBERO-AMERICANO

Segundo a Secretaria-Geral Ibero-Americana (2026, on-line), a Comunidade Ibero-americana é composta pelos seguintes países: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela.

A escolha de tal comunidade se deve ao fato de que os países que a compõem estão historicamente interligados, inicialmente devido ao violento processo de colonização empreendido por Espanha e Portugal a partir do século XV no território atualmente conhecido como América e, posteriormente, pelo fato de que, ao longo dos anos nesses países, as relações entre trabalho e educação profissional refletiram e deram continuidade às relações de dependência típicas do capitalismo que perduraram mesmo após suas independências (Fernandes, 1975; Cunha, 2005). Mais recentemente, as nações que conformam a comunidade vêm se reunindo por meio de plataformas como a Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB), como estratégia de promover a "[...] articulação entre governos, instituições e a sociedade civil, com o objetivo de fortalecer o diálogo político e promover iniciativas conjuntas no espaço ibero-americano face a desafios comuns" (Secretaria-Geral Ibero-americana, 2026, on-line).

Para encontrar dados que permitissem formar um panorama da estrutura e da organização da Educação

Profissional e Tecnológica nesse contexto, pesquisou-se em sites oficiais e governamentais termos como “lei da educação”, “lei da formação profissional”, “lei do ensino superior”, “lei da educação profissional”, “ley de la educación”, “ley de formación profesional”, “ley de la educación superior”, “ley de la educación profesional” associados ao nome do país de interesse no momento, sob a premissa de que tais documentos apresentassem de forma precisa a estrutura e o funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica de cada país. Dentre as fontes documentais mais encontradas estavam boletins, gazetas e jornais de caráter nacional, sites de Ministérios da Educação e/ou do Trabalho e, até mesmo, sites associados à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e o Desenvolvimento (UNESCO).

Os dados obtidos passaram por organização, registro e análise. Para alcançar o objetivo do capítulo, a análise levou à categorização dos dados em três grupos, sendo eles: Leis e Legislação, Organização e Funcionamento, e Institucionalidade. A partir da compreensão dessas três categorias tornou-se possível identificar como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação podem colaborar com a Educação Profissional e Tecnológica, tendo como recorte os países que participam da Comunidade Ibero-americana, de maneira a pensar formas de contribuir significativamente para a construção de práticas educativas relevantes na formação profissional de estudantes a partir das bibliotecas.

3.1 Leis e Legislação sobre Educação Profissional e Tecnológica no contexto ibero-americano

Na análise dos dados a partir da primeira categoria, constatou-se que a Educação Profissional e Tecnológica não é sempre regulamentada por meio de leis próprias no contexto ibero-americano (Quadro 1). De modo geral, a modalidade educacional é tratada como seção em pelo menos 10 leis nacionais de educação e o mesmo acontece quando se trata de leis nacionais de ensino superior, uma vez que, em pelo menos 9 países, a Educação Profissional e Tecnológica é entendida como modalidade de ensino atrelada aos estudos de graduação, refletindo a sua classificação como CINE 5 (Educação Superior de Ciclo Curto).

Quadro 1: Legislação que regula a oferta de Educação Profissional e Tecnológica

Tipo de documento	Título do documento
Lei da Educação Nacional e correlatas	Lei qualificada da Educação (Andorra), Lei de ordenamento do sistema educativo andorrano (Andorra), Lei da Educação "Avelino Siñani - Elizardo Pérez" (Bolívia), Lei Geral da Educação (Colômbia), Lei Geral de Educação (República Dominicana), Lei Orgânica da Educação Intercultural (Equador), Lei da Educação Nacional (Guatemala), Lei Fundamental da Educação (Honduras), Lei Geral da Educação (México), Lei Geral da Educação (Nicarágua), Lei Orgânica da Educação (Panamá), Lei Geral da Educação (Uruguai), Lei Orgânica da Educação (Venezuela).
Lei da Educação Profissional e Tecnológica	Lei de criação do sistema de validação da aprendizagem baseada em experiência (Andorra), Decreto da criação do diploma profissional avançado (Andorra), Lei de Educação Técnico Profissional (Argentina), Lei da Educação Profissional e

nacional e correlatas	Tecnológica (Brasil), Lei que organiza o serviço público da educação superior nas modalidades de formação técnica profissional e tecnológica (Colômbia), Lei da Educação e Formação Técnica Dual (Costa Rica), Lei da formação e desenvolvimento da força de trabalho qualificada (Cuba), Lei da formação profissional (El Salvador), Lei Orgânica da ordenação e integração da Formação Profissional (Espanha), Regulamento das carreiras de *Bachillerato* Técnico Profissional (Honduras), Decreto-lei que cria os cursos técnicos superiores profissionais (Portugal).
Lei do Sistema Nacional de Educação Profissional e correlatas	Lei do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) (Colômbia), Regulamento do Sistema de Educação Técnica e Tecnológica (SISEA) de Educação Técnica e Tecnológica de Nível Superior (Honduras), Lei Orgânica do Instituto Técnico de Capacitação e Produtividade (INTECAP) (Guatemala), Decreto-lei que reestrutura o sistema de formação profissional, capacitação para o trabalho na gestão empresarial e dita outras disposições (Panamá), Resolução de certificação por microcredenciais pelo Instituto Técnico Superior Especializado (ITSE) (Panamá), Lei que regula o funcionamento dos centros de educação pós-média e os institutos superiores ou centros de ensino superior (Panamá), Lei que cria o Serviço Nacional de promoção profissional (SNPP) (Paraguai), Lei que cria o Sistema Nacional de Formação e Capacitação para o trabalho (SINAFOCAL) (Paraguai),
Lei do Ensino Superior nacional e correlatas	Lei da Educação Superior (Colômbia), Lei da Educação Superior (Chile), Lei da Educação Superior, Ciência e Tecnologia (República Dominicana), Lei Orgânica da Educação Superior (Equador), Lei Orgânica da Universidade de San Carlos de Guatemala (Guatemala), Lei Geral da Educação Superior (México), Lei de autonomia das instituições de Educação Superior (Nicarágua), Lei de reconhecimento de títulos e graus acadêmicos da

	Educação Superior e Técnico Superior (Nicarágua), Lei da Educação Superior (Paraguai)
Outro tipo de legislação	Regulamento da Educação Não Formal (Honduras), Decreto-lei que altera o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento (Portugal), Decreto-lei que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

Fonte: elaboração própria (2026).

Por outro lado, cabe destacar que, em pelo menos 10 países, é possível encontrar leis nacionais específicas para a Educação Profissional e Tecnológica e, além dessas leis, é possível encontrar pelo menos 5 países que regulam essa modalidade educativa a partir de legislação voltada à criação e estruturação de sistemas próprios de Educação e Formação Técnica e Profissional. Tal quadro revela o fato de que o ensino profissionalizante vem se tornando um tipo de formação educacional cada vez mais relevante, cujo tratamento especializado evidencia sua importância na qualificação / requalificação da força de trabalho nacional.

Esse panorama aponta também para o fato de que a legislação sobre a Educação Profissional e Tecnológica na Comunidade Ibero-Americana é diversa e quase sempre dispersa em documentos que vão desde leis gerais de educação, leis específicas para cada tipo e/ou nível de curso ou programa de formação profissional oferecido, até leis que estabelecem instituições nacionais encarregadas de gerir diretamente a questão da formação profissional em cada país. Apesar de dificultar a recuperação de informações legais sobre a Educação Profissional e Tecnológica em cada país, tal situação revela a própria pervasividade da modalidade e a multiplicidade de formações que são possíveis de serem

previstas atreladas ao seu objetivo principal que é a formação de trabalhadores.

3.2 Organização e funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica no contexto ibero-americano

Tendo em mãos a documentação legal a respeito da Educação Profissional e Tecnológica no contexto ibero-americano, tornou-se então possível identificar a estrutura e o funcionamento da modalidade em cada país. Após o levantamento e a compilação dos dados sobre os tipos de oferta de formação profissional encontrados na região, identificou-se que eles podem ser categorizados em pelo menos quatro níveis: 1 - formação e/ou qualificação profissional básica integrada ou não ao ensino regular básico; 2 - formação técnica intermediária integrada ou não ao ensino secundário e pós-secundário; 3 - educação profissional técnica e tecnológica de nível superior; e 4 - formação profissional em nível de pós-graduação, principalmente, por meio de especializações, mestrados e doutorados profissionais.

No Quadro 2, é possível relacionar os níveis às modalidades de ensino profissional ofertadas em cada país.

Quadro 2: Níveis e Modalidades de Oferta de Educação Profissional e Tecnológica

Nível de Ensino	Modalidade de Oferta (em cada país)
Formação e/ou qualificação profissional básica integrada ou não ao ensino regular básico	Capacitação Profissional (Andorra), Validação de aprendizagem baseada em experiência (Andorra), Aprendizado ao longo da vida (Andorra), Formação profissional (Argentina), Educação primária comunitária vocacional (Bolívia), Formação técnica e tecnológica (Bolívia), Formação inicial e continuada ou qualificação profissional (Brasil), Educação Laboral (Colômbia), Formação vocacional e orientação profissional

	(Cuba), Formação de trabalhadores qualificados (Cuba), Formação para o mundo do trabalho (Chile), Educação Vocacional Laboral - Subsistema de educação de adultos (República Dominicana), Formação profissional inicial (El Salvador), Formação profissional complementar (El Salvador), Acreditação parcial de competência (Espanha), Certificado de competência (Espanha), Certificado profissional (Espanha), Capacitação laboral (Guatemala), Formação técnico-profissional (Panamá), Capacitação laboral (Panamá), Microcredencial (Panamá), Formação técnico-profissional (Paraguai), Aprendizagem (Perú), Práticas pré-profissionais (Perú), Ciclo Básico da Educação Técnico-Produtiva (Peru), Cursos de aprendizagem (Portugal), Formação profissional básica e superior (Uruguai), Educação não formal (Uruguai).
Formação técnica intermediária integrada ou não ao ensino secundário e pós-secundário	*Bachillerato* profissional (Andorra), Formação Técnico Profissional de Nível Médio (Argentina), Educação secundária comunitária produtiva (Bolívia), Formação técnica e tecnológica (Bolívia), Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Brasil), Educação Técnica Média (Colômbia), Educação e Formação Técnica Dual (Costa Rica), Formação Profissional de Nível Médio (Cuba), Educação Média de Formação Técnica Profissional (Chile), Educação de Adultos no Nível de Educação Média Técnica Profissional (Chile), Nível Médio Técnico Profissional - Segundo Ciclo Médio (República Dominicana), *Bachillerato* técnico - integral (Equador), *Bachillerato* complementar técnico produtivo (Equador), Ciclo formativo de grau médio (Espanha), Cursos de Especialização de Grau Médio (Espanha), Experimental básico com orientação vocacional (Guatemala), Educação Diversificada (Guatemala), *Bachillerato*

	Técnico Profissional (Honduras), *Bachillerato* Tecnológico (México), Profissional Técnico *Bachiller* (México), Tecnólogo (México), Educação Técnica Básica (Nicarágua), Educação Técnica Média (Nicarágua), *Bachillerato* Técnico (Nicarágua), Programas Especiais (Nicarágua), *Bachillerato* Técnico Profissional (Paraguai), Ciclo Médio (Peru), Cursos profissionais que podem se integrar ao secundário (Portugal), Educação Tecnológica - *Bachilleratos* Tecnológicos (Uruguai), Formação Técnico-Profissional - Tecnicaturas (Uruguai), *Bachiller* Técnico (Venezuela), Técnico Médio (Venezuela).
Educação profissional técnica e tecnológica de nível superior	Diploma profissional avançado (Andorra), Educação Profissional em nível superior não universitário (Argentina), Educação Superior de Formação Profissional (Bolívia), Educação Profissional Tecnológica de Graduação (Brasil), Técnico de nível superior (Colômbia), Tecnológico de nível superior não universitário (Colômbia), Educação profissional de nível superior (Cuba), Educação superior técnico-profissional (Chile), Técnico Superior (República Dominicana), Terceiro nível técnico-tecnológico superior (Equador), Terceiro nível de graduação - Formação básica (Equador), Graduação Tecnológica (El Salvador), Graduação Técnica (El Salvador), Ciclo formativo de grau superior (Espanha), Educação Técnica de Nível Superior (Guatemala), Técnico Superior (Honduras), Técnico universitário ou tecnológico (Honduras), Técnico superior universitário ou profissional associado (México), Educação Técnica Superior (Nicarágua), Educação Técnica Superior (Panamá), Educação Tecnológica de Nível Superior (Paraguai), Técnico Superior (Paraguai), Técnico - Nível Superior (Peru), Profissional Técnico - Nível

	Superior (Peru), Profissional - Nível Superior (Peru), Cursos superiores profissionais (Portugal), Educação Tecnológica Superior (Uruguai), Técnico Universitário (Venezuela).
Formação profissional em nível de pós-graduação, principalmente por meio de especializações, mestrados e doutorados profissionais	Educação profissional tecnológica de pós-graduação (Brasil), Pós-graduação tecnológica (Equador), Mestrado técnico-tecnológico (Equador), Especialização de nível superior (Espanha),

Fonte: elaboração própria (2026).

Identifica-se, a partir dessa categorização, que a Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade de ensino voltada a atender às necessidades de formação para o trabalho em todas as etapas da vida. Ela está na qualificação/requalificação de trabalhadores, na formação de profissionais técnicos de nível médio (em integração ou não com o ensino regular), bem como na formação de profissionais de ensino superior. Além disso, mesmo que ainda de forma tímida, percebe-se a progressão da formação profissional até mesmo para o campo da pós-graduação, com a oferta de cursos de especialização, mestrado e doutorados técnicos/profissionais.

3.3 A institucionalidade da Educação Profissional e Tecnológica no contexto ibero-americano

Tendo como base a categoria institucionalidade, os dados apontam que para atender às necessidades subjacentes à oferta dos cursos e programas profissionalizantes

supracitados, as leis, os decretos e os regulamentos nacionais sobre Educação Profissional e Tecnológica indicam a possibilidade de eles serem ministrados tanto em escolas e universidades tradicionais como em centros e/ou instituições especializadas na modalidade.

No Quadro 3, é possível identificar os principais tipos de IEPTs que são previstos na legislação ibero-americana de Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando também as variações locais de suas nomenclaturas.

Quadro 3: Tipos de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica

Tipo	Nomenclatura específica (por país)
Centros	Centros de formação profissional (Andorra), Centros de Formação Profissional Superior (Andorra), Centros de formação profissional (Argentina), Centros de Capacitação Técnica (Bolívia), Centros de Formação para a Empregabilidade (Costa Rica), Centros Educativos (Costa Rica), Centros de Formação Técnica (Chile), Centros de Formação Profissional (Espanha), Centro de Educação com Orientação Vocacional (Guatemala), Centros de Formação Técnico Superior (Honduras), Centros de Formação Técnico-Profissional (Honduras), Centros e programas integrados no subsistema de educação técnica e profissional (Nicarágua), Centros de Educação Técnica Superior (Nicarágua), Centros de Educação Pós-média (Panamá), Centros de Formação Profissional (Peru), Centros e Instituições de Formação Técnico-Produtiva (Peru), Centros Educativos (Uruguai).

Instituições/Institutos	Instituições de educação técnica profissional de nível médio (Argentina), Instituições de educação técnico profissional de nível superior ou não universitário (Argentina), Instituições de formação profissional (Argentina), Institutos Técnicos e Tecnológicos (Bolívia), Instituições especializadas em educação profissional (Brasil), Instituições técnicas profissionais (Colômbia), Instituições universitárias (Colômbia), Instituições politécnicas (Cuba), Instituições educativas para o desenvolvimento da formação vocacional e orientação vocacional (Cuba), Instituições de nível educativo médio superior (Cuba), Instituições profissionais (Chile), Institutos Técnicos de Estudos Superiores (República Dominicana), Instituições de Formação Profissional, Laboral e Ocupacional (República Dominicana), Instituições dedicadas à formação profissional (El Salvador), Institutos Tecnológicos (El Salvador), Institutos Técnicos (Guatemala), Institutos Tecnológicos (Guatemala), Instituições de educação básica (México), Instituições de educação superior (México), Institutos Técnicos Superiores (Panamá), Institutos de Formação Profissional de Terceiro Nível (Paraguai), Institutos Superiores Politécnicos (Portugal), Institutos Universitários Tecnológicos (Venezuela).
Escolas	Escolas de capacitação laboral (Argentina), Escolas de artes e ofícios (Argentina), Escolas Superiores Tecnológicas Fiscais (Bolívia), Escolas tecnológicas (Colômbia),

	Escolas (República Dominicana), Escolas (Honduras), Escolas Profissionais (Portugal)
Entidades	Entidades formadoras certificadas (Portugal)
Universidades	Universidades (Guatemala).

Fonte: elaboração própria (2025).

A existência dessas instituições educativas pressupõe que elas podem até se assemelhar a instituições educativas tradicionais como escolas e universidades, mas se diferenciam delas por apresentar peculiaridade e características específicas.

O foco na formação e na qualificação/requalificação de trabalhadores em ocupações específicas e reconhecidas no mundo do trabalho de nível básico, técnico e tecnológico apontam para a necessidade de que suas instituições disponibilizem salas de aula, oficinas e laboratórios especiais que atendam às necessidades educativas de seus estudantes. Além disso, abrem espaço para que se conceba bibliotecas que tenham como propósito promover o acesso aos conhecimentos teóricos e práticos historicamente produzidos de maneira a possibilitar aos estudantes desenvolver habilidades profissionais baseadas em informação. É tomando essa evidência como ponto de partida que se acredita aqui ser possível alcançar o objetivo inicialmente proposto neste capítulo, de maneira a apontar como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação podem colaborar com a Educação Profissional e Tecnológica, por meio da contribuição significativa para a construção de práticas educativas relevantes na formação profissional de estudantes a partir das bibliotecas.

4 CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA BIBLIOTECONOMIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA IBERO-AMERICANA

Diante da estrutura e do funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica no contexto ibero-americano acima revelado, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação devem olhar para esse cenário como uma oportunidade de criar novos espaços de atuação. Dessa forma, serviços, produtos, práticas educativas e ambientes informacionais devem ser pensados tendo em vista atender aos objetivos, às necessidades, às estruturas e ao funcionamento de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, assumindo nelas um lugar de preponderância no processo de formação profissional dos estudantes/trabalhadores a partir de uma perspectiva informacional.

A partir do referencial teórico e dos dados obtidos na pesquisa documental, evidencia-se a existência de pelo menos três formas pelas quais a Biblioteconomia e a Ciência da Informação podem contribuir efetivamente para Educação Profissional e Tecnológica na perspectiva da formação profissional de seus estudantes: a) propor a criação de bibliotecas profissionalizantes nas IEPTs sob o conceito de biblioteca *forum*; b) enfatizar o papel educativo da biblioteca por meio da mediação bibliotecária; e c) integrar de forma efetiva a competência em informação à Educação Profissional e Tecnológica.

Tendo como pressuposto o conceito de biblioteca *forum*, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação podem agregar à Educação Profissional e Tecnológica meios concretos, inovadores e impactantes na vida dos discentes, de maneira a reafirmar o que Perotti (2023) entende como potencialização e qualificação dos processos educativos, de maneira a contribuir para a criação de relações substanciais e vinculantes com o conhecimento. Para isso, é necessário lutar para que as IEPTs, assim como já acontece nas escolas e nas universidades, invistam em bibliotecas e as conceba a partir da perspectiva da biblioteca *forum*.

Consequentemente, essa concepção levaria à defesa contundente da biblioteca e do bibliotecário na gestão, planejamento e organização dos processos educativos baseados em informação nas Instituições de Educação Profissional e Tecnológica. A Mediação Bibliotecária seria, no contexto ibero-americano, indispensável para proporcionar aos estudantes ligados a cursos de formação profissional, técnica e tecnológica o acesso efetivo aos conhecimentos técnicos-científicos ligados a sua área de atuação, mas também o desenvolvimento da capacidade de atrelar tais conhecimentos aos pressupostos culturais locais, regionais e globais em que estão inseridos. Dessa forma, para além do mero contato com a informação técnica, os estudantes poderiam desenvolver um senso crítico em relação a como essa informação é produzida e disseminada, e como ela pode ser entendida sob uma diversidade de pontos de vistas culturais, considerando o caldeirão cultural que é a América Latina e a Península Ibérica.

Caberia destacar a necessidade de que as bibliotecas profissionalizantes fornecessem espaços flexíveis que pudessem ser usados para uma variedade de atividades de maneira a complementar o processo educacional dos trabalhadores em formação, superando assim o mero acesso a uma ampla variedade de materiais informativos e incluindo definitivamente as questões informacionais na formação profissional, técnica e tecnológica. Esse caminho poderia ser trilhado por meio da integração da Competência em Informação à Educação Profissional e Tecnológica

A interação com a informação, seja no seu acesso, avaliação ou utilização, seria, portanto, tomada sob a perspectiva da relação entre trabalho e educação e sob a compreensão de que todas as atividades humanas estão inseridas na dinâmica da cultura informacional contemporânea, tornando imprescindível a inserção da Competência Informacional em programas de formação técnico-profissional voltados à preparação dos atuais estudantes e futuros profissionais para atuarem em um mundo do trabalho cada vez mais informacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo teve como horizonte iniciar a discussão sobre as possibilidades de integração entre Biblioteconomia, Ciência da Informação e Educação Profissional e Tecnológica. Para isso, buscou compreender como se dá a estrutura e o funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica no contexto ibero-americano e, a partir disso, abordou conceitos como bibliotecas

profissionalizantes, mediação bibliotecária e competência em informação como forma de evidenciar a dimensão informacional intrínseca à educação dos trabalhadores.

A contextualização na Comunidade Ibero-americana foi realizada por meio de uma investigação documental, recuperando leis, decretos e regulamentos que definissem como se estruturava a modalidade em cada um dos países que pertencem à região, determinando níveis de ensino e instituições em que deveriam ser ofertados. Chegou-se à conclusão de que cada país tem uma estrutura específica de formação profissional, com níveis diferentes, mas similares (que podem ir desde a formação básica à pós-graduação) e passíveis de serem oferecidos em centro educativo especializados ou Instituição de Educação Profissional e Tecnológica (IEPT).

Diante dos resultados e do debate aqui apresentado, conclui-se que a principal contribuição da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para a Educação Profissional e Tecnológica estaria na luta pela criação, fortalecimento e solidificação das bibliotecas profissionalizantes no seio das instituições especializadas em formação profissional. Tais bibliotecas teriam como objetivo auxiliar na formação de trabalhadores, possibilitando-lhes ter acesso a uma educação integral que supere o instrumentalismo, aponte para a inclusão definitiva dos fenômenos informacionais, bem como socioculturais no currículo de maneira crítica e reflexiva.

Encerra-se este capítulo, porém, apontando para o fato de que ainda há muito a investigar sobre essa temática. É necessário abordar com mais profundidade o conceito de

biblioteca profissionalizante e contribuir de forma muito mais consolidada com a Educação Profissional e Tecnológica a partir da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Tal contribuição pode se dar por meio da reflexão e da prática bibliotecária no ensino profissionalizante, mas também na ampliação da discussão política dentro das associações de bibliotecas pela consolidação do modelo de bibliotecas profissionalizantes nos países que compõem a Comunidade Ibero-americana, respeitando suas particularidades e peculiaridades.

REFERÊNCIAS

AUSTRALIAN LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION. *Guidelines for Australian VET Libraries.* Deakin, ACT: ALIA, 2019. Disponível em: https://read.alia.org.au/alia-guidelines-australian-vet-libraries. Acesso em: 11 maio 2026.

BOLAÑOS, Fernando et al. An understanding of school libraries within the technical vocational education and training system: Chile´s CRA school libraries. *Journal of Librarianship and Information Science*, v. 57, n. 2, p. 1-13, 2024. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/09610006231222625?mi=ehikzz. Acesso em: 11 maio 2026.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo.* 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

DAI, Jiali; JAMBARI, Hanifah; NOH, Nur Hazirah; HISHAM, Mohd Hizwan Mohd. Information literacy research of technical and vocational education and training in China in

the past 10 years: a systematic literature review. *Frontiers in Education,* [s. l.], v. 9, p. 1-11, Sept. 2024. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/education/articles/10.3389/feduc.2024.1442650/full. Acesso em: 11 maio 2026.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNÁNDEZ-RAMOS, Andrés. La labor formativa en las bibliotecas universitarias: evolución y adaptación. *Anuario ThinkEPI,* v. 17, p. 1-5, 2023. Disponível em: https://thinkepi.scimagoepi.com/index.php/ThinkEPI/article/view/91583/66342. Acesso em: 11 maio 2026.

LLUCH, Gemma. La biblioteca escolar, un espacio imprescindible. *Clip de SEDIC,* n. 88, p. 45-56, 2023. Disponível em: https://edicionsedic.es/clip/article/view/130/96. Acesso em: 23 jun. 2025.

MARTINA, Cecily; JONES, Brad. Employing evidence: does it have a job in vocational libraries? *Evidence Based Library and Information Practice,* v. 1, n. 1, p. 26-36, 2006. Disponível em: https://journals.library.ualberta.ca/eblip/index.php/EBLIP/article/view/16/60. Acesso em: 11 maio 2026.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; HEINRICH, Fernanda Rodrigues. Biblioteca escolar: um espaço por excelência para práticas de ensino e de aprendizagem. In: MORO, Eliane Lourdes da Silva; TERSO, Iole Costa; SIENNA, Maria Marta. *#somostodosbibliotecaescolar, ou, (Somos Todos Biblioteca Escolar).* Brasília: CFB, 2021. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249954/001147968.pdf?sequence=1. Acesso em: 11 maio 2026.

PERROTTI, Edmir. Biblioeducação, rompendo paradigmas: transversalidade e verticalidade na Era da Informação. *Brazilian Journal of Information Science:* research trends, v. 17, n. esp., p. 1-18, 2023. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/15162/15548. Acesso em: 11 maio 2026.

SECRETARIA-GERAL IBEROAMERICANA. *Quem somos.* 2026. Disponível em: https://segib.org/pt/o-que-e-a-ibero-america/quem-somos/. Acesso em: 11 maio 2026.

SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAJE. *Plan nacional de alfabetización informacional en el SENA:* ¡Alfabetizate! Un mundo de información. [S. l.]: Sistema de Bibliotecas de SENA, 2012. Disponível em: https://biblioteca.sena.edu.co/images/PDF/ALFIN%20en%20el%20SENA.pdf. Acesso em: 11 maio 2026.

SILVA, Carlos Robson Souza da. Análise das três últimas edições do evento Faróis de Alexandria a partir de um framework para a inserção da Competência em Informação na Educação Profissional e Tecnológica. *Revista de Investigación sobre Bibliotecas, Educación y Sociedad,* Madrid, v. 2, p. 1-11, 2025. Disponível em: https://revistas.ucm.es/index.php/RIBE/article/view/102685/4564456573035. Acesso em: 11 maio 2026.

SILVA, Carlos Robson Souza da; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; PARRA VALERO, Pablo. Formação para o trabalho: categoria central para a definição da identidade das bibliotecas no contexto da educação profissional e tecnológica. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 17, n. 3, p. 164-174, jan./abr. 2024. Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/53066. Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, Carlos Robson Souza da; FERNANDES, Cinthia Thamiris. Mediação bibliotecária no contexto da educação profissional e tecnológica: um relato de experiência. *Folha de Rosto,* v. 7, n. 3, p. 30-62, 8 jan. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/730. Acesso em: 10 maio 2026.

SOUSA, Maria Eliziana Pereira de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Infoeducação e mediação da informação: uma perspectiva freiriana para as bibliotecas educativas. *Revista EDICIC,* San José, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2022. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/258959. Acesso em: 11 maio 2026.

UNESCO. *ISCED 2011:* International Standard Classification of Education. Montreal: UNESCO Institute for Statistics, 2012. Disponível em: https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/international-standard-classification-of-education-isced-2011-en.pdf. Acesso em: 11 maio 2026.

VERIA HUISA, Elizabeth. Construcción de ciudadanía: el rol democratizador de las bibliotecas del Perú. *Encontros Bibli,* Florianópolis, v. 28, dossiê especial, p. 1-27, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92971/53890. Acesso em: 11 maio 2026.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO ESPAÇOS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO: MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA DE ARTES VISUAIS PARQUE LAGE E NO MUSEU DE ARTE DO RIO[1] [2]

Rubia Luiza da Silva

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas ultrapassam, em muito, a função de simples repositórios de livros, elas também são guardiãs do conhecimento, espaços de transformação social, política e fundamentais para a democratização do acesso à informação. Nessa perspectiva, a atuação delas não pode ser pensada separadamente da sociedade em que se inserem. Como afirma Cardoso (2015, p. 19), a biblioteca pública é uma instituição social, portanto orientada por ideologias e formas de relacionamento e, sendo o Brasil um país profundamente marcado pelo preconceito e pela discriminação étnico-racial, torna-se impossível que as bibliotecas públicas fiquem privadas das marcas do racismo.

[1] O presente capítulo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

[2] Empregou-se neste trabalho recursos de Inteligência Artificial Generativa para revisão e melhoria textual. Os resultados gerados pela ferramenta foram conferidos e validados pela autoria, não substituindo as suas interpretações e inferências. A autoria é a única responsável pelo conteúdo e responde por eventuais erros.

Enraizadas na cultura brasileira, as questões raciais no Brasil se expressam de maneira velada e, muitas vezes, silenciosa nas instituições culturais e informacionais como um mecanismo para deslegitimar discussões étnico-raciais, negando as persistentes desigualdades e o racismo presente no país. Desenvolvido e conceituado por Abdias do Nascimento (2016), o mito da democracia racial funciona como esse mecanismo. Esse mito permeia também nas bibliotecas que, ao longo de sua história, constituíram-se como espaços da hegemonia branca, negando sistematicamente o acesso informacional de pessoas racializadas, não apenas o acesso ao ambiente físico, mas à produção intelectual de grupos não-brancos.

No campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI), os debates relacionados às questões antirracistas vêm crescendo e têm sido pautados por algumas(ns) pesquisadoras(es) e docentes. Lima e Silva (2018, p. 100) apontam que construir uma Biblioteconomia Afrodiaspórica vai além de valorizar temáticas relacionadas aos afrodescendentes, pois trata de formar profissionais para exercer a profissão de uma forma mais humana, reflexiva, que promova o respeito à diversidade e aos saberes de populações historicamente oprimidas. Diante das discussões, a responsabilidade dessas áreas do conhecimento é, portanto, estrutural e não apenas temática.

As bibliotecas públicas especializadas, no contexto das artes visuais, assumem papel significativo e importante ao possibilitar articulação entre patrimônio, memória, diversidade e formação crítica. A linguagem das artes visuais

possui potência política específica, pois ela nomeia, representa, desloca, subverte temas atuais que estão passando por um processo de complexidade. Quando bibliotecas especializadas em artes visuais colocam essa linguagem a serviço do debate racial, estão operando simultaneamente no campo da informação, da estética e da política cultural e social.

É nesse campo que se situa esta pesquisa, cujo objetivo central é analisar as mediações culturais da informação étnico-racial realizadas pela Biblioteca Centro de Documentação da Escola de Artes Visuais do Parque Lage (EAV) e pela Biblioteca e Centro de Documentação do Museu de Arte do Rio (MAR), dois espaços com acesso livre ao público que desenvolvem atividades culturais voltadas para a diversidade racial. Os objetivos específicos da pesquisa foram: analisar, por meio do referencial teórico, os aspectos da mediação cultural da informação em bibliotecas públicas de artes visuais com foco em questões étnico-raciais; mapear as ações de mediação cultural da informação que explicitamente abordam questões étnico-raciais nas bibliotecas estudadas; e discutir as ações de mediação cultural da informação étnico-racial desenvolvidas nas bibliotecas selecionadas.

A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa e metodologia de estudo de caso descritivo e exploratório. O corpus de análise foi constituído por meio de mapeamento dos perfis institucionais no Instagram das duas bibliotecas, com observação direta das ações divulgadas e das fotografias registradas nesses espaços informacionais entre os anos de 2019 e 2023. A escolha do Instagram como instrumento

metodológico se justifica por ser a principal plataforma de divulgação das atividades culturais das instituições estudadas, com maior frequência de atualização em relação ao Facebook e Twitter, bem como por registrar com maior fidelidade as práticas pedagógicas e mediadoras realizadas nesses espaços.

A relevância da investigação está ancorada na compreensão de que as bibliotecas públicas têm responsabilidade ativa na (re)construção da identidade racial da população. Flusser (1983) já convocava os profissionais da informação a repensar o papel da biblioteca como espaço de ação cultural, questionando o modelo da biblioteca como mero depósito de livros. Freire (2022) afirma que a ação cultural está a serviço da dominação – consciente ou inconscientemente por parte de seus agentes – ou está a serviço da libertação dos homens. Investigar como bibliotecas públicas de artes visuais desenvolvem práticas de mediação cultural voltadas para questões étnico-raciais é, portanto, investigar os contornos possíveis de uma Ciência da Informação comprometida com a transformação social.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A mediação da informação é compreendida, no campo da Ciência da Informação, como um processo dialógico que implica interferência intencional na realidade com o objetivo de habilitar os sujeitos a apropriar-se das informações produzidas socialmente. Almeida Júnior (2009, p. 93) afirma que a informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente, estando imersa em

ideologias e interesses econômicos, políticos e culturais. Não há, portanto, mediação neutra, ou seja, toda mediação é, em algum grau, um ato político. O próprio conceito de neutralidade, frequentemente evocado como ideal da prática bibliotecária, precisa ser discutido dentro do campo. Almeida Júnior (2016) argumenta que a ideia de interferência se contrapõe à de neutralidade e imparcialidade, que os próprios instrumentos e ferramentas técnicas dos quais o bibliotecário se vale para o trabalho de organização e armazenamento da informação também interferem, uma vez que são estruturados a partir de correntes filosóficas e formas específicas de entender e explicar o mundo. A noção de uma suposta neutralidade origina-se em um contexto histórico marcado por exclusões e pela ausência de diversidade e esconde, sob aparência de imparcialidade, estruturas de dominação racial e cultural.

Gomes (2014, p. 50) compreende a mediação como processo dependente do processo de comunicação, da adoção de linguagens e de dispositivos de comunicação, assim como do domínio dessas linguagens por parte do mediador, que é o agente de aproximação entre polos, também aquele que deve promover o conhecimento e o domínio desses recursos por parte dos sujeitos envolvidos na ação mediadora. Nessa perspectiva, o mediador não é apenas intermediário, ele é produtor de sentidos.

Segundo Perrotti e Pieruccini (2014, p. 10), a mediação não é somente um ato funcional ou de âmbito restrito, ela é também discurso, ato de produção de sentidos que se realiza no campo amplo e dinâmico da cultura. O mediador, ao

interferir no acesso e na circulação da informação, interfere também na construção de subjetividades, na reprodução ou contestação de narrativas dominantes e na formação de identidades culturais.

A informação, nessa perspectiva, é compreendida como fenômeno dinâmico e socialmente construído, indissociável das interações sociais e dos processos de comunicação. Para Azevedo e Marteleto (2008, p. 277), a informação é produto de uma construção social que ocorre em um contexto cultural-histórico-político, marcado por diferenças e disputas de classe, não apenas de natureza econômica e material, mas também simbólica. A informação desempenha papel fundamental como recurso de poder nas esferas econômica, social e política, pois ela nomeia, classifica, hierarquiza, inclui e exclui.

Para Gomes (2021, p. 137), a mediação da informação se faz processo articulador e agenciador do espaço do debate e da problematização, propício ao exercício da crítica que favorecerá o processo de apropriação da informação. Essa compreensão desloca o usuário da categoria de mero receptor e o coloca como ator central do processo de construção de conhecimento, no qual tem consequências diretas para pensar as práticas de mediação em contextos de desigualdade racial.

Gomes (2020, p. 18) sintetiza o compromisso que se impõe ao mediador consciente:

> [...] à existência das dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política da mediação da informação, assim como a consciência quanto ao necessário exercício da práxis colocam em

> pauta a urgência da formação do mediador como um intelectual orgânico da área. Ao mediador consciente cabe compreender como o seu trabalho com a informação também é constitutivo da estrutura social vigente, do mesmo modo o quanto e como os agenciamentos dos quais participa ou pelos quais age na mediação guardam potência contributiva às lutas que se colocam por transformações estruturais.

Assim, a prática da mediação da informação é, inevitavelmente, também uma prática política. A pergunta que se coloca para as bibliotecas públicas especializadas não é se elas interferem na realidade racial brasileira, mas como interferem, se reproduzindo estruturas de exclusão ou contribuindo para a construção de espaços informacionais verdadeiramente democráticos e plurais.

3 MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO E PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL

A mediação cultural da informação é um conceito que emerge da articulação entre dois campos, que são: a mediação da informação e a mediação cultural, no qual propõe uma abordagem que reconhece a dimensão sociocultural como constitutiva dos processos informacionais. Bezerra e Cavalcante (2020, p. 6) formulam a mediação cultural da informação como um processo para aproximação e interlocução das diferentes formas culturais de compreensão dos fenômenos informacionais existentes nas sociedades, diferenciando-se ao englobar e propiciar compreensões interculturais dos fenômenos inseridos na lógica dos processos

das relações informacionais e culturais que circundam os sujeitos, para além somente de um contato estreito com a informação ou objeto cultural.

Essa distinção conceitual é fundamental, pois a mediação da informação se concentra nos aspectos ligados às necessidades informacionais e à interação do sujeito com a informação. A mediação cultural, por sua vez, abrange a dimensão mais ampla das relações socioculturais que o sujeito estabelece com o mundo. A mediação cultural da informação engloba ambas as dimensões, propondo que informação e cultura são indissociáveis.

Para Mendonça, Feitosa e Dumont (2019, p. 2), a informação é um fenômeno indissociável da cultura, algo construído, disseminado e reverberado a partir das relações advindas das dinâmicas humanas, que promovem sistemas, necessidades, classificações, buscas, usos e apropriações. A informação sociocultural já nasce enredada por teias mediacionais, sendo tanto culturais quanto informacionais. A compreensão do processo informacional exige, portanto, que se leve em conta o contexto cultural e, no caso brasileiro, isso significa necessariamente considerar as relações raciais.

Feitosa (2016, p. 102) formula de maneira precisa essa relação: a cultura é o processo através do qual o homem cria o algo onde antes imperava o nada, e as diversas modalidades de mediação são apenas sotaques diferenciados dessa mediação cultural. A mediação informacional é, por excelência, cultural, pois a informação só adquire sentido quando inserida em um contexto de práticas humanas compartilhadas. São essas práticas, atravessadas por história,

linguagem e relações de poder que determinam o que se informa, para quem, de que forma e com quais efeitos.

A mediação cultural da informação deve constituir um diálogo intercultural e decolonial, o que implica não apenas incluir vozes e saberes diversos, mas questionar ativamente as bases epistemológicas que definem o que conta como conhecimento legítimo nos espaços informacionais. Essa dimensão decolonial é de especial relevância para o debate étnico-racial, porque trata de reconhecer que os processos informacionais e culturais foram historicamente moldados por perspectivas eurocentradas que invisibilizaram e hierarquizaram saberes, memórias e identidades. Uma mediação cultural da informação comprometida com o debate antirracista precisa, portanto, enfrentar ativamente essas estruturas.

A informação étnico-racial, conceituada por Oliveira e Aquino (2012, p. 487), é compreendida como todo elemento inscrito num suporte físico, passível de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, tendo o potencial de produzir conhecimento sobre os aspectos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva de sua afirmação na diversidade humana. Esse conceito amplia as possibilidades de pensar o acervo, os serviços e a programação de uma biblioteca comprometida com a igualdade racial, que precisa considerar documentação legal, textos didáticos, manifestos, bibliografias, iconografias e todo material informacional visual e não-visual produzido em prol da promoção da igualdade racial.

Cardoso (2015, p. 34) sintetiza o que significa uma biblioteca democrática comprometida com a diversidade étnico-racial:

> Uma biblioteca que pretenda ser democrática precisa assumir a diversidade étnico-cultural do contexto que está inserida, abraçar a tarefa de analisar criticamente os conteúdos e imagens estereotipadas nos negros, mas também identificar as histórias silenciadas, recuperar, preservar e disseminar a memória relacionada com contribuição do negro na formação sociocultural brasileira, possibilitando aos usuários da biblioteca o convívio com a diversidade cultural.

A representatividade étnico-racial nas bibliotecas públicas especializadas não apenas valida as diversas identidades culturais presentes na sociedade, mas também fortalece o compromisso da biblioteca com a promoção da justiça social e da igualdade. Como afirma Chimamanda Ngozi Adichie (2009), o perigo da história única é que ela cria estereótipos – não porque sejam mentira, mas porque são incompletos, fazendo com que uma história se torne a única história. As bibliotecas que incorporam a informação étnico-racial em suas práticas mediadoras contribuem diretamente para romper com essa lógica de uma história única.

4 INSTITUIÇÕES CULTURAIS DE ARTE E BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESPECIALIZADAS

As instituições culturais desempenham papel fundamental na preservação, promoção e disseminação da informação, do conhecimento e da cultura de uma sociedade.

Coelho (1999, p. 219) caracteriza as instituições culturais como estruturas relativamente estáveis voltadas para a regulação das relações de produção, circulação, troca e uso ou consumo da cultura. Ao acolherem museus, bibliotecas, arquivos, centros culturais e escolas de artes, essas instituições operam como locais de referências culturais de uma sociedade e, por isso, são também locais de disputa pela representatividade e pela memória.

No Brasil, os primeiros museus surgiram com a chegada da família real portuguesa, influenciados por valores e padrões europeus, intrinsecamente ligados aos discursos científicos e nacionalistas da época. O objetivo era não apenas disseminar o conhecimento científico e as riquezas naturais da colônia, juntamente com as descobertas feitas em território brasileiro, mas também destacar o poder da classe abastada na nação em desenvolvimento. O Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2022) ampliou a definição de museu para incorporar termos como diversidade, comunidade e inclusão, reconhecendo explicitamente que os museus devem fomentar a diversidade e a sustentabilidade, com a participação das comunidades.

Nesse contexto, as escolas de artes visuais desempenham um papel peculiar e importante perante a sociedade. A Escola de Artes Visuais do Parque Lage, fundada por Rubens Gerchman em 1975 e vinculada à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, foi concebida desde a sua origem como escola livre, ou seja, sem graduação, aberta a todos. Um dos princípios que norteavam o Plano Diretor da EAV Parque Lage, conforme registra Saldanha (2019), é ser uma escola aberta, sem série e sem graduação; um centro

educacional de formação de artistas e profissionais do campo da arte contemporânea e um polo cultural voltado para formação de público. Essa perspectiva democrática da formação artística cria condições propícias para práticas culturais que desafiam as hierarquias raciais e estéticas dominantes.

O Museu de Arte do Rio (MAR), inaugurado em 2013, está situado na Praça Mauá, na zona portuária do Rio de Janeiro, que é uma área historicamente conhecida como Pequena África, território de grande densidade da cultura afro-brasileira. A missão da Escola do Olhar, vinculada ao MAR, inclui explicitamente a promoção do encontro entre diferentes culturas, línguas e comunidades, bem como o desenvolvimento de espaços de protagonismo para diferentes pessoas, instituições e grupos sociais, tendo como princípios norteadores o respeito aos valores democráticos, aos direitos humanos, à diversidade, à igualdade e à acessibilidade (MAR, 2019, p. 3). A localização geográfica do MAR e seus princípios institucionais criam um contexto singular para o desenvolvimento de práticas de mediação cultural étnico-racial.

As bibliotecas da EAV e do MAR se enquadram na categoria de bibliotecas públicas especializadas em artes visuais, conforme distinção estabelecida pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2021): são espaços com acervo, serviços e programação cultural voltados para uma área específica, mas que atendem ao público geral. Diferentemente das bibliotecas especializadas stricto sensu, que atendem a comunidades acadêmicas ou profissionais específicas, essas

bibliotecas têm o espaço público como referência de sua missão, o que amplia significativamente sua responsabilidade social.

Nesse sentido, Coelho (1997, p. 164) define como equipamento cultural todo aparelho ou objeto que torna operacional um espaço cultural. Nessa perspectiva, a biblioteca se constitui como equipamento cultural indispensável às instituições de artes, não apenas como repositório documental e bibliográfico, mas como agente ativo de construção de sentidos e de mediação entre o acervo, as práticas artísticas e o público. A biblioteca que incorpora ativamente a dimensão da mediação cultural da informação étnico-racial transforma-se, nas palavras de Gomes (2021, p. 125), em um espaço de cultura, muito mais do que um centro depositário da memória da humanidade e estoque de conhecimentos registrados.

5 MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA BIBLIOTECA DA EAV PARQUE LAGE

A análise das ações mediadas pela Biblioteca da EAV Parque Lage revelou um conjunto consistente e politicamente engajado de práticas de mediação cultural da informação étnico-racial, desenvolvidas especialmente entre 2019 e 2023. Essas práticas se organizam em torno de três eixos principais: o uso do espaço físico da biblioteca como lugar expositivo; realização de rodas de conversa, debates e eventos com temática racial; e produção e disponibilização de acervo especializado em questões étnico-raciais.

O Projeto Hospedando, uma das iniciativas da biblioteca, inaugurou sua primeira edição em 2019 com uma homenagem à intelectual e ativista Lélia Gonzalez. Curado e organizado pela curadora independente Tanja Baudoin com as bibliotecárias Juliana Machado e Rubia Luiza, o projeto articulou uma pesquisa histórica, exposição artística, produção de acervo e programação cultural em torno de figuras ou eventos relevantes para a escola. A primeira edição explorou em detalhes as contribuições de Lélia Gonzalez para a EAV Parque Lage, onde ela atuou como professora nos anos de 1970. Uma estante especial foi criada com novos livros sobre artistas negras, com foco em questões raciais, e o espaço da biblioteca foi inteiramente ocupado por obras de arte e documentos históricos.

As obras de três artistas negros compuseram essa exposição. A artista Millena Lízia, por meio de técnica mista de grafite e estêncil em papel paraná, propôs uma instalação que ecoa o discurso de Lélia Gonzalez sobre a posição precarizada das mulheres negras na interseção entre raça e gênero. As palavras DESEJO e DEJETO se entrelaçavam na obra, expondo a marca do desejo branco como fator de opressão e marginalização. Uma vitrine de vidro exibiu documentos históricos do acervo da Escola, datados da época em que Lélia Gonzalez atuou como professora, contextualizando historicamente suas lutas e contribuições. O artista Yhuri Cruz, a partir de pesquisa quantitativa, mapeou a presença de pessoas negras na EAV desde 2014 e propôs o Monumento-Documento à Presença, ou seja, um contrato que sugere o

compromisso da instituição de ter 50% de alunos, professores e artistas pretos em todas as suas atividades.

A programação cultural do projeto incluiu rodas de conversa com artistas negros participantes da exposição; debate sobre branquitude com três pesquisadoras dedicadas ao tema; evento de encerramento com a participação da atriz Zezé Motta, ex-aluna de Lélia Gonzalez, que compartilhou suas experiências como mulher negra na televisão brasileira e refletiu sobre o impacto político do curso de Lélia em sua vida; e, em 2020, lançamento de livreto que compilou as pesquisas e conversas realizadas ao longo do projeto. Esse conjunto de ações demonstra uma concepção ampliada de biblioteca como espaço de memória, debate e produção coletiva de conhecimento.

O Projeto Hospedando Lélia Gonzalez ilustra com precisão o que Almeida Júnior (2017) define como protagonismo: não uma ação assistencialista, mas uma intervenção direta no comportamento informacional dos indivíduos, com o propósito de facilitar a apropriação da informação e o desenvolvimento de consciência crítica. Ao articular acervo, arte, debate e memória em torno da figura de Lélia Gonzalez, a biblioteca não apenas informou, ela convocou seus frequentadores a um encontro problematizador com a realidade racial brasileira.

A segunda edição do Projeto Hospedando, intitulada Eco-Sensorial, realizada no segundo semestre de 2019, abordou racismo ambiental, saberes ancestrais das religiões afro-brasileiras e a relação das comunidades do entorno com seu território. Uma roda de conversa reuniu moradores do

bairro do Horto e da Vila Autódromo, explorando a relação entre cuidado ambiental e pertencimento territorial. Outro encontro abordou os saberes ancestrais do Candomblé e sua relação com plantas medicinais e sagradas, reconhecendo os terreiros como espaços de encontro entre cidade, natureza e espiritualidade. Essas ações evidenciam a articulação entre informação étnico-racial, decolonialidade e ecologia de saberes, dimensões que raramente se encontram na prática bibliotecária convencional.

Em 2019, outro projeto de mediação cultural ocupava a biblioteca EAV, o projeto intitulado como Um Berro, um Sussurro, que incorporou performances artísticas ao espaço da biblioteca. A performance Servir Nada, da artista Tadáskía, consistia em sua presença deitada entre a porta e o corredor da entrada da Biblioteca EAV por uma hora. A ação constituiu crítica à herança colonial e à invisibilidade da vida negra autônoma nos espaços institucionais. A performance Livro Xaxará, de Camilla Rocha Campos, propôs uma celebração do conhecimento para além dos limites impostos pela violência e pela colonialidade, contestando a visão eurocêntrica do conhecimento e defendendo uma perspectiva plural e diversa. Ao acolher essas performances em seu interior, a biblioteca afirmou sua identidade como espaço de expressão, memória e resistência.

Em 2020, durante a pandemia de COVID-19, a biblioteca redirecionou sua atuação para as redes sociais, desenvolvendo a campanha Frases Antirracistas em consonância com o movimento Black Lives Matter. A campanha consistia na publicação de citações de pensadores

negros e negras do Brasil, promovendo conscientização sobre o combate ao racismo. Essa ação evidencia a compreensão da biblioteca como mediadora da informação étnico-racial mesmo em contextos de distanciamento social, assim sustentando sua função política e social inclusive quando o espaço físico estava fechado.

O conjunto das práticas da Biblioteca EAV demonstra que a mediação cultural da informação étnico-racial não é uma atividade pontual ou temática, mas uma postura institucional permanente. Rasteli e Cavalcante (2014, p. 45) afirmam que a mediação cultural se organiza em torno de novos paradigmas e, necessariamente, mediante outros valores, ressaltando as bibliotecas como um dos muitos espaços de trocas simbólicas. A Biblioteca EAV expressa, nas suas práticas, exatamente essa reorientação paradigmática.

6 MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA BIBLIOTECA DO MAR

A Biblioteca e Centro de Documentação do Museu de Arte do Rio desenvolveu, entre 2019 e 2023, um conjunto de práticas de mediação cultural da informação étnico-racial ancoradas em três linhas principais: valorização da memória afro-brasileira e da produção artística de pessoas negras; celebração de identidades negras plurais, incluindo a interseccionalidade entre raça, gênero e sexualidade; e promoção da tradição oral e das práticas ancestrais como formas legítimas de conhecimento.

Em 2019, a biblioteca sediou a exposição A Pequena África e o MAR de Tia Lúcia, homenagem póstuma à artista e ativista cultural Lucia Maria dos Santos, conhecida como Tia Lúcia. Falecida em setembro de 2018, Tia Lúcia foi figura emblemática da região portuária do Rio de Janeiro e desempenhou papel fundamental na construção da memória e identidade afro-brasileira da região. Sua participação no MAR se dera de forma protagonista, tanto como integrante do projeto Vizinhos do MAR quanto tendo suas obras incorporadas ao acervo da instituição. Ao receber em suas paredes a obra de uma artista negra da comunidade local, a biblioteca se constituiu como espaço de valorização da produção artística popular, assim como de legitimação e troca de saberes entre a instituição e seu entorno.

Em 2020, a exposição UóHol, da artista Rafa BQueer, propôs uma reinterpretação da estética pop a partir da diversidade negra LGBTQI+ brasileira, em diálogo com o sobrenome do icônico Andy Warhol. Por meio da recontextualização da pop art e da gíria Uó, um termo queer que designa algo ou alguém irritante ou de mau gosto, BQueer homenageou figuras como Jorge Lafond, Marcia Pantera, Madame Satã e Leona Vingativa, celebrando a trajetória de resistência da comunidade negra LGBTQI+ brasileira. A exposição evidencia que a mediação cultural da informação étnico-racial na biblioteca do MAR incorpora as dimensões de gênero e sexualidade como constitutivas da questão racial, operando sob uma perspectiva interseccional.

Em 2022, a exposição Ramificar, do artista plástico RAMO, trouxe ao espaço da biblioteca 30 obras que

mesclavam elementos da cultura urbana, do afrofuturismo e da espiritualidade para abordar temas como masculinidade tóxica, estereotipação do homem negro, a importância do afeto e a esperança como instrumento de superação das desigualdades raciais. Conforme comentou o curador Marcelo Campos, as obras colocam o público em diálogo e reflexão sobre a violência sem apresentar a cena em si, o que representa uma escolha estética e ética que recusa o espetáculo da dor negra em favor de uma linguagem que convida à reflexão crítica.

Para Santos, Sousa e Almeida Júnior (2021, p. 353), as bibliotecas, como agentes mediadores, podem integrar alguma lembrança afetiva que, em dado momento da vida, os sujeitos experienciaram. Quando a identidade individual tem uma dimensão coletiva e constitui os traços memorialísticos de grupos sociais, é possível que, além do valor afetivo, seja atribuído o valor simbólico. As exposições realizadas na biblioteca do MAR operam precisamente nessa dimensão, ao apresentar obras de artistas negros que tratam da experiência afro-brasileira, a biblioteca cria condições para que os frequentadores negros encontrem representação e pertencimento no espaço informacional.

O I Fórum de Contadores de Histórias, realizado ao longo de três sábados em 2022, representou a consolidação da tradição oral afro-brasileira como prática central de mediação cultural da informação. O evento reuniu especialistas como Juliana Correia do projeto Baobazinho, Fabio Mukanya do Afrikasonora, Camila Zarite do Akoko Nan Educação, com outros contadores e artistas, propiciando workshops,

palestras, apresentações que exploraram a riqueza da oralidade africana e afro-brasileira. Conforme Silva, Alencar e Bernardino (2017, p. 40), desde os primórdios, a contação de história é uma das formas mais usadas de comunicação, transmitindo cultura, sentimentos, fantasia e promovendo interação entre contador e ouvintes.

O II Fórum de Contadores de Histórias, em 2023, aprofundou essa perspectiva com o tema Práticas a partir da Ancestralidade, explorando tradição oral, musicalidade, ilustração, corporeidade e escritas literárias como formas de conhecimento que articulam o passado ao presente. O objetivo do Fórum era fortalecer o resgate e a valorização da memória das culturas africanas e diaspóricas, promovendo a reflexão sobre a importância da ancestralidade. Ao incorporar a tradição oral como prática informacional, a biblioteca do MAR reconhece explicitamente que existem formas de conhecimento que não passam pelo texto escrito e que essas formas são especialmente relevantes para as populações afro-brasileiras.

Em 2023, o 31º Festival Literário da Secretaria Municipal de Cultura, realizado na Biblioteca do MAR sob o tema Imaginação, Escrita e Palavra: Liberdade, homenageou autores negros como Lima Barreto, Luís Gama e Carolina Maria de Jesus, promovendo reflexão sobre a representatividade negra na literatura brasileira. Destaque para a intervenção poética Bandeira Interativa, Negro é a Cor Mais Cortante, da artista visual Yaya Ferreira, que transformou a biblioteca em espaço de criação e reflexão sobre a identidade negra. Para Santos, Sousa e Almeida Júnior (2021, p. 347), é nessa ação que

se prolonga entre os espaços sociais que o profissional da informação se reconhece como mediador e atuará em consonância com os sentimentos, as percepções e as necessidades do usuário.

O conjunto das práticas da Biblioteca do MAR demonstra que o compromisso com a diversidade étnico-racial enunciado em sua missão institucional encontra correspondência efetiva nas ações cotidianas de mediação, no qual transformou o espaço da biblioteca em um local vivo, de debate e afirmação da vida negra. Ao transformar seu espaço em território de expressão, diálogos, memórias e histórias sobre vidas negras, a biblioteca cumpre o que Natália Nichols (2019, p. 20), educadora de projetos do MAR, identifica como o desafio da instituição: pensar temas, recortes e métodos que incluam perspectivas de gênero, classe e raça, propondo debates que tensionem a perpetuação de valores culturais excludentes e unilaterais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar de que forma as bibliotecas públicas especializadas em artes visuais da EAV Parque Lage e do MAR desenvolvem práticas de mediação cultural da informação voltadas para questões étnico-raciais. Os resultados indicam que ambas as bibliotecas contribuem de maneira significativa para a mediação cultural da informação étnico-racial, no qual promoveram reflexões críticas sobre o racismo e fomentando o debate por meio de exposições, rodas de conversa, performances, contação de histórias, intervenções poéticas e produção de acervo especializado. O

objetivo geral da pesquisa foi analisar as mediações culturais da informação étnico-racial nas bibliotecas da EAV Parque Lage e do MAR, o qual foi alcançado.

Com relação aos objetivos específicos, foi possível: (a) analisar, à luz do referencial teórico, os aspectos da mediação cultural da informação em bibliotecas públicas de artes visuais com foco em questões étnico-raciais, demonstrando que o campo da Ciência da Informação dispõe de ferramentas conceituais para orientar práticas comprometidas com a igualdade racial; (b) mapear as ações de mediação cultural da informação étnico-racial nas bibliotecas estudadas, por meio da análise das publicações no Instagram das instituições entre 2019 e 2023; e (c) discutir essas ações à luz dos conceitos de mediação da informação, mediação cultural da informação e informação étnico-racial, identificando as dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política das práticas mediadas.

A análise evidenciou que as práticas mediadoras das duas bibliotecas transcendem os dispositivos informacionais clássicos, estendendo-se ao campo político, estético e simbólico. A mediação cultural da informação étnico-racial, tal como praticada por essas bibliotecas, não se reduz à disponibilização de obras sobre temática racial, elas envolvem a criação de encontros dialógicos, a transformação do espaço físico em território de expressão, o acolhimento de pessoas negras e a legitimação de saberes historicamente silenciados, incluindo a tradição oral, os saberes ancestrais e as formas de conhecimento afro-brasileiras.

O agente mediador, ao articular arte, informação e questão racial, assume o papel de intelectual orgânico do

campo, como propõe Gomes (2020). Isso implica compreender que seu trabalho com a informação é também constitutivo das estruturas sociais vigentes, e que suas escolhas são sempre escolhas políticas, nunca neutras. A pseudo-neutralidade, que encobre estruturas de branquitude sob aparência de imparcialidade, precisa ser ativamente desconstruída na prática cotidiana da mediação.

Destaca-se ainda o papel fundamental que os espaços físicos das bibliotecas desempenham nesse processo. Ao abrir seus acervos para performances, exposições e encontros sobre temáticas étnico-raciais, as bibliotecas sinalizam uma postura institucional que reconhece a informação como fenômeno cultural e político. O sujeito que acessa essas bibliotecas não encontra apenas um acervo, e sim um convite à reflexão crítica, ao reconhecimento de sua história, cultura e de sua identidade.

A comparação entre as práticas das duas bibliotecas revela tanto convergências quanto especificidades. A EAV Parque Lage se destaca pelo protagonismo das próprias bibliotecárias na criação de projetos originais, pela integração entre pesquisa histórica e ação cultural, assim como pela abertura ao debate sobre temas urgentes como branquitude, feminismo negro e racismo ambiental. O MAR se caracteriza pela articulação entre a missão institucional do museu e as práticas da biblioteca, pela ênfase na tradição oral e na ancestralidade afro-brasileira, e pelo diálogo com a comunidade da Pequena África. Ambas as bibliotecas demonstram que é possível, e necessário, fazer da mediação cultural um instrumento de enfrentamento ao racismo.

As bibliotecas analisadas também evidenciam uma dimensão importante da mediação cultural da informação étnico-racial, que são as necessidades de que os espaços informacionais reconheçam e legitimem formas de conhecimento que escapam ao exemplo eurocêntrico dominante. Esse movimento é constitutivo de uma biblioteca que luta contra o racismo, ou seja, não basta diversificar o acervo com livros sobre o tema racial, é preciso que a própria concepção de conhecimento legítimo seja expandida para incluir saberes que o colonialismo epistêmico sistematicamente excluiu.

Do ponto de vista metodológico, a utilização do Instagram como corpus de análise revelou-se adequada e produtiva. A plataforma funciona como arquivo público das atividades das bibliotecas, permitindo o acesso a um recorte temporal significativo de suas práticas. Ao mesmo tempo, essa escolha metodológica implica limitações, o Instagram registra o que as bibliotecas escolhem tornar visível, e as práticas cotidianas de mediação que não ganham registro nas redes sociais permanecem invisíveis à análise. Pesquisas futuras que combinem a análise de redes sociais com observação participante e entrevistas com as profissionais responsáveis pelas práticas de mediação poderão oferecer um quadro ainda mais completo das dinâmicas em jogo.

Por fim, a pesquisa reafirma a urgência de que os profissionais da informação assumam uma postura crítica e antirracista no exercício de suas funções. A mediação cultural da informação étnico-racial não é uma atividade complementar, é uma dimensão constitutiva de qualquer

prática bibliotecária comprometida com a democracia, a igualdade racial e a construção de uma Ciência da Informação verdadeiramente plural. Como afirma Freire (2022, p. 245), a ação cultural ou está a serviço da dominação ou está a serviço da libertação – e essa escolha se faz a cada livro catalogado, a cada atividade organizada, a cada espaço concedido ou negado a vozes negras dentro das bibliotecas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170. Acesso em: 09 fev. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação, sociedade e biblioteca pública. *Infohome,* [s.l.], set. 2016. Disponível em: https://ofaj.com.br/espacoofajs_conteudo.php?cod=9. Acesso em: 09 fev. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Ação cultural e protagonismo social. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). *Informação e protagonismo social*. Salvador: UFBA, 2017. p. 45-58. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33742. Acesso em: 02 jul. 2024.

AZEVEDO, Marco Antônio; MARTELETO, Regina Maria. Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em ambiente comunitário. *Transinformação,* Campinas, v. 20, n. 3, p. 273-284, set./dez. 2008. Disponível em: https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6263. Acesso em: 09 fev. 2024.

BEZERRA, Adriana Cybele; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo. *Encontros Bibli:* revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, p. 01-19, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e72831. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72831. Acesso em: 20 out. 2023.

CARDOSO, Francilene do Carmo. *O negro na biblioteca:* mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015. 114 p.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural:* cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1999.

FEITOSA, Luiz Tadeu. Complexas mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. *Informação em Pauta,* Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 98-117, jan./jun. 2016. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/3064/2695. Acesso em: 24 out. 2023.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG,* Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983. Disponível em:

http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71176. Acesso em: 09 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* São Paulo: Paz e Terra, 2022.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n2p46.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade:* Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047.

GOMES, Henriette Ferreira. Informação, estudos e fazeres: travessias assertivas da mediação e suas dimensões como fundamento da Ciência da Informação. *Informação & Informação,* Londrina, v. 26, n. 4, p. 109-145, out./dez. 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n4p109.

ICOM. *Definição de museu.* Conselho Internacional de Museus, 2022. Disponível em: https://icom.museum/pt/recursos/normas-e-diretrizes/definicao-de-museu/. Acesso em: 09 fev. 2024.

LIMA, Franciéle Carneiro Garcês da; SILVA, Joana Coeli Ribeiro da. Construindo uma Biblioteconomia Afrodiaspórica. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GOMES, Hildete Pereira dos Anjos (org.). *A cor da Biblioteconomia:* protagonismo negro no Brasil. Florianópolis: Rocha, 2018. p. 91-105.

MENDONÇA, Alzira Queirós de; FEITOSA, Luiz Tadeu; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Mediação cultural da informação: uma questão epistemológica. *Informação & Informação,* Londrina, v. 24, n. 2, p. 01-22, maio/ago. 2019.

MUSEU DE ARTE DO RIO (MAR). *Escola do Olhar:* missão. Rio de Janeiro: MAR, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.* 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NICHOLS, Natália. A prática educativa é uma ação eminentemente coletiva. *In*: PUCU, Izabela; NICHOLS, Natália; ZACCA, Rafael (org.). *Dispositivos artístico-pedagógicos.* Rio de Janeiro: Instituto Odeon: Museu de Arte do Rio, 2019. p. 18-25. Disponível em: https://museudeartedorio.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Dispositvos-Art%C3%ADstico-Pedag%C3%B3gicos.pdf. Acesso em: 19 out. 2026.

OLIVEIRA, Ely Guimarães dos Santos; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Informação etnicorracial: visibilidade, memória e identidade dos afrodescendentes na Web. *Perspectivas em Ciência da Informação,* Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 485-499, abr./jun. 2012.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. *Informação & Informação,* Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, maio/ago. 2014.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. A mediação cultural em bibliotecas públicas. *Encontros Bibli:* revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 45-58, jan./abr. 2014.

SALDANHA, Claudia Werneck. *Relatório de gestão*. Rio de Janeiro: Escola de Artes Visuais do Parque Lage, 2014. Disponível em: https://www.memorialage.com.br/claudia-saldanha/relatorio-de-gestao/. Acesso em: 15 out. 2023.

SALDANHA, Claudia Werneck. *Escola de Artes Visuais do Parque Lage:* a formação do artista. 2019. 84 f. Tese (Doutorado em Arte e Cultura Contemporânea) – Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/7369. Acesso em: 19 out. 2026.

SANTOS, Andreia Rodrigues dos; SOUSA, Antonio Rafaelo Lopes de; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação no espaço das bibliotecas públicas e populares. *Informação & Informação*, Londrina, v. 26, n. 4, p. 343-361, out./dez. 2021.

SILVA, Antônia Janiele Moreira da; ALENCAR, Aline Quesado; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Biblioteca escolar e mediação da leitura: estudo sobre a importância da contação de história para a formação do leitor. Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, v. 3, n. esp., p. 36-44, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/247. Acesso em: 19 out. 2026.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva; PIZARRO, Daniella Camara. Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil: a reprodução do preconceito racial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. *Anais [...].* Londrina: ANCIB, 2018. p. 3820-3839.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. *Tipos de bibliotecas.* 2021. Disponível em: https://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/434160.PDF. Acesso em: 28 set. 2023.

COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DE MÃES SURDAS

Mariana Augusta Martins Santos Pellicano

1 INTRODUÇÃO

Desde o final do século passado, aumentou a preocupação com grupos especiais, formados por pessoas com necessidades especiais para participação em atividades sociais. Nesse sentido, intensificou-se o incentivo para que essas pessoas sejam incluídas na sociedade, por meio, por exemplo, do direito que estudantes deficientes (inclusive surdos) têm de matricularem-se, frequentarem e concluírem tanto as etapas da Educação Básica, quanto as do Ensino Superior.

As ações que permitem surdos terem acesso a serviços da sociedade como qualquer outro cidadão devem pensar em equalizar o acesso a seus direitos, permitindo que usufruam de serviços públicos básicos, principalmente, o atendimento em saúde, de forma a suprir suas necessidades informacionais (Souza, 2017).

Muitos surdos ainda se autoexcluem e se isolam, pois a comunidade ouvinte não acolhe as suas necessidades linguísticas. Diante disso, a sociedade precisa minimizar os danos causados a essas pessoas de forma a conseguirem melhores resultados frente aos atuais desafios. Uma das formas de redução de danos é a promoção do atendimento e acesso à saúde dos pacientes surdos no Brasil.

Eles se diferem da maioria da sociedade e merecem respeito às suas singularidades, por isso o Sistema Único de Saúde (SUS) precisa "[…] se adequar às necessidades dessa clientela, a fim de que possa prestar a ela serviços de atendimento digno em todos os seus níveis de atuação" (Souza, 2017, p. 44), sobretudo às mães surdas.

No Brasil, os poucos artigos científicos que focam no tema da surdez abordam a educação de surdos, assim, a maioria dos autores que têm esse tema como foco de estudo é da área da Educação. Na Ciência da Informação (CI) brasileira, poucos pesquisadores focam no tema da surdez e, internacionalmente, os estudos focam no usuário, nas tecnologias e no acesso à informação (Cardoso; Lima, 2014).

Em busca recente na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), foram recuperados 27 (vinte e sete) textos acerca da temática "surdez", que tratam da competência em informação, acessibilidade, letramento informacional, Biblioteconomia, alfabetização informacional, pais de surdos e necessidade de pertencimento. Entre os autores que mais pesquisam acerca da temática dentro da área, estão Ana Paula Pereira, Adriana Rosecler Alcará, André Luis Onório Coneglian, Milton Shintaku e Helen de Castro Silva Casarin.

A construção da discussão sobre o termo comportamento informacional na literatura da área faz com que surja uma pluralidade e diversificação de conceitos, de acordo com a abordagem de cada autor (comportamentalista, cognitivista, social ou multifacetada). Mesmo com a presença de diferentes abordagens, pode-se considerar o

comportamento informacional como sendo um processo espontâneo do ser humano para responder a uma necessidade informacional, como apontado por Gasque e Costa (2010).

Com base nos apontamentos apresentados na área da CI, a questão do comportamento informacional poderia contribuir com o escopo de estudos acerca da temática da surdez, mais especificamente, ao falar em gravidez e maternidade de mulheres surdas.

> Apesar de haver, na área de Ciência da Informação, poucos estudos que relacionam modelos de comportamento informacional com pessoas surdas, acreditamos ser perfeitamente possível aplicar a este grupo não só o modelo de Wilson, mas tantos outros já desenvolvidos até o momento (França; Furnival, 2025, p. 22).

Nesse sentido, para investigar o comportamento informacional de mães surdas é preciso compreender a comunidade em que estão inseridas: a comunidade surda. Além disso, o uso de um modelo de comportamento informacional possibilita ampla visão acerca do comportamento informacional dessas mulheres.

2 MULHER SURDA E GESTAÇÃO

A mulher surda, por vezes considerada incapacitada e, portanto, portadora de um corpo assexuado que possui apenas funções biológicas, tem sua sexualidade questionada pela sociedade (Costa *et al.*, 2018). Além de ser discriminada por ser mulher, ela ainda sofre preconceitos e desigualdades por ser surda. Numa estrutura social que discrimina as mulheres, apenas o fato de ser mulher já traz a ela restrições

de acesso às oportunidades. Assim, as mulheres surdas possuem restrições ainda maiores que as ouvintes, por isso, é preciso mais estudos acerca da mulher surda na sociedade (Diniz, 2003).

Dentro da comunidade surda, a maioria das pessoas é constituída por mulheres (Klein; Formozo, 2007), porém muitas vezes elas estão inseridas em contextos de maior vulnerabilidade e discriminação e, por isso, suas lutas precisam ser apoiadas e elas devem ser tratadas com um olhar mais empático e humano, por meio, por exemplo, de políticas públicas.

Como apontado por Lamberg e Oliveira (2017), mulheres surdas passam por violências de gênero, caracterizadas pelo machismo, levando-as à exclusão e atrasos cognitivos. É preciso pensar, por exemplo, como mulheres surdas se comunicam em consultas médicas e durante seu parto, principalmente, com base na falta de intérpretes e na falta de conhecimento da Libras por parte de funcionários.

Tais fatores transformam situações complexas em ainda mais complexas. A diferenciação linguística entre uma mulher ouvinte e uma mulher surda pode marginalizar ainda mais esta última. A mulher surda (também) precisa de um atendimento humanizado: é preciso pensar nela como a personagem principal da sua própria vida, tanto no âmbito pessoal (saúde, educação e moradia, por exemplo) quanto no profissional.

A mulher surda precisa ser aceita e valorizada duplamente: por ser mulher e por ser surda, conforme apontado por Martins (2008, p. 48),

> Ser mulher e ser mulher surda são duas situações que implicam discernimento sobre direitos de igualdade social. Em suas constantes lutas, as mulheres mostram que não são apenas um aparelho reprodutor, mas que também são mulheres inteligentes, competentes, política, social e profissionalmente organizadas.

A surdez é uma das características da mulher surda, e não uma patologia a ser tratada. Movimentos de mulheres surdas vêm lutando pelo direito à saúde, à educação, à proteção contra violências e à participação política. Uma das conquistas dos movimentos de mulheres surdas é o "[…] direito da gestante surda ter atendimento pré-natal pelo SUS com a presença de intérprete de Libras e a organização de palestras (com intérpretes) sobre aleitamento materno, cuidados com o bebê, sexualidade, direitos trabalhistas etc." (Klein; Formozo, 2007, p. 9).

Quando se trata de gestação, a mulher surda pode ser ainda mais afetada pela falta de acesso à saúde e à informação, podendo levá-la a pensar que não é capaz de tomar decisões sobre a sua vida. Oportunizar informações a essas mulheres significa incluí-las na sociedade e lhes garante melhores condições de vida. Em sua obra, Prates (2015, n. p.) relata o caso de uma mãe surda que foi negligenciada:

> Houve um caso bastante emblemático de uma parturiente surda que deu à luz a um bebê e não sabia que estava grávida de gêmeos. Após o

> nascimento da primeira criança, por ignorância da equipe médica, que não conseguiu comunicar-se com a mulher surda em LIBRAS, a segunda criança terminou morrendo. Inenarrável violência!

Os cuidados da equipe de enfermagem com mães surdas devem ser redobrados e capazes de ajudá-las a transpor os obstáculos da surdez e da gravidez. A Política de Planejamento Familiar existe para todas as mulheres, mas nem sempre as surdas buscam os serviços por desconhecê-los ou, quando buscam, não são plenamente atendidas por dificuldades relacionadas à comunicação.

Além disso, a escolha da mulher sobre o tipo de parto e sua satisfação com o processo está relacionada ao fato de possuir informações e ter controle sobre o parto. A assistência prestada às mulheres surdas tem relação assimétrica, em que os profissionais têm pouca comunicação com elas, além do uso de termos técnicos, desconhecimento da Libras, rapidez com que se expressam oralmente e o uso de máscaras, que podem ser consideradas barreiras nessa comunicação e dificultam a compreensão da surda. A equipe básica de saúde pode acompanhar o pré-natal de uma gestante surda de baixo risco, pois a surdez não é um fator de risco gestacional (Costa *et al.*, 2018).

Seguindo o pensamento de Costa *et al*. (2018), os profissionais da saúde devem esclarecer os procedimentos realizados para minimizar o medo, oferecer segurança e liberdade de expressão. A atuação da equipe de saúde na assistência à mulher surda fornece subsídios que permitem a ela obter autonomia em sua saúde por meio do autocuidado e

da segurança no cuidado com o recém-nascido. Constata-se uma lacuna nesse processo de cuidar, em que a mulher surda se depara com dúvidas e dificuldades para desempenhar o papel materno.

Por outro lado, quando os profissionais de saúde sabem se comunicar diretamente com as mães surdas, promovem uma melhor assistência na área de saúde. As instituições públicas e empresas concessionárias de assistência à saúde devem dar atendimento e tratamento adequado às mães surdas, mas falta intérprete de Libras nos serviços. Mesmo com a presença de um intérprete na hora do parto, a situação pode causar constrangimento para ambas as partes, ainda mais se o intérprete de Libras for homem. A situação pode ser ainda mais dificultada em outros momentos de permanência da mulher surda no posto de saúde, hospital ou maternidade que, por falta de comunicação, pode não receber orientações importantes, como sobre a amamentação. Um amigo ou familiar como acompanhante pode ajudar, mas também pode ser um problema quando ele não permite que a surda participe da conversa, quando é ele quem explica ao profissional a dificuldade da mulher e recebe as orientações, limitando a individualidade e minimizando as oportunidades de a surda expor suas dúvidas.

Nem todos os surdos têm domínio da língua portuguesa, por isso é importante que os profissionais de saúde sejam capacitados em língua de sinais. Algumas surdas fazem leitura labial e isso ajuda na comunicação com o profissional, que deve olhar diretamente para a mulher enquanto fala e não esconder o rosto e lábios com qualquer

coisa, de forma a facilitar a comunicação e melhorar o atendimento. Por isso, é preciso que os profissionais da saúde, sobretudo os que atuam na Atenção Básica e da Saúde da Família, se capacitem em Libras para melhor se comunicarem e atenderem gestantes surdas. É preciso respeitar que a língua natural dos surdos é a língua de sinais, e comunicar com eles nessa mesma língua é primordial.

O atendimento em saúde para mulheres surdas ainda é de baixa qualidade, pois os funcionários das unidades de saúde não estão aptos para lidar com esse público: falta conhecimento no currículo profissional. Mesmo assim, é preciso que tais profissionais saiam da zona de conforto e percebam que a legislação já elucida o atendimento especial a pessoas com necessidades especiais. A presença do intérprete de Libras nos serviços de saúde está prevista em Lei (Lei nº 12.319/2010), mesmo que não venha sendo cumprida. Então, o SUS precisa proporcionar acessibilidade de comunicação para surdos, pois saúde é um direito universal.

Os serviços prestados a mães surdas devem levar em consideração suas dificuldades relacionadas à comunicação e à maternidade, oferecendo a elas informações que garantam melhores condições de vida, de modo a aumentar sua autonomia e inclusão social. Nesse aspecto, percebe-se a existência de barreiras informacionais, que podem ser amenizadas com o trabalho do intérprete de Libras e pelo profissional bibliotecário a partir do conceito científico de comportamento informacional.

3 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

É possível encontrar várias definições para o conceito de comportamento informacional dependendo da abordagem utilizada. O paradigma behaviorista (pensado por Watson), por exemplo, muito difundido entre 1950 e 1970, propunha que o comportamento humano deveria ser analisado externamente, com base na objetividade e na neutralidade, resultado de um estímulo também objetivo. Para o autor, a informação é "positivada", ou seja, não depende dos usuários e dos contextos, mas sim do estudo objetivo, a partir de leis, regularidades, estatísticas e modelos (Gasque; Costa, 2010).

A área de estudos do comportamento informacional aumentou e foi necessário incluir noções sobre necessidade e oferta de informação. Mas a palavra "comportamento" ainda poderia ser vinculada de forma errônea ao paradigma behaviorista da Psicologia. Mesmo assim, o termo "comportamento em informação" é utilizado pela maioria em artigos e cursos acadêmicos. Semanticamente, a palavra é desapropriada, pois não há um comportamento na informação.

Com isso, Wilson (1981 apud Gasque; Costa, 2010) questiona o conceito de comportamento informacional para se referir aos estudos de necessidade, busca e uso da informação. Ele criou um modelo de comportamento informacional baseado nas necessidades fisiológicas, cognitivas e afetivas dos indivíduos, interligando outras áreas, como a Psicologia.

Pettigrew, Fidel e Bruce (2001) confirmam o uso da expressão "comportamento informacional", que substituiu o

termo “necessidades e uso da informação”. Isso mostra os avanços na conceituação do termo a partir do paradigma voltado para as características do indivíduo e para a interação entre os contextos e fatores, pois o comportamento informacional está ligado à comunicação humana. Isso resultou na identificação de três abordagens: cognitiva, social e multifacetada.

A abordagem cognitiva examina o comportamento do usuário com base no conhecimento, convicções e crenças sobre o mundo. O cognitivismo acredita que as questões sobre comportamento cognitivo colaboram com a CI. Por sua vez, a abordagem social se apoia nos significados e valores que o sujeito obtém nos contextos e a abordagem multifacetada reúne várias opiniões para entendimento do comportamento informacional, nela há a percepção de um sistema que inclui diversas teorias para representá-lo. Assim, houve um distanciamento dos sistemas e maior proximidade da função do usuário na troca de informação.

Gasque e Costa (2010, p. 29) consideraram que o elemento principal do comportamento informacional é a “[…] interação com um conjunto potencial de fontes que podem indicar os interesses e as necessidades de informação”. Para os autores, é necessário ser preciso no título dos artigos, para que “busca de informação” não seja confundido com “comportamento informacional”, pois isso banalizaria esse segundo conceito, que é mais amplo.

Courtright (2007) acredita que os sujeitos vivem em um contexto complexo, que necessita de novas e diferentes metodologias e métodos, pois é ele (o contexto) que define o

levantamento teórico para estudo sobre o comportamento informacional. Assim, pode-se pensar também que o comportamento informacional é o conjunto de formas ou significados adquiridos com as forças que se produz sobre ele.

Esse campo vem amadurecendo devido ao crescimento das atuais teorias. Exemplo disso foi a substituição das expressões "necessidades e uso de informação" por "comportamento informacional", e "estudos de usuários" para "estudos de comportamento informacional", demonstrando a necessidade de entender esses processos a partir de uma visão multidimensional, pois "[…] vários fatores desempenham papéis decisivos na produção do conhecimento." (Gasque; Costa, 2010, p. 31). Atualmente, as pesquisas nessa área vêm ganhando mais espaço no campo da CI, com foco nas práticas informacionais[1].

Nas palavras de Martínez-Silveira e Oddone (2007), o termo comportamento informacional faz parte do escopo de estudos da CI e está relacionado à busca (ativa e passiva) e ao uso de informações e de fontes/canais, de modo a satisfazer determinadas necessidades informacionais de usuários e de grupos de usuários. Para isso, autores da CI (como Wilson, pesquisador brasileiro) desenvolveram teorias e modelos, no

[1] O conceito de "práticas informacionais" se originou das ciências humanas e sociais, e faz parte do campo de estudos de usuários da informação. A ideia básica de práticas informacionais é o movimento intelectual de construção entre o sujeito e o mundo (pensamento relacional entre estruturado e estruturante), o que abrange a dimensão não-diretiva da ação humana sobre a informação (Araújo, 2017).

sentido de demonstrar o comportamento informacional. Dessa forma, o conceito vem ganhando destaque na área.

Mesmo sendo considerado um termo novo na CI, na última década, o número de estudos voltados ao comportamento informacional dentro do âmbito nacional tem se intensificado, termo antes conhecido como “estudos de necessidades”, parte da temática “estudos de usuários” e “necessidades e uso de informação”. Essa alteração terminológica se relaciona com uma alteração paradigmática na área da CI, decorrida de mudanças na definição e discussão sobre o termo comportamento informacional, mais voltado agora para o usuário (Gasque; Costa, 2010).

Pode-se entender que o comportamento informacional faz parte do comportamento humano (um processo humano natural), que ele depende da comunicação humana (pessoal e presencial) e de uma recepção passiva de informação, como a informação recebida pelas pessoas por meio da televisão, mesmo com a inexistência de uma necessidade informacional.

Isso demonstra como o contexto interfere no processo de comportamento informacional e no surgimento (ou reconhecimento) de uma necessidade, além da adoção de fontes de informação e da decisão de buscar a informação. Desse modo, a busca por uma informação não depende apenas da acessibilidade de recursos, mas também de processos cognitivos inerentes ao ser humano (Martinez-Silveira; Oddone, 2007).

O comportamento informacional pode ser melhor compreendido a partir de outros conceitos, como o de

situacionalidade, ao considerar que o comportamento muda diante de uma determinada situação. A partir desse conceito, compreende-se o comportamento informacional como sendo variável conforme a situação: o comportamento externo influencia a ação e o contexto, e resulta da união do ponto de vista do sujeito e do pesquisador, como contatos com fontes e usos de sistemas.

Para entendimento do comportamento informacional de mães surdas, torna-se preciso então levar em consideração as experiências de maternidade vivenciadas por elas. Assim, com base nos estudos de Martínez-Silveira e Oddone (2007), é possível perceber se a necessidade informacional desse grupo de mulheres foi sanada ou não, além de perceber (ou ainda confirmar) se tais necessidades têm motivação fisiológica (como sentir fome), de desconhecimento (como curiosidade), social (como desejo por status), afetivas, cognitivas, demográficas ou pessoais.

Diante dos apontamentos de Martínez-Silveira e Oddone (2007), outra questão pertinente consiste no fato de saber se esse grupo de mulheres reconhece suas necessidades informacionais ou não, ao pensar que apenas a falta de informação não leva o usuário a ter uma necessidade informacional: é preciso que ele tenha noção da informação que precisa.

Dessa forma, a lacuna informacional de uma mãe surda só seria preenchida caso a informação encontrada fosse ao encontro do objetivo da mulher e se fosse útil para ela. Para maior compreensão do comportamento informacional dessas

mulheres, é preciso considerar que elas pertencem a uma comunidade: a comunidade surda.

Tais estudos sobre comportamento informacional ofereceram suporte para entender o comportamento de mães surdas, possibilitando não somente compreender suas necessidades, mas também verificar se tais necessidades são supridas, sendo a mediação da informação um meio que pode permitir com que suas demandas sejam atendidas (Gasque; Costa, 2010).

4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A CI vem refletindo sobre seus objetos de estudo com perspectivas mais histórica, cultural e social, passando a perceber como os usuários realizam suas ações de modo ativo diante da informação que é percebida como imprescindível no desenvolvimento da democracia. Muitas pesquisas, reflexões, discussões e ações na CI têm como objeto a mediação da informação. Os debates sobre a mediação da informação e os seus aportes são inúmeros, mesmo assim, ainda há muito o que refletir sobre a temática, principalmente, no que se refere à conceituação crítica e ao seu histórico.

Embora a mediação da informação (e suas ações por parte do mediador) ainda seja um assunto em desenvolvimento, o tema tem ampla importância dentro da CI, sobretudo quando auxilia no protagonismo social do usuário. A partir da mediação da informação, o usuário pode se tornar personagem principal e desenvolver os meios para bem viver por meio da sua autonomia social (Colono; Cavalcante, 2020).

Em geral, a mediação da informação compõe algumas práticas dos profissionais da informação. Assim, tais abordagens devem levar em consideração a CI, além de pesquisas e práticas profissionais da Biblioteconomia, de forma a se esquivar ao máximo de conceituações vindas de áreas externas. Pensando na influência da mediação da informação na construção do conhecimento, pode-se compreender a mediação como a primeira fase desse processo, ou seja, com ela o usuário acessa a informação, por meio da comunicação e transferência/transmissão de informações, de forma a conectar o conhecimento já estabelecido e o conhecimento construído (Gomes, 2008).

De acordo com Almeida Júnior (2009), qualquer ação por parte do sujeito consiste na união desses conhecimentos, ou seja, na união de ações controláveis e incontroláveis. E é por conta disso que o mediador pode interferir na atitude do sujeito, de forma a controlar e manipular, mesmo que essa não seja a intenção dele. Pode-se considerar a mediação como uma ação de interferência por parte do profissional da informação, que oportuniza a apropriação de informação, de maneira a atender a uma necessidade informacional (Almeida Júnior, 2009). A ideia de interferência consiste em um aspecto fundamental sobre mediação da informação, pois as práticas do profissional da informação são parciais e se caracterizam por uma intervenção ativa (Almeida Júnior, 2007).

A mediação da informação pode auxiliar na construção da autonomia dos usuários da informação através de ações desenvolvidas para apropriação da informação. A mediação retira a ideia do usuário como receptor e passa a vê-lo como

construtor da informação. Seguindo esse pensamento, é o usuário quem define a existência da informação, pois ela apenas existe a partir da relação do usuário com o suporte informacional (um objeto concreto). A informação pode ser compreendida a partir da alteração do conhecimento e, por isso, a ação do usuário é tão crucial nesse processo. Com isso, percebe-se como a mediação da informação não é neutra, pois está sendo construída a partir de uma comunicação com o usuário, por meio tanto de suas ações implícitas quanto de suas ações explícitas. Por tais aspectos, a mediação é construída socialmente, como forma de alcançar a autonomia da informação. Assim, é preciso considerar a comunicação entre mediador e usuário, afirmando as necessidades informacionais dele (Silva; Gomes, 2013).

Como apontado por Colono e Cavalcante (2020), pode-se pensar que as conquistas das mulheres acontecerão através da educação delas, orientada para a autonomia e para o protagonismo social por meio da mediação da informação voltada para as necessidades informacionais das mulheres. Nesse sentido, é preciso entender sua vivência e compreendê-las como personagens principais. Voltando-se para a condição de ser mulher (seja ela ouvinte ou surda), a mediação da informação pode auxiliar na luta à violência contra mulheres, na autonomia delas e na democratização da informação. Ao focar no contexto de mães surdas, o mediador da informação (seja ele um bibliotecário, um intérprete de Libras ou uma doula) tem a responsabilidade social em levar informação até elas e, por isso, a importância dos profissionais estarem bem

envolvidos nesse contexto, de forma a contribuírem para o protagonismo social de mães surdas.

A mediação da informação precisa ser realizada de forma mais ampla ao considerar as peculiaridades desse grupo de pessoas. Dessa forma, ações de mediação podem incentivar a luta de mães surdas, principalmente, no que diz respeito ao acesso e à transparência da informação, sobretudo à informação relacionada à saúde e aos direitos humanos. Poderá ainda proporcionar melhor acesso às informações e a serviços públicos básicos (sobretudo no que se refere à saúde, educação e justiça), de forma que essas mulheres surdas se desenvolvam perante as dificuldades do dia a dia e, assim, contribuindo para a inclusão delas na sociedade atual.

A mediação da informação pode interferir no comportamento informacional de mães surdas, tornando-se útil no cotidiano dessas mulheres, de forma a trazer informações que vão ao encontro de suas necessidades informacionais e sociais. O mediador precisa ter um papel consciente ao entrar em contato com essas mães, de maneira a contribuir para um mundo com menos desigualdades sociais a fim de amenizar a vulnerabilidade dessas mulheres.

5 VULNERABILIDADE INFORMACIONAL

A palavra “vulnerabilidade” está presente em vários contextos científicos e sociais, e possui diferentes significados. Tratar da vulnerabilidade na área da informação consiste em um trabalho desafiador, devido às muitas indeterminações sobre o tema, mas que podem ser respondidas com a literatura

da Biblioteconomia e da CI. Entretanto, mesmo no SciELO e em bases de dados da CI (como a BRAPCI), o número de pesquisas sobre "vulnerabilidade em informação" ou "vulnerabilidade informacional" ainda é muito baixo, podendo ser encontradas mais pesquisas ao buscar os termos "vulnerabilidade" e "informação" separadamente. Esse fato indica a necessidade de construção conceitual do termo (Paian *et al*., 2017).

Quando abordamos a vulnerabilidade na área da CI, estamos falando de vulnerabilidade informacional, temática que há poucos anos virou foco de estudos na área (ainda que poucos). Essa temática dialoga com outros temas da CI, como comportamento informacional e mediação da informação. A partir dela, torna-se possível a ampliação de estudos voltados para o contexto social em unidades de informação e nos setores sociais que grupos vulneráveis frequentam e/ou podem vir a frequentar.

Para Vitorino (2018), a problemática referente à "vulnerabilidade informacional" se inicia na questão da "sociedade da informação" (ou "sociedade da desinformação") e lida com os estudos para: reconhecimento do risco de vulnerabilidade e integração da administração (por meio, sobretudo, de políticas públicas) dos instrumentos que intervêm na vulnerabilidade. Nesse sentido, os estudos sobre vulnerabilidade em informação configuram-se como área interdisciplinar e consiste em um dos objetos de estudo da CI.

Ainda são necessárias mais investigações somadas aos estudos já existentes a respeito da temática, entretanto, a partir do estudo de Vitorino (2018), já é possível considerar que a vulnerabilidade informacional consiste na condição de

exposição a prejuízos causados pela grande ou pela pouca quantidade (ou ainda pela falta) de informação, além das distensões relacionadas a esse feito dentro da sociedade.

Também é possível definir vulnerabilidade informacional como o estado de fragilidade e propensão à perda de autonomia e cidadania por parte de uma pessoa ou um grupo de pessoas, causada pela falta de informação e conhecimento útil para seu bem viver. A definição de vulnerabilidade informacional possibilita investigações mais amplas do termo por parte da CI e da Biblioteconomia, de forma que o termo se comunique ainda mais com a ciência (Paian *et al*., 2017).

Vitorino (2018) nos lembra que, em época de conflitos, uma questão desafiadora a ser ponderada está nos meios para amenização da vulnerabilidade informacional das pessoas, principalmente, em entidades sociais. Por esse ângulo, políticas e estratégias públicas que englobam a vulnerabilidade alteram o status atual, mesmo que muitas organizações continuamente sejam relutantes a isso. Ainda com poucas pesquisas sobre o tema, os estudos em andamento sobre vulnerabilidade informacional já são capazes de proporcionar dados e identificar oportunidades para a sua redução, condicionando benefícios e desenvolvimentos para a sociedade. A vulnerabilidade informacional pode estar associada a outros tipos de vulnerabilidade, tais como social e econômica. Por isso é tão urgente termos consciência das características e necessidades informacionais de pessoas expostas a contextos de vulnerabilidade, dando a elas

condições de se (re)integrarem na sociedade (Sousa; Farias, 2020).

Vários fatores podem levar um usuário ao estado de vulnerabilidade informacional, como falhas ocorridas na mediação da informação entre o profissional mediador e o usuário, que é acometido por menos oportunidades de acesso à informação as quais vão de encontro às suas necessidades informacionais. Pode-se considerar que a vulnerabilidade informacional esteja relacionada a fragilidade(s) que o usuário possua ou que está sujeito a possuir, impedindo-lhe de agir contra esse estado e provocando a perda ou a interferência do seu bem-estar (Sousa; Farias, 2020). Também é considerar que os usuários em situação de vulnerabilidade informacional possuem pouca competência e/ou independência informacional. A vulnerabilidade informacional prejudica a vida do usuário em suas atividades rotineiras, dificultando o acesso a fontes informacionais confiáveis. Diferentes grupos e populações estão inseridos nessas situações, dentre eles as mães surdas, que podem ser consideradas vulneráveis devido à condição delas, trazendo à tona sentimentos de fragilidade. A vulnerabilidade informacional dessas mulheres poderá ser reduzida com o estímulo ao acesso à informação (a partir da mediação da informação), garantindo a elas ampliação de conhecimento.

A partir de tais apontamentos, compreende-se que mães surdas estão expostas a contextos de vulnerabilidade informacional, mas que a mediação da informação pode ser desenvolvida no sentido de fortalecer a autonomia dessas mulheres. Assim sendo, considera-se que o estudo sobre o

comportamento informacional de mães surdas possibilitaria o enfrentamento da vulnerabilidade em informação desse grupo de usuárias, de forma a oportunizara (re)inserção na sociedade por meio de intervenções que as beneficiem.

Entender que mães surdas pertencem a um contexto de vulnerabilidade em informação nos oportuniza pensar em formas de desenvolver a mediação da informação com esse grupo, sobretudo considerando o intérprete de Libras como mediador desse processo. Contudo, para que a mediação transforme de fato a realidade dessas mães, o mediador precisa fazer um planejamento de como vai entrar em contato com essa população. Uma efetiva mediação com mães surdas propiciará o acesso e o uso da informação por parte delas, possibilitando que superem barreiras informacionais existentes nesse processo e, assim, tenham condições de também superar a vulnerabilidade em informação.

É preciso pensar que mães surdas podem se encontrar em estado de vulnerabilidade em informação, estado esse que pode ser modificado com acesso às condições oportunas para satisfação de suas necessidades informacionais, sejam elas educacionais, culturais, sociais e/ou relacionadas à saúde. Considerar que mães surdas pertencem a um contexto de vulnerabilidade informacional nos faz pensar que seu direito de acesso à informação (seja de cunho econômico, ambiental, de saúde, jurídico, educacional, religioso, social e/ou material) está sendo negado ou restringido a elas. Nesse aspecto, o Estado tem a obrigação de prestar amparo a essas mães, no sentido de minimizar os prejuízos causados pela vulnerabilidade informacional.

A vulnerabilidade em informação que mães surdas estão sujeitas pode dificultar a satisfação das necessidades informacionais delas, ainda mais quando associado a outras vulnerabilidades, como econômica, cultural e educacional (Brito; Belluzzo; Almeida Júnior, 2021). A atuação do intérprete de Libras como mediador da informação para mães surdas pode favorecer a compreensão e satisfação das necessidades informacionais dessas mulheres que, em geral, são silenciadas nas diversas esferas da sociedade.

A atuação do intérprete nos diversos setores da sociedade contribui para a promoção do espírito cidadão em profissionais e na comunidade que se relaciona com mães surdas. A mediação da informação pode contribuir ainda para que esse grupo tenha prazer em buscar informação, ao perceberem que determinada informação vai ao encontro às suas necessidades informacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de grupos vulneráveis, como o de mães surdas, trouxe a necessidade de maior inclusão dessas pessoas em nossa sociedade, de modo a atenuar a discriminação e a exclusão que elas sofrem. Nesse sentido, torna-se importante ampliar o acesso a serviços sociais básicos a essas mães, sobretudo serviços de saúde, garantindo a satisfação de suas necessidades informacionais.

As mulheres (sejam elas surdas ou ouvintes) são segregadas e vistas como incapazes em relação aos homens. Tais segregações são baseadas em argumentos biológicos e

transmitidos socialmente como máximas. Torna-se preciso, então, que as mulheres surdas tenham maior acesso às informações necessárias ao seu bem-estar e ao seu desenvolvimento, de forma a aumentar a participação e visibilidade sobre a causa. (Klein; Formozo, 2007). Nesse sentido, a CI pode contribuir com estudos e discussões acerca das mulheres surdas, de forma a dar mais voz e força a elas.

A prestação de atendimento às mães surdas por parte dos setores da sociedade deve se basear nas características e necessidades informacionais dessas mulheres, o que implica na comunicação por meio da Libras (língua natural desse grupo de usuárias), de forma a romper com barreiras linguísticas, possibilitando maior integração social. A CI é uma área com poucos estudos sobre surdez e o conceito de comportamento informacional poderá contribuir para mudar essa realidade, sobretudo, ao considerar as necessidades informacionais de mães surdas.

Com este texto, foi possível compreender a relação do comportamento informacional da mãe surda com a mediação da informação, em que o intérprete de Libras pode atuar como mediador. Torna-se preciso mais estudos sobre o atendimento prestado a essas mulheres nos diversos setores da sociedade, principalmente, em unidades de saúde. Cabe refletirmos se as condições e serviços oferecidos para mães surdas possibilitam o acesso, a busca e o uso da informação. Caso contrário, faz-se urgente (re)pensar ações que favoreçam a mediação da informação entre profissionais e mães surdas.

Sugerimos que se amplie os estudos e que se realize futuras pesquisas sobre o comportamento informacional de

mães surdas na área da CI, de forma a possibilitar compreender o contexto social dessas mulheres no âmbito da ciência. Faz-se necessário outros estudos que tratem de grupos vulneráveis dentro da ciência, sobretudo, no âmbito da informação, para que seja possível aumentar a inclusão de pessoas marginalizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. mediação da informação e da leitura. 2007. In: SEMINÁRIO EM CI, 2., Londrina, 2007. *Anais [...].* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. Disponível em: https://core.ac.uk/reader/11885460. Acesso em: 12 jun. 2021.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. mediação da informação e múltiplas linguagens. T*endências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação,* João Pessoa, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170. Acesso em: 12 jun. 2021.

ALVES, Alessandra; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. *Ciência da Informação,* Brasília, v. 39, n. 2, p. 115-128, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/V5qjjwdZ86Z7YNCGhvnZ69F/?format=html&lang=pt. Acesso em: 12 jun. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são práticas informacionais? *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, out. 2017. Disponível em:

http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655. Acesso em: 3 ago. 2023.

BRITO, Tânia Regina de; BELLUZZO, Regina Celia Baptista; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação no resgate da visibilidade e dignidade dos vulneráveis: o caso das pessoas em situação de rua. *Em Questão,* Porto Alegre, n. online, 2021. DOI: 10.19132/1808-524500. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/102346. Acesso em: 12 jun. 2021.

CARDOSO, Karen Guimarães; LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo. Produção científica sobre surdos na CI no Brasil: análise na base BRAPCI e lisa (2001-2012). In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 4., 2014, Recife. *Anais [...].* Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: https://BRAPCI.inf.br/index.php/res/download/55655. Acesso em: 12 jun. 2021.

COLONO, Barbara Angelica; CAVALCANTE, Luciane de Fatima Beckman. mediação da informação para mulheres: um estudo de caso sobre a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento em Londrina/PR. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,* São Paulo, v. 16, p. 1-22, 2020. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1262. Acesso em: 12 jun. 2021.

COSTA, Amanda de Andrade; VOGT, Sibylle Emilie; RUAS, Edna de Freitas Gomes; HOLZMANN, Ana Paula Ferreira; SILVA, Patrick Leonardo Nogueira da. Acolher e escutar o silêncio: o cuidado de enfermagem sob a ótica da mulher surda durante a gestação, parto e puerpério. *Revista de Pesquisa:* Cuidado é Fundamental, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1,

p. 123-129, jan./mar. 2018. Disponível em: http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/5997. Acesso em: 12 jun. 2021.

COURTRIGHT, Christina. Context in information behavior research. *Annual review of information science and technology,* Oxford, v. 41, n. 1, p. 273-306, 2007. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/aris.2007.1440410113. Acesso em: 12 de jun. 2021.

DANTAS, Cristiana da Silva; SILVA, Thaís Virgínia Gomes da; SOUZA, Ana Cleyde Bezerra. Processo de recuperação da informação: barreiras encontradas pelos usuários. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação,* v. 3, n. 2 (2013), v. 24, n. 2, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17475. Acesso em: 12 jun. 2021.

DINIZ, Debora. Autonomia reprodutiva: um estudo de caso sobre a surdez. *Cadernos de Saúde Pública,* Rio de Janeiro, v. 19, p. 175-181, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/RQZFxcYMZTQMY7GnCphPsnk/. Acesso em: 12 jun. 2021.

GASQUE, Kelley Cristine; COSTA, Sely Maria. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. *Ciência da Informação,* Brasília, 2010, v. 39, n. 1, p. 21-32. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/wzMJ66VNkZZxxKxnk7G3ktm/?lang=pt. Acesso em: 12 jun. 2021.

FRANÇA, Maísa Coelho; FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary. comportamento informacional de pessoas surdas no contexto de bibliotecas universitárias. *Em Questão,* Porto Alegre, v. 31,

p. e-143457, 2025. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/143457. Acesso em: 30 abr. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. *DataGramaZero,* Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/3041. Acesso em: 12 jun. 2021.

KLEIN, Madalena; FORMOZO, Daniele de Paula. Gênero e surdez. *Reflexão e Ação,* Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 100-112, 2007. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/225. Acesso em: 12 jun. 2021.

LAMBERG, Doriana Tetu; OLIVEIRA, Thaiz Souza de Oliveira. Mulheres surdas e a violência de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11& WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. *Anais Eletrônicos [...].* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918_ARQUIVO_ARTIGOSURD ASrevisado(1).pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

MARTINS, Carlos Roberto. A mulher surda na comunidade de surdos. *Educação, Ciência e Cultura,* Canoas, v. 13, n. 2, p. 41-9, 2008. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/issue/archive/2. Acesso em: 12 jun. 2021.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha Silvia; ODDONE, Nanci Elizabeth. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ciência da Informação*, Brasília, 2007, 36.2.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/KrG78hPcXjDbCyKLHWMcKNP/?lang=pt&format=html&stop=next. Acesso em: 12 jun. 2021.

PETTIGREW, Karen E.; FIDEL, Raya; BRUCE, Harry. Conceptual frameworks in information behavior. *Annual review of information science and technology (ARIST),* Washington, v. 35, n. 43-78, 2001. Disponível em: http://faculty.washington.edu/fidelr/RayaPubs/ConceptualFrameworks.pdf. Acesso em: 12 de jun. 2021.

PRATES, Deborah. Precisamos falar sobre violência contra mulheres com deficiência. *Blogueiras Feministas,* 2015. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/precisamos-falar-sobre-violencia-contra-mulheres-com-deficiencia/407079037. Acesso em: 29 abr. 2026.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. A importância da mediação para a construção de uma autonomia no contexto dos usuários da informação. *Informação & Sociedade,* João Pessoa, n. 2, v. 23, 2013. Disponível em: https://www.BRAPCI.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_40accc7bbb_0000013571.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Vulnerabilidade social e mediação da informação no contexto prisional: inter-relações e percepções. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,* v. 16, p. 1-19, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/BRAPCI/135266. Acesso em: 12 jun. 2021.

SOUZA, Marcos Torres de; PORROZZI, Renato. Ensino de Libras para os profissionais de saúde: uma necessidade premente. *Revista Práxis,* Três Poços, v. 1, n.1, 2017. Disponível em: https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/1119. Acesso em: 12 jun. 2021.

STAREC, Cláudio. *A questão da informação estratégica no ensino superior:* os pecados informacionais e barreiras na comunicação da informação para a tomada de decisão na Universidade Estácio de Sá. 2003. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/718. Acesso em: 12 jun. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da "Vulnerabilidade em informação". *Ciência da Informação,* Brasília, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187. Acesso em: 12 jun. 2021.

CONCEITOS E REFLEXÕES: MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, CULTURAL E TECNOLÓGICA NA ERA DA ALGORITMIZAÇÃO

Patrícia dos Santos Costa

1 INTRODUÇÃO

O termo “mediação” e sua relevância no campo da Ciência da Informação têm propiciado o amplo debate acerca da sua aplicabilidade nos ambientes das bibliotecas e unidades de informação, nas práticas informacionais de acesso, uso e apropriação da informação, buscando um melhor delineamento dos tipos de mediação, das suas categorias de atividades mediadoras, bem como da atuação do profissional da informação enquanto agente mediador (Gomes, 2014).

O ato de mediar vai muito além de unir usuário e informação com a finalidade de que o primeiro faça uso, aproprie-se, gerando um novo conhecimento e desenvolva o senso crítico. Nessa perspectiva, Gomes (2020) ressalta que, para a ação mediadora ser eficaz, é necessário que a mediação seja consciente, buscando atingir diferentes dimensões, como: a dialógica, estética, formativa, ética e política.

Com o advento das novas tecnologias, os “indivíduos e organizações podem produzir e consumir informação de um modo quase instantâneo e a qualquer hora e em qualquer lugar”, de forma que “o digital assume um papel predominante na informação que é processada, armazenada e comunicada” (Gouveia; Silva, 2020, p. 16). Dessa forma, os usuários passam

a ter uma ideia crescente de “autonomia” na busca pela informação, acreditando nas fontes consultadas no processo de uso e apropriação da informação, consequentemente, há uma redução das ações mediadoras, ou seja, a interação entre profissional da informação e usuário, limitando a troca e a intervenção humana no acesso à informação.

Nesse contexto de “livre acesso”, as redes sociais surgem como um meio de comunicação, interação e informação essenciais na sociedade contemporânea, nas quais as mediações ocorrem por meio das métricas e algoritmização, compreendidas como instrumentos eficazes na recomendação ou direcionamento de conteúdo, gerado pela sobrecarga de informações. Esse processo acaba por facilitar a “navegação baseada em conteúdos de interesse”, consequentemente, reflete na limitação de acesso de informações diferentes, formando “bolhas informacionais” que são intensificadas de acordo com o uso e interesses individuais e/ou coletivos (Silva *et al*., 2025).

Diante do exposto, o objetivo deste capítulo é refletir sobre os conceitos de mediação da informação, cultural e tecnológica compreendendo que, nos espaços virtuais, a mediação pelos algoritmos gera impactos sociais no acesso, no uso e na apropriação da informação.

2 FUNDAMENTOS E CONCEITOS: MEDIAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Os estudos acerca da temática da mediação, bem como a sua aplicação e interdisciplinaridade no campo da Ciência da

Informação e da Comunicação são relevantes para o acesso, uso e apropriação da informação e do conhecimento. O conceito do termo “mediação” ganhou força na América Latina ao longo da década de 1980. Os pontos históricos fundamentais que o tornaram relevantes ocorrem a partir da:

> [...] a reorganização do capitalismo após uma aguda crise de acumulação; os processos de democratização pelos quais passaram vários países do subcontinente e a emergência de “novos movimentos sociais” que colocavam na cena pública questões (de gênero, ambientais, étnicas, sexuais etc.) para além das concebidas como propriamente concernentes às relações de trabalho e às classes sociais (Martins, 2019, p. 1).

A mediação vista enquanto categoria ganhou visibilidade principalmente pela compreensão e contribuição apresentada por Martín-Barbero (1987) no campo científico. Martín-Barbero compreendeu a importância e a influência que os “meios” exercem na vida das pessoas, assim, os estudos desenvolvidos pelo autor buscam compreender as relações estabelecidas entre pessoas e meios. Por essa perspectiva, a busca pela elucidação do termo mediação apresenta a ideia de que, para que ela ocorra, é necessário um “mediador” ou alguém que faça a “intermediação” da relação entre a informação e o público por meio da comunicação ou das mídias.

A percepção de mediação se dá a partir da necessidade de:

> [...] descrever uma acção implicando uma transformação da situação ou do dispositivo comunicacional, e não uma simples interacção

> entre elementos já constituídos – e ainda menos uma circulação de um elemento de um pólo para outro. Emitirei assim a hipótese de que há recurso à mediação quando há falha ou inadaptação das concepções habituais da comunicação: a comunicação como transferência de informação e a comunicação como interacção entre dois sujeitos sociais (Davallon, 2007, p. 10).

No campo da Comunicação, essa "mediação midiática" defendida por Davallon (2007, p. 7), "coloca o jornalista em posição de terceiro, de mediador. Esse último recebe a sua legitimidade da sua pertença a um campo diferente dos que 'mediatizam' a informação ou os objectos com vista da sua promoção".

Assim, os sujeitos adquirem conhecimento sobre determinado assunto a partir do olhar ou da experiência que o outro traz consigo, ou seja, somos mediados pelo que o outro entende sobre determinado assunto ou coisa, em que o outro traz consigo "não só do que ele vê, mas dos seus conceitos, suas ideias, suas concepções, suas explicações do mundo, suas experiências. O olhar dele não existe sozinho, isolado, destacado, deslocado, como algo que ele pudesse carregar nas mãos, desvinculando do seu corpo" (Almeida Júnior, 2015, p. 12).

Dessa forma, a busca pela neutralidade no processo de mediar não é um caminho fácil a ser exercido, posto que, ainda que os agentes envolvidos tentem ser neutros, escolhas são feitas no processo e interferem no acesso, no uso e, por fim, na apropriação da informação, quando essa última passa pela transformação de algo existente em algo próprio. Logo, essa é

a fabricação do diferenciado, ou seja, uma atividade de invenção e produção de significados, um novo conhecimento.

A partir dessa concepção, Brandão (2019, p. 101) ressalta que a neutralidade não pode existir dentro das relações humanas. Para a autora:

> A neutralidade só pode existir onde não há corpo, porque corpo sente. E onde há sentimento, sensação, afetação, não pode existir o neutro. O neutro é a ausência de movimentos do corpo, ausência de gestos, de expressão. O neutro é o que baixa a cabeça e diz "sim, senhor". O neutro é aquele que não pode pensar, que não pode sentir e que consequentemente não pode agir.

Dentro desse contexto, ainda que os sujeitos envolvidos no processo de mediar tenham que administrar seus sentimentos e seu conhecimento, é preciso mediar a informação, de forma a dar ao usuário a resposta que procura. Assim, o processo de mediação deve contemplar o princípio da neutralidade entre profissional, informação e usuário.

O termo mediação começou a ser usado na CI a partir da necessidade de uma "epistemologia social da informação" (Marteleto, 2015). Assim, a informação é compreendida como elemento importante de ligação do sujeito com a sociedade. Já a mediação consiste na interferência de um agente humano, o mediador (bibliotecários, arquivistas ou outros profissionais da informação) que auxilia o usuário no processo de acesso à informação e na produção do conhecimento.

A construção do conceito de mediação tem se transformado ao longo dos anos, "[...] passando da ideia de transmissão unilinear, concebida nas teorias clássicas e

alicerçada na figura de um mediador ou de uma mídia, a um processo onde intervêm diferentes agentes técnicos, sociais e culturais" (Marteleto; Couzinet, 2013, p. 3).

Para Rodrigues (2000, p. 84), a mediação é "o processo de interlocução ou interação entre os membros de uma comunidade, pelo qual se estabelece, alimentam ou restabelecem laços de sociabilidade, construindo assim o mundo da vida". Dessa forma, a mediação delimita a forma de construção dos saberes, sua circulação no meio social e cultural.

Pela abordagem de Kuhlthau (1993), a mediação é entendida como "a intervenção humana para auxiliar a busca e aprendizagem a partir do acesso à informação e uso". Assim, o papel do mediador é ajudar, guiar, orientar e intervir no "processo de busca de informação de outra pessoa" com a finalidade de gerar conhecimento (Kuhlthau, 1993, p. 128, tradução nossa).

Nessa perspectiva, Almeida Júnior (2015) afirma que o conhecimento é construído a partir da mediação e, ao mesmo tempo em que o sujeito é mediado, também é mediador do conhecimento. O referido autor define mediação da informação como:

> [...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (Almeida Júnior, 2009, p. 92).

Pelo exposto, pode-se inferir que o conhecimento é individual e a informação é construída a partir da interação com o meio social, juntamente com as experiências de vida de cada sujeito ou grupo social. A informação é construída de acordo com o modo de interação do sujeito com o meio, logo, o uso e a apropriação da informação sofrem interferência de aspectos educacional, cultural e social.

2.1 Mediação da Informação

A mediação da informação ocorre a partir de um processo consciente, com a finalidade de agregar novas competências ou conhecimento. A ação de mediação pode ser compreendida como uma atuação de interferência com a finalidade de satisfazer uma necessidade informacional seja total ou parcial, a partir do momento em que ocorra a apropriação da informação (Almeida Júnior, 2015). Logo, a mediação tem por objetivo sanar de forma precisa a demanda informacional dos seus usuários e da comunidade à qual pertence.

A mediação da informação pode ser apreendida a partir de uma abordagem sociocognitiva, uma vez que contribui para a promoção do senso crítico, por intermédio da "problematização"; "capaz de impulsionar a recepção, o desenvolvimento intelectual, assim como a tomada de consciência, pode representar um apoio significativo à apropriação da informação pelos sujeitos envolvidos na ação mediadora" (Gomes, 2020, p. 11).

Assim, processo de apropriação se dá através da:

> [...] interação entre um sujeito e uma determinada estrutura de informação, que provoca uma modificação nas condições de entendimento e de saber acumulado; esta apropriação representa um conjunto de atos voluntários, pelo qual o indivíduo reelabora o seu mundo modificando seu universo de conteúdos simbólicos (Barreto, 2009, p. 4).

Os profissionais da informação contribuem para que o processo de apropriação ocorra através da mediação da informação que está sob a guarda deles, buscando a satisfação de seus usuários, possibilitando que eles saiam da categoria de meros receptores para tornarem-se atores centrais do processo de apropriação do conhecimento, uma vez que a informação e seu acesso influenciam, de forma significativa, o processo de desenvolvimento de sujeitos atuantes e críticos na sociedade.

Oliveira e Corrêa (2020, p. 256) afirmam que, "[...] de modo geral, mediar pressupõe ações que acontecem por meio da colaboração entre as partes, ou seja, da interação entre os sujeitos e da utilização de instrumentos que contribuam para esse processo". Portanto, a mediação é o meio que possibilita o intercâmbio de experiências, que produz meios para que ocorra transformação nas condições de entendimento, contribuindo para construção de novos saberes. Os mediadores podem ser compreendidos como instrumentos de transformação de novas práticas sociais, uma vez que fazem interferência no processo de uso e apropriação da informação. Assim, os espaços informacionais e, consequentemente, os profissionais da informação são meios para que ocorra a mediação da informação.

Nessa perspectiva, para que as bibliotecas sejam espaços informacionais, efetivamente, elas precisam estar presentes e estabelecer laços, através dos bibliotecários, na construção da relação com os usuários, seja nos seus espaços físicos ou virtuais. Dessa forma, a mediação da informação torna-se elemento importante para a construção dessa relação, uma vez que, através desse processo, os usuários podem obter a informação desejada, fazendo parte do ciclo de produção, uso e apropriação do conhecimento.

2.2 Mediação Cultural

De acordo com o Dicionário de Sociologia (1974), o termo cultura é definido como um sistema de ideias, conhecimentos, técnicas, comportamentos e atitudes que caracterizam uma sociedade, sendo perpetuada por processos sociais, e não biológicos, às vezes referida como herança social. Logo, a cultura tem dimensão política e não é única, os ambientes sociais, os sujeitos carregam valores e percepções que podem tanto contestar quanto reafirmar a ordem social.

O termo “mediação cultural”, defendido por Davallon (2007), consiste em viabilizar o acesso do público a obras, espaços culturais ou saberes, por meio da construção de uma interface entre dois universos inicialmente distintos – o dos sujeitos e o dos objetos ou estruturas culturais –, com a finalidade de favorecer a apropriação do segundo pelo primeiro. Assim, a mediação cultural ocorre através de diferentes concepções artístico-culturais, tais como “música, dança, teatro, fotografia”, dentre outras. Nelas “os sujeitos, na condição de seres individuais e coletivos, estabelecem relações com elementos culturais que lhe propiciarão a construção da

realidade que os cerca, a partir da apropriação" (Cavalcante, 2022, p. 8) dos elementos simbólicos advindos dessas atividades artístico-culturais.

Nesse contexto, a mediação cultural "utilizada como método para debater temáticas que afetam uma comunidade" (Miranda; Cavalcante, 2021, p. 36) pode ressignificar a interação do sujeito com a sociedade, a partir das práticas culturais, posto que viabilize a apropriação de elementos simbólicos, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico. A cultura, compreendida como uma invenção ou criação do ser humano, é espaço no qual os saberes podem ser construídos em relação à realidade, sofrendo transformações que contribuem para a produção, circulação, disseminação e apropriação da informação de maneira mais democrática (Marteleto, 2007, p. 16). Em seus estudos, Freire (1975) evidencia que o ser humano é sujeito inacabado, em constante construção. Esse processo ocorre mediante o uso e apropriação da informação, gerando novas fontes de informação e de conhecimento.

Nessa perspectiva, Costa (2024) afirma que o conhecimento é o conjunto de informações processadas de natureza individual, sendo a informação fruto da interação com o meio social, aliada às experiências de vida de cada indivíduo ou grupo social. A construção da informação está intrinsecamente ligada ao modo como o sujeito interage com o ambiente, sendo que o seu uso e apropriação são influenciados por fatores educacionais, culturais e sociais. Para a autora, a cultura é entendida como hábito, valores e meio os quais estabelecem um espaço, onde os saberes são

construídos em interação com a realidade e com os sujeitos, passando por transformações que promovem a produção, circulação, disseminação e apropriação da informação, objetivando o diálogo mais democrático.

Portanto, é possível aferir que a informação tem caráter social e se manifesta por meio das práticas de informação também no campo da cultura. Logo, com o uso e a apropriação da informação e do conhecimento, promovidos pela mediação cultural, torna-se possível facilitar movimentos de ruptura nas estruturas sociais culturalmente estabelecidas, bem como favorecer a emancipação de sujeitos em situação de desigualdade social, contribuindo, ainda, para a construção do senso crítico e o exercício da cidadania.

2.3 Mediação Tecnológica

Com o advento da internet e o crescente uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), os reflexos provocados pelo manuseio das tecnologias são objeto de estudo no campo da Ciência da Informação, uma vez que a área tem por objetivo investigar o comportamento, as propriedades o uso e apropriação da informação. As redes de comunicação e a revolução tecnológica não estão restritas à centralidade da informação e do conhecimento, mas também estão na "aplicação desses conhecimentos e desta informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso" (Castells, 2002, p. 51). O dispositivo pode ser compreendido como uma "rede" que possibilita entrelaçar elos entre a sociedade e os elementos elencados. Trata-se de "uma

formação histórica específica, originada no jogo entre esses diferentes elementos heterogêneos" (Foucault, 2000, p. 244), na qual o dispositivo exerce uma função estratégica e bem definida de dominação através de três dimensões: do saber, do poder e pelos modos de produção de subjetivação.

Por conseguinte, os dispositivos não possuem neutralidade. Eles geram meios de controle ou "aparelhamento" por meio de leis, normas, medidas administrativas que estabelecem redes de interesses voltados para instituições, grupos ou sujeitos mediante conhecimento/saber adquirido, dando poder ao seu interlocutor. Logo, os dispositivos de comunicação e informação não são produzidos de forma unilateral; estão relacionados com os sujeitos e as redes de vínculos que os constituem (Marteleto; Couzinet, 2013).

A base do conceito de mediação (ou intermediação) está relacionada com o "desenvolvimento das tecnologias da informação que permitem orientar de forma diferenciada os serviços", fazendo com que "o campo de atuação dos profissionais da informação seja ampliado" (Accart, 2012, p. 15). Com o uso crescente das redes e mídias sociais, cresce também a autonomia do usuário na busca pela informação. A partir da automação dos espaços informacionais, por meio das tecnologias, há uma redução da interação entre profissional da informação e usuário, "reduzindo também as ações mediadoras, a partir da intervenção humana", passando a intermediação a ser estabelecida por meio das tecnologias (Souto, 2008, p. 60).

Lopes e Silva (2006) definem o processo de autonomia do usuário como *desintermediação*, que consiste em um processo no qual não se estabelece a relação usuário/bibliotecário. Para as autoras:

> O conceito desintermediação surgiu entre a década de 1960 e 1970. A designação estava relacionada a algumas mudanças ocorridas nos serviços oferecidos pelos setores financeiros e industriais; os bancos foram os primeiros a adotar tal conceito quando passaram a oferecer seus serviços de forma que seus clientes o fizessem sem a intermediação humana. O processo de desintermediação nas bibliotecas se deu com maior intensidade com o surgimento da Internet. Os avanços tecnológicos na área de comunicação e informação provocaram estas mudanças nas atividades das bibliotecas e especificamente no papel do bibliotecário (Lopes; Silva, 2006, p. 9-10).

Sob esse olhar, pode-se apreender que a intermediação é potencializada com a mediação tecnológica da informação, ou seja, aquela a que as tecnologias da informação e comunicação dão respaldo ou possibilitam que a informação ocorra. No entanto, compreende-se que esse acesso e produção de conteúdo são descentralizados a partir da internet e suas ferramentas.

Nesse contexto, Martins (2021, p. 289) pondera que, através da mediação tecnológica, ocorre a:

> [...] ampliação das possibilidades de se produzir, consumir e compartilhar informação pelos usos dos dispositivos móveis, aliada ao fenômeno da convergência tecnológica, da algoritmização e da

> composição inédita de um gigantesco volume de dados a partir dos quais é possível induzir o comportamento dos indivíduos, marca o tempo histórico do sujeito neoliberal.

Com a crescente algoritmização, na qual o usuário tem essa "sensação" de liberdade de acesso a partir da autonomia de busca, esse cenário tecnológico pode apresentar pontos negativos do uso das tecnologias, sem a mediação da informação, posto que os usuários tenham a liberdade para o compartilhamento de qualquer fonte de informação, sem verificar a autenticidade. A propagação de fake news, que tem contribuído para o processo de desinformação da sociedade, é um dos impactos negativos mais conhecidos.

Bezerra e Almeida (2020) chamam a atenção às questões relevantes que ocorrem na mediação algorítmica da informação na internet, pois ela é responsável por decidir a "que" informação terá acesso e "qual" permanecerá invisível, ou seja, a consequência da lógica do algoritmo é operada de acordo com os interesses econômicos das instituições, das empresas que controlam as plataformas e/ou financiam. Assim, se não há neutralidade no processo mediador, essa mediação acaba funcionando como um obstáculo às perspectivas de diversidade e autonomia informativa que são fundamentais nas sociedades livres e democráticas (Bezerra; Almeida, 2020, p. 6, tradução nossa).

No que se refere às inovações tecnológicas, Barreto (1995, p. 3) nos leva a refletir que, nesse contexto, uma tecnologia pode ser verificada, independente de "[...] possuir ou não alto nível de sofisticação ou novidade, o que determina

a inovação é a aceitação da tecnologia, como sendo uma novidade para a realidade específica onde a nova ou a 'velha tecnologia' irá operar".

No processo de mediação da informação, é preciso pensar na forma que o fluxo informacional acontece, pois ela se dá através da "geração de informação por uma fonte emissora e a aceitação da informação pela entidade receptora" (Barreto, 1998, p. 122), entendendo que entre emissor e receptor podem ocorrer ruídos na informação.

Diante do crescente uso e consumo de conteúdo nos ambientes digitais, a mediação tecnológica torna-se cada vez mais intensa, novos paradigmas são assumidos necessitando que os profissionais da informação ganhem novos contornos nas rotinas de trabalho. Nesse sentido, Targino (2010) ressalta que

> [...] as inovações tecnológicas são decisivas na mutabilidade dos paradigmas concernentes à biblioteca, em sua condição de instituição social. E, como inevitável, ao atravessar as várias fases históricas, indo do período medieval à contemporaneidade, a biblioteca assimila a realidade dos diferentes períodos e assume posturas paradigmáticas distintas (Targino, 2010, p. 42).

Dessa forma, os impactos das tecnologias refletem diretamente na atuação dos ambientes informacionais, bem como na prestação de serviço dos profissionais da informação. Logo é preciso que eles estejam capacitados, abertos para mudanças e acessíveis para atualização e capacitação frente às novas ferramentas das tecnologias da informação.

Costa (2024) destaca que os dispositivos tecnológicos, a exemplo das mídias sociais, utilizados como instrumentos de acesso à informação e ao conhecimento, em momentos emergenciais, como foi na pandemia de Covid-19, foram e são aliados tanto na divulgação das informações sobre a prevenção a saúde, os cuidados necessários, também permitiram o acesso à cultura e entretenimento por meio das lives promovidas pelas redes sociais, bem como auxiliaram no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que todo o ensino passou a ser realizado de forma remota mediados pelos dispositivos tecnológicos.

Portanto, a mediação tecnológica tem um papel relevante no acesso, uso e apropriação da informação e do conhecimento na atualidade. É preciso ser crítico às informações "direcionadas", saber identificar as fontes de informações confiáveis e selecionar de forma coerente a fim de evitar ruídos no processo informacional e propagação de fake news, ou seja, desenvolver competência informacional torna-se um ponto primordial para o desenvolvimento de um sujeito social crítico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas ao longo do texto, aponta-se para um novo cenário de acesso, uso e apropriação da informação e do conhecimento. As redes sociais, os ambientes tecnológicos têm propiciado cada vez mais o direcionamento da informação, formando bolhas informacionais retroalimentadas, sem mecanismos que ofereçam contraponto ou que realizem análise das fontes de

informação. A falta de neutralidade dos algoritmos direciona informações de acordo com "perfil" do usuário em algumas situações, acaba desinformando ao invés de informar.

A ideia de mediação concebida a partir da figura de um mediador, ou de uma mídia, estabelecida a partir de uma necessidade informacional por parte de um usuário, ganha uma nova dimensão diante da algoritmização das redes sociais. Denominada nesta pesquisa como *mediação tecnológica,* essa relação é potencializada, contribuindo para ampliar o uso de ferramentas que viabilizem a localização, filtragem e organização e, consequentemente, a economia de tempo entre profissionais da informação e a resposta aos usuários. Nesse contexto, é importante repensar a responsabilidade do acesso informacional dos ambientes tecnológicos e o princípio da neutralidade durante o processo de mediar, compreendendo que sua função não é apenas satisfazer a necessidade de informação e do conhecimento dos usuários. Assim, o papel mediador das unidades informacionais e dos profissionais da informação ganha novos espaços, potencializando e ampliando a forma de atuação profissional, e se tornando ainda mais importante na verificação de fontes de informação confiáveis e seguras. Portanto, para que a mediação ocorra de forma positiva, é necessário desenvolver competências informacionais para auxiliar na verificação das fontes informacionais para atender a busca pela informação para que o conhecimento adquirido contribua efetivamente no desenvolvimento do senso crítico dos sujeitos.

Por fim, de acordo com a base que fundamenta da Ciência da Informação, a informação exerce poder na

sociedade, por meio dela transformações sociais são possíveis juntamente com a estrutura teórica e robusta dos dispositivos e plataformas digitais as quais possibilitam a algoritmização. No contexto informacional e da geração do conhecimento, a mediação da informação, da tecnologia e da cultura são instrumentos importantes para o uso, a circulação e a apropriação da informação que contribuem para construção do conhecimento e de sujeitos críticos na sociedade.

REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Phelippe. *Serviço de referência:* do presencial ao virtual. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação,* Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da Informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (org.). *Mediação oral da informação e da leitura.* Londrina: ABECIN, 2015.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A transferência de informação, o desenvolvimento tecnológico e a produção de conhecimento. *Informare:* Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 2-10, jul./dez. 1995.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mediações digitais. *DataGramaZero:* Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, ago. 2009.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. *Ciência da Informação,* Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/3tHMbGLHmTTbDPD9w48wSMJ/?lang=pt. Acesso em: 19 out. 2026.

BEZERRA, A. C.; ALMEIDA, M. A. de. Rage against the machine learning: a critical approach to the algorithmic mediation of information. *Brazilian Journal of Information Science:* research trends. Marília, v. 4, n. 2, p. 6-23, 2020. Disponível em:https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/9934. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRANDÃO, Helena Werneck. *Um grito que irrompe no silêncio:* a experiência de ser corpo na academia. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede.* São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. A violência contra a mulher sob o olhar mediação cultural da informação: análise da exposição “retratos relatos”. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,* São Paulo, v. 18, n esp. IV Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM), p. 01-19, 2022.

COSTA, Patrícia dos Santos. *Os reflexos da pandemia de COVID-19 na atuação das Bibliotecas Universitárias e as condições de ensino:* o caso dos estudantes de ações afirmativas do curso de Biblioteconomia do estado do Rio de

Janeiro. 2024. 206 f.. Tese (Doutorado) – UFRJ/IBICT, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? *Prisma.com*, Portugal, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61109. Acesso em: 30 abr. 2026.

DICIONÁRIO de sociologia. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir.* Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. I*nformação & Informação,* Londrina, n.19, v.2, 46–59, 2014. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/19090. Acesso em: 05 mar. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade:* Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1–23, 2020. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57047. Acesso em: 20 out. 2026.

GOUVEIA, L.; SILVA, A. M da. A infocomunicação ou a convergência das Ciências da Informação e da Comunicação para um objeto comum. *Páginas a&b,* Porto, S.3, n. Especial,

p. 15-33, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21747/21836671/pag2020a2. Acesso em: 12 mar. 2026.

KUHLTHAU, C. C. *Seeking meaning*: a process approach to library and information services. Norwood, NJ.: Ablex Publishing, 1993.

LINDEMANN, Catia Rejane. *A busca pela Biblioteconomia social por meio da ciência da informação*. 2014. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

LOPES, Marili Isensee; SILVA, Edna Lúcia da. As bibliotecas universitárias e a mediação da informação na comunicação científica. IN. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. *Anais [...].* Salvador: UFBA, 2006.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. *Informação & Informação,* Londrina, v. 12, n. 1 esp., p. 46-62, 2007. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1785/1521. Acesso em: 19 out. 2026.

MARTELETO, Regina Maria; COUZINET Viviane. Mediações e dispositivos de informação e Comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde,* v. 7, n. 2, 2013.

MARTELETO, Regina Maria. Epistemologia social e cultura digital: reflexões em torno das formas de escrita na web. *Em Questão,* Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 9-25, 2015.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Em torno da mediação: contribuições para fundamentação teórico-epistemológica da categoria nos estudos da informação. *Ciência da Informação em Revista,* Maceió, v. 6, n.1, p. 4-19, jan./abr. 2019.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação, comunicação e informação: a centralidade do sujeito e a produção da racionalidade neoliberal. *Em Questão,* Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 272–295, 2021. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4656/465668631011/html/. Acesso em: 20 out. 2026.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones:* comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: G. Gili, 1987.

MARTÍN-BARBERO, José; BARCELOS, Claudia. Comunicação e mediações culturais. *Intercom:* Brazilian Journal of Communication Sciences, São Paulo, v. 23, n. 1, 2004. DOI: 10.1590/rbcc.v23i1.2010. Disponível em: https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2010. Acesso em: 17 abr. 2026.

MIRANDA, Ana Maria Mendes; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Abordagens políticas a partir da mediação cultural: o caso do feirão da resistência e da reforma agrária da cidade de londrina. *PontodeAcesso,* [S. l.], v. 15, n. 1/2, 2021. DOI: 10.9771/rpa.v 15i1/2.36508. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/36508. Acesso em: 17 maio. 2025.

OLIVEIRA, Raquel Mignoni de; CORRÊA, Ygor. Ensino de língua portuguesa com a mediação das tecnologias digitais em tempos de pandemia. *Dialogia*, São Paulo, n. 36, p. 252–268, set./dez. 2020. Disponível em:

https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18336. Acesso em: 10 jun. 2026.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Dicionário breve da informação e da comunicação.* Lisboa: Editorial Presença, 2000.

SILVA, Laercio Souza da; ROCHA Francisco das Chagas; BALUZ, Rodrigo Augusto Rocha Souza. A formação das bolhas informacionais na comunicação digital: uma revisão bibliográfica sobre as métricas algorítmicas dentro das redes sociais Facebook, Twitter e TikTok. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica em Computação,* 2025, v. 23, n. 1, p. 16-23, 2025. Disponível em: https://journals-sol.sbc.org.br/index.php/reic/article/view/5402. Acesso em: 10 jun. 2026.

SOUTO, Leonardo Fernandes. *Mediação em serviços de disseminação seletiva de informações no ambiente de bibliotecas digitais federadas.* 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-13072009-184314/. Acesso em: 10 jun. 2026.

TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas? *Informação & Sociedade:* Estudos, João Pessoa, v.20, n.1, p. 39-48, jan./abr. 2010. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93177 acesso em: 10 jun. 2026.

COMPORTAMENTO INFORMACIONAL E SUBJETIVIDADE

Dalila Gimenes da Cruz

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual caracteriza-se pelo senso de urgência e dinamicidade. A sensação de que nada se mantém por muito tempo e que acompanhar as transformações constantes é questão de sobrevivência impõe um ritmo acelerado e imperativo por novos aprendizados. Com papel de destaque nesse cenário, a informação cresce em dimensão e alcance, provocando mudanças profundas nos meios sociais, culturais, profissionais e educacionais.

Ao longo dos anos, a informação ganhou status de valor e está à disposição por meio de uma enorme gama de opções para acesso, tanto no que tange à quantidade, que envolve múltiplos e variados temas e tipologias, quanto às formas e suportes em que se torna disponível. Nesse contexto, não é possível desconsiderar a evolução tecnológica, social, histórica e cultural a fim de compreender como tal cenário se constrói e transforma o contexto informacional profundamente.

Em meio às facilidades advindas das tecnologias de informação e comunicação (TICs), o sujeito contemporâneo tem à sua disposição uma quantidade muito maior de informações do que é capaz de consumir, e a forma como se comporta frente às suas necessidades de informação reflete significativamente nos processos de evolução social, bem

como na construção de novos conhecimentos e aprendizados. Esse processo apresenta cunho social e cultural, e implica na readequação das pessoas em suas relações com a informação e tecnologia como recurso para atender às suas necessidades informacionais. Porém, cabe ressaltar que o grau de interesse e profundidade nos mais diversos temas também reflete a subjetividade de quem busca a informação.

Nesse sentido, Araújo (2017, p. 21) destaca que, "o excesso de informação, por vezes, pode ser tão negativo quanto sua ausência, pois a disponibilidade não pressupõe necessariamente o acesso e o uso". Assim, é necessário saber equilibrar a busca pelo conhecimento em um mundo saturado de informações nos mais variados tipos de suportes, com a capacidade de desenvolver um comportamento informacional que atenda às demandas necessárias nas mais diversas situações cotidianas.

No entanto, esse comportamento não se constitui apenas por influências externas, tais como mudanças no contexto informacional e tecnológico ou mesmo pelo contexto cultural, histórico e social. A identificação da necessidade, busca e uso da informação é também constituída por fatores internos e subjetivos, adquiridos por conhecimentos prévios, experiências pessoais anteriores, histórico de vida, construções simbólicas e afetivas que fazem parte da subjetividade de cada sujeito. A partir dessa premissa, pode-se inferir que indivíduos em seus meios sociais, culturais e históricos se encontram inseridos em uma relação dialética, influenciam e são influenciados pelo meio em que atuam.

2 COMPORTAMENTO DE BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO

Para entender como tantas transformações na relação sujeito-informação refletem na forma como as pessoas satisfazem suas necessidades informacionais, é importante explorar os significativos estudos realizados ao longo dos anos pela Ciência da Informação (CI). Apesar de sua constituição recente no campo da História das Ciências, a CI tem se dedicado ao estudo da informação e seu conceito, perpassando em sua trajetória pelos paradigmas físico, cognitivo e social apresentados por Capurro (2003). Ao avançar por tais paradigmas, o entendimento que se faz do usuário e da própria Ciência da Informação tem se modificado ao longo das últimas décadas.

Diferentes abordagens acompanharam a ampliação do foco para entender com mais profundidade a forma como as pessoas entendem suas necessidades informacionais, buscam, acessam e usam a informação, tanto em suas atividades profissionais quanto cotidianas. Em um primeiro momento, o paradigma físico aponta a informação como algo externo ao indivíduo, considerando-o sujeito passivo e mero utilizador da informação. A ampliação desse olhar leva ao paradigma cognitivo, em que a informação também passa a ser vista pela perspectiva do usuário, que ganha um papel ativo no processo de busca e uso da informação. Em seguida, o paradigma social agrega a construção social e eleva o usuário à responsável coletivo pela construção e interpretação da informação e do conhecimento (Tanus, 2014).

Dentro do campo de estudos de usuários, as abordagens tradicional, cognitiva e social se apresentam em consonância com os paradigmas da CI definidos por Capurro (2003). Como foco deste artigo, a abordagem cognitiva busca aprofundar a relação do sujeito com a informação e passa a ser conhecida como comportamento informacional a partir da concepção do primeiro modelo de Wilson (1981), que enfatiza as necessidades fisiológicas, cognitivas e afetivas dos indivíduos (Martinez-Silveira; Oddone, 2007).

Ao aprofundar seus estudos, Wilson (1981, 1997, 1999, 2006) desenvolveu modelos que passam a considerar o indivíduo que influencia e é influenciado por suas necessidades informacionais no contexto em que essas necessidades se apresentam. Com o avanço de suas pesquisas sobre o tema, Wilson buscou aperfeiçoar seus modelos à medida que foi percebendo múltiplos fatores que influenciam o comportamento humano e que precisam ser considerados, indicando a diversidade de caminhos que podem ser tomados pelas pessoas, cada qual com a sua particularidade. Wilson (2006) busca associar o mundo particular vivido pelo usuário com influências abarcadas por valores, culturas, crenças, convenções sociais entre outras características próprias de cada ambiente em particular. Para o autor, tais influências conduzem o usuário a adotar suas escolhas e condutas a fim de satisfazer suas necessidades de informação. Esse movimento apresentado por Wilson (2006) demonstra que a busca da informação pode ocorrer em diversos ambientes, sem regra prevista em decorrência de fatores influenciadores, dependendo do contexto de cada usuário. A partir do mundo

do usuário, há a possibilidade de acesso a vários tipos de sistemas, formais ou informais, e a diversas fontes, a partir do reconhecimento de uma necessidade informacional.

No percurso dos estudos de usuários, a abordagem cognitiva, nominada por Wilson de comportamento informacional é a que mais se aplica à discussão proposta, pois baseia-se nas premissas de que a necessidade de informação deve ser analisada a partir da perspectiva da individualidade do sujeito, sendo em grande parte impactada pelo plano pessoal, contextualizada pelo tempo e espaço de ocorrência, e seu uso é determinado pelo indivíduo em constante construção de seus sentidos.

3 A PERSPECTIVA DA SUBJETIVIDADE

Para entender de que forma se constitui a relação entre o comportamento de busca e uso da informação e a subjetividade, faz-se necessário explorar alguns conceitos e teorias sobre o tema. Bock, Furtado e Teixeira (2008, p. 22) entendem a subjetividade como

> [...] a síntese singular e individual que cada um de nós vai constituindo conforme vamos nos desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural; é uma síntese que de um lado nos identifica, por ser única; e de outro nos iguala, na medida em que os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social.

Ainda segundo os autores, “a subjetividade é a maneira de sentir, pensar, fantasiar, se comportar, sonhar, amar de cada um. Ou seja, constitui o nosso modo de ser” (Bock;

Furtado; Teixeira, 2008, p. 23). Entretanto, a subjetividade não é inata ao indivíduo e se constitui à medida que o sujeito se apropria do material do mundo social e cultural e, ao mesmo tempo que transforma o mundo externo, constrói e transforma a si próprio (Bock; Furtado; Teixeira, 2008).

Sob o ponto de vista da comunicação, para Foskett (1990), a informação consiste na organização, em uma mente individual, de coleções de dados dentro de uma estrutura coerente dotada de significância em relação à prática humana. Sendo assim, antes de uma informação ser comunicada, ela foi elaborada a partir de dados por um ato intelectual individual, tornando impossível a não incorporação de contaminações provenientes da subjetividade de quem as elaborou. Ao confrontar o conceito da subjetividade apresentada até aqui, com o ponto central da abordagem cognitiva em que, conforme destaca Wilson (2000), a pessoa ao identificar uma necessidade de informação age como ser ativo no processo de busca e pode tomar diversos caminhos os quais são influenciados por fatores internos e externos, pode-se inferir uma relação entre essas concepções científicas. Todas essas mudanças vêm transformando o comportamento informacional e a forma como as pessoas buscam informação, porém esse comportamento não se constitui apenas por influências externas, tais como mudanças no contexto informacional e tecnológico ou mesmo pelo contexto social e cultural. À prática, somam-se ainda fatores individuais constituídos por experiências pessoais anteriores, histórico de vida, construções simbólicas e afetivas que fazem parte da subjetividade de cada sujeito.

Assim, o comportamento informacional não pode ser dissociado de um emaranhado de sentimentos e emoções que conduzem o sujeito em cada momento vivido. Brandão (2012) destaca que nenhuma ação humana se dá de forma mecânica e automática, mas sim envolta de sentidos que motivam não somente o agir, mas o sentir, o pensar, o falar que integrados levam a produção de novos sentidos.

É notório saber que o mundo em constantes transformações nos campos tecnológicos, sociais, culturais e informacionais demandam constante atualização e busca por novos conhecimentos e aprendizados. Sobretudo que, nesse processo, é comum perceber muitas emoções e sentimentos envolvidos, tanto positivos quanto negativos, tais como satisfação, motivação, realização, prazer, mas também sobrecarga, cansaço, frustração, desmotivação, e que precisam ser levados em consideração ao analisar elementos constituintes e constitutivos da subjetividade no comportamento informacional dos indivíduos no contexto atual da vida contemporânea.

A partir da concepção e revisão de seus modelos de comportamento informacional, Wilson (1981, 1997, 1999, 2006) expõe que a atuação do sujeito na definição de suas necessidades, busca e uso da informação são indissociáveis de suas experiências subjetivas, visto que se trata de elaborações internas de cada indivíduo e somente pode ser evidenciada a partir da observação do seu comportamento ou da sua verbalização.

Apesar das necessidades informacionais sofrerem influências de estímulos externos ao sujeito, como a

necessidade de resolução de um problema, é, em grande medida, a partir de elementos internos e características individuais que os próximos passos serão determinados para definir o processo de busca e uso das informações por esse sujeito específico. Constitui-se, assim, um processo de construção de significado em que o indivíduo se envolve ativamente para obter uma nova compreensão para a resolução do problema apresentado.

Nesse sentido, a busca da informação parte de uma necessidade por um tema específico, mas as informações já disponíveis e assimiladas pelo sujeito anteriormente, amalgamadas às suas experiências pessoais, momento de vida e emoções despertadas em relação ao contexto vivenciado podem alterar a relevância das fontes ou informações a serem buscadas posteriormente. Questões como trajetória acadêmica e profissional, área de formação acadêmica, influências familiares, experiências ao longo da vida, crenças e valores conduzem o percurso dos indivíduos em seus processos de busca e uso da informação. As crenças têm um papel bastante significativo no processo de construção da visão de mundo de cada sujeito em particular, pois podem ser entendidas como interpretações individuais das coisas que fazem parte do universo singular de cada pessoa e se convertem em modos de pensar que se tornam enraizados. Isso implica que o ser humano tem uma relação com o mundo de maneira mais indireta, ou seja, tudo aquilo que ele tem contato passa pelo seu processo de interpretação, de conferir significado às coisas, tornando aquele modo de enxergar único daquele sujeito.

De acordo com Berger e Luckmann (2011), esse processo só se torna possível a partir da interiorização da realidade por meio da socialização. Na perspectiva da sociedade como realidade subjetiva, a sociedade é entendida como um processo dialético, constituída por uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva. Para o ser humano, viver em sociedade implica participar dessa dialética, em que, simultaneamente, cada indivíduo exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza o mundo social como realidade objetiva. Desse modo, cada indivíduo em sua história de vida constrói significados a partir da sua interpretação pessoal, porém essa interpretação acontece a partir do mundo social em que esse indivíduo está inserido. A questão que caracteriza essa singularidade é justamente o fato de que processos subjetivos de um indivíduo geram significados subjetivos para outros indivíduos a partir da interação social entre eles, ou seja, a subjetividade do outro é objetivamente acessível e torna-se dotada de sentido, independente das interpretações individuais, pois elas são únicas de cada um (Berger; Luckmann, 2011). Portanto, a compreensão de mundo como realidade social dotada de sentido, "não resulta de criações autônomas de significado por indivíduos isolados, mas começa com o fato do indivíduo 'assumir' em si mesmo o mundo no qual os outros já vivem" (Berger; Luckmann, 2011, p. 168). Ainda, nas palavras dos autores, "não somente vivemos no mesmo mundo, mas participamos cada qual do ser do outro" (Berger; Luckmann, 2011, p. 169) e só então cada um torna-se membro da sociedade.

Esse processo é definido como socialização. A socialização primária caracteriza-se pela infância e tem início a partir do nascimento e da relação desse ser com a estrutura social objetiva que o recebe no mundo. De modo geral, a socialização primária acontece na família ou por pessoas que exercem esse papel nos primeiros anos de vida da criança. Já a socialização secundária é configurada por qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores objetivos da sociedade, como escola, trabalho, grupos sociais etc. Para Berger e Luckmann (2011), em geral, a socialização primária tem para o indivíduo o valor mais importante e que traz a base para a socialização secundária. A socialização primária não envolve somente o aprendizado intelectual, mas é carregada de alto grau de emoção. É por meio das ligações emocionais que a criança se identifica com o outro e, assim, é capaz de interiorizar o mundo externo, pois sem essa identificação, a interiorização não é possível.

Durante os primeiros anos de vida, a criança absorve e interioriza papéis, atitudes e crenças dos pais e familiares mais próximos, tornando-os seus. Embora ela não seja simplesmente passiva no processo, são os pais ou seus equivalentes que definem o que é certo ou errado, bom ou ruim, e assim por diante. A criança não tem opção de escolha sobre qual família quer nascer e crescer e, por esta razão, a interiorização da realidade particular do ambiente em que ela vive é quase inevitável. É justamente nesse momento da vida que é construído o primeiro mundo do indivíduo por meio da relação estabelecida entre as crianças e seus cuidadores.

A partir da constituição de um arranjo identitário no processo de socialização primária, a socialização secundária se torna necessária através do contato com as instituições externas à família, especialmente, no trabalho. Nesse momento, surge a necessidade de aquisição de conhecimentos e vocabulários específicos de funções e a sua interiorização por meio de interpretações e condutas de rotina em uma área institucional. Aqui, parte-se do pressuposto de um processo de socialização primária precedente, com uma subjetividade inicialmente formada e um mundo já interiorizado.

Ao inserir-se em um processo de socialização secundária, elementos interiorizados pelo indivíduo em sua socialização primária lhe dão condições para ter uma visão de mundo própria, carregada de elementos constituintes de uma realidade construída por suas vivências, experiências e aprendizados ocorridos na infância. Assim, na socialização secundária, "sejam quais forem os novos conteúdos que devam agora ser interiorizados, precisam de certo modo sobrepor-se a esta realidade já presente" (Berger; Luckmann, 2011, p. 181).

É importante destacar que, apesar do processo de socialização acontecer à medida que o indivíduo vivencia as fases da vida e a constituição da subjetividade ser iniciada durante a socialização primária no contato único e direto com o núcleo familiar (com experiências afetivas e sociais travadas desde a infância), esse processo como um todo também é marcado por ocasionais rupturas em relação às orientações primárias e parentais, ao passo que as interpretações individuais de si mesmo e do mundo vivenciado a partir do

desenvolvimento individual são constituintes de uma subjetividade em constante construção durante a vida. Imersa na socialização, a constituição da subjetividade decorre a partir das respostas do outro, para então conceber um mundo observável e responsivo. Portanto, é no processo de socialização que o indivíduo se transforma em um ser único, constituído de uma subjetividade própria a partir da formação de todo o seu conjunto de crenças, valores e significações, aprendendo os códigos de conduta, normas e regras a partir dos grupos de referência dos quais se inserem em sua trajetória de vida. Nesse percurso, o indivíduo torna-se ao mesmo tempo um ser interior e exterior à sociedade e por esta razão as realidades objetivas e subjetiva nunca são estáticas, mas estão em constante transformação em um processo dialético.

Ao compreender o processo de socialização, torna-se possível relacioná-lo com a construção da subjetividade como fenômeno que leva os indivíduos a serem únicos e, ao mesmo tempo, parte de um mundo objetivo, em que um transforma o outro mutuamente.

Como destacado por Berger e Luckmann (2011), o processo de socialização é carregado de alto grau de emoção que permite a interiorização de componentes subjetivos, assim como, para González Rey e Patiño (2017), a subjetividade vai se construindo na medida em que a emoção se torna sensível aos registros simbólicos, permitindo ao ser humano produzir o mundo em que vive e não simplesmente adaptar-se a ele.

Portanto, as experiências humanas que constituem a subjetividade têm nas emoções um importante fator

determinante. As emoções fazem parte da vida do ser humano: amor, ódio, tristeza, saudade, gratidão são apenas algumas das palavras que são usadas para expressar aquilo que se sente, porém, apesar disso, cada um, de forma individual, vivencia a sua própria experiência emocional, já que não é possível ter acesso ou mesmo sentir exatamente o que o outro está sentindo. Os estados emocionais, embora sejam elaborações atravessadas pelas vivências sociais, históricas e culturais, são experienciados de forma intrapessoal e, portanto, são disponíveis somente àquele que sente. São as emoções responsáveis por determinar a qualidade das situações experienciadas e que somente podem ser interpretadas de forma individual, sendo assim, constitutivas da subjetividade. Apesar da individualidade ser constituída das emoções que somente podem ser sentidas internamente, o meio e o contexto em que se vive desenvolvem as experiências pessoais e contribuem para as interpretações elaboradas a partir das emoções sentidas.

Para Camargo e Bulgacov (2016, p. 217), o significado/sentido e a vivência emocional são determinados pelo "caráter da experiência singular da pessoa participante das práticas sociais concretas (históricas e culturais) e de sua atividade no contexto dessas práticas". Ao participar de uma prática social, o sujeito assume um lugar e uma posição, o que é determinante para a construção de significados sobre as suas próprias experiências. Para os referidos autores, baseados na obra de Vigotsky,

> A emoção estabelece nexos e conexões com a memória, linguagem, percepção, atenção, imaginação e as outras funções psicológicas,

> formando um sistema funcional dinâmico, mediado pela linguagem, a partir das experiências geradas nas atividades culturais, sociais e histórica de sujeitos concretos (Camargo; Bulgacov, 2016, p. 208).

Foi a partir dos estudos de Vygotsky que os processos antes considerados divididos, tais como componentes externos e internos, dimensão social e individual, emoção e razão, passaram a ser compreendidos dialeticamente, isto é, a concepção de homem como ser histórico e social, considerando que ele é afetado histórica e culturalmente o qual interfere e modifica seu espaço social em um movimento dinâmico e contínuo (González Rey, 2003).

Vigotsky, ao negar tais dicotomias, expõe a complexidade dos processos emocionais, que a partir de significados históricos, culturais, psicossociais e pessoais não podem ser entendidos isoladamente. O ser humano é dotado de aparatos biológicos que o permitem se desenvolver por meio das interações sociais. Contudo, somente a dimensão biológica do ser humano não é suficiente, pois apenas a relação estabelecida com o meio em que vive é que o permite pensar, criar vínculos, resolver problemas e criar representações simbólicas, somando a esse processo as dimensões social e emocional.

A partir das ideias de Vigotsky sobre o tema, Gonzaléz Rey se apresenta como um importante autor na elaboração de reflexões ampliadas sobre o sujeito e suas relações. Em uma perspectiva cultural-histórica, González Rey trouxe grandes contribuições sobre a subjetividade, rompendo com o pensamento psicológico moderno que os concebia como

tendências universais de organização do psíquico, privado de emoções e sentimentos. Segundo Martínez (2005), González Rey ousou pensar a subjetividade como produção cultural-histórica, representando-a como um sistema complexo em desenvolvimento contínuo.

Dentro desse pressuposto, na perspectiva histórico-cultural, a subjetividade é entendida como um sistema complexo, constituído a partir da relação entre o individual e o social, que atua como uma produção

> [...] não associada somente às experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas a forma em que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social como individual (González Rey, 2003, p. 202).

O autor aprofunda-se no tema da subjetividade, definindo-a como um complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo movimento das complexas redes que caracterizam o desenvolvimento social. Para o autor, a subjetividade é vista como "dimensão complexa, sistêmica, dialógica e dialética" (González Rey, 2003, p. IX).

Além disso, a subjetividade está sempre em construção, pois o ser humano vive em constante movimento, relacionando-se, construindo e desconstruindo, modificando e sendo modificado pelas interações consigo mesmo e com o meio em que se insere (González Rey, 2003). Trata-se de

> Um sistema em desenvolvimento permanente, implicado sempre com as condições de sua

> produção, embora com uma estabilidade que permite definir os elementos de sentido constituintes das configurações dominantes do sujeito em relação às principais atividades que ocupam em cada momento concreto da vida (González Rey, 2009, p. 173).

Em sua Teoria da Subjetividade, González Rey (2003) atribui significativa importância ao sujeito, pois é por meio dele que se torna possível a produção de sentidos subjetivos. Para González Rey (2012, p. 27-28),

> O sentido subjetivo destaca a emergência de um tipo de produção psíquica que não aparece como ato intencional da pessoa, mas como uma nova qualidade da psique humana que especifica o status subjetivo da experiência vivida. O sentido subjetivo é o resultado da configuração subjetiva que se organiza em torno da experiência vivida. Ele é resultado de uma configuração subjetiva que se organiza no curso da própria experiência e da qual participam ativamente, em forma de sentidos subjetivos diversos, as diferentes configurações da personalidade envolvidas nesse processo.

Para o autor, os sentidos subjetivos representam o qualificador subjetivo dos fatos vivenciados, expressando tais vivências em configurações subjetivas que se organizam a partir das experiências individuais, não como uma resposta linear frente ao vivido, mas como uma expressão da psique humana em constante desenvolvimento e que é integrada pelo social e individual em unidades singularizadas de produção subjetiva.

A partir das expressões de González Rey sobre os sentidos subjetivos, Souza e Torres (2019, p. 7) destacam que

> Os sentidos subjetivos de uma determinada experiência não estão restritos a essa experiência. Eles estão amalgamados com os sentidos subjetivos de outras vivências as quais ganham contorno subjetivos no curso da experiência atual. Nessa direção, os sentidos subjetivos destacam a singularidade e complexidade de uma vivência que, teoricamente, rompe com a padronização e universalização na compreensão dominante dos fenômenos psicológicos.

Assim, os sentidos subjetivos não são uma produção consciente da pessoa, mas a forma como ela, a partir de suas experiências pessoais, interage com os muitos elementos do mundo concreto e está relativamente relacionada com as diferentes configurações de sua subjetividade, substanciando a configuração subjetiva daquele instante e, desse modo, convergindo múltiplos sentidos subjetivos de origens diversas. Os sentidos subjetivos são elementos centrais para a compreensão do modo subjetivo como a vida é vivenciada em suas dimensões social e individual. “O movimento interminável gerador dos sentidos subjetivos no curso de nossas experiências organizará, em novas produções subjetivas, o encontro do passado com o presente” (Souza; Torres, 2019, p. 9). Para os autores Souza e Torres (2019), as experiências não se sobrepõem ou anulam-se umas às outras no curso de novos fatos vividos, mas são subjetivamente transformadas em novas produções de sentidos subjetivos. Nessa concepção, não são novos fatos que levam ao desenvolvimento de novos

sentidos subjetivos, pois a própria consciência de determinado ato ou momento vivenciado já se traduz na produção de sentidos subjetivos, visto que são emergentes de múltiplas vias e não diretamente oriunda daquele momento ou ato concreto. Enfim, a subjetividade não existe sem o sujeito, que não pode ser colocado como objeto de estudo passivo, mas sim como ser que participa da sua própria história, se constitui e é constituidor dos espaços sociais em que está inserido.

O termo subjetividade sintetiza tudo aquilo que constitui o sujeito humano singular em sua complexidade, dinamicidade e constância. O pensar, falar, agir e sentir constituem-se em um processo dialético em que, por meio das relações, tudo aquilo que é individual pode ser manifestado, mas é também, a partir delas, que o individual pode ser elaborado em consonância com o coletivo.

Como González Rey, Silva (2009) também entende a subjetividade como algo que diz respeito ao indivíduo, ao psiquismo ou a sua formação, ou seja, algo que é interno, numa relação dialética com a objetividade, que se refere ao que é externo. É compreendida como processo e resultado, algo que é amplo e que constitui a singularidade de cada pessoa. A respeito desta dialética, Silva (2009, p. 172) complementa que

> O fato de a subjetividade referir-se àquilo que é único e singular do sujeito não significa que sua gênese esteja no interior do indivíduo. A gênese dessa parcialidade está justamente nas relações sociais do indivíduo, quando ele se apropria (ou subjetiva) de tais relações de forma única (da mesma maneira ocorre o processo de

> objetivação). Ou seja, o desenvolvimento da subjetividade ocorre pelo intercâmbio contínuo entre o interno e o externo.

González Rey (2003, p. 263) diz que a subjetividade não é algo ordenado e definido de uma vez por todas, mas se expressa na confluência de uma série de sentidos que podem aparecer de variadas formas, dependendo do contexto de sua expressão. Segundo o autor, a subjetividade pode ser compreendida como algo em construção, com base nos sentidos que os sujeitos vão produzindo na condição singular em que se encontram inseridos em suas trajetórias de vida e, ao mesmo tempo, em suas diferentes atividades e formas de relação.

Para a compreensão do processo constante que abarca o desenvolvimento do comportamento informacional, deve-se considerar a complexidade da subjetividade e compreender que essa construção advém da interrelação entre uma consciência ao mesmo tempo individual e coletiva, e que a prática e a teoria são elementos únicos, que consideram fatores externos e internos para esse desenvolvimento, tais como as experiências vivenciadas no cotidiano, na construção de saberes e memórias que podem ser reelaboradas e traduzidas na prática.

Assim, os modelos de comportamento informacional desenvolvidos por Wilson (1981, 1997, 1999, 2006) implicam no olhar para o sujeito enquanto desenvolvedor de processos pessoais e emocionais internos que, em uma dialética com o externo constituído pela cultura, história e relação com a sociedade, implicam na subjetividade de cada indivíduo para a

busca e uso da informação. Apesar de traduzir essa importante concepção com foco no indivíduo em modelos que acabam por generalizar comportamentos, Wilson (1999) amplia a visão sobre o papel de cada pessoa dentro do seu próprio percurso e de suas relações com a informação. De certo modo, ao expressar em seus modelos, mesmo que de forma generalizada, a importância em considerar necessidades fisiológicas, cognitivas e/ou afetivas e o contexto em que cada um se insere, Wilson (1999) permite sugerir a presença da subjetividade, mesmo que timidamente, como elemento a ser considerado no comportamento informacional dos indivíduos, visto que tais necessidades são únicas e individuais.

Esse fenômeno pode ser atribuído a questões subjetivas, considerando o ser humano aquele que, a partir de seu convívio social e do processo de socialização do qual faz parte, se constitui em um ser único, imerso em um processo constante de construção de significados que são determinantes para a sua visão de mundo e desenvolvimento de suas atividades, sejam pessoais ou laborais (Berger; Luckmann, 2011).Em complemento a essa ideia, sob a ótica de González Rey (2003), o ser humano encontra-se inserido em um sistema em desenvolvimento permanente que contribui para constantes mudanças provocadas pelas interações com o outro e consigo mesmo dentro do meio no qual se encontra. A partir dessa visão, os sentidos subjetivos se constituem em torno das experiências vividas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um ponto de diálogo dentro das acepções trazidas pelos modelos de Wilson está justamente na subjetividade, definida por González Rey (2003) como um sistema complexo, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo movimento das complexas redes que caracterizam o desenvolvimento social.

A subjetividade, enquanto conceito que compreende algo em constante construção, com base nos sentidos que os sujeitos vão produzindo na condição singular em que se encontram inseridos em suas trajetórias de vida e, ao mesmo tempo, em suas diferentes atividades e formas de se relacionar com a informação, influencia inclusive seus comportamentos e interação com a informação. Dessa forma, o comportamento informacional e a subjetividade se afetam mutuamente, pois constituem processos em constante movimento e construção. Assim como a subjetividade, o comportamento informacional não é algo ordenado e definido, mas que se expressa e se desenvolve na confluência de uma série de necessidades e sentidos que podem aparecer de variadas formas, dependendo do contexto em questão.

A forma como as pessoas relacionam-se com a informação em seus mais diferentes aspectos, situações e contextos não as dissocia do que são enquanto seres humanos únicos, dotados de emoções, sentimentos, pensamentos e simbologias, nem tampouco de suas experiências anteriores e suas histórias de vida. Sendo esses elementos que fazem parte da constituição do ser e da sua própria subjetividade, em uma ação associativa pode-se inferir que o comportamento do

sujeito diante de uma necessidade informacional e seu processo de busca e uso da informação está atrelado à subjetividade desse mesmo sujeito e é influenciado por ela.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são "práticas informacionais"? *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 2, n. especial, p. 217-236, out. 2017. DOI: https://doi.org/10.36517/ip.v2iespecial.20655.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRANDÃO, Israel Rocha. *Afetividade e transformação social: sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório*. Sobral: Edições Universitárias, 2012.

CAMARGO, Denise de; BULGACOV, Yára Lucia Mazziotti. Recuperação histórica do conceito de emoção em Vygotsky: contribuição para a tese da indissociabilidade da emoção na atividade humana. *Revista INFAD de Psicología: International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 1, n. 1, p. 213-220, 2016. DOI: https://doi.org/10.17060/ijodaep.2016.n1.v1.219.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: ANCIB, 2003. p. 1-21. Disponível em:

https://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 8 ago. 2026.

FOSKETT, Douglas John. The communication chain. In: MIKHAILOV, Aleksandr Ivanovich; FOSKETT, Douglas John. *The information environment: a world view*. Amsterdam: Elsevier Science Publishers, 1990. p. 177-183.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. A questão das técnicas e os métodos na psicologia: da mediação à construção do conhecimento psicológico. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). *Psicologia e o compromisso social*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Configuração subjetiva dos processos psíquicos: avançando na compreensão da aprendizagem como produção subjetiva. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; SCOZ, Beatriz Judith Lima; CARVALHO, Marisa Irene Siqueira de (org.). *Ensino e aprendizagem: a subjetividade em foco*. Brasília: Líber Livro, 2012. v. 1, p. 21-41.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis; PATIÑO TORRES, José Fernando. La epistemología cualitativa y el estudio de la subjetividad en una perspectiva cultural-histórica: conversación con Fernando González Rey. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 60, p. 120-128, 2017.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. *Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas*. Campinas: Alínea, 2005.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Ada Martha; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ciência da Informação,* Brasília, v. 36, n. 2, p. 118–127, maio/ago. 2007. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1098. Acesso em: 8 ago. 2026.

SILVA, Flávia Gonçalves da. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 28, p. 169-195, jun. 2009.

SOUZA, Elias Caires de; TORRES, José Fernando P. A teoria da subjetividade e seus conceitos centrais. *Obutchénie:* Revista de Didática e Psicologia Pedagógica, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 34-57, 2019.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C. Enlace entre os estudos de usuários e os paradigmas da Ciência da Informação: de usuário a sujeitos pós-modernos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 144-173, jul./dez. 2014.

WILSON, Thomas Daniel. On user studies and information needs. *Journal of Documentation*, v. 62, n. 6, p. 658-670, 2006. DOI: https://doi.org/10.1108/00220410610714895.

WILSON, Thomas Daniel. Human information behavior. *Informing Science: The International Journal of an Emerging Transdiscipline*, v. 3, n. 2, p. 49-55, 2000. DOI: https://doi.org/10.28945/576.

WILSON, Thomas Daniel. Models in information behaviour research. *Journal of Documentation*, v. 55, n. 3, p. 249-270, 1999. DOI: https://doi.org/10.1108/EUM0000000007145.

WILSON, Thomas Daniel. Information behaviour: an interdisciplinary perspective. *Information Processing & Management*, v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997. DOI: https://doi.org/10.1016/S0306-4573(97)00028-9.

WILSON, Thomas Daniel. On user studies and information needs. *Journal of Documentation*, v. 37, n. 1, p. 3-15, 1981. .

IDEÁRIOS CONCEITUAIS SOBRE A COMPETÊNCIA CIENTÍFICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E APROXIMAÇÕES COM A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO[1]

Jéssica Gabriela Tamião de Souza

1 INTRODUÇÃO

Fundamentado em pressupostos epistemológicos, o presente capítulo discute a aproximação entre os conceitos de Competência Científica e Competência em Informação, considerando o contexto da Sociedade da Informação, marcado por uma expansão cada vez maior das tecnologias e pela intensificação dos fluxos informacionais, o que exige dos sujeitos competências que extrapolam um domínio estritamente técnico da informação. Nesse cenário, ganha relevância a reflexão sobre novas formas de aprender, produzir, avaliar e utilizar o conhecimento. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), ao mesmo tempo que ampliam o acesso à informação, impõem desafios à sua apropriação crítica e ética. Assim, tanto a Competência em Informação como a Competência Científica se revelam

[1] Empregou-se neste trabalho recursos de Inteligência Artificial Generativa para revisão e melhoria textual. Os resultados gerados pela ferramenta foram conferidos e validados pela autoria, não substituindo as suas interpretações e inferências. A autoria é a única responsável pelo conteúdo e responde por eventuais erros.

essenciais para a formação de sujeitos autônomos, capazes de interagir com o conhecimento em suas múltiplas dimensões.

Ao longo dos últimos anos, a Competência em Informação tem ocupado espaço consolidado no debate acadêmico e institucional, sendo abordada como habilidade estratégica no enfrentamento das demandas contemporâneas de acesso e uso da informação. Em contraste, a Competência Científica, embora reconhecida em outras áreas do saber, ainda apresenta baixa incidência na produção acadêmica da Ciência da Informação. Essa lacuna motivou a pesquisa que busca identificar se há, de fato, convergências conceituais e epistemológicas entre essas competências, especialmente, a partir de sua ocorrência em teses e dissertações brasileiras produzidas entre 2017 e 2022, por meio da análise de conteúdo.

Dessa forma, assume-se que, apesar de escassamente abordada, a Competência Científica apresenta elementos que a aproximam da Competência em Informação, notadamente no que se refere à capacidade de compreender, interpretar e utilizar o conhecimento científico de forma crítica, ética e socialmente engajada. A investigação, portanto, contribui para fortalecer o entendimento dessas competências no contexto da Ciência da Informação e para a formulação de práticas pedagógicas e científicas alinhadas com os desafios informacionais contemporâneos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Sociedade da informação, impulsionada por transformações tecnológicas e pela intensificação dos fluxos comunicacionais, demanda dos indivíduos habilidades cada vez mais complexas. No centro dessas exigências, surgem competências que não apenas habilitam o sujeito a lidar com os recursos informacionais, mas também o capacitam a pensar criticamente, tomar decisões fundamentadas e participar ativamente do processo social de construção do saber. Entre essas competências, destacam-se a Competência em Informação e a Competência Científica que, embora distintas, compartilham fundamentos comuns e apresentam convergências relevantes no contexto da Ciência da Informação.

2.1 Competência em Informação

A Competência em Informação se consolida como uma das temáticas centrais da Ciência da Informação, especialmente, diante das transformações impostas pela sociedade contemporânea, caracterizada pela intensificação dos fluxos informacionais e pela centralidade do conhecimento como recurso estratégico. Nesse contexto, a informação deixa de ser compreendida apenas como um insumo técnico e passa a ser reconhecida como elemento estruturante das relações sociais, culturais e econômicas, exigindo dos indivíduos habilidades cada vez mais complexas para a sua apropriação.

Ao longo de sua trajetória conceitual, a Competência em Informação foi progressivamente ampliada, deslocando-se

de uma perspectiva instrumental, voltada ao uso de ferramentas e técnicas de busca, para uma abordagem mais abrangente, que incorpora dimensões cognitivas, críticas e sociais. Tal evolução reflete a compreensão de que o acesso à informação, por si só, não garante sua compreensão nem sua utilização significativa, sendo necessário desenvolver capacidades que permitam ao sujeito interpretar, avaliar e ressignificar os conteúdos informacionais (Gasque, 2012; Spudeit, 2016).

Nesse sentido, a Competência em Informação pode ser entendida como um processo dinâmico e contínuo, que envolve a mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes para lidar com a informação em diferentes contextos. Esse processo tem início com o reconhecimento de uma necessidade informacional, passando pela busca e seleção de fontes, pela avaliação crítica da qualidade e da relevância das informações encontradas e culminando em seu uso ético e responsável. Trata-se, portanto, de uma competência que articula diferentes dimensões do conhecimento, exigindo do sujeito não apenas domínio técnico, mas também capacidade reflexiva. A dimensão crítica assume papel central nesse processo, especialmente, em um cenário marcado pela sobrecarga informacional e pela disseminação de conteúdos não verificados. A capacidade de questionar, analisar e validar informações torna-se essencial para a construção do conhecimento e para a tomada de decisões fundamentadas. Nesse contexto, a Competência em Informação contribui para o desenvolvimento de uma postura investigativa, na qual o sujeito se posiciona de forma ativa frente à informação,

reconhecendo suas limitações, seus vieses e suas implicações. Além disso, a Competência em Informação está diretamente relacionada à aprendizagem ao longo da vida, uma vez que pressupõe a constante atualização do sujeito diante das transformações tecnológicas e informacionais. Essa característica reforça seu caráter adaptativo, permitindo que o indivíduo amplie suas capacidades cognitivas e práticas ao longo do tempo, acompanhando as mudanças no ambiente informacional e nas formas de produção do conhecimento (Bruce, 2003; Dudziak, 2003; Association of College and Research Libraries, 2016; Spudeit, 2016; Belluzzo, 2017; Mata, 2018).

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão social da Competência em Informação. Ao possibilitar que o indivíduo compreenda a informação como um bem coletivo, essa competência contribui para a democratização do acesso ao conhecimento e para a redução das desigualdades informacionais. Nesse sentido, ela assume um papel estratégico na formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de atuar de forma consciente em diferentes contextos sociais.

No âmbito da Ciência da Informação, a Competência em Informação também se relaciona com a mediação da informação, destacando o papel das instituições e dos profissionais da informação na formação de sujeitos competentes. Essa mediação envolve não apenas o acesso aos recursos informacionais, mas também a orientação para seu uso crítico e significativo, contribuindo para a construção de uma cultura informacional mais ampla.

Por fim, destaca-se que a Competência em Informação não se configura como um conceito estático, mas como um constructo em constante transformação, que se adapta às demandas da sociedade contemporânea. Sua articulação com outras competências, como a Competência Científica, amplia suas possibilidades analíticas e reforça sua relevância no campo da Ciência da Informação, especialmente, no que se refere à formação de sujeitos capazes de interagir de maneira crítica com a informação e com o conhecimento.

2.2 Competência Científica

A Competência Científica emerge como um conceito fundamental para a compreensão das relações entre ciência, sociedade e informação em um contexto marcado pela crescente influência do conhecimento científico nas dinâmicas sociais. Embora ainda incipiente na Ciência da Informação, sua presença em outras áreas, como a educação científica, evidencia sua relevância para a formação de sujeitos capazes de compreender, interpretar e utilizar o conhecimento científico de maneira crítica e contextualizada.

Historicamente, a Competência Científica esteve associada à formação de especialistas e ao domínio de conteúdos específicos das ciências. No entanto, com o avanço das discussões teóricas, esse entendimento foi ampliado, incorporando dimensões que ultrapassam o domínio técnico e passam a considerar a ciência como um fenômeno social, histórico e cultural. Essa mudança de perspectiva reflete a necessidade de formar indivíduos que não apenas compreendam conceitos científicos, mas que sejam capazes de

relacioná-los com suas implicações na vida cotidiana (Deboer, 1991; Kemp, 2002).

Nesse sentido, a Competência Científica pode ser compreendida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para interpretar fenômenos científicos, avaliar evidências, compreender métodos de investigação e posicionar-se criticamente diante de questões que envolvem ciência e tecnologia. Trata-se, portanto, de uma competência que articula dimensões cognitivas, processuais e afetivas, evidenciando sua complexidade e sua relevância para a formação integral do sujeito.

A dimensão conceitual da Competência Científica refere-se ao domínio de teorias, princípios e conceitos científicos, que permitem ao indivíduo compreender os fundamentos da ciência. Já a dimensão processual envolve a capacidade de aplicar métodos científicos, formular hipóteses, analisar dados e resolver problemas, evidenciando a ciência como prática investigativa. Por sua vez, a dimensão afetiva está relacionada às atitudes, valores e disposições em relação à ciência, incluindo o interesse, a curiosidade e a valorização do conhecimento científico (Brown; Butts, 1983; Kemp, 2002).

Em relação ao campo da Ciência da Informação, a Competência Científica passa a dialogar com a mediação da informação científica e com a necessidade de formar sujeitos capazes de compreender e utilizar esse tipo de informação de forma crítica. Nesse contexto, ela se relaciona com a capacidade de interpretar textos científicos, avaliar a confiabilidade das fontes, compreender os processos de

produção do conhecimento e reconhecer os limites e possibilidades da ciência.

A relevância da Competência Científica torna-se ainda mais evidente em um cenário marcado pela desinformação e pela circulação de conteúdos pseudocientíficos. A capacidade de distinguir entre conhecimento científico validado e informações não fundamentadas é essencial para a tomada de decisões informadas e para a participação consciente em debates públicos. Dessa forma, a Competência Científica contribui para o fortalecimento de uma cultura científica, na qual o conhecimento é compreendido como um processo dinâmico, sujeito a revisões e construído coletivamente (Hurd, 1998).

Além disso, a Competência Científica possui uma dimensão social e política significativa, ao possibilitar que o indivíduo compreenda a ciência em suas inter-relações com a sociedade. Essa compreensão favorece a formação de uma cidadania científica, na qual o sujeito é capaz de participar ativamente de discussões que envolvem ciência e tecnologia, posicionando-se de forma crítica e fundamentada (Kemp, 2002).

No contexto da pesquisa desenvolvida, observa-se que a Competência Científica apresenta importantes aproximações com a Competência em Informação, especialmente, no que se refere ao desenvolvimento do pensamento crítico, à autonomia intelectual e à capacidade de resolver problemas. No entanto, distingue-se por seu foco na compreensão do conhecimento científico e em seus processos de validação,

ampliando o escopo da Ciência da Informação ao incorporar dimensões epistemológicas da ciência.

Assim, a Competência Científica se configura como um campo emergente e promissor, cuja inserção na Ciência da Informação contribui para o fortalecimento teórico da área e para a formação de sujeitos capazes de interagir de maneira crítica e consciente com o conhecimento científico na contemporaneidade.

3 COMPETÊNCIA CIENTÍFICA E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: IDEÁRIOS CONCEITUAIS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Quando o enfoque de análise passa a ser o entrelaçamento de ambos os termos na produção nacional em Ciência da Informação em termos de teses e dissertações é possível identificar os ideários conceituais da Competência Científica e suas correlações com a Competência em Informação.

A análise dos dados permitiu identificar que a presença da Competência Científica na produção acadêmica da Ciência da Informação ainda é reduzida, sobretudo quando comparada à expressiva incidência da Competência em Informação. Essa constatação evidencia uma lacuna teórica no campo, ao mesmo tempo em que reforça a relevância do presente estudo, que se propôs a investigar as possibilidades de aproximação entre as competências em questão.

Apesar da baixa incidência direta do termo “Competência Científica”, a análise revelou que seus

elementos constitutivos estão presentes de forma indireta em diversas produções, especialmente, quando associados à educação científica, ao pensamento crítico e ao uso da informação científica. Essa presença implícita indica que, embora o conceito ainda não esteja consolidado na área, suas bases conceituais já permeiam as discussões acadêmicas (Hurd, 1998).

3.1 A aproximação entre Competência em Informação e Competência Científica

Apesar dos fatos históricos e construções epistemológicas aplicadas tanto à Competência em Informação como para Competência Científica ao longo do tempo, não há uma única definição consensual para ambas as competências, uma vez que se trata de definições complexas, influenciadas pelo contexto cultural, social e político da época.

É fato que temáticas como Competência Científica e Competência em Informação são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e a capacidade de tomada de decisões em um mundo cada vez mais complexo e orientado por dados e informações. Ambas as competências contribuem também, de forma fundamental, para a geração de novos conhecimentos, seja na qualificação de pesquisadores, no ambiente acadêmico ou nos ambientes informais no dia a dia. Possibilitam ao indivíduo exercer domínio da informação e conhecimento científico para execução de suas tarefas, minimizando erros e cumprindo com objetivos diversas áreas da vida (Shen, 1975; Santos; Santos; Belluzzo, 2016).

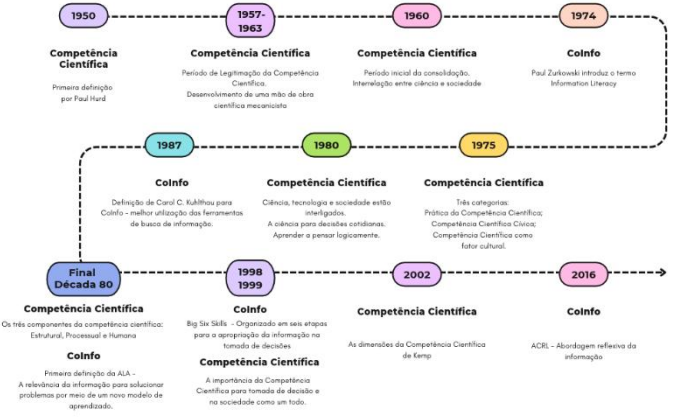
No âmbito acadêmico, especificamente, a importância dessas competências é inegável, capacitam os indivíduos a gerenciarem as informações, discernirem fontes confiáveis e exercerem pensamento crítico ao recuperar a informação. Tal aspecto sustenta uma possível intersecção entre Competência Científica e Competência em Informação, sobretudo em um contexto de rápida disseminação de informações e produção de dados que requer das pessoas habilidades para discernir, avaliar e utilizar adequadamente os recursos disponíveis, conforme pontua Varela (2005). Para Rosetto (2013), o indivíduo só consegue a fluência científica quando é capaz de discernir todas as etapas da pesquisa por meio do domínio de conteúdo, dos métodos e técnicas, e habilidades requeridas em cada área específica, o que inclui nesse processo a relevância da Competência em Informação.

A Competência Científica capacita o indivíduo a observar eventos de forma crítica, refletir sobre eles e compreender suas explicações científicas, não necessitando, portanto, que esse sujeito esteja envolvido diretamente com o fazer ciência. As percepções e reflexões internas propostas a partir da competência podem fornecer à pessoa uma base para tomar decisões e agir nos mais diversos fazeres cotidianos, assim como participar em assuntos cívicos e culturais, ou seja, é proposta uma aproximação do cidadão não especializado de temas relacionados à ciência e tecnologia, como é o caso de assuntos relevantes nos dias de hoje, incluindo aquecimento global, mudança climática, para citar alguns exemplos (Laugksch, 2000).

No mesmo sentido, tem-se que a Competência em Informação não se limita à busca da informação, mas encontra definição na composição de habilidades que consideram primordiais a compreensão e avaliação da informação por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, amparados pelo trinômio conhecimento, habilidade e atitudes (Belluzzo; Feres, 2016; Borges; Cerqueira, 2016; Spudeit, 2016). Está relacionado ao conceito de competência a prática de habilidades e conhecimentos que resolvam questões simples e complexas, mais do que buscar, o indivíduo precisa entender o objetivo da busca e utilização da informação quando ele é capaz de construir sentido a partir do contato com a informação.

Nesse sentido, optou-se por apresentar uma linha do tempo que comprove que, primeiramente, ambos os conceitos foram fundamentados em um período temporal similar, na Figura 1.

Figura 1: Linha do Tempo da Competência em Informação e Competência Científica



Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se através da Figura 1 que, no aspecto temporal, a construção conceitual de Competência Científica e Competência em Informação ocupam períodos similares, com apenas alguns anos de diferença entre as concepções de cada conceito e são marcadas fortemente pela corrida espacial e dinamismo da sociedade da informação.

Um aspecto importante que pode ser observado é que foi a partir da década de 1990 que ambas passaram a considerar perspectivas como a importância das referidas competências para tomada de decisão e a capacitação de um cidadão ativo socialmente para além das definições mais tecnicistas (Brown; Butts, 1983; Kemp, 2002; Spudeit, 2016). A partir de novas definições, começam a discorrer sobre o pensamento crítico, bem como a importância de ambas as competências na educação e na prática profissional.

Tanto a Competência Científica como a Competência em Informação passam a ser abordadas de forma mais holística, entendendo que o fazer acadêmico e o fazer científico são para uma fração pequena da sociedade civil, mas que a participação ativa na sociedade e o conhecimento da importância do fazer científico é algo que deve estar ao alcance de todo cidadão comum.

As aproximações entre ambas podem ser facilmente percebidas no Quadro 1, elaborado a partir das correlações identificadas nas teses e dissertações analisadas.

Essas categorias revelam que ambas as competências compartilham uma base comum orientada à formação de sujeitos críticos e autônomos, atuantes na resolução de

problemas, avaliação crítica em diversos contextos, nos seus respectivos papéis de emancipação política e social do sujeito, bem como na aprendizagem ao longo da vida.

Quadro 1: Aproximações entre CoInfo e Competência Científica

Competência em Informação	Competência Científica
Resolver problemas do cotidiano	Gestão e solução de problemas do dia a dia através da ciência
Avaliar de forma crítica a informação	Capacidade de avaliar criticamente o conhecimento científico
Avaliar a informação em diversos contextos para tomada de decisão	Tomada de decisão através do conhecimento científico
Emancipação política e social	Participar ativamente de debates científicos que influenciam no cotidiano e bem-estar social
Aprendizagem contínua, aprender ao longo da vida	Aprendizado ao longo da vida e consciência científica

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse sentido, a resolução de problemas aparece como uma habilidade central, indicando que o uso da informação e do conhecimento científico está diretamente relacionado à capacidade de enfrentar situações complexas e propor soluções fundamentadas. Ambas tratam a solução de problemas não somente voltados à informação ou à ciência, mas por meio de recursos informacionais e estratégias na busca de soluções do cotidiano. Considera-se, portanto, que as competências em questão são úteis para lidar com problemas práticos do cotidiano, entendendo que sejam eles científicos ou não, podem ter mais de uma resposta ou solução, conforme discorrem Borges e Sousa (2019). Dessa forma, o cidadão é

encorajado a utilizar as ferramentas de conhecimento científico e informacional para avaliar as problemáticas que se apresentam de forma contínua em uma sociedade complexa e dinâmica.

O pensamento crítico se destaca como elemento estruturante das duas competências, sendo fundamental para a análise e interpretação da informação e do conhecimento científico. Essa dimensão é particularmente relevante em um contexto marcado pela abundância informacional no qual a capacidade de discernimento se torna essencial.

Cabe aqui o destaque sobre constructos teóricos que aproximam a criticidade, sobretudo à Competência em Informação, na proposição de ferramentas e estratégias que possam promover uma avaliação crítica da informação e, mais do que isso, impulsionar a reflexão teórica e uma práxis emancipatória (Bezerra; Beloni, 2019).

O pensamento crítico está relacionado a um sujeito emancipado que consegue avaliar informações e questões científicas com autonomia. No caso da Competência Científica, não se espera que esse sujeito seja um cientista, mas que ele possa demonstrar uma compreensão das partes e do todo do fazer científico, entendendo esquemas conceituais básicos e a importância da ciência e tecnologia para geração e produção do conhecimento, conforme aborda Kemp (2002). Essa compreensão vai ao encontro da responsabilidade social argumentada pela Competência em Informação, por meio de uma aprendizagem independente, em que o indivíduo é persistente na busca da informação e aprecia formas

diferentes de informação para geração de conhecimento (Vitorino; Piantola, 2020).

De forma complementar, a tomada de decisão evidencia a necessidade de avaliar criticamente as informações disponíveis, considerando sua confiabilidade e relevância. Conforme pôde ser observado, a Competência em Informação não é importante apenas para suprir necessidades informacionais, mas também é auxílio para que o indivíduo possa tomar decisões. Sua relevância pode ser observada na enunciação desse aspecto na Competência Científica, que proporciona a tomada de decisão frente ao mundo natural, quando se evidencia sua importância, principalmente, nas relações entre ciência, tecnologia e informação. Compreende-se que quando não há dados ou informações suficientes, fica mais difícil tomar uma decisão de forma racional e formar um julgamento confiável (Hurd, 1998).

Portanto, tanto a consciência crítica como tomada de decisão de forma assertiva reforçam outro papel da Competência em Informação e Competência Científica: uma emancipação social e a participação nos debates relacionados ao bem-estar social.

O papel social do sujeito também se evidencia como um ponto de convergência, reforçando a importância da informação e da ciência na construção de uma sociedade mais consciente e participativa. Nesse sentido, ambas as competências contribuem para a formação de indivíduos capazes de atuar de forma crítica e responsável em diferentes contextos sociais.

É possível perceber na análise das teses e dissertações que, desde os primeiros conceitos de Competência Científica, enunciados por Shen (1975), a aproximação da sociedade à ciência já era visível, seja por meio de aspectos que envolvem saúde, recursos naturais, ambientais ou comunicação, uma vez que a ciência deve ser vista como raiz para mudança social (Agin, 1974). Em complemento, percebe-se que também na década de 1970 já se abordava a Competência em Informação como instrumento para emancipação política e desenvolvimento da responsabilidade social dos cidadãos.

Esse papel social é desempenhado por indivíduos cientes da importância de um questionamento adequado, do raciocínio analítico e dedutivo, amparados por um pensamento lógico, baseado em evidências objetivas e em informações confiáveis. Configura-se como uma propriedade da atividade coletiva que ultrapassa panoramas técnicos para abarcar experiências solidárias, coletivas, colaborativas e comunitárias (Kemp, 2002). Para isso, se requer que o aprendizado do indivíduo aconteça ao longo da vida e em todas as esferas da sua vida, uma vez que ciência e informação fazem parte do dia a dia de um cidadão comum (Leite *et al*., 2016; Spudeit, 2016). Esse continuum é reforçado tanto na Competência em Informação como na Competência Científica. A aprendizagem contínua, por sua vez, destaca o caráter dinâmico dessas competências que se desenvolvem ao longo da vida e se adaptam às transformações do ambiente informacional e científico. Essa dimensão reforça a necessidade de formação permanente, voltada ao desenvolvimento de habilidades cognitivas e práticas.

Conforme elaborado anteriormente, a Competência em Informação é desenvolvida por meio do pensamento crítico e criativo, amparados pelo trinômio conhecimento, habilidade e atitudes, sendo capaz de construir sentido a partir do contato com a informação (Johnston; Webber, 2006).

Ao mesmo tempo, a Competência Científica capacita o indivíduo a observar eventos de forma crítica, refletir sobre eles e compreender suas explicações científicas, não necessitando, portanto, que o sujeito esteja envolvido diretamente com o fazer ciência. As percepções e reflexões internas propostas a partir da competência podem fornecer à pessoa uma base para tomar decisões e agir nos mais diversos fazeres cotidianos, participação em assuntos cívicos e culturais. Laugksch (2000) propõe uma aproximação do cidadão não especializado de temas relacionados à ciência e tecnologia, como é o caso de assuntos relevantes nos dias de hoje, incluindo aquecimento global, mudança climática, para citar alguns exemplos.

3.2 O conceito de Competência Científica para a Ciência da Informação

A análise dos aspectos epistemológicos similares em Competência em Informação e Competência Científica permitiu avançar na proposição de um conceito de Competência Científica no âmbito da Ciência da Informação, que é caracterizada por sua natureza interdisciplinar, impulsionada, predominantemente, pela busca da solução de problemas provenientes da explosão informacional. Sendo assim, as pesquisas impulsionadas na área, de forma geral, atendem a uma instrumentalização e criação de processos que

facilitem a tomada de decisão em um ambiente informacional complexo, seja ele formal ou informal (Freire, 2012). Entende-se que, a partir da democratização da informação, o indivíduo é capaz de gerar novas interações com a informação e, por consequência, estabelecer novas habilidades e competências. Tal aspecto foi fortalecido a partir da década de 1970, quando a informação ganhou conceitos cognitivistas, reforçando a importância do seu acesso público e sua força de produção social, capaz de alcançar usuários potenciais e gerar conhecimento científico (Barreto, 2008). Portanto, as raízes epistemológicas da Ciência da Informação buscam um entendimento das vicissitudes técnicas e sociais da informação em diversos contextos, inclusive o científico. O que reforça o fato de que suas abordagens devem ultrapassar uma visão estritamente operacional para atender estudos dos novos paradigmas e conceitos, como é o caso da Competência Científica.

Essa complexidade do ambiente informacional atual transforma a Ciência da Informação em uma ciência cada vez mais relevante, visto que muitos são os espectros que possibilitam o estudo da informação. Esse paradoxo informacional atual transita entre a produção exacerbada de informação e a ausência, por parte dos usuários, de competências e habilidades para fazer o melhor uso dela (Baracho *et al*., 2015).

Nesse sentido, a interdisciplinaridade, predicado dos estudos nessa área, abarca conceitos, métodos e teorias de outras disciplinas para promover um diálogo concreto entre eles, fundamentar abstrações teóricas e possibilitar

intervenções sociais, o que vai ao encontro com os fundamentos elencados na Competência Científica.

Para propor um conceito para a Competência Científica na Ciência da Informação, alguns aspectos foram elencados com base na vasta pesquisa dos conceitos explorados nas teses e dissertações elencadas, com intuito de fundamentar um conceito que atendesse também aos espectros da Ciência da Informação.

O conceito proposto considerou alguns aspectos para sua formação, incluindo habilidades de pesquisa e análise, gestão de informação, comunicação científica, compreensão da intersecção entre ciência, tecnologia e sociedade, pensamento crítico e ético, aprendizado contínuo e adaptativo e colaboração interdisciplinar. Na Figura 2, apresenta-se a síntese dos pilares que foram trabalhados para a construção do conceito de Competência Científica para Ciência da Informação.

Figura 2: Os pilares da Competência Científica para CI



Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, o conceito proposto para a Competência Científica nos parâmetros da Ciência da Informação consiste na capacidade de acessar, avaliar e utilizar a informação científica em prol do aprendizado independente e crítico, e da divulgação científica nos mais diversos contextos sociais. Em síntese, é possível compreender que a Competência Científica na Ciência da Informação é apresentada como um conceito inovador que destaca a necessidade de novos olhares e aplicações científicas. Sugere-se também que não há um único conceito que deverá agregar a Competência Científica à Ciência da Informação, mas os futuros estudos devem reforçá-la como crucial para a democratização da informação e promoção de uma sociedade mais engajada com o fazer científico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como propósito analisar os ideários conceituais da Competência Científica e suas possíveis correlações com a Competência em Informação no âmbito da Ciência da Informação, a partir da produção acadêmica brasileira recente. Ao longo do estudo, buscou-se compreender em que medida essas competências se aproximam e diferenciam, sobretudo, de que forma a Competência Científica pode ser incorporada e consolidada como um constructo relevante no campo.

Os resultados evidenciaram, inicialmente, a baixa incidência da Competência Científica nas teses e dissertações analisadas, o que confirma seu caráter ainda incipiente na área. Em contrapartida, a Competência em Informação

demonstrou-se amplamente consolidada, tanto em termos conceituais quanto em sua presença nas pesquisas acadêmicas. Tal cenário revela uma assimetria no desenvolvimento dessas competências no campo da Ciência da Informação ao mesmo tempo em que aponta para uma oportunidade de ampliação teórica.

Apesar dessa diferença de incidência, a análise de conteúdo permitiu identificar aproximações significativas entre as duas competências, especialmente, a partir das categorias emergentes relacionadas à resolução de problemas, à tomada de decisão, ao pensamento crítico, ao papel social do sujeito e à aprendizagem contínua. Esses elementos indicam que ambas as competências compartilham uma base comum orientada à formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de atuar de forma reflexiva em contextos informacionais e científicos.

Nesse sentido, a Competência Científica, ainda que pouco explorada, não se apresenta como um conceito isolado, mas como uma dimensão que dialoga diretamente com fundamentos já consolidados na Competência em Informação. Tal aproximação reforça a ideia de que o desenvolvimento de habilidades informacionais não pode ser dissociado da compreensão do conhecimento científico, especialmente, em uma sociedade em que a ciência ocupa papel central nas decisões sociais, políticas e econômicas.

A partir da análise das relações conceituais identificadas, foi possível propor um entendimento ampliado de Competência Científica no contexto da Ciência da Informação, compreendida como a capacidade de acessar,

avaliar e utilizar a informação científica em prol do aprendizado independente e crítico, e da divulgação científica, nos mais diversos contextos sociais. Essa definição evidencia que a Competência Científica extrapola o domínio de conteúdos técnico e científico, envolvendo também a interpretação da ciência em suas múltiplas dimensões e sua articulação com as práticas informacionais.

Tal proposição contribui para o fortalecimento epistemológico da Ciência da Informação ao incorporar a ciência como objeto de mediação, análise e apropriação crítica. Ao mesmo tempo, amplia o escopo das discussões sobre competências, ao evidenciar que a formação de sujeitos informados deve considerar, de forma integrada, a compreensão do conhecimento científico e suas implicações sociais.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel social das competências analisadas. Tanto a Competência em Informação quanto a Competência Científica se mostram fundamentais para a formação de cidadãos capazes de atuar de maneira crítica e consciente em um cenário marcado pela sobrecarga informacional e pela disseminação de desinformação. Nesse contexto, a articulação entre essas competências contribui para o fortalecimento de práticas voltadas à democratização do conhecimento e à promoção de uma cultura científica mais ampla e acessível.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa avança ao propor a inserção da Competência Científica como objeto de investigação na Ciência da Informação, evidenciando suas potencialidades e suas interfaces com conceitos já

consolidados. Do ponto de vista prático, os resultados indicam a necessidade de desenvolvimento de ações formativas que integrem as dimensões informacionais e científicas, especialmente, em ambientes educacionais e institucionais.

Por fim, conclui-se que a Competência Científica, embora ainda em processo de consolidação, apresenta potencial significativo para contribuir com o desenvolvimento da Ciência da Informação, especialmente, no que se refere à formação de sujeitos críticos e à mediação do conhecimento científico. Sua articulação com a Competência em Informação evidencia não apenas convergências conceituais, mas também a necessidade de abordagens integradas, capazes de responder aos desafios informacionais e científicos da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. *Framework for Information Literacy for Higher Education*. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: https://www.ala.org/acrl/standards/ilframework. Acesso em: 20 out. 2026.

AGIN, Michael L. Education for scientific literacy: a conceptual frame of reference and some applications. *Science Education*, v. 58, n. 3, p. 403-415, 1974.

BARDIN, Laurence. *Análisis de contenido*. Madrid: Ediciones Akal, 1991.

BARRETO, Aldo Albuquerque. Uma quase história da ciência da informação. *DataGramaZero: Revista de Ciência da*

Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1-12, abr. 2008. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr08/Art_01.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,* São Paulo, v. 13, n. especial, p. 47-76, jan/jul. 2017.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges. Inteligência, criatividade e competência em informação: uma articulação necessária no contexto social contemporâneo. In: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira (org.). *Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 125-153.

BEZERRA, Arthur Coelho; BELONI, Aneli. Os sentidos da "crítica" nos estudos de competência em informação. *Em Questão,* Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 208–228, maio/ago. 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/84990. Acesso em: 20 out. 2026.

BORGES, Jussara; CERQUEIRA, Aluísio. Indicadores para observação de competências infocomunicacionais. In: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira (org.). *Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática*. Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22598. Acesso em: 23 nov. 2025.

BORGES, Jussara; SOUSA, Daniel dos Santos. Design educacional para a promoção de competências infocomunicacionais na educação online. *ECCOM: Revista de Educação, Cultura e Comunicação do Curso de Comunicação Social das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila – FATEA*, Lorena, v. 10, n. 20, p. 49-66, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/204524. Acesso em: 2 jan. 2026.

BROWN, Faith K.; BUTTS, David P. (ed.). *Science teaching:* a profession speaks. Washington, D.C.: National Science Teachers Association, 1983. (NSTA Yearbook, 1983). Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED242522.pdf. Acesso em: 20 out. 2026.

BRUCE, Christine Susan. Las siete caras de la alfabetización en información en la enseñanza superior. *Anales de Documentación,* Murcia, v. 6, p. 289–294, 2003. Disponível em: https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/1962. Acesso em: 20 out. 2026.

DEBOER, George. *A history of ideas in science education*. New York: Teachers College Press, 2019.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2026.

FREIRE, Isa Maria. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da ciência da informação. *Informação & Sociedade,* v.12, n.1, 2002. Disponível em:

http://ridi.ibict.br/handle/123456789/194. Acesso em 14 abr. 2025.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. *Letramento informacional:* pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2012. 183 p. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/13025. Acesso em: 20 out. 2026.

HURD, Paul DeHart. Scientific literacy: new minds for a changing world. *Science Education*, v. 82, n. 3, p. 407-416, 1998. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/(SICI)1098-237X(199806)82:3%3C407::AID-SCE6%3E3.0.CO;2-G. Acesso em: 20 out. 2026.

JOHNSTON, Bill; WEBBER, Sheila. As we may think: information literacy as a discipline for the information age. *Research Strategies*, v. 20, n. 3, p. 108-121, 2006. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0734331006000097. Acesso em: 30 nov. 2025.

KEMP, Andrew Carl. *Science educators' competing views on the goal of scientific literacy*. 2002. Tese (Doutorado) – University of Georgia, Athens, 2002. Disponível em: https://esploro.libs.uga.edu/esploro/outputs/doctoral/Science-educators-competing-views-on-the-goal-of-scientific-literacy/9949334593002959. Acesso em: 20 jan. 2026.

LAUGKSCH, Rüdiger C. Scientific literacy: a conceptual overview. *Science Education,* Hoboken, v. 84, n. 1, p. 71–94, jan. 2000. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/(SICI)1098-

237X(200001)84:1%3C71::AID-SCE6%3E3.0.CO;2-C. Acesso em: 20 out. 2026.

LEITE, Cecília *et al*. Cenário e perspectiva da produção científica sobre competência em informação (CoInfo) no Brasil: estudo da produção no âmbito da ANCIB. *Informação & Sociedade:* Estudos, João Pessoa, v. 26, n. 3, p. 151–168, set./dez. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/31983. Acesso em: 20 out. 2026.

MATA, Marta Leandro. Competência em informação: questões terminológicas e conceituais. In: GERLIN, Meri Nadia Marques (org.). *Competência em informação e narrativa numa sociedade conectada por redes*. Brasília, DF: Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2018. p. 49-67.

ROSETTO, Marcia. Competência em informação e competência científica: um estudo de caso apoiado em construção metodológica qualitativa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2013, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: https://anaiscbbd.emnuvens.com.br/cbbd2019/article/view/1510. Acesso em: 20 jan. 2026.

SANTOS, Vanessa Cristina Bissoli; SANTOS, Camila Araújo; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A competência em informação em articulação com a inteligência competitiva no apoio ao alinhamento estratégico das informações nas organizações. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 45-60, 2016. Disponível em: https://pbcib.com/pbcib/article/view/31821. Acesso em: 25 nov. 2022.

SHEN, Benjamin SP. Science literacy and the public understanding of science. In: *Communication of scientific information*. Basel: Karger Publishers, 1975. p. 44-52. Disponível em: https://www.karger.com/Article/Abstract/398072. Acesso em: 5 jan. 2025.

SPUDEIT, Daniela. Programas para desenvolvimento de competências informacionais: implementação, metodologias e avaliação. In: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira (org.). *Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 235-277.

VARELA, Aida Varela. A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. *Anais [...].* Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/173390. Acesso em: 20 out. 2026.

VARELA, Aida; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Humanismo e tecnologia na perspectiva da competência informacional e midiática. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 13, n. especial, p. 280-300, 2017.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência em informação:* conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação. Florianópolis: Editora da UFSC, 2020. 205 p. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/212553. Acesso em: 20 out. 2026.

INFORMAÇÃO, VALOR E LINGUAGEM

Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo discute-se a constituição de valor de uma informação no âmbito social, propondo a análise dos elementos da linguagem imbricados com a produção e interpretação da informação para compreensão da conformação de valor de uma informação. Como pressupostos dessa investigação, consideram-se os elementos constituintes da linguagem uma das formas de manejo para dar opacidade à crítica dos sujeitos em relação aos fenômenos informacionais. Assim, é indicada a possibilidade de identificar a constituição fenomenológica de valor informacional por meio de estudos de práticas informacionais.

Para tanto, identifica-se uma categoria interveniente na atribuição de valor de uma informação, investigada por meio da pesquisa explicativa, realizada pela revisão de literatura na área da Ciência da informação de forma intencional e não probabilística, a partir das obras de Frohmann (1995) e González de Gómez (2012) que indicam a linguagem como a amálgama para a atribuição do valor da informação. Adota-se como conceito norteador os regimes de informação, compreendidos em ações informacionais transversais que se desdobram em efeitos de informação nas interações. Como resultados, considera-se a legitimidade e intencionalidade presente nas ações de informação, determinantes no processo de julgamento e validação da

informação e indica a necessidade de promover a visibilidade factual por meio da quantidade e da pluralidade informacional a fim de conformar novas referências em informação, possibilitando modificar valores que se veem pertinentes no âmbito social.

A proposta apresenta uma possibilidade de compreensão da formação de um valor informacional sujeita à mediação da linguagem e aos contextos. A pertinência do estudo se justifica pela necessidade de compreender como uma informação é aceita por válida ou não e em quais circunstâncias, sendo que, do ponto de vista social, existe uma tensão para saber que tipo de informação pode ser considerada confiável. Incluem-se aspectos ontológicos da natureza dos fatos e epistemológicos quanto à formação do conhecimento sobre um determinado valor e sua práxis. Consideram-se pressupostos de que as características de produção da informação e o trânsito contextual determinam o seu julgamento, que é composto por elementos reflexivos e intencionais. O conjunto desses aspectos influi no valor da informação, o que significa certa previsibilidade, porém com alto grau de complexidade à compreensão do senso comum ao ser criada opacidade da percepção crítica pela aderência social.

Para a compreensão da atribuição de valor de uma informação, toma-se como um conceito norteador os “regimes de informação” que podem clarificar como são produzidos os sentidos-valor pela genealogia dos fatos e da linguagem. O valor da informação em uma sociedade é identificado por elementos heterogêneos, intervenientes quanto à forma, o

conteúdo e o contexto, aspectos que se identificam pelas tecnologias da linguagem. Segundo Frohmann (1995) e González de Gómez (2012), um regime de informação é um modo operacional para explicar as configurações contemporâneas de práticas, meios e recursos da informação, aliado às tecnologias da linguagem que caracterizam uma variedade de ocorrências e expansão.

Tais peculiaridades culminam na formação de um valor, de modo que, visto de maneira ampla, consistem em uma graduação de valor circunstancial, nem sempre havendo definição apropriada e diferenciada. Nesse aspecto, os manejos na linguagem direcionam os sentidos, formados por um pano de fundo sociocultural que encapsula a realidade, não permitindo por vezes a percepção de minúcias. As propriedades de variação do valor são cooptadas por ações de informação não raramente destoantes, nem sempre percebidas, que ocorrem com frequência notada na ampliação dos modelos de redes, observadas no contemporâneo. Destaca-se, contudo que, nesse contexto, ocorre a manutenção do poder vigente que sustenta o capital simbólico, represado pelos valores sociais, orientando a compreensão do que é registrado e como deve ser interpretado.

Dentre os elementos à inferência de valor, a força do capital social está imbricada na linguagem como parte inerente da cadeia de produção da informação. Quais sejam: o registro (pictográfico), a infraestrutura (o canal) e o modo de informação (o jeito de informar) em que se consideram regimes de informação específicos e múltiplos, capazes de

definir o valor da informação nos contextos a que estão relacionados e inseridos. Contudo, destacam-se os limites da discussão que articula autores com pressupostos ontológicos divergentes, mas que encontra na Ciência da Informação a possibilidade de uma epistemologia que integra sua natureza ontológica, e não uma justaposição de teorias, assim como a analogia com a teoria do dínamo que se propõe a clarificar ao leitor o plexo e o movimento que condicionam a conformação do valor da informação nas relações imbricadas.

2 ATRIBUIÇÃO DE VALOR À INFORMAÇÃO

Um dos aspectos a ser considerado no entendimento da atribuição de um valor a uma informação é a transversalidade da ação informacional, cuja investigação se encontra na necessidade da revisão de literatura interdisciplinar ao contemplar a conformação da prática informacional, relacionada à formação do juízo por meio da linguagem e pela capilaridade política da informação, subordinada às relações de poder que controlam os diversos canais. Nesse caso, parte-se da constatação de que a informação fica a serviço de grandes corporações, pessoas jurídicas e pessoas físicas, cujos recursos econômicos estão, substancialmente, acima da maior parte da população mundial; tanto em termos quantitativos, pelo controle, manutenção e alcance dos canais, quanto em relação aos conteúdos e às pautas cotidianas propostas, visto que a informação nesses casos é um bem passível de ser comercializado ainda que indiretamente.

A prática amplia, nesse caso, os sentidos, os discursos que se pretende valorizar ou desvalorizar. Tem-se, portanto, o entendimento de que a informação agrega valor ao poder econômico vigente e repele ou enfraquece posições contrárias ao controle dos meios de produção, sobretudo econômicos, mas também sociais e culturais. Em seus estudos, Poster (1984, 1995) faz uma analogia dos modos de informação com os modos de produção de Karl Marx (1978), centrada nas relações econômicas, sociais e culturais. Nesses aspectos, os valores são apreendidos pelo controle da visibilidade com a detenção dos canais e nos modos sociais de poder e dominação a quem a informação está sujeita, ou seja, operam como reforço na condução do valor, repetindo o que se quer que acreditem, camuflando outros possíveis entendimentos.

Poster chama atenção para o que Foucault (2003) considera como tecnologias do poder ao fazer uso da linguagem, da subjetividade dos sujeitos e suas identidades fragmentadas e instáveis para garantir a manutenção do valor de que o capital econômico tem interesse. Poster considera a relação entre a estruturação de classes econômicas, linguagem e cultura, elementos da mesma engrenagem de manutenção do poder, justamente pela maneira como esses elementos não se dissociam das ações dos sujeitos, tanto no plano simbólico, como no plano da ação de comunicar. Desse modo, os sujeitos não escapam facilmente da reprodução do valor da informação produzida pela manipulação do poder econômico, enclausurado num efeito dínamo que se mantém num raio de alcance por um tempo indeterminado, ainda que em diminuição de força, tornando a receber força a cada

informação noticiada pelo viés da interpretação que se quer dar à realidade.

Albert Einstein (2001) explica na teoria do dínamo que a produção de uma força gerada por um disco, quando impulsionado em um primeiro movimento de giro, mantém a irradiação magnética por um tempo e distância, sem necessitar de um segundo estímulo imediato. Essa reverberação de força do dínamo contribui à compreensão da formação de valor de uma informação gerada por efeitos que alcançam diferentes dimensões. Nesse sentido, a informação carrega consigo um repertório de valor gerado no âmbito sociocultural, cuja natureza da força motriz está no poder econômico de controle do capital.

Assim, o repertório de informação reverbera o valor intencional de maneira adaptativa ao contexto. Foucault (2003, p. 242) defende esse movimento como sendo o de tecnologias do poder (geradoras da força dinâmica) que operam como uma "'biopolítica' da espécie humana", manipuláveis nos diferentes contextos políticos e sociais. Para González de Gómez (2012), trata-se de uma transversalidade de elementos heterogêneos que infere valor, perpassando por várias esferas da vida cotidiana. Assim,

> [...] interessante para situar e analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação; *transversalidade* que se estabelece na medida em que tais relações e interações perpassam uma ou mais esferas da cultura, da economia, da educação, da comunicação, da pesquisa científica

> e da vida cotidiana, e *especificidade* que se constitui na medida em que o envio e a direção dessa transversalidade pertencem a configurações contemporâneas da informação e são reconhecidas como tais (e não como sendo esferas da saúde, do transporte ou da mídia) (González de Gómez, 2012, p. 44, grifo nosso).

Em concordância, Lévy (1998) considera que a formação do valor informacional está sujeita a elementos como: objetos físicos, sociais e políticos, localizados e conceituados no âmbito público, os quais ganham visibilidade e força de sentido ao serem cooptados e mantidos conforme o poder dominante. Os valores alavancados por movimentos públicos, sejam políticos, sociais e culturais se desdobram em outros valores, porém seguem encapsulados em ações de informação rotineiras, do tipo "mais do mesmo" que além de manter um valor os fortalece. Nesse aspecto, os desdobramentos da força motriz do capital geram, por meio das tecnologias da linguagem, as referências que querem reproduzidas, possíveis de serem identificadas pelas ações de informação, tanto de ordem reflexiva quanto de intencionalidade.

Ao vislumbrar a ideia atual da horizontalização na sociedade em rede, tem-se que os nós da rede são, na prática, os encontros dos elementos que operam o poder, capazes de centralizar e descentralizar a produção e distribuição da informação. Nessa acepção, a organização social em redes torna a cadeia de informação tão sujeita ao poder do capital, quanto ao modelo tradicional que mantém o controle dos meios de produção. A força do dínamo na comunicação

aplicada ao entendimento do nó na sociedade em rede interfere na forma que é registrada uma informação para se tornar compreendida na visibilidade e publicidade do valor a partir do canal utilizado, aliado à quantidade de aprovação e reprovação. A informação fica passível ao agenciamento de valores pelo trânsito contextual, o fluxo e o alcance, além da capacidade de provocar reverberações induzidas nas relações que se estabilizam a partir de posicionamentos ideológicos, dos quais o capital econômico e social se mantém em larga vantagem.

A identificação do aspecto de atribuição de valor, segundo a proposta de Frohmann (1995) sobre regimes de informação, só é possível por meio de descrição genealógica vista de perto devido à sua fluidez presente na interação social. Como em todo regime de informação, pressupõe-se a fragmentação, ação calculada, medida para atribuição de significação e valor de informação, o qual, para se efetivar, usa de instrumentos de negociação subjetivos, aplicados à linguagem, possibilitando dar forma à informação. Para Frohmann (1995), a forma da informação inclui um processo configurado por elementos da linguagem, operando hibridamente quanto a sua natureza e contexto, determinados na circunstância a que se aplicam. Para Latour (2012), os elementos híbridos empreendem valor à informação pelo trânsito em que ocorrem ao dialogar com um coletivo heterogêneo que se inscreve *a posteriori*, mas é iniciado *a priori*, isto é, um fluxo, um lastro, uma relação contínua.

> A informação não é um signo, e sim uma relação estabelecida entre dois lugares, o primeiro que se torna uma periferia, e o segundo que se torna um

> centro, sob a condição de que entre os dois circule um veículo que denominamos muitas vezes **forma, mas que, para insistir em seu aspecto material, eu chamo de inscrição** (Latour, 2008, p.22, grifo nosso).

Em Latour (2008), a informação é um construto social que encontra na linguagem a explicação fenomenológica da fusão entre o valor da informação, a materialidade e as ações dos sujeitos ligados à cultura e às referências sociais

3 A LINGUAGEM

A linguagem é atravessada por tecnologias: a pictográfica do desenho, do signo, da forma e pelo contexto, o tipo de canal, o lugar e a história que recupera e anuncia. Na contemporaneidade, a linguagem é entendida como um fenômeno pós-humano, apreendida por acontecimentos, narrativas e pelas redes, constituinte de rizomas, conforme Lévy (2000) destaca, baseado em Deleuze e Guattari (1996).

> [...] como os rizomas de Deleuze e Guattari, as redes de Latour ou de Callon não respeitam as distinções estabelecidas entre coisa e pessoas, sujeitos pensantes e objetos pensantes, inerte e vivo. Tudo o que for capaz de produzir uma diferença em uma rede será considerado como um ator, e todo ator definirá a si mesmo pela diferença que ele produz. Essa concepção do ator nos leva, em particular, a pensar de forma simétrica os humanos e os dispositivos técnicos. As máquinas são feitas por humanos, elas contribuem para formar e estruturar o funcionamento das sociedades e as aptidões das pessoas, elas muitas vezes efetuam um trabalho

> que poderia ser feito por pessoas como você e eu. Os dispositivos técnicos são, portanto, realmente atores por completo em uma coletividade que já não podemos dizer puramente humana, mas cuja fronteira está em permanente redefinição (Lévy, 1998, p.137).

Ao considerar os aspectos contemporâneos da linguagem com os processos humanos de significação, trata-se de configurações nem sempre inteligíveis, diferentemente de como era previsto num mundo pré-estruturado, em que não se admitia a complexidade das relações no agenciamento das palavras, do mundo material e dos próprios sujeitos nas ações de informação. Pelo contrário, eram compreendidos como elementos separados, de estruturas prontas e acabadas em si mesmas.

Em Agambem (2006), a linguagem assume atributos de experimentação, envolvendo contextos políticos locais e planetários (cosmopolita) ao desestabilizar e esvaziar tradições e crenças, ideologias e religiões, identidades e comunidades. Nessa perspectiva, a linguagem passou a ser o timoneio da formação do valor da informação, que acompanha o poder vigente, impregnado na vida sociocultural numa constante mudança ligada ao tempo e ao espaço, reconhecido na chamada guerra de narrativas.

Nesse aspecto, os valores atribuídos à uma determinada informação são constituídos por meio da linguagem e é nela que significados são modulados, baseados em situações específicas, referendadas pelos valores socioculturais e políticos para serem compreendidos e aceitos como verdade. Esse entendimento elucida a força da esfera

pública que participa ativamente da configuração do valor, pois é na linguagem ordinária, presente nas interações, que os sentidos são abarcados com interesses próprios de quem as confere. A ideia de que a linguagem pictográfica é utilizada para dizer algo é, em parte, superada pela capacidade de a linguagem ser a própria informação, suplantando-a unicamente como atributo instrumental, qualificando-a com autoridade de valor.

Igualmente, Coulon (1995) destaca a importância das expressões cotidianas como indiciais à construção do valor, aliadas ao contexto, à construção dos sentidos. Sobre esse aspecto, o autor discorre:

> Pode definir-se como indicialidade todas as determinações que se ligam a uma palavra, a uma situação. Indicialidade é um termo técnico, adaptado da linguística. Isto significa que embora uma palavra tenha uma significação trans-situacional, tem igualmente um significado distinto em toda situação particular em que é usada. Sua compreensão profunda passa por "características indicativas" e exige dos indivíduos que vão além da informação que lhes é dada (Coulon, 1995, p. 33).

Para Coulon (1995), as palavras têm uma informação além do signo e do significado dado, não servem como um pronunciamento imediato. Trata-se de um fenômeno da indicialidade da linguagem, cujos significados se encontram no bojo das ações, os quais conformam a incompletude natural de que necessitam do contexto da produção, ou seja, para ir além das informações dadas e da "homogeneidade semântica" das palavras, a informação depende do discurso que poderá

imputar valor. Os sentidos são construídos em situações de intercâmbio linguístico, conforme destaca o autor, completam-se no contexto de produção e uso sem, no entanto, esgotar as possibilidades interpretativas. Segundo Coulon (1995), a significação está vinculada a quem está usando a expressão, a biografia do locutor, além de "sua intenção imediata da relação única que mantém com seu ouvinte, suas conversações passadas", isto é, as expressões não são independentes das condições de uso e de enunciados, ao contrário, são esses os elementos que configuram o valor.

A indicialidade da linguagem se caracteriza pelas formas simbólicas de comunicação, conforme o contexto de quem fala, o que fala e onde esses elementos de comunicação aparecem. A linguagem forma o mundo social ao desempenhar a mediação interpretativa dos conhecimentos mundiais, com base em recursos e funções linguísticas que compõem os sentidos, os quais são configurados nos significados compartilhados. Para desempenhar a função de mediar a compreensão de quem fala ou escreve uma mensagem e ser transmitida de maneira que a outra pessoa entenda o que está sendo comunicado, a linguagem necessita de elementos linguísticos, cujas funções contribuem para essa compreensão.

- Quem fala, diz a respeito da legitimidade da informação.
- Porque fala, refere-se à intencionalidade da comunicação.
- O que fala, o conteúdo e suas referências socioculturais.

- Quando e onde fala, o tempo da ação de comunicar e a visibilidade do que fala.

Uma das principais referências nos estudos das funções e estruturas da linguagem são os estudos de Jakobson (1960). O autor analisou a relação entre a poética e a linguagem cotidiana ao apresentar as dimensões da linguagem, observadas nas interações. Essas dimensões para Jakobson são atuantes no processo de atribuição de valor à informação, conduzem o processo interpretativo e, por isso, são passíveis de serem manipuladas. Jakobson (1960) ampliou o modelo triádico da linguagem, elaborado por Karl Bühler[1], aprofundando a discussão sobre novos elementos em relação ao modelo de Bühler. Além de destacar as três funções linguísticas do autor: função expressiva, de representação e de apelo, Jakobson (1960) acrescentou outras três funções: poética, fática e a metalinguística, baseadas em fatores comunicacionais – emissor, receptor, mensagem, referente, código e canal e as relacionou às funções: emotiva, conativa, poética, referencial, metalinguística e fática, a partir de um critério de predominância, conforme destaca Auroux (1998, p. 40). Assim, são definidas as funções da linguagem:

- função expressiva ou emotiva centrada no destinador ou emissor (interjeições);

[1] Karl Bühler foi um dos teóricos mais influentes no Círculo de Praga, do qual adotou-se o modelo-*órganon* da língua, expandido por Roman Jakobson. O modelo proposto por Bühler desenvolve a concepção do tríplice caráter instrumental da linguagem, onde *sender, gegenstände und Sachverhalte* e *empfänger* se referem, respectivamente, aos três "fundamentos da situação linguística": o remetente, os objetos do discurso e o destinatário (Holenstein, 1978, p. 157).

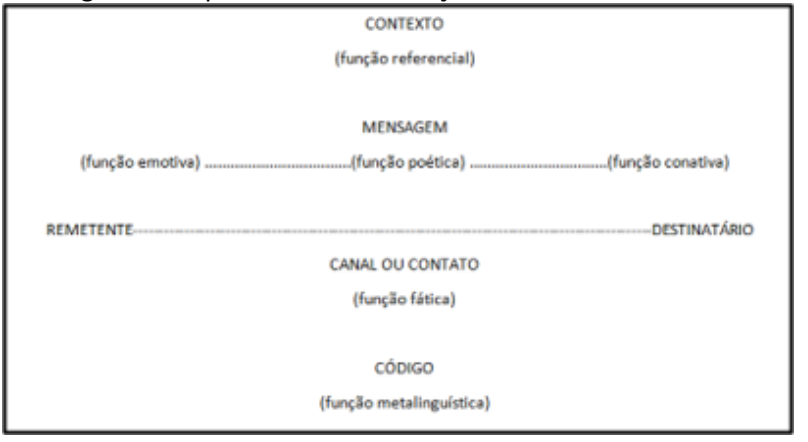
- função conativa, orientada em direção ao destinatário (imperativos);
- função fática, destinada a verificar se o circuito de comunicação funciona (“alô, você me ouve?”);
- função metalinguística, centrada no código (“o que você quer dizer?”);
- função poética, centrada na mensagem, colocando em evidência o lado palpável dos signos, por exemplo, na paronomásia, “l’affreux Alfred” ([o horrível Alfredo]);
- função referencial, que serve a ou se liga à (uma situação específica).

Para Auroux (1998), as seis funções desenvolvidas por Jakobson (1960) resultam num modelo detalhado das funções da linguagem, com ênfase na comunicação verbal, apresentado por meio de um esquema construído pelo próprio autor. Cada função se refere a um dos fatores constitutivos que sustentam o ato da comunicação verbal, que podem ser melhor explicados pelo esquema de comunicação elaborado por Jakobson (2005, p. 123), como mostra a Figura 1.

No esquema elaborado por Jakobson (2005), os elementos são operadores de valor, compreendendo: **quem fala** (autoridade outorgada), **conteúdo** (mensagem comunicada) e destinatário (**ouvinte ou para quem é direcionado o conteúdo**). Esses são operadores pela capacidade de formulação de sentidos, cabendo a possibilidade de variação tanto pela produção da informação, quanto pelo trânsito contextual. A linguagem da mensagem, o conteúdo, requer um contexto (**situacional**) a que se refere,

apreensível pelo ouvinte. O conteúdo é verbalizado por um código **objetivado** total ou parcialmente, que deve ser comum a quem fala (comunicador) e ao ouvinte, por meio de um contato (**canal que liga um ponto ao outro**), referente aos elementos físicos.

Figura 1: Esquema de comunicação de Roman Jakobson



Fonte: Jakobson (2005, p. 123).

A contribuição de Jakobson foi a de estabelecer as funções da linguagem com os fatores constitutivos da comunicação verbal, mas que compreendem aspectos da interação que perpassam os dispositivos. O autor alerta à diversidade da função em cada mensagem, presente na predominância de situações específicas. Para Jakobson, a estrutura comunicacional implica significação, destacando a relação entre a estrutura, a função e as significações dos discursos dos sujeitos.

Tais aspectos funcionais e estruturais da linguagem criam as significações em conformidade com o trânsito contextual. Todo contexto é político, no sentido de ser

construído a partir de um repertório sociocultural de negociação de valores que circulam entre os cidadãos atuantes na sociedade. O repertório constitui construções intersubjetivas, relacionadas às significações compartilhadas. Sobre esse aspecto, Berger e Luckman (2013) defendem que a realidade é dotada de sentido e forma um mundo inteligível e coerente aos indivíduos por meio dos aspectos que formam o mundo intersubjetivo do senso comum. A linguagem, neste contexto, insere-se como elemento organizador dos significados dos objetos cotidianos. Na vida habitual, os objetos são, em grande parte, pré-estabelecidos em uma possibilidade de enquadramentos. Essa organização é dada pela linguagem à medida que interpretações de fatos, denominações de objetos e o propósito no cotidiano se configuram em fenômenos já estabelecidos.

Os elementos da linguagem considerados por Jakobson (2005) atuam nos valores da informação por meio das suas funções e estruturas. Os operadores da linguagem atravessam os contextos sob o risco de não atingirem os efeitos de compreensão que se quer dar, os quais dependem, nesse caso, dos sujeitos da relação. Nesse aspecto, elementos de ordem sociocultural são evocados *a priori*, e a interpretação da informação acontece a posteriori pela imbricação dos elementos intrínsecos ao fenômeno de atribuição de valor à informação.

Cada sujeito recebe pelas interações do dia a dia uma dimensão interpretada e enquadrada (uma aproximação) dos sentidos do mundo. A linguagem estabelece relações lógicas entre os objetos e os significados dentro de um universo de

possibilidades, organizando tais sentidos, de modo que o cotidiano passa a ser coerente. A realidade é constituída de várias esferas, a consciência individual e o pensamento são capazes de transitar entre elas. A linguagem é, portanto, elemento que permite não só coordenar a vida cotidiana, mas também categorizar as diferentes realidades e as interpretar[2].

4 A CONSTRUÇÃO CATEGORIAL DO VALOR INFORMACIONAL: LEGITIMIDADE, INTENCIONALIDADE E ESFERA PÚBLICA

A investigação teórica para uma perspectiva de atribuição de valor à informação anuncia que o fenômeno de significação é de ordem funcional, estrutural, pragmática e social. Nessa lógica, a informação é um fenômeno essencialmente humano, dependente da compreensão e atravessada por valores em diferentes graus, tanto individuais, quanto coletivos, numa imbricação circunstancial.

Se, por um lado, a atribuição de valor à uma informação apresenta uma dimensão automatizada, que pode tornar opaca a percepção crítica pelos valores enraizados nos sujeitos e nos contextos, há de se considerar a dimensão política de manipulação e mudança de valores. O processo de avaliar, julgar e perceber as nuances de valor e desvalor para determinar um valor à informação não retoma a necessidade da reflexão crítica imediatamente aos sujeitos apreendidos nas

[2] Observa-se que na comunicação face a face, diferente da mediação por algum dispositivo, a linguagem possui uma qualidade inerente de reciprocidade, que se distingue de qualquer outro sistema de sinais e faz diferença no processo interpretativo (Berger; Luckman, 2013. p. 56).

práticas informacionais cotidianas. A estrutura sobre quem fala, o que fala e para quem fala proposta por Jakobson, imbricada com as funções apresentadas pelo autor, recorre respectivamente à legitimidade que outorga poder à palavra, ligada a quem está falando, correspondendo ao quanto será considerado válido o que está sendo dito. A legitimidade da fala ou das ações em comunicar um determinado conteúdo é abordada por González de Gómez (2012) e Frohmann (1995) como um dos aspectos considerados centrais à constituição dos regimes de informação, enraizado na participação dos sujeitos em atribuir valor à informação e dos elementos que liga ao discurso no exercício da influência sobre pessoas e conteúdos informacionais.

Para Weber (2002), a legitimidade está ligada a um modelo de autoridade de coerção, constrangimento e vigília, no qual o ouvinte pode ser impelido a concordar por medo, pressão ou interesses particulares ou públicos. Habermas (1997, p. 172), no entanto, vai além do entendimento de Weber ao considerar outra forma de legitimidade; para o autor, ela pode vir pela aceitação do que se fala, a concordância (filiação ao discurso), envolvendo outros fatores apresentados não como situações isoladas. Habermas defende a legitimidade como um processo dinâmico, ligando o aspecto racional (do que se pensa sobre o assunto) à real situação ou informação veiculada.

Sem entrar na discussão jurídica da legitimidade, trata-se aqui de aspectos formados pelas relações interpessoais. O movimento de legitimidade é praticado por um sujeito, mas tem origem em outro sujeito ou ação que o autoriza, ligados às

questões éticas e de valor. A legitimidade é uma qualidade atribuída à manifestação da vontade de determinado sujeito no exercício de um poder, relacionado ao caráter, à sociabilidade, à inteligência, à lei e à visibilidade, por exemplo.

Outro aspecto que se observa põe em evidência a intencionalidade da participação dos sujeitos, relacionada à consciência e à temporalidade da ação. Entende-se, na vertente do estudo, que o conhecimento sobre o sentido de falar determinado assunto num momento específico perpassa interesses de diferentes naturezas, configurando um ato individual e social de participação. Nesse sentido, a interpretação da ação envolve aspectos subjetivos e intersubjetivos que abarcam discussões sobre a intencionalidade das ações encontradas em diferentes áreas do conhecimento à sustentação teórica. Um caminho possível é a crítica ao positivismo, à possibilidade do olhar fenomenológico de Husserl e Heidegger no âmbito da filosofia ou, ainda, a pragmática da comunicação de Habermas que diverge em alguns pontos das abordagens da filosofia clássica à contemporânea e converge com alguns pontos desse estudo.

Para Husserl (1996, p. 27), a relação do tempo com a consciência diz respeito à intencionalidade das ações, assim propõe que “voltemos às coisas mesmas, porque delas emerge todo o conhecimento”. Voltar às coisas mesmas significa retornar ao modo como os fenômenos aparecem à consciência, ou seja, a busca pelo entendimento do porquê ocorre o pensamento de determinada forma em determinado momento. Uma relação de historicidade e expectativa que, ao

mesmo tempo atualiza e espera algo, um processo de significação (Husserl, 1994, p. 57).

Em Habermas (1983), conhecido por uma sociologia radical, especificamente, humanismo radical, encontram-se críticas às abordagens que limitam a ação informacional. Para o autor, é insuficiente pensar a intencionalidade apenas como uma atitude natural da vida cotidiana, indicando para uma postura filosófica capaz de considerar e descrever a estrutura essencial do mundo da vida, valorizando as potencialidades humanas à superação de um social dado como pronto ou acabado. A contribuição de Habermas (1983) para o estudo diz respeito à permanente crítica sobre o desenvolvimento social e histórico, tendo foco na ação humana e no contexto situacional. Ao adotar um olhar às duas esferas, individual e cultural, o autor defende que o fundamento da ação é a comunicação humana, que depende da vontade ou intenção e das habilidades comunicativas. Para Habermas (1983), o mundo é produto do conhecimento e, nesse sentido, a consciência ou o saber são entendidos como uma projeção para o exterior (mundo externo ao sujeito), por meio dos atos intencionais que, por sua vez, criam e dão significados ao mundo. A emersão desse indicativo remete à intencionalidade, como dito anteriormente, mas também à reflexividade que é orientada por um "estoque de conhecimentos" que os sujeitos usam para agir no mundo, mas que é atualizada na nova situação vivenciada por eles.

Embora com enfoques diferentes, Bourdieu (2001), Giddens (2002) e Habermas (1984) contribuem para esse entendimento. Para Bourdieu (2001), a reflexividade é

estruturada e estruturante, ou seja, não pensamos livremente, nem é algo transcendente à atuação dos sujeitos no mundo. As estruturas objetivas são determinantes na ação dos sujeitos, sem deixar de considerar a capacidade construtiva. Segundo Giddens (2002), os sujeitos atuam no mundo a partir das representações, as possíveis transformações que ocorrem no dia a dia são oriundas da necessidade de resolver situações diferentes, nesse sentido, situações sem resposta pronta, construindo assim novas respostas, novas experiências. Na concepção de Habermas (1984), a reflexividade é um processo coletivo dos atores e se constitui ato político, concebido pelo autor, especialmente, a partir da formação discursiva da opinião e da vontade de uma ação democrática e racional frente ao mundo que, frequentemente, é problematizado.

A centralidade desse eixo explicativo está no aspecto público da informação. É evidente que ações no âmbito privado têm proporções diferentes quanto à materialidade, conforma certa fragilidade e busca fora da situação supostas referências. No âmbito público, a materialidade ganha força e peso, como considera Frohmann (1995) na constituição de regimes de informação. A combinação dos outros aspectos discutidos nas subcategorias anteriores encontra na visibilidade do aspecto público as referências que “autorizam” a atribuição de valor, dando força para que sejam justificadas, validadas.

Para melhor compreensão, recorre-se ao modelo deliberativo de espaço público de Habermas (1986). Para o autor, o público é o sujeito coletivo da opinião pública, correspondente ao princípio da publicidade, ou seja, é o sujeito

coletivo que vai julgar, validar ou ainda reprovar as ações do sujeito informacional nos dispositivos. Nesse sentido, o sujeito coletivo assume aspectos reflexivos e de poder sobre as ações. Segundo Babo (2013), o público tem uma "dimensão de compromisso, de defesa de certas convicções, de adesão a certos valores e, por isso, implica escolhas e o assumir de riscos". A autora chama a atenção à responsabilidade do público em provocar o acontecimento também de ordem informacional, ao lhe conferir, por meio da adesão ou reprovação, força de interpretação à ocorrência, ao mesmo tempo que é afetado por ele – o fenômeno informacional – e dele emanar outras ações e significações. Desse modo, nos dispositivos, o público das diferentes redes assume aspectos de sociabilidade, estabilidade, envolvimento, efetivação e de responsabilidade, isto é, não são ações sem importância.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se refletir sobre como é atribuído um valor para uma determinada informação que circula entre as pessoas, ou seja, como elas classificam, refletem e ponderam sobre informações que são recebidas e debatidas no cotidiano. Informações que circulam no senso comum são de alguma forma uma cartografia, um mapa do que a sociedade acha certo ou errado para dirigir suas ações, sendo que informações são referências para as pessoas para calcularem seus posicionamentos os quais colaboram na institucionalização de um juízo de valor de uma informação.

Essas ações informacionais pertencem ao campo da práxis informacional, legitimando a forma como determinado

valor informacional deve ser aceito socialmente. Esse processo faz referência à produção da informação que, em certa medida, pode suprimir a capacidade de crítica, automatizando o valor atribuído a uma determinada informação.

Nesses aspectos, o valor de uma informação, ancorada na ação informacional que se utiliza de tecnologias da linguagem, pode criar uma opacidade da percepção crítica, produzida pela interpretação conduzida pela legitimidade, intencionalidade e referências socioculturais. Contudo, se considerada a visibilidade factual e permanência da força dinâmica na esfera social como uma possibilidade para a manutenção ou atribuição de um valor, para a atribuição de novos valores precisarão ser impressos com maior constância a fim de superar outras forças operadoras do processo, envolvendo ainda uma conexão psicológica (intersubjetiva) entre os sujeitos envolvidos na relação e a capacidade (intrínseca) de fazer entender o que se pretende na relação informacional, encontrando o sentido e permanecendo em conexão à efetivação do fenômeno de constituição de um valor para uma determinada informação.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O fenômeno da desintermediação da informação no cenário da infodemia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, 2021, Salvador. *Anais [...].* Salvador: ANCIB, 2021. Disponível

em:https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/2149. Acesso em: 21 out. 2026.

AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora UNICAMP, 1998.

BABO, I. O acontecimento e os seus públicos. *Comunicação e Sociedade*, Braga, v. 23, p. 218-235, 2013.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COULON, A. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. (Coleção TRANS, 3).

EINSTEIN, A. *O ano miraculoso de Einstein: cinco artigos que mudaram a face da física*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

FOUCAULT, M. *Society must be defended: lectures at the Collège de France, 1975-1976*. New York: Picador, 2003.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton. *Proceedings [...]*. Edmonton, Alberta, 1995. Disponível em: http://www.caiscsi.ca/proceedings.1995/frohmann_1995.pdf. Acesso em: 14 ago. 2014.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. *Knowledge and human interests*. Cambridge: Polity, 1986.

HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1988. 2 v.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOLENSTEIN, E. *Introdução ao pensamento de Roman Jakobson*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HUSSERL, E. *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*. Lisboa: Casa da Moeda, 1994.

HUSSERL, E. *A crise da humanidade européia e a filosofia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. (Filosofia, 41).

JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

JAKOBSON, R. Linguistics and poetics. In: SEBEOK, T. (org.). *Style in language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1960.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (coord.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 21-44.

LÉVY, P. *A ideografia dinâmica: rumo a uma imaginação artificial?* São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2000.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

POSTER, M. *Foucault, marxism and history: mode of production versus mode of information*. New York: Basil Blackwell, 1984.

POSTER, M. Postmodern virtualities. In: POSTER, M. *The second media age*. New York: Blackwell, 1995.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO: UMA RELAÇÃO CONCEITUAL

Barbara Angelica Colono

1 INTRODUÇÃO

> [...] a primeira invenção das palavras não vem das necessidades, mas das paixões (Rousseau, 1978, p. 163).

O que teria, na aurora da comunicação humana, nos impulsionado ao desenvolvimento da fala? O raciocínio ou nossos sentidos? O pensamento ou nossas emoções? Seria o primeiro som uma ideia complexa ou o grito de dor? Rousseau (1978) escreveu seu poético ensaio sobre a origem das línguas em 1781, no qual defende que a comunicação por gestos nasceu de nossas necessidades, enquanto a comunicação oral se deu pelas nossas paixões, sentimentos, são elas responsáveis pela aproximação dos humanos na formação de um corpo social.

Com efeito, é por meio dos nossos sentidos que percebemos o mundo, a nós mesmos e ao outro, e por causa deles, podemos nos expressar e nos comunicar. Segundo Rousseau (1978) a primeira linguagem era poética, figurada e musical, posteriormente, tornou-se metódica e racional. Assim, a fala pressupõe a capacidade de abstração da humanidade e seu desenvolvimento possibilitou a criação de inúmeros signos e conceitos capazes de representar e transformar a realidade, como um transitar entre a paixão e a razão.

Em virtude disso e buscando compreender os conceitos resultantes dessa capacidade humana, se desenvolveu a História dos Conceitos, um domínio da História que discute a formação e mudança dos conceitos históricos, tendo como principal representante o historiador alemão Koselleck (1923-2006). A História dos Conceitos é de grande valor não apenas para que possamos compreender o surgimento e alteração dos conceitos ao longo do tempo, mas também sobre as relações estabelecidas com cada experiência histórica.

Nesse contexto, é necessário diferenciar a *palavra* de um *conceito*, segundo Koselleck (1992), toda palavra expressa um sentido e ele indica um conteúdo, entretanto nem todos os sentidos são relevantes, por sua vez, um conceito é uma palavra que exige alto grau de teorização e reflexão ao estabelecer associações com outras palavras. Assim, a História dos Conceitos busca investigar quando um conceito começou a ser teorizado e quanto tempo demorou para isso.

Os conceitos se caracterizam como acordos verbais estabelecidos para expressar um ato concreto já existente e, sempre que há uma experiência histórica concreta, recorre-se às formas verbais para representá-la (Koselleck, 1992). De acordo com esse autor, a relação entre conceito e conteúdo é necessariamente tensa, pois se dão concomitantemente. Ele critica a visão de que a língua se forma apenas no final da experiência histórica, segundo ele, a realidade e a formação dos conceitos se desenrolam e se modificam ao mesmo tempo.

Não obstante, o campo científico da década de 1930, sob uma perspectiva positivista, considerava um conceito científico um constructo objetivo, preciso, homogêneo e

universal (Rabello, 2010). No entanto, a formulação teórica/abstrata de um conceito está associada a uma situação concreta única, que não se repete, ou seja, o conceito está em sincronia com o contexto no qual foi formulado e esse contexto é único na história (sincronia). A palavra, por sua vez, se repete, embora permaneça a mesma, o conteúdo altera-se no tempo de acordo com cada situação concreta única que o envolve, por isso tem caráter histórico (diacronia): "Isto significa assumir sua variação temporal, por isso mesmo histórica, donde seu caráter único (*einmalig*) articulado ao momento de sua utilização" (Koselleck, 1992, p. 138). Como aponta Rabello (2010), o conceito científico apresenta características específicas e valores que são admitidos pela comunidade científica, tornam-se indispensáveis para a formulação e compreensão de teorias. Na Ciência da Informação, a formulação e a instrumentalização de conceitos científicos possibilitam o estudo de diversos fenômenos informacionais e dão subsídio para as práticas relacionadas a esses fenômenos. Tal autor enfatiza a importância da história dos conceitos para a Ciência da Informação em vista de seu caráter interdisciplinar. Afinal, a Ciência da Informação dialoga com os conceitos de diversas áreas do conhecimento e a análise historiográfica e epistemológica desses conceitos é substancial para o fortalecimento de seu domínio teórico, bem como para a definição dos limites disciplinares, uma vez que os conceitos científicos e técnicos são pensados a partir da linguagem comum, quanto mais próximos do que se quer representar melhor eles serão compreendidos, assim:

> Um conceito científico só tem significado porque o cientista, ao aplicá-lo, dá-lhe um significado.

> Mas o significado só é cientificamente válido se o que o cientista pretende significar se adequa à realidade. O conceito torna-se pertinente na medida em que ele esteja representando o fenômeno existencial adequadamente (Mendonça, 1994, p. 19).

Com essa perspectiva, a História dos Conceitos coloca em xeque essa visão de neutralidade, uma vez que apresenta a sincronia (ao mesmo tempo) e a diacronia (através do tempo) que envolvem os conceitos, ou seja, as relações que estabelecem com o contexto e as mudanças e permanências pelas quais passa durante o tempo. Assim, um conceito não pode ser considerado neutro, visto que "[...] a ciência é uma construção advinda de escolhas – teóricas, metodológicas, ideológicas etc. – as quais se relacionam e podem ilustrar – nos conceitos por ela empregados – disputas sociais e políticas" (Rabello, 2010, p. 40).

Para Koselleck (1992), todo conceito é um fenômeno linguístico (*Faktor*) e um indicativo (*Indikator*) de elementos que estão além da língua. O conceito carrega indícios da realidade histórica na qual está inserido, como indicado por Mendonça (1994), os conceitos são representações da realidade, em um emaranhado de palavras escolhemos aquele termo que mais se aproxima do fato real, o conceito é a ideia em nossa cabeça, é uma formulação lógica e abstrata, não é a realidade em si, mas uma inferência dela.

Sendo assim, a análise de um conceito deve levar em consideração sua conotação – propriedades e relações que o definem – e sua denotação – a quais objetos ou indivíduos o conceito se aplica. Assim como a História, a Ciência da

Informação também se utiliza de muitos conceitos emprestados de outras áreas, nesse caso "[...] todo conceito científico gradualmente perde o significado que originalmente lhe havia sido dado [...]" (Mendonça, 1994, p. 20). Por isso, tal autora ressalta a importância de uma definição clara, porém maleável, visto que a ciência tem caráter provisório, na qual os conhecimentos se modificam, fazendo a ciência avançar.

Outrossim, o fenômeno linguístico nos permite pensar e atuar sobre a realidade, visto que, somente a teorização de uma palavra possibilita estudar e efetivar determinadas condições e formas de comportamento e atuação (Koselleck, 1992), por isso, o objetivo deste capítulo é discutir os diferentes conceitos de informação, cultura e mediação por meio de uma revisão de literatura, tendo como aporte teórico a História dos Conceitos no que diz respeito à relação dos conceitos com os contextos no quais estão inseridos para assim compreendermos a Mediação Cultural da Informação com maior consciência e profundidade epistemológica.

Nesse sentido, o presente capítulo foi elaborado a partir das interlocuções com os seguintes autores: Buckland (1991, 2004), Capurro; Hjorland (2007) Davallon (2007), Le Coadic (2004), Shera (1971, 1973) e Wersig (1993) a respeito dos conceitos sobre Informação. Os autores Eagleton (2005), Laraia (2001) e Santos (2006) fundamentaram nosso debate em torno do conceito de cultura, e os autores Almeida Júnior (2015), Feitosa (2016), Freire (1987), Gomes (2020), Bezerra e Cavalcante (2020), Martins (2019), Mendonça, Feitosa e Dumont (2019), Perrotti (2016) e Vygotsky (1991, 1995) sobre a temática da mediação.

Cabe destacar que nossa intenção não foi escrever a história desses conceitos por meio de uma pesquisa documental e análise historiográfica, mas sim apresentar uma interlocução sobre eles, tendo a História dos Conceitos como base teórica – e não como método – para fundamentar a relação estabelecida entre os conceitos e a experiência/construção da realidade, apresentando a mediação da informação enquanto processo essencialmente cultural intrínseco às experiências históricas, além de ressaltar a importância do estudo dos conceitos para a construção de teorias mais completas sobre os fenômenos informacionais.

2 INFORMAÇÃO

Salienta-se que, por muitos anos, a concepção de informação foi elaborada sob um paradigma físico, fortemente influenciado pelo momento histórico de desenvolvimento tecnológico, o que estruturou uma realidade em que as unidades de informação desconsideravam os aspectos sociais envolvidos no fluxo informacional e, consequentemente, as experiências dos usuários com esses espaços também foram permeadas por esse conceito de informação. Por outro lado, as mudanças no conceito de informação, além de acompanhar as transformações históricas, nos trouxeram novas expectativas para o futuro, mais humanizadas e preocupadas com o protagonismo social dos sujeitos.

Eis um exemplo evidente de sincronia e diacronia dos conceitos: “informação”, embora seja uma palavra comum em nosso vocabulário, sua definição é complexa e perpassa diferentes contextos e áreas do conhecimento, não é um

conceito exclusivo da Ciência da Informação (CI) e exige uma análise holística de sua relação com outros conceitos para a melhor compreensão desse fenômeno.

Observamos que o desenvolvimento das tecnologias de informação impactou profundamente na forma como a sociedade se estruturou, a informação tornou-se um elemento essencial ao desenvolvimento econômico e com isso a necessidade de compreender o conceito de informação passou a ser imprescindível. Por essa razão, a definição do termo é sempre discutida na Ciência da Informação, pois é crucial que seus conceitos bases sejam definidos. Nesse sentido, Capurro e Hjorland (2007) constroem uma trajetória do status do conceito de informação para a CI fazendo uma abordagem interdisciplinar. Segundo os autores citados, no campo científico não existem conceitos mais ou menos verdadeiros, eles são construídos para desempenhar uma função e a utilidade dessas definições dependem das teorias e ações para as quais darão respaldo.

Além da definição do conceito de informação, é preciso pensar nas relações que são estabelecidas com outros termos, como documentos, textos e conhecimento, pois, ao relacionar informação com outros conceitos, podemos construir teorias mais apropriadas para os tipos de problemas que a CI pretende resolver. Devemos partir do raciocínio de que informação é aquilo que é informativo para alguém e o que é informativo depende das necessidades e habilidades dessa pessoa (Capurro; Hjorland, 2007).

Para melhor compreensão do conceito, os autores fizeram uma análise desde o período helenístico até os tempos

modernos; de origem latina (informatio), a palavra informação representa duas ações, a de moldar a mente e a de comunicar conhecimento; na Idade Média, foi usada em sentido filosófico (epistemologia e ontologia) e pedagógico, há nos tempos modernos e pós-modernos no sentido de informar algo a alguém. O estudo de Capurro e Hjorland (2007) observou que as teorias da informação estão estreitamente relacionadas com as teorias do conhecimento e da comunicação.

Foram identificados quatro principais paradigmas da informação: o físico considera a informação quantitativamente, está preocupado com seu estado material e quantidade de informação transmitida (teoria matemática da informação); o paradigma cognitivo considera a relação entre a informação material e o processo de conhecimento e interpretação na mente dos sujeitos; o paradigma social entende a informação como um elemento humano analisado em conjunto com o contexto social e cultural; e o quarto paradigma engloba a análise de domínio, hermenêutica, sociocognitivismo e semiótica, defendido por Capurro e Hjorland (2007).

Em síntese, a informação é subjetiva, visto que os critérios que definem o que é informação são formulados pelos usuários, cada pessoa ocupa uma posição na divisão social do trabalho e comportam processos sociais, culturais e educacionais diferentes, por isso um mesmo dado pode ser interpretado de formas diferentes, o que é informação para uma pessoa, pode não ser para outra, e essa interpretação depende dos conhecimentos prévios que são diferentes em cada sujeito, assim:

> Informação é o que pode responder questões importantes relacionadas às atividades do grupo-alvo. A geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação deve, portanto, ser baseada em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer (Capurro; Hjorland, 2007, p. 187-188).

Buckland (2004), por sua vez, parte de um paradigma cognitivo e social, discutindo três perspectivas da informação: a informação-como-processo, ou seja, é a ação de informar, essa transmissão de informação provoca uma mudança no saber de quem a recebe; a informação-como-conhecimento é a assimilação e a apropriação do conteúdo que foi informado, é intangível e; a informação-como-coisa é tudo aquilo que informa algo, é tangível pois se manifesta fisicamente, é o registro da informação.

Por outro lado, Almeida Júnior (2015) argumenta que a informação não existe como coisa, ela não é concreta e bibliotecas, arquivos e museus não trabalham com a informação, mas sim com aquilo que ele chama de protoinformação, o que pode vir a ser informação, mas ainda não é, pois ela se constrói a cada momento e é dependente de seu produtor, do usuário, dos mediadores, do ambiente e do contexto.

Entretanto, considerar o aspecto físico da informação não significa que Buckland (2004) defenda uma visão objetiva do conceito, para o autor, a informação-como-coisa depende das circunstâncias, também do julgamento coletivo, é

necessário um consenso para determinar o que é informação e qual a relevância de um documento:

> Temos mostrado que a virtude de ser informação-como-coisa é circunstancial e que determinando se a coisa é utilizável ou não depende de uma composição de julgamentos subjetivos. Progressos por trás da anarquia de opiniões individuais relacionando o que é ou não é racional tratar como informação depende de um acordo, ou no mínimo de algum consenso (Buckland, 2004, p. 10).

Da mesma forma, os documentos não se limitam aos objetos textuais, se estendem aos produtos, objetos de museu, pessoas, figuras, mapas e até mesmo eventos: “Eventos são (ou podem ser) fenômenos informativos e assim deveriam ser incluídos em qualquer aprendizado completo em ciência da informação.” (Buckland, 2004, p. 8), pois podem apresentar evidências de sua ocorrência, representações e podem ser recriados.

Le Coadic (2004) também considera o aspecto físico da informação e seu caráter subjetivo, ao definir informação como um conhecimento escrito, oral ou visual registrado em suporte físico ou digital e que apresenta um sentido; o registro da informação é possível graças à linguagem, que por meio dos signos atribui um significado a um significante. O conhecimento, segundo o autor, é a apreensão do objeto, é a capacidade de dar significado a alguma coisa e o objetivo da informação é, justamente, o conhecimento, comum ou científico.

Podemos considerar o conhecimento como um conjunto de conceitos que se relacionam e formam nossa imagem do mundo, além do mais, quando há uma lacuna no conhecimento, apresentamos um estado de anomalia e buscamos uma informação para corrigir esse estado anômalo (Le Coadic, 2004). Portanto, informação é tudo aquilo que altera nosso estado de conhecimento, afinal, por meio da informação teremos acesso a um conhecimento novo e uma transformação cognitiva.

Embora concorde com Le Coadic (2004) sobre a informação transformar o estado cognitivo a partir do momento em que gera um novo conhecimento, para Almeida Júnior (2015), a informação não preenche lacunas cognitivas, uma vez que as necessidades nunca são satisfeitas completamente, são momentâneas e a informação ao atender uma necessidade gera novas questões e novos conflitos em vez de certezas. O autor também ressalta o caráter ideológico da informação, pois está imersa em uma disputa de poder, na qual a informação serve como suporte para a manutenção de um sistema político, social e cultural.

Em outro momento, a importância dos sujeitos no processo de informação fica evidente também nas discussões de Le Coadic (2004) quando ele defende que os sujeitos não são passivos no fluxo de informação e que os produtos e sistemas de informação devem existir em função do usuário. O objetivo de um sistema de informação é atender às necessidades dos usuários, essas necessidades são fruto do estado de anomalia e podem ser: em função do conhecimento (necessidade de saber) ou em função da ação (necessidade de

realizar uma atividade, como trabalhar, ir a determinado lugar, etc).

Nesse ponto, é possível fazer um paralelo entre as abordagens de Le Coadic (2004) e as concepções de Wersig (1993) no que diz respeito à necessidade de informação para ações. Para Wersig (1993), o aumento na quantidade de informação resultou na criação da documentação, dos sistemas de recuperação da informação e, por último, no surgimento da Ciência da Informação. Além disso, outro fenômeno que reflete nessa ciência é o papel dado ao conhecimento ao longo do tempo, visto que, para as ciências modernas, o conhecimento se constrói por meio da observação e existe em torno dele uma crença. Essa crença é modificada a partir do momento em que novos conhecimentos surgem e transformam os anteriores, gerando assim um acúmulo de conhecimento. Na pós-modernidade, além do acúmulo de conhecimento, ele passa por uma fragmentação, uma vez que o mesmo objeto é estudado por áreas e perspectivas diferentes; por uma despersonalização na qual a identificação do produto e do produtor é cada vez mais complexa; e uma dispersão que dificulta a recuperação do conhecimento.

Por conta disso, a importância do conhecimento para o comportamento racional passou a ser cada vez maior para a sociedade, as ações deveriam se dar de forma racionalizada e para tanto eram precisos cálculos alimentados por informação, embora Wersig (1993) reconheça que existem especificidades nas quais os cálculos não se aplicam. Quando o autor apresenta a informação como um conhecimento para a ação,

ele evidencia o crescente valor da informação para o desenvolvimento das sociedades, visto que todas as ações racionais precisam de conhecimento e esse se dá por meio da informação. E aqui encontra-se o objetivo da Ciência da Informação, pois se existe uma necessidade de informação e conhecimento para agir em sociedade, é a CI que deve auxiliar os atores sociais nesse processo.

Tal aspecto fica evidente quando Shera publica o artigo "*The sociological relationships of Information Science*" em 1971, uma época na qual a tecnologia estava em grande avanço e o uso de computadores para a recuperação da informação representava uma novidade sob a qual se tinha grandes expectativas, muitas teorias apontavam para o caráter físico da informação e da transferência de mensagens. Entretanto, Shera (1971) se preocupava com os rumos que essas teorias poderiam tomar e por isso alertou para o fato da recuperação da informação ser uma disciplina da Ciência da Informação, por sua vez, um aspecto da comunicação, essencialmente social.

De acordo com Shera (1971), a transferência de informação é um produto da sociedade e resultado do trabalho coletivo para alcançar determinados fins. É por meio da transferência de informação que a cultura, as atividades e as crenças de um povo podem se manter e ser transmitidas por gerações. Pensando nisso, o autor elabora uma tríade dos sistemas de informação: a atomística, o conteúdo e o contexto, sendo a primeira referente às tecnologias envolvidas nos processos da unidade de informação – hardware ou software; o conteúdo é aquilo que é transmitido, seja um livro, imagem

ou som e; o contexto é o ambiente social que envolve o sistema de informação. A organização social da cultura é o que define o contexto e determina a atomística e o conteúdo.

A própria Biblioteconomia é um reflexo da cultura e das atividades de uma sociedade. As bibliotecas são responsáveis pela preservação e disseminação do conhecimento produzido pelo corpo social, sendo necessário aos bibliotecários conhecer as maneiras pelas quais a humanidade produz e comunica o conhecimento, assim como a importância desse conhecimento para o individual e para o grupo. Segundo Shera (1973), seria a epistemologia social uma nova e necessária disciplina para compreender todas as formas de produção, fluxo, integração e consumo de informação por parte da estrutura social.

Essa perspectiva social também é defendida por Gomes (2020), para quem o conhecimento é resultado das interações sociais e diz respeito não apenas ao conhecimento científico, mas a todos os saberes e percepções possibilitadas pelas experiências coletivas. Quando o conhecimento é compartilhado por meio da comunicação, ele produz a informação, ela é a materialização do conhecimento – com ou sem fisicalidade. Assim, aquilo que era singular a um indivíduo passa para a esfera pública, desse modo, a informação é o "[...] conhecimento em estado de compartilhamento" (Gomes, 2020, p. 9) e por meio dela podemos disseminar o conhecimento através do tempo e do espaço, "[...] podendo vir a ser encontrado por outros sujeitos, podendo ainda, em tempos distintos, ser revisitado pelo seu próprio produtor" (Gomes, 2020, p. 8).

Assim, se faz necessário a compreensão entre as informações comunicadas e os processos cognitivos para construção de significados, individuais ou coletivos. Tal compreensão da construção de conhecimentos pela sociedade só é possível a partir de uma perspectiva interdisciplinar, uma vez que as culturas são formadas por pessoas que apresentam fenômenos psicológicos, físicos e biológicos. A epistemologia social portanto: "[...] coloca sua ênfase em todo o homem e em toda a sociedade, e em todas as suas formas de pensar, conhecer, sentir, agir e se comunicar" (Shera, 1973, p. 90, tradução nossa). Em decorrência, não podemos conceber a informação sem a sua interlocução multicontextual e multidimensional alicerçada em estruturas socioculturais distintas, sendo necessário, portanto, reflexão sobre o próprio conceito de cultura.

3 CULTURA

Poderíamos iniciar essa discussão a partir da etimologia da palavra cultura, resgatando suas origens latinas como habitualmente acontece, contudo, antes de falarmos sobre suas variações e construções simbólicas ao longo do tempo, julgamos indispensável pensar sobre a própria construção de discursos em torno do que é cultura. Embora as definições sejam encontradas desde a antiguidade, o interesse antropológico pelo termo só aconteceu a partir do século XVII e se consolidou enquanto ciência apenas no século XIX, impulsionado pela intensificação do imperialismo europeu (Santos, 2006).

Assim como os conceitos estão sempre em sincronia com o espaço e tempo histórico, os estudos sobre os conceitos também são dependentes da realidade; enquanto a sociedade produz cultura sem necessariamente falar sobre ela, uma classe dominante produz discursos sobre o que é cultura, e discursos são sempre carregados de intenções (Eagleton, 2005). De acordo com Santos (2006), a colonização e a consolidação das potências capitalistas europeias produziram uma série de estudos sobre as diferentes culturas, que agora estavam em contato com a Europa, de forma a hierarquizá-las para justificar o domínio sobre seus territórios.

Tal etnocentrismo, segundo Laraia (2001), é um fenômeno universal, todas as sociedades tendem a ver outras culturas através de suas lentes, se colocando enquanto centro do mundo. Vemos que, no início do século XIX, a ciência e o eurocentrismo andavam juntos, segundo os estudos europeus, a cultura era um processo homogêneo e linear com etapas pelas quais todos os povos passavam – selvageria, barbárie e civilização – sendo que a Europa estava no estágio mais elevado, essa visão desenrolou teorias deterministas, como o determinismo biológico e geográfico (Laraia, 2001).

Em oposição a esse discurso etnocêntrico, observamos o surgimento de um relativismo cultural após o reconhecimento de que a análise de uma determinada cultura varia de acordo com a cultura do observador. Segundo esse pensamento, cada cultura tem uma lógica própria e valores específicos, portanto, não são passíveis de hierarquização. De fato, não existem leis naturais que determinem culturas como inferiores ou superiores, “[...] existem, no entanto, processos

históricos que as relacionam e estabelecem marcas verdadeiras e concretas entre elas [...]" (Santos, 2006, p. 19). Negar a interação entre as culturas e as consequências dela é substituir um equívoco por outro, uma vez que desconsidera as relações de poder que envolvem a cultura.

Tendo em vista nosso entendimento sobre o contexto no qual a preocupação em definir cultura surgiu, podemos retornar às suas origens e analisar os usos e significados que foram atribuídos ao conceito e como esses dois pensamentos (positivista e relativista) refletiram na construção de significados e discursos ao longo do processo histórico. Para tanto, contamos com as obras de Eagleton (2005), Santos (2006) e Laraia (2001).

De origem latina, a palavra colere significa cultivo agrícola, o que evidencia sua relação com o conceito natureza, por vezes, compreendido como oposto de cultura, uma vez que a cultura é uma ação artificial da humanidade em relação ao que é natural, porém a perspectiva dialética de Eagleton (2005) vai rejeitar as polaridades em torno de cultura desde sua definição primitiva até às concepções pós-modernas. Por isso, segundo o autor, a relação entre natureza e cultura estabelece limites entre a autonomia total do sujeito em relação à natureza e o determinismo orgânico sobre o humano, assim cultura é, ao mesmo tempo, o que fazemos da natureza e o que não conseguimos fazer dado os limites que a natureza impõe.

A ideia de cultivo, inicialmente relacionada a um processo completamente material, é transferida para as questões relativas ao espírito, compreendendo assim a

autocultura, ou seja, nós cultivamos e refinamos nossa mente, assim como alteramos o que é natural. Nesse sentido, "[...] natureza agora não é apenas a matéria constitutiva do mundo, mas a perigosamente apetitiva matéria constitutiva do eu" (Eagleton, 2005, p. 15). A questão é que essa matéria que nos constitui pode não ser moldada apenas por nós, mas também por um Estado que busca florescer por meio da construção de um "eu ideal".

Consequentemente, a cultura se transforma em sinônimo de civilização, trata-se de "[...] uma forma de sujeito universal agindo dentro de cada um de nós, exatamente como o Estado é a presença do universal dentro do âmbito particularista da sociedade civil" (Eagleton, 2005, p. 18) em busca de um refinamento social, reflexo do desenvolvimento material de países como a França e Inglaterra e desenvolvimento espiritual para os alemães. É nesse momento em que as potências europeias começam a classificar outras civilizações como inferiores, assim a cultura é ao mesmo tempo descritiva e normativa; "[...] nem dissociada da sociedade nem completamente de acordo com ela" (Eagleton, 2005, p. 18).

A crítica a esse pensamento hegemônico deslocou o conceito de cultura como sinônimo de civilização para o oposto dela, visto que no século XIX cultura passou a ser compreendida como um modo de vida característico, ora expressava uma rejeição ao capitalismo industrial, ora a busca por uma definição para além de valores de troca:

> Nascido no coração do iluminismo, o conceito de cultura lutava agora com ferocidade edipiana

> contra os seus progenitores. A civilização era abstrata, alienada, fragmentada, mecanicista, utilitária, escrava de uma crença obtusa no progresso material; a cultura era holística, orgânica, sensível, autotélica, recordável. O conflito entre cultura e civilização, assim, fazia parte de uma intensa querela entre tradição e modernidade (Eagleton, 2005, p. 23).

Nota-se que a concepção atual sobre cultura foi configurada a partir da relação entre esses dois paradigmas. Desenvolvida por Tylor (1871 apud Laraia, 2001, p. 25), a definição congrega tanto o desenvolvimento material, quanto o espiritual em concordância com uma visão mais holística do que a ideia de civilização, pois cultura "[...] em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade."

Essa cultura como modo de vida não estava preocupada com a vida social real, mas sim em como ela poderia ser; a civilização só poderia ser encontrada na fantasia e este pensamento desencadeou uma gradual especialização às artes. Logo, cultura passa a ser compreendida como erudição, pessoas cultas são aqueles indivíduos que têm acesso aos aparatos culturais, enquanto o propósito da arte é a total falta de propósito, a suposta neutralidade da arte em relação à política é na verdade uma sequela paralisante a favor do status quo em benefício da aristocracia (Eagleton, 2005).

Posteriormente, a pretensão de universalismo da cultura enquanto modo de vida foi ameaçada pela

heterogeneidade da realidade social, seu perfil totalmente elitista desencadeou aquilo que Eagleton (2005) denominou de cultura como identidade, ou seja, formas de cultura populares e segregadas, caracterizadas por um particularismo militante que desconsidera as relações de poder que envolvem a cultura e relativiza comportamentos muitas vezes opressores usando como justificativa a identidade.

Enquanto isso, a pós-modernidade produz o tipo de cultura comercial, também conhecida como cultura de massa que, ao mesmo tempo em que despreza o elitismo, preserva o conservadorismo da alta cultura, "[...] acontece apenas que ela é capaz de embrulhar esses valores em uma atraente embalagem antielitista, o que a alta cultura não consegue" (Eagleton, 2005, p. 105) enquanto se pensa que existem identidades, para a cultura de massa, são apenas nichos de mercado.

Todavia, mais importante do que definir cultura de forma estanque é compreender que cultura é um conjunto de práticas sociais que se modificam e ganham sentidos simbólicos dentro do processo de desenvolvimento das sociedades. A análise sempre deve ter por base as evidências históricas, além disso, a alta cultura, a cultura popular e a cultura de massa devem ser vistas em uma perspectiva dialética, uma vez que nenhuma cultura se constrói sem a interferência da outra (Eagleton, 2005). A ideia de cultura universal ou fragmentada está descolada da realidade, não interpretar a realidade é alienar-se e estar sujeito à dominação:

> Entretanto, o sistema político vigente pode sentir-se encorajado pelo facto de não ter apenas um opositor, mas uma variada colecção de inimigos desunidos. Se estas subculturas protestam contra as alienações da modernidade, também as reproduzem na sua própria fragmentação (Eagleton, 2005, p. 66).

Segundo Santos (2006), a reversão da hierarquização das culturas pelo relativismo significa a troca de um equívoco por outro, embora o autor entenda a cultura como um conjunto de conhecimentos, crenças e costumes acumulados pela humanidade e sabe que cada cultura possui uma lógica interna própria, critica discursos que desconsideram as relações estabelecidas entre as culturas diferentes. Segundo o referido autor, a cultura se transforma pelos conflitos internos e pelo contato com outros grupos humanos.

Vejamos, quando Ruth Benedict (1972) escreveu em seu livro "O crisântemo e a espada" de 1946 que cultura é a lente pela qual enxergamos o mundo, ela evidenciou a nossa incapacidade de compreender as representações simbólicas de outras culturas, porque interpretamos o mundo de maneiras diferentes, assumindo inclusive sua própria postura enquanto estadunidense frente à cultura japonesa. Laraia (2001, p. 68) completa com a ideia de que nossas interpretações são produtos de uma herança cultural, pois "O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura."

Um ponto importante destacado por Laraia (2001) é que, embora tenhamos uma herança cultural que condiciona nossa visão de mundo, a cultura é um processo dinâmico e não estático, ou seja, as tensões internas e a hibridização das culturas provocam questionamentos sobre esses comportamentos herdados. Desse modo, em uma sociedade plural e estratificada, as tensões impulsionam a transformação da herança cultural, ou seja, não significa que a estrutura social deva ser preservada somente porque representa uma identidade cultural, uma vez que parte do grupo social é oprimido por ela.

A partir do escopo argumentativo apresentado, cabe destacar que a cultura apresenta uma dimensão estética, na qual a preocupação gira em torno das obras de arte e das ações realizadas em unidades de informação para aproximar o público dos aparatos culturais como os livros, a música, a dança e o teatro, o que é compreensível, uma vez que as bibliotecas, arquivos e museus ocupam-se dessas formas de materialidade da cultura. Todavia, vamos discutir a mediação cultural por uma perspectiva que transcenda o contato do público com obras e fontes de informação e considere as práticas sociais como modeladoras da mediação, bem como debateremos a mutualidade entre a informação e a realidade histórica/cultural da qual ela é produto e produtora.

4 MEDIAÇÃO

Quando a palavra mediação aparece, é comum pensarmos no efeito de intervir entre duas ou mais partes, seja em conflitos espiritualmente ou aquele momento entre o

começo e o fim de um pensamento. O termo é abordado em diferentes contextos, comercial, jurídico, matemático, etc. e se origina no latim mediatĭo. Como abordado no início deste texto, os conceitos gradualmente perdem seu significado primordial, são adaptados de acordo com as necessidades do momento e do campo científico, inclusive, a origem do termo mediação e suas aplicações contribuem para que possamos entender seu uso na Ciência da Informação.

Na antiguidade, a palavra mediação era empregada no campo da epistemologia, lógica e silogismo. Quando se reflete sobre duas ideias, faz-se necessário a interferência de uma terceira para avaliar a veracidade ou não do argumento, essa terceira ideia é denominada como prova na lógica e termo médio no silogismo (Abbagnano, 2007). Posteriormente, essa concepção influenciou na dialética materialista e idealista.

De acordo com Martins (2019), o conceito de mediação ganhou sentido ontológico na dialética, ao aparecer nas teorias de Hegel e Marx sobre a essência do ser. Na dialética idealista de Hegel, a essência do ser está na consciência, construída por meio da mediação; o conhecimento sobre si não é imediato, se constrói a partir do contato com o outro, enquanto para a dialética materialista de Marx, "[...] não é a consciência a responsável por determinar o ser, mas a produção material da vida, do ser social, a determinante na produção da consciência" (Martins, 2019, p. 7); para ambos os autores o ser se constitui na mediação entre natureza e humanidade.

Inclusive, o materialismo histórico de Marx teve grande influência sobre o pensamento de Vygotsky (1896-1934) em relação ao desenvolvimento cognitivo e ao processo de

aprendizagem, segundo o psicólogo, o desenvolvimento da mente é um fator histórico, cultural e social (Vygotsky, 1991). Em suas teorias, Vygotsky (1991, 1995) argumenta que a consciência do homem enquanto ser acontece na mediação entre a natureza e a sociedade, nosso conhecimento se desenvolve na interação com o outro e com o mundo. Essa mediação se dá por meio de instrumentos e dos signos, sendo os instrumentos as formas como dominamos os elementos da natureza e, a linguagem, constituída de signos, o meio social através do qual nos comunicamos e interagimos.

O conceito mais difundido do autor é o de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Nesse conceito, segundo Vygotsky (1991), as crianças possuem um Nível de Desenvolvimento Real, aquilo que ela consegue realizar sozinha de acordo com cada ciclo de seu desenvolvimento e o Nível de Desenvolvimento Potencial, aquilo que a criança consegue resolver com a ajuda de um adulto. A ZDP seria, portanto, a distância entre o primeiro e o segundo nível. Podemos entender a mediação como potencializadora da aprendizagem por meio da interação humana e uma estrutura educacional satisfatória.

Partindo da mesma perspectiva dialógica, Freire (1987) defende que a revolução acontece por meio da educação crítica, que ao contrário da educação bancária, promove a conscientização política dos sujeitos que se percebem como oprimidos e buscam mudança através das práxis. O diálogo e a comunicação são promotores da liberdade, pois, por meio deles, os indivíduos se colocam como sujeitos do processo histórico, capazes de transformar o mundo.

Acrescenta-se que o conhecimento se constrói no diálogo entre educador e educando, mediatizados pela realidade. Assim, ensinar não é apenas uma transferência de conhecimentos na qual o educador deposita o que sabe para um educando passivo, pois o pensamento se concebe na interação dos homens entre si e com o mundo (Freire, 1987). Logo, diálogo e a mediação possibilitam a conscientização dos sujeitos enquanto atores do processo histórico e autonomia para decidirem criticamente os rumos da realidade da qual fazem parte.

Além da Educação e da Psicologia, dentre as ciências modernas que se apropriaram do conceito de mediação, a que mais influenciou a Ciência da Informação no Brasil foi a Comunicação. Embora o conceito apareça em teorias de diferentes áreas, quem se encarregou de sua conceituação e delimitação foi a CI e a Comunicação. É compreensível que as primeiras definições tenham se dado no bojo dessas ciências, pois, apesar das múltiplas perspectivas, a mediação, a linguagem e a comunicação são indissociáveis.

Segundo Davallon (2007), é possível distinguir três usos do conceito de mediação. O primeiro diz respeito ao uso comum em dois sentidos, o de reconciliação entre partes e a ação de servir de intermediário para facilitar a comunicação, ação essa que impacta no contexto social passando para um estado mais satisfatório. O segundo se refere ao uso operatório do conceito, ou seja, entende a mediação como um processo específico e se preocupa com as ações desenvolvidas por um ator social enquanto mediador. A definição desse processo tende a variar nos diferentes setores, enquanto a

ação deste terceiro elemento, "[...] cuja presença se confirma ser a marca distintiva da mediação", tende a apresentar quatro características básicas (Davallon, 2007, p. 9).

A ação do mediador sempre produz um efeito no mediando que é valorizado como sujeito; os elementos envoltos na mediação sempre sofrem modificações; o mediador assume forma e natureza polêmicas e pode se apresentar como pessoa ou objeto, a ação do terceiro elemento sempre causa impacto social ao ambiente no qual acontece (Davallon, 2007).

Quanto ao terceiro uso do conceito, Davallon (2007) aborda a mediação enquanto definição no ponto de vista teórico e científico por autores da Comunicação e da CI que o fazem, sobretudo, em uma perspectiva teórica, política e das práticas sociais. O que mais nos interessa na teoria de Davallon é a construção de um modelo de mediação calcado na articulação entre os elementos informação e sujeitos sociais por meio dos dispositivos singulares (texto, mídia, cultura), assim como o impacto dessas relações na transformação do status quo e não como um processo linear (ideia de ponte) no qual o mediando é um ser passivo.

Desde seu significado primário até sua teorização enquanto conceito científico, a mediação preservou elementos essenciais à sua existência. Percebemos a presença de um terceiro elemento em todas as suas definições como condição imprescindível no processo. Percebemos também que a mediação representa uma intervenção na realidade, pressupõe uma transformação subjetiva nos elementos envolvidos no processo e objetiva a mudança da situação atual

para outra melhor, reconhecendo mediador e mediando como protagonistas da ação.

Na visão de Mendonça, Feitosa e Dumont (2019), a informação é um elemento indissociável da cultura, ela é ao mesmo tempo produto e produtora da cultura, uma vez que é construída, disseminada e compartilhada a partir das relações da dinâmica humana que cria os sistemas, necessidades, classificações, buscas, usos e apropriações informacionais e, por isso, sugerem a análise do problema de forma a não separar informação e cultura, pois "[...] cultura e informação são, pode-se dizer, fios de um mesmo tear, sentidos de uma mesma tessitura notadamente humana." (Mendonça, Feitosa; Dumont, 2019, p. 3).

Se informação e cultura são indissociáveis, a mediação da informação passa a ser intrínseca a cultura e, por isso, Mendonça, Feitosa e Dumont (2019) utilizam o conceito de mediação cultural da informação para definir as práticas que possibilitam a apropriação da informação para além da necessidade e satisfação informacional, considerando que a informação impacta no imaginário sociocultural ao mesmo tempo em que a cultura ordena os fenômenos informacionais.

Desse modo, tanto a mediação da informação, quanto a mediação cultural passam a ser algo mais complexo do que o simples contato dos sujeitos com os objetos culturais e informacionais a partir da apropriação, pois "[...] os sujeitos agem e interagem sobre a informação mediada, sobre as mensagens e os documentos, apreendendo os significados e gerando outros que dinamizam e potencializam novos fluxos infocomunicacionais [...]" (Mendonça; Feitosa; Dumont, 2019,

p. 8). É a partir dessa perspectiva que a mediação cultural da informação será tratada na próxima seção.

5 REFLEXÕES PARA A MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO

Em uma perspectiva ontológica, a mediação é o processo de construção do ser no mundo, a dialética moderna compreende o conhecimento como mediato, ou seja, não se dá imediatamente, mas na relação com o outro e com o mundo (Martins, 2019). Transferindo a ideia de mediato e imediato para a cultura, entendemos a mediação cultural da informação como o processo de construção dialógica da cultura por meio da informação, uma vez que a cultura e a informação não se formam isoladas e imediatamente, mas por meio das interações humanas e dos processos informacionais.

Diante disso, concepções de mediador, mediação da informação, bem como de apropriação da informação vão além dos paradigmas da transmissão da informação, uma vez que não visualizam esse processo como uma simples relação de busca e entrega da informação desejada. Dessa forma, o entendimento da mediação da informação e suas relações requer uma compreensão sobre os aspectos culturais da informação e o papel da cultura na constituição dos sujeitos, das necessidades informacionais e de si mesmo (Mendonça; Feitosa; Dumont, 2019). De acordo com Mendonça Feitosa e Dumont (2019, p. 6), “Essa ação dialógica entre a cultura com sua rede de simbolismos e o entendimento da informação em plurais demandas e cenários se faz necessária diante das

formas significantes e pragmáticas, cujas apropriações informacionais cotidianas extrapolam usos objetivados".

Feitosa (2016) tem discutido as relações epistemológicas entre cultura e informação. Ao apresentar o conceito de mediação sociocultural da informação, defende que a cultura é o que cria o complexo de símbolos, sentidos e significados que damos ao mundo, sendo os processos culturais mecanismos de mediação entre os sujeitos e os fenômenos. Nessa perspectiva, a mediação é essencialmente cultural, inclusive a mediação da informação, o que exige uma aproximação com os estudos culturais para melhor compreensão do conceito na Ciência da Informação.

Pensando nisso, Bezerra e Cavalcante (2020) utilizam o conceito de mediação cultural da informação a partir de uma perspectiva sociológica, considerando, especialmente, as discussões de Almeida (2007) e Weber (1982, 2004) nas quais as mediações representam as conexões estabelecidas entre as ações e as motivações dos sujeitos sociais, seja de forma individual ou coletiva. Essas motivações podem ser conscientes ou inconsciente e são responsáveis por orientar e atribuir sentido às ações:

> Se considerarmos que os sujeitos, na condição de seres individuais e coletivos, estabelecem conexões com elementos culturais que lhes propiciam a interpretação e construção da realidade, e se entendermos que tais conexões se dão a partir da apropriação da informação dos elementos simbólicos por meio de processos de mediação (seja direta ou indireta), é possível concebermos a noção de "mediação cultural da informação", de forma ampla, como um processo

> para aproximação e interlocução das diferentes formas culturais de compreensão dos fenômenos informacionais existentes nas sociedades (Bezerra; Cavalcante, 2020, p. 6).

Podemos entender que a forma como construímos nosso conhecimento, interpretamos a realidade e agimos individual ou coletivamente é norteada pelas nossas motivações que, por sua vez, são construídas culturalmente, por isso podem ser conscientes ou não, e essas motivações se dão por meio da comunicação, na qual o humano atua como mediador. O processo de construção de sentidos passa por questões informacionais e, quando o profissional da informação interfere nesse processo, visando a apropriação da informação, ele não se desvincula do contexto cultural do qual faz parte e participa na construção das motivações, consequentemente, das ações praticadas pelos sujeitos a partir das relações subjetivas com a informação.

Nesse contexto, está a importância em discutirmos a mediação da informação em consonância com os estudos culturais e a mediação cultural. Esse conceito que emerge no campo científico como uma categoria teórico-metodológica ao desencadear uma discussão tanto de seus componentes epistemológicos, quanto de sua existência enquanto prática. De acordo com Perrotti (2016, p. 10), a mediação cultural é uma reação à ideia de difusão cultural, uma vez que se coloca como território de negociação entre produção e recepção de produtos culturais: "[...] a mediação cultural não se define apenas como um conjunto de procedimentos destinados a aproximar o público dos produtos culturais. É, antes, atuação,

tomada de posição em território marcado por posições distintas e nem sempre concordantes".

Sob o mesmo ponto de vista, Mendonça, Feitosa e Dumont (2019, p. 14) argumentam que "[...] a mediação cultural da informação se mostra como um meio fértil, capaz de acessar as múltiplas relações simbólicas de maneira indissociável ao contexto em que acontece nas interações porque este, por si, já se constitui mestiço e fluido", visto que "A cultura permite aos indivíduos, no âmbito de suas vivências, o protagonismo dos processos de mediação, tornando-os construtores de experiências significantes e igualmente informacionais". Nesse sentido, evidencia-se que a realidade humana é estabelecida por processos que envolvem aspectos culturais, informacionais e mediacionais, desenvolvidos e, muitas vezes, enraizados em contextos socioculturais que instaram ou, em certa medida, desenvolvem a visão de mundo dos sujeitos.

Retomando Koselleck (1992), podemos perceber como os conceitos expressam atos concretos e indicam elementos que estão além da língua, uma vez que a mediação cultural da informação representa práticas existentes em nossa realidade, ou seja, as interferências no processo de apropriação da informação, sendo que essas interferências são modeladas pela nossa cultura, de forma individual e coletiva, enquanto a própria informação é esse conjunto de conhecimentos registrados e comunicados, que permite à cultura ser transmitida por gerações.

Assim como a cultura, a mediação também se transforma e ganha sentidos de acordo com o processo

histórico das sociedades, assim, a mediação se caracteriza como um processo dinâmico e carregado de tensões. Entretanto, a formação desses conceitos e nossas experiências históricas se desenvolvem em sincronia, diante disso não conseguimos perceber em completude todos os aspectos da mediação cultural da informação como fenômeno, mas conseguimos perceber a diacronia dos conceitos e vislumbrar novos caminhos epistemológicos e pragmáticos, entre eles, estudos da mediação mais voltados para a influência dos aspectos culturais na construção, compartilhamento e uso da informação, bem como práticas profissionais que considerem os diferentes contextos e grupos sociais em relação ao fluxo informacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo nos permitiu compreender as tessituras relacionais de elementos carregados de complexidades, como a informação, cultura e mediação. No cenário do caminhar das pessoas nas infinitas relações sociais, implicitamente, estão circunscritos tais elementos. Logo, a relação das pessoas no mundo não escapa ao seio das influências mediadas informacional e culturalmente, direta ou indiretamente.

Nesse sentido, é necessário ampliar o escopo sobre tais relações de modo a compreender os fatores que impedem ou condicionam o desenvolvimento desses sujeitos, uma vez que não estão imunes às várias formas de mediação cultural da informação que podem incutir em suas práticas informacionais, visto que elementos culturais são mediados

das mais diversas formas, incidindo direta ou indiretamente nas referidas práticas que estão conjugadas em um cenário de produção e reprodução da realidade social.

Por meio das premissas advindas da História dos Conceitos, foi possível compreender que a formação dos conceitos busca representar uma situação concreta única e sua análise é necessária para exercer determinadas funções e respaldar teorias. O conceito de mediação cultural da informação nos permite entender os comportamentos de mediação em consonância com contextos culturais e, enquanto profissionais, atuar conscientemente sobre determinada realidade. Dessa forma, o conceito de mediação cultural da informação pode contribuir às pesquisas sobre a mediação da informação, envoltas por práticas sociais e comportamentos específicos, bem como refletir sobre necessidades e práticas de mediação direcionadas a grupos específicos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, M. A. de. Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/178044. Acesso em: 30 abr. 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli;

SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BEZERRA, Arthur Coelho; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 25, p. 1-19, 2020. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e72831. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72831/44027. Acesso em: 30 abr. 2026.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: https://skat.ihmc.us/rid=1KR7VC4CQ-SLX5RG-5T39/BUCKLAND(1991)-informationasthing.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

BUCKLAND, Michael Keeble. *Informação como coisa*. Tradução: Luciane Artêncio. São Paulo: ECA/USP, 2004. p. 1-15. Disponível em: https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível

em: https://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? *Prisma.com*, Portugal, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61109. Acesso em: 30 abr. 2026.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.

FEITOSA, Luiz Tadeu. Complexas mediações: transdisciplinaridades e incertezas nas recepções informacionais. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/3064/2695. Acesso em: 30 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047/32516. Acesso em: 30 abr. 2026.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084. Acesso em: 30 abr. 2026.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE COADIC, Yves-François. *A Ciência da Informação*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Em torno da mediação: contribuições para fundamentação teórico-epistemológica da categoria nos estudos da informação. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 6, n. 1, p. 4-19, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/6010/5868. Acesso em: 30 abr. 2026.

MENDONÇA, Ismael Lopes; FEITOSA, Luiz Tadeu; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Por uma relação cultural com a informação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 12, n. 2, 2019. Não paginado. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/498/480. Acesso em: 30 abr. 2026.

MENDONÇA, Nadir Domingues. Uma metodologia para o uso dos conceitos. In: MENDONÇA, Nadir Domingues. *O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 13-36.

PERROTTI, Edmir. Mediação cultural: além dos procedimentos. In: SALCEDO, Diego Andres (org.). *Mediação cultural*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 6-14.

RABELLO, Rodrigo. A contribuição da história dos conceitos à Ciência da Informação: dimensões categórico-abstratas e analítico-causais. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 39, n. 3, p. 35-46, set./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652010000300003. Acesso em: 30 abr. 2026.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).

SHERA, Jesse Hauk. The sociological relationships of information science. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 22, n. 2, p. 76-80, mar./abr. 1971. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.4630220204. Acesso em: 30 abr. 2026.

SHERA, Jesse Hauk. Toward a theory of librarianship and information science. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/30. Acesso em: 30 abr. 2026.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *Obras escogidas III: historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores (1931)*. Madrid: Visor Distribuciones, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *Max Weber:* ensaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/03064 5739390006Y. Acesso em: 30 abr. 2026.

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM REPOSITÓRIO DE DADOS DE PESQUISA: UM ESTUDO DE CASO DA MEDIATECA DO INSTITUTO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA DO MÉXICO[1] [2]

Valquer Gandra

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresentada neste capítulo advém de uma reflexão iniciada na disciplina "Mediação da Informação em Múltiplos Ambientes", ministrada pela Dra. Luciane Cavalcante, que possibilitou compreender as contribuições da Mediação da Informação nos ambientes digitais, principalmente, o fator resultante desse processo de mediação da informação em repositório de dados de pesquisa: a apropriação da informação pelo usuário.

A Ciência da Informação (CI) tem, historicamente, se dedicado à análise dos principais problemas informacionais da sociedade e dos fenômenos a eles correlatos, com destaque

[1] O presente capítulo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

[2] Empregou-se neste trabalho recursos de Inteligência Artificial Generativa para revisão e melhoria textual. Os resultados gerados pela ferramenta foram conferidos e validados pela autoria, não substituindo as suas interpretações e inferências. A autoria é a única responsável pelo conteúdo e responde por eventuais erros.

para a explosão informacional do século XX, conforme apontado pelos estudos seminais de Vannevar Bush (Saracevic, 1996). Nesse contexto, a responsabilidade social na proposição de soluções ou na compreensão desses problemas sempre esteve no cerne do desenvolvimento do campo, como reiteram Wersig e Nevelling (1975, p. 28, grifo nosso): "atualmente, transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa **responsabilidade social** parece ser o verdadeiro fundamento da CI".

Diante disso, parte de uma inquietação acerca do seguinte questionamento: Como se configura a mediação implícita da informação em repositórios de dados de pesquisa nas Humanidades e Ciências Sociais, a partir dos processos de representação da informação? Este estudo de caso no repositório Mediateca do Instituto Nacional de Antropologia e História do México visa elucidar como os aspectos da mediação implícita da informação se revelam por intermédio da representação da informação.

A presente pesquisa advém de um questionamento de estudos anteriores, tais como em compreender a relação "gestão de dados de pesquisa" nos domínios das Ciências Sociais e da Ciência da Computação, pois buscou-se analisar como desenvolveu a temática em repositório de dados de pesquisa nesses campos por intermédio de um estudo Cientométrico (Gandra; Semeler, 2024).

Diante disso, neste capítulo, buscou-se aprofundar a análise para os repositórios de dados de pesquisa com o recorte no campo das Humanidades e Ciências Sociais para

examinar a mediação implícita da informação neste ambiente digital para compreender o processo de apropriação da informação pelos usuários. Contudo, ateve-se a um repositório a fim de aplicar a metodologia em pesquisas futura.

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo de caso exploratório, de abordagem qualitativa, cujo objetivo é compreender como se configura a mediação implícita da informação em um repositório de dados de pesquisa da área das Ciências Sociais. O estudo de caso exploratório é adequado quando se busca examinar fenômenos contemporâneos em seu contexto real, especialmente, quando as fronteiras entre fenômeno e contexto não estão claramente definidas.

Nesta investigação, o fenômeno analisado é a mediação da informação, e o contexto é o repositório digital Mediateca INAH, no qual o caso selecionado é o repositório institucional Mediateca INAH (México), classificado no diretório R3data na área de Ciências Sociais e Humanidades. Assim, foram estabelecidos três níveis de análise: nível macro, o repositório como sistema (estrutura organizacional, arquitetura da informação e divisão em acervos, coleções e espaços); nível meso, uma coleção específica vinculada à área de Antropologia; nível micro, um objeto digital selecionado como exemplar analítico. Logo, o objeto digital analisado, o documentário “Ste' el kuxlejal. El árbol de la vida”, não é tratado como amostra representativa, mas como unidade empírica exemplar, escolhida por apresentar metadados completos e permitir a observação detalhada dos mecanismos de representação da informação.

É fundamental distinguir os procedimentos adotados. Na etapa de revisão de literatura, realizaram-se buscas nas bases BRAPCI e Google Scholar, visando encontrar materiais que fundamentassem teoricamente o capítulo. A escolha de tais materiais se deu por amostragem intencional, coletando-se principalmente aqueles que trabalhassem os conceitos de mediação da informação e repositórios de dados de pesquisa. A pesquisa documental, por outro lado, efetivou-se durante a etapa empírica, tendo como corpus: os registros do repositório; metadados dos objetos digitais; estrutura do sistema (acervos, coleções, filtros e organização); documentos institucionais disponibilizados na plataforma. O período de coleta de dados ocorreu por observação sistemática da interface do repositório, no mês de janeiro de 2025.

A análise foi orientada por categorias previamente definidas, derivadas do referencial teórico sobre mediação da informação e organização do conhecimento. Essas categorias permitiram identificar empiricamente como a mediação implícita da informação se materializa no ambiente digital. As categorias utilizadas nesta pesquisa podem ser observadas no Quadro 1.

A escolha desse repositório se justifica por reunir um conjunto de tipologias documentais; possuir a integração de museus, bibliotecas, arquivos, centros de documentação e um diferencial: reunir dados de sítios arqueológicos em suas coleções. Além disso, é coordenado por uma instituição governamental, logo, apresentando dados fidedignos aos resultados das pesquisas e cooperação de diversos institutos de pesquisa. Nesse contexto, a Mediateca insere-se na relação

com a Ciência da Informação diante da responsabilidade social de acesso à informação para sanar as necessidades dos usuários, disponibilizando os documentos em acesso aberto das áreas da Arte, Cultura, Antropologia e História.

Quadro 1: Categorias de análise

Elementos de representação da informação	Título Resumo/ descrição Estrutura em acervos e coleções Temática/assuntos Indicação geográfica Autoria Tipologia documental Condições de uso/licença Idioma Dados técnicos
Mecanismos de acesso e recuperação	Filtros de busca Navegação por categorias Sistema de indexação temática
Ações de mediação implícita	Interferência profissional na construção dos metadados Digitalização e disponibilização remota Organização hierárquica da informação Padronização descritiva

Fonte: Elaboração própria.

Assim, prosseguiu-se para analisar a representação da informação no repositório de dados de pesquisa. Os procedimentos foram desenvolvidos por meio de uma análise da representação da informação e descrição da arquitetura da informação presente neste ambiente digital. Analisou-se um registro de um objeto digital a partir do qual são descritos os mecanismos utilizados pelos profissionais da informação a fim de fomentar a mediação da informação para apropriação da informação pelo usuário. Considerou-se os recursos quanto à catalogação, tipos de filtro e métodos de recuperação

utilizados. Na próxima seção, a partir da revisão de literatura, discorre-se sobre os aspectos da mediação da informação presentes na literatura da Ciência da Informação.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A mediação da informação ocorre no âmbito da Ciência da Informação (CI) no processo de aquisição da informação, o profissional da informação, as mídias e novas tecnologias. Conforme relata Martins (2019), na CI brasileira, a medição da informação apresenta pesquisas a partir da década de 1980, com o objetivo tanto de defesa do caráter público e democrático das bibliotecas quanto para a compreensão das novas relações informacionais entre o Estado e a Sociedade Civil. Esse campo de pesquisa intensifica-se na busca de compreender as novas mídias e tecnologias de comunicação responsáveis por instaurar “novas mediações” na produção, organização e acesso à informação.

Logo, na mediação da informação, há uma ação de interferência realizada pelo profissional da informação, o qual atua intercambiando a busca de informação em fontes de informação para atender a uma necessidade de informação do usuário por meio do serviço de referência. Um exemplo é o contexto de uma sala de aula na Biblioteconomia: por intermédio de um docente explicando um conceito, usando analogias e um sistema de informação ou repositório, dessa forma, atua como mediador para apropriação do conhecimento. Nesse relato, observa-se que a mediação da informação desde o início tem sido analisada junto a sua atuação em novas tecnologias a fim de garantir o acesso à

informação e compreender o processo de apropriação da informação.

Nesse percurso, podemos destacara consolidação da terminologia. A integração na área da CI, na América Latina, resultou da ampla recepção que deriva da "Teoria das mediações" de Martín-Barbero que, em 1987, propôs deslocar o foco do pensamento sobre as relações operadas entre a "Comunicação, ideologia e hegemonia" dos meios às mediações (Martins, 2019). Isso reflete as pesquisas e discussões sobre o conceito de mediação da informação que ultrapassam as fronteiras do Brasil e se propagam pela América Latina. Outro conceito de mediação da informação pertinente a esta pesquisa, apresentado por Almeida Júnior (2009, p. 92), compreende a toda intervenção realizada pelo profissional da informação, seja de forma direta ou indireta, consciente ou inconsciente, individual ou coletiva, que possibilite a obtenção de informações para atender, total ou parcialmente, a uma necessidade informacional.

O autor classifica a mediação da informação em: mediação implícita; mediação explícita e mediação explícita consciente e inconsciente. A mediação implícita "ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, onde estão o processo de seleção, o armazenamento e processamento da informação" (Almeida Júnior, 2009, p. 92-93). Logo, a mediação explícita, por outro lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição essencial para sua existência, "mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos

acessos a distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação" (Almeida Júnior, 2009, p. 93). E a mediação explícita se divide em dois momentos: um explícito e outro implícito. De acordo com Almeida Júnior (2009, p. 93):

> O primeiro compreende as ações desenvolvidas de maneira consciente e tendo como base os conhecimentos dominamos e exteriorizamos com razoável controle. O segundo abarca as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes.

Assim, esse conceito pontua que a ação de interferência deve ser explicitada, afirmada, tornada consciente para que, criticamente, o profissional possa lidar com ela de maneira a amenizar/minimizar possíveis problemas que dela decorram (Almeida Júnior, 2009, p. 94). Outra definição é pontuada por Menezes e Cavalcante (2022, p. 5): "a mediação da informação é entendida como um processo, capaz de modificar e alterar o conhecimento dos usuários, propiciando aos indivíduos se desenvolvam como seres participantes da sociedade". Nessa definição, os autores relatam que é a mediação "processo" que permite o acesso ao conhecimento. A conceituação de mediação da informação proposta Gomes (2014, p. 49)

> Compreende a mediação da informação como ação voltada ao protagonismo, até mesmo por ser dependente do processo dialógico como método possível para o estabelecimento da aproximação de polos, observa se que o sucesso

> da ação mediadora é também dependente do nível de conscientização do agente dessa ação quanto ao seu papel de protagonista.

A conceituação da autora vai ao encontro da compreensão de Almeida Júnior (2009) quando demarca a mediação da informação como uma ação, nesse caso, uma ação direcionada ao protagonismo do usuário no processo. Nesse caminho, a autora destaca que "as atividades de mediação da informação não especificamente voltadas à formação de usuários, verifica-se um caráter formativo da ação mediadora e, portanto, uma forte relação com a estética e a ética" (Gomes, 2014, p. 54). Pareyson (1993) reitera que "a formatividade é inerente à experiência porque toda a formação ocorre com outros e com o meio, num processo de mediação a partir do qual a experiência possibilita o aprender". Assim, a mediação da informação possibilita uma "ponte" entre o conhecimento científico no repositório de dados, o usuário o mediador, nesse caso, o profissional da informação.

Logo esse ato de acesso à informação no âmbito digital e preservação da informação em repositórios de dados de pesquisa é denominado por Deschamps (2019, p. 83) como mediação digital que aborda as questões de acessibilidade da informação e, como mediação do conhecimento, exige o posicionamento e o envolvimento de um terceiro entre repositórios de informação e usuários, permitindo ocorrer uma mediação utilizando aparatos tecnológicos.

A autora define outro tipo de mediação, a mediação documentária, na qual "estuda a interação entre um serviço de informação documental e a representação do conhecimento

que ele transmite, bem como o usuário desse serviço por meio de um link estabelecido por um especialista em informação" (Deschamps, 2019, p. 92, tradução nossa). Além desses conceitos, ela observou na leitura o papel do mediador, o profissional da informação, nesse contexto de mediação da informação entre o usuário, o repositório, a informação.

Destarte, os repositórios de dados de pesquisa podem atuar no processo de mediação da informação, pois eles desempenham o papel de mediar o acesso à informação científica. Nesta pesquisa, foi analisado o repositório de dados de pesquisa Mediateca INAH que, por meio de ação de interferência pelos profissionais da informação, representa a informação de forma a permitir a apropriação do conhecimento acerca da história, antropologia e patrimônio do México a partir dos dados de pesquisa indexados, a fim de promover a disseminação do conhecimento para sociedade, pesquisadores e demais usuário. Na seção seguinte, discorreremos sobre o conceito de repositórios de dados de pesquisa e sua atuação como aparato para a mediação da informação científica.

3 REPOSITÓRIO DE DADOS DE PESQUISA

Os repositórios são locais de armazenamento da produção científica e intelectual de uma instituição de pesquisa ou universidade, de acordo com Sayão *et al.* (2009), os repositórios institucionais reúnem a produção técnico-científica da instituição competente, de maneira organizada, com o objetivo de armazenar, preservar, disseminar e

possibilitar o acesso aberto, como o bem público global e possibilitar a visibilidade das pesquisas.

Os repositórios de dados de pesquisa podem ser compreendidos como bases de dados para o depósito, gestão, preservação e curadoria dos dados de pesquisa. Assim, partimos do conceito de repositório de dados como infraestruturas de base de dados desenvolvidas para apoiar todo o ciclo da gestão de dados de pesquisa, incluindo as ações mais dinâmicas e contundentes sobre os dados que, coletivamente, são chamadas de curadoria de dados de pesquisa, as quais visam adicionar valor aos dados, avaliando, formatando, agregando e derivando novos dados (Sayão; Sales, 2015).

Assim, os repositórios de dados de pesquisa têm um papel essencial no desenvolvimento da pesquisa científica, pois o usuário pode verificar se foi realizada pesquisas semelhantes à sua e a possibilidade de reutilizar os dados de pesquisa; divulgar os resultados da pesquisa; trazer visibilidade para o pesquisador demonstrando responsabilidade com os resultados da pesquisa, entre outros benefícios. Logo os repositórios de dados de pesquisa contribuem para a divulgação e comunicação dos dados de pesquisa. De acordo com o *Network of the National Library of Medicine* (NNLM) (2022),

> A gestão de dados de pesquisa é a organização, documentação, armazenamento e preservação dos dados resultantes do processo de pesquisa, em que os dados podem ser amplamente definidos como o resultado de experimentos ou observações que validam as descobertas da

> pesquisa e podem assumir uma variedade de formas, incluindo saída numérica (dados quantitativos), dados qualitativos, documentação, imagens, áudio e vídeo (Network of the National Library of Medicine, 2022, tradução nossa).

Nesse conceito apresentado no glossário da NNLM, observa-se a classificação de dados quantitativos e qualitativos, e a relevância da documentação na gestão de dados de pesquisa na qual inclui diversas tipologias documentais, como o procedimento na curadoria de dados. Nesse percurso, podemos citar alguns repositórios de dados, por exemplo, R3data, 4TU-Research data, Figshare, Zenodo.

Dessa maneira, os repositórios possuem suas peculiaridades por meio da classificação na qual estão inseridos. Os repositórios são relevantes para a curadoria de dados de pesquisa no ciclo da pesquisa científica tanto nacional quanto em âmbito internacional. Assim, esta pesquisa selecionou um repositório de dados de pesquisa institucionais, descrito por Rücknagel *et al*. (2015) como repositórios vinculados a uma instituição particular, normalmente, cobrindo muitos campos de pesquisa. Essas instituições podem ter obrigações em relação à gestão e disseminação de dados. Dessarte, esta pesquisa buscou compreender o processo de mediação da informação no repositório de dados institucional do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), denominado Mediateca INAH do México, que é um instrumento de mediação da informação, a ser abordado na próxima seção.

4 REPOSITÓRIO DADOS DE PESQUISA MEDIATECA DO INSTITUTO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

O repositório Mediateca INAH, das subáreas Antropologia, etnologia e Ciências Sociais, mantida pelo Instituto Nacional de Antropologia e História do México (INAH) torna acessível ao público o patrimônio cultural e histórico. Como objetivo, a Mediateca apresenta:

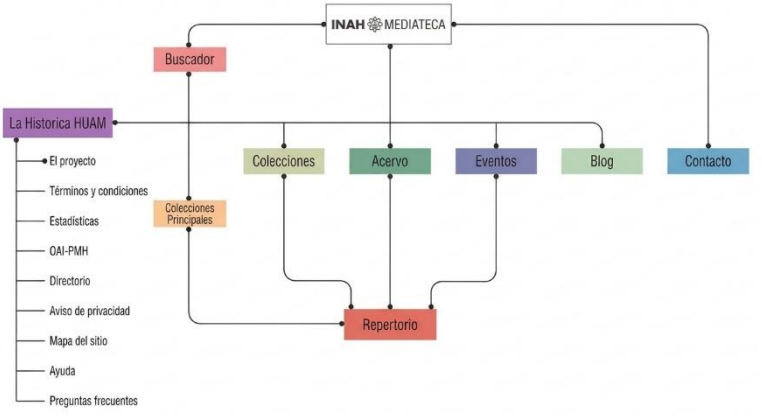
> A Mediateca do INAH é o repositório digital de acesso aberto do Instituto Nacional de Antropologia e História do México, através do qual disponibiliza ao público o patrimônio cultural e histórico sob sua responsabilidade. Todo o conteúdo deste portal pertence ao Instituto Nacional de Antropologia e História do México (Instituto Nacional de História e Antropologia do México, 2014).

O repositório de dados Mediateca INAH possui um acervo de 535.957 objetos digitais, integrando os dados de pesquisa de universidades, institutos, museus, bibliotecas, arquivos, centros de documentação e sítios arqueológicos. Na Figura 1, observa-se o mapa do site do repositório de dados de pesquisa Mediateca INAH.

O repositório Mediateca INAH está subdividido em: Acervos, possuem documentos mais gerais; Coleções, documentos organizados por meio de um evento em comum, autoria ou instituição; Espaços, apresentam os diretórios dos arquivos como museus, universidades, institutos, bibliotecas, arquivos, fonotecas, ceramotecas, fototecas, laboratórios, mapotecas, videotecas. São indicadas as seguintes coleções:

Acervo Arqueológico-Museo de las culturas de Oaxaca; Acervo Etnográfico-Museo de las culturas de Oaxaca; Acervo Histórico-Museo de las Culturas de Oaxaca; Acervo Arqueológico e Histórico-Departamento de Colecciones Arqueológicas Comparativas; Acervo de Armas-Museo Nacional de las Intervenciones; Acervo Fotografico-Fototeca Constatino Reyes-Valerio; Acervo Histórico de miniaturas-Museo Nacional de História; Acervo Textil-Museo Nacional de las Culturas Oaxaca; Ciudades, moradas de hombres-Radio INAH (Entrevistas); Arquivo Parroquial de la Inmaculada Concepción de Tecoacuilco, entre outras.

Figura 1: Mapa do site



Fonte: Instituto Nacional de Antropologia e História do México (2025).

Para essa análise, foi proposto verificar como decorre esse processo de mediação no repositório em uma coleção específica, pois esta pesquisa se enquadra como pesquisa que investiga um caso para aprofundamentos em estudo mais ampliados.

Diante disso, a análise do repositório Mediateca INAH foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, com foco na identificação dos processos de mediação da informação materializados na estrutura do sistema. Para tornar o procedimento analítico explícito, foram definidas previamente três categorias de análise: os elementos de representação da informação (metadados descritivos, temáticos e administrativos; indexação; descrição textual); mecanismos de acesso e recuperação (estrutura de navegação, organização em coleções, campos de busca, padronização terminológica); ações de mediação implícita da informação (intervenções técnicas do profissional da informação na organização, digitalização, descrição e disponibilização do objeto digital).

Essas categorias foram definidas com base na literatura da área de Ciência da Informação, especialmente, nos estudos sobre mediação da informação (Almeida Júnior, 2015; Araújo, 2021), representação da informação (Lancaster, 1993) e organização de repositórios institucionais (Leite, 2009). Ademais, a justificativa para a seleção do documentário “Ste' el kuxlejal. El árbol de la vida” não teve a finalidade de constituir amostra estatisticamente representativa do acervo, mas de funcionar como exemplar analítico, isto é, como unidade empírica que permite observar concretamente como os processos de representação e mediação se materializam em um registro específico do sistema. Assim, no Quadro 2, pode-se observar os metadados de um objeto digital selecionado no repositório.

Quadro 2: Metadados do objeto digital documentário

Título(s)	Ste' el kuxlejal. El árbol de la vida (Programa Nacional de Etnografía-PRONE)
Descripción	Inspirado en tradiciones del bordado de diversas zonas de Mesoamérica, un brillante joven tsotsil de San Andrés Larráinzar innova el arte textil de Los Altos de Chiapas con el diseño de un peculiar árbol de la vida. La competencia por el reconocimiento de los bordadores locales pone en entredicho su creación, pero la pasión de Juan Carlos por el telar le permite tejer una urdimbre original.
Resumen	Realizado en el marco del proyecto "Nuevas fronteras del arte/artesanía indígena y el consumo cultural en la globalización" de la primera generación del Programa Nacional de Etnografía (2021 - 2023) de la Coordinación Nacional de Antropología.
Idioma	Español
Temática	Tópico -Etnografía -Patrimonio cultural -Arte Indígenas -Indumentaris- Artesanías -Textiles
Geográfica	Chiapas
Nombres	Juan Carlos Díaz
Origen	Lugar - San Andrés Larráinzar, Chiapas Fecha de creación-2023
Autoría	Coordinación Nacional Antropología
Personas / Instituciones	Marina Alonso Bolaños: Autor Carlos Romo Zapata: Editor, Illustrator, Corrector Rosalba Tadeo Castro: Editor, Illustrator, Corrector
Tipo de recurso	Imagen en movimento
Género	Documental
Descripción física	Duración:00:17:25

Ubicación	PRONE-CNAN
Condiciones de uso	D.R.- Instituto Nacional de Antropologia e História, México-Creative Commons License-CC-BY-NC-ND

Fonte: Mediateca do Instituto Nacional de Antropologia e História do México (2025).

A escolha da tipologia “documentário” justifica-se por se tratar de um objeto que reúne múltiplos elementos descritivos (autoria, resumo, temática, localização geográfica, duração, condições de uso etc.), permitindo observar de forma integrada as dimensões técnica, temática e institucional da representação da informação. Justifica se destacar que a análise não se restringiu à existência isolada desse objeto, mas à verificação de que o registro segue um padrão estrutural de metadados adotado pelo repositório. Observou-se que outros objetos da mesma tipologia apresentam campos equivalentes de descrição, indicando padronização na modelagem dos registros. Assim, o objeto analisado exemplifica uma estrutura recorrente no sistema, e não um caso excepcional, permitindo a aplicação das categorias. Os elementos de representação da informação advindos da análise do registro evidenciaram a presença de:

- Título principal e identificação institucional
- Descrição e resumo contextualizados
- Termos temáticos (etnografia, patrimônio cultural, arte indígena)
- Localização geográfica
- Identificação de autoria e colaboradores
- Data de criação
- Tipo de recurso e gênero

- Descrição física (duração)
- Condições de uso e licença

Esses elementos configuram um processo de representação que envolve descrição bibliográfica, indexação temática e controle institucional da informação. Conforme Lancaster (1993), a indexação consiste na tradução do conteúdo em termos que possibilitem recuperação eficiente. Nesse sentido, os metadados funcionam como dispositivos mediadores entre documento e usuário.

Já na categoria de "Mecanismos de acesso e recuperação da informação", no nível sistêmico, observou-se que o repositório organiza seus conteúdos em acervos e coleções temáticas, alinhando-se à estrutura de comunidades-coleções descrita por Leite (2009) Portanto, essa arquitetura informacional orienta a navegação e delimita contextos semânticos, funcionando como mecanismo de mediação estrutural. Outrossim, a padronização dos campos de metadados sugere interoperabilidade e consistência na recuperação, contribuindo para níveis adequados de precisão e revocação. Acerca das ações de mediação da informação implícita, manifesta-se em três níveis:

a) Na representação descritiva – intervenção técnica do profissional ao selecionar termos, redigir descrições e estruturar metadados;
b) Na organização sistêmica – definição de categorias, coleções e arquitetura informacional;
c) Na digitalização e disponibilização – transformação do documento em objeto digital acessível remotamente.

Conforme Almeida Júnior (2015), a mediação implícita ocorre quando o profissional interfere no ciclo informacional sem interação direta com o usuário. No caso analisado, essa interferência é estrutural e antecede o uso efetivo do documento, mas condiciona a forma como ele poderá ser recuperado e apropriado. Ressalta-se que a investigação não teve como objetivo avaliar quantitativamente a totalidade dos registros do repositório, mas compreender qualitativamente como a mediação da informação se concretiza na estrutura do sistema e em seus registros. O objeto digital analisado funciona, portanto, como unidade demonstrativa de um modelo descritivo adotado pela plataforma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada neste capítulo identificou-se que os repositórios de dados de pesquisa podem contribuir para o acesso à informação por meio da organização da informação em seus bancos de dados distribuídos em coleções e acervos conforme apontados nesta pesquisa no repositório de dados Mediateca INAH. A investigação permitiu identificar como a Ciência da Informação pode contribuir para a gestão da informação e do conhecimento por meio da Organização do Conhecimento, da Mediação da Informação e Recuperação da Informação.

Frente a isso, o conhecimento que estava restrito nas instituições como museus, bibliotecas, sítios arqueológicos, arquivos entre outras instituições que preservam e fazem a gestão dos documentos em diferentes suportes, com o advento dos repositórios de dados de pesquisa, permitiu

vislumbrar o potencial desse sistema na efetiva mediação da informação com o usuário e, além disso, a mediação da informação entre o analista de sistema responsável pelo desenvolvimento do software e o profissional da informação para gestão da informação e do conhecimento dos acervos e coleções para os usuários do repositório.

Este capítulo apresentou um estudo de caso sobre um repositório de dados de pesquisa da América Latina e evidenciou que a mediação da informação implícita, de acordo com Almeida Júnior (2009), ocorre em espaços em que ações são desenvolvidas sem presença do usuário, ocorre através da representação da informação, que constam os dados como tipologia documental, título, resumo, idioma, temática, indicação geográfica, condições de uso trazendo maior proximidade do usuário ao documento.

Assim, esta pesquisa compreendeu que o processo de mediação ocorre também em ambientes digitais como repositório de dados por meio da representação da informação, gestão da informação e do conhecimento permitindo a recuperação da informação para o usuário de forma eficaz, confiável e específica. Diante disso, a agenda futura de pesquisa busca compreender como as recomendações da Ciência Aberta podem contribuir para aperfeiçoar a mediação da informação em repositório de dados de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BOTOLIN, Sueli;

SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina, PR: Abecin, 2015. p. 9-32.

ALMEIDA JUNIOR, O. F.; SANTOS NETO, J. A. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. *Informação & Informação*, v. 19, n. 2, p. 98-117, 2014. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p98. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19984. Acesso em: 2 abr. 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170. Acesso em: 2 abr. 2026.

BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information science and the phenomenon of information. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 27, n. 4, p. 197-204, 1976. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.4630270402. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.4630270402. Acesso em: 2 abr. 2026.

BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.5090190103. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090190103. Acesso em: 2 abr. 2026.

DESCHAMPS, J. *Mediation:* a concept for information and communication science. London; Hoboken: ISTE; John Wiley & Sons, 2019.

GANDRA, Valquer; SEMELER, Alexandre Ribas. Análise da produção científica nas áreas das Ciências Sociais e Ciência da Computação: um estudo sobre a evolução dos temas gestão de dados de pesquisa e ciência aberta. *Código 31:* Revista de Informação, Comunicação e Interfaces, v. 2, n. 2, p. 96-97, 2024. DOI: https://doi.org/10.70493/cod31.v2i2.10191. Disponível em: https://revista.fumec.br/index.php/codigo31/article/view/10191. Acesso em: 2 abr. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Informação & Informação*, v. 19, n. 2, p. 46-59, 2014. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p46. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994. Acesso em: 2 abr. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA DO MÉXICO. *Mediateca INAH*. 2014. Disponível em: https://mediateca.inah.gob.mx. Acesso em: 2 abr. 2026.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos:* teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1993.

LAWRENCE, Steve. Free online availability substantially increases a paper's impact. *Nature Web Debates*, 2001. Disponível em: https://www.nature.com/nature/debates/e-access/Articles/lawrence.html. Acesso em: 2 abr. 2026.

LEITE, Fernando César Lima. *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira:* repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: IBICT, 2009. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/handle/1/457. Acesso em: 2 abr. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Em torno da mediação: contribuições para fundamentação teórico-epistemológica da categoria nos estudos da informação. *Ciência da Informação em Revista,* Maceió, v. 6, n. 1, p. 4–19, jan./abr. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/cir/article/view/6010. Acesso em: 20 out. 2026.

MENEZES, Priscila Lopes; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. As exposições em arquivos como forma de mediação cultural. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1–18, 2022. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1805. Acesso em: 20 out. 2026.

MOOERS, Calvin N. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. *American Documentation*, v. 2, n. 1, p. 20-32, 1951. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.5090020107. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.5090020107. Acesso em: 2 abr. 2026.

NETWORK OF THE NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE (NNLM). *Data glossary:* research data management*.* 2022. Disponível

em: https://www.nnlm.gov/guides/data-glossary/research-data-management. Acesso em: 2 abr. 2026.

OTLET, Paul. *Tratado de documentação:* o livro sobre o livro: teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2018. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/32627. Acesso em: 2 abr. 2026.

PAREYSON, Luigi. *Estética:* teoria da formatividade. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1993. 301 p.

PIERUCCINI, Ivete. *A ordem informacional dialógica:* estudo sobre a busca de informação em educação. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. DOI: https://doi.org/10.11606/T.27.2004.tde-14032005-144512. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-14032005-144512/. Acesso em: 2 abr. 2026.

QUEIROZ, Claudete Fernandes de. Bases institucionais da política de acesso aberto ao conhecimento: a contribuição dos repositórios institucionais para o acesso aberto. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CT&I, 5., 2024, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Icict, 2024. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/anais-conferencia-nacional-cti-2024. Acesso em: 2 abr. 2026.

RE3DATA.ORG. *Registry of research data repositories*. [S. d.]. Disponível em: https://www.re3data.org. Acesso em: 2 abr. 2026.

RÜCKNAGEL, J. *et al*. *Metadata schema for the description of research data repositories:* version 3.0. re3data, 2015. Disponível em: https://www.re3data.org/schema. Acesso em: 2 abr. 2026.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origens, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308. Acesso em: 2 abr. 2026.

SAYÃO, Luis *et al*. *Implantação e gestão de repositórios institucionais:* políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473. Acesso em: 2 abr. 2026.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. *Guia de gestão de dados de pesquisa para bibliotecários e pesquisadores.* Rio de Janeiro: CNEN/IEN, 2015. 94 p. Disponível em: https://www.gov.br/cnen/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/livros-e-publicacoes/guia-de-dados-de-pesquisa.pdf. Acesso em: 20 out. 2026.

SCHÖPFEL, Joachim; REBOUILLANT, Violaine (coord.). *Research data sharing and valorization:* developments, tendencies, models. London: ISTE; Hoboken: John Wiley & Sons, 2022.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. *The Information Scientist*, v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975. Disponível em: https://www.sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf. Acesso em: 2 abr. 2026.

MEDIAÇÃO EM ECOSSISTEMAS INFORMACIONAIS: ARQUITETURA, USABILIDADE E VISUALIZAÇÃO DE DADOS COMO ESTRATÉGIAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO[1]

Tainá Regly

1 INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo da sociedade da informação, o fenômeno do Big Data e a massificação da produção informacional alteraram de maneira profunda e definitiva as dinâmicas de construção e consumo de conhecimento. Devido a essa mudança, a coleta e análise de dados tornaram-se habituais no meio científico e na sociedade como um todo, sendo incluídas estruturas relacionadas à governança e vida cotidiana dos cidadãos. Contudo, considerando a copiosa geração de dados, apenas ofertar o acesso não garante sua compreensão. É necessário que seu estado bruto seja processado e contextualizado para que então esses dados sejam convertidos em informação inteligível.

[1] Empregou-se neste trabalho recursos de Inteligência Artificial Generativa para revisão e melhoria textual. Os resultados gerados pela ferramenta foram conferidos e validados pela autoria, não substituindo as suas interpretações e inferências. A autoria é a única responsável pelo conteúdo e responde por eventuais erros.

Buckland (1991) afirma que informação pode ser compreendida como uma “coisa” que demanda infraestrutura para fluir entre sujeitos e lugares. Nesse cenário, a informação e as plataformas digitais deixam de ser estáticas, passam a configurar ecossistemas aptos a evoluir, se adaptar de maneira contínua às transformações tecnológicas e às necessidades e expectativas de seus usuários.

Essas mudanças também alteram a compreensão do processo de mediação informacional. Antes centrada na ação dos bibliotecários, a mediação em ambientes digitais passa então a ser exercida também através de interfaces e de sistemas. Isto posto, a mediação deixa de ser fruto da interação humana feita de maneira explícita e passa a ocorrer também de forma implícita (Santos; Gomes; Duarte, 2016), sendo sustentada pelas infraestruturas que comunicam e organizam informações em prol da sua apropriação e satisfação das necessidades informacionais dos sujeitos.

Ainda assim, a democratização da informação pública não consiste em apenas um desafio técnico e de infraestrutura, mas essencialmente político. Campos (2012) e Pimenta (2017) afirmam que a visibilidade da informação está relacionada ao exercício do poder. A maneira com que discursos são construídos no âmbito do visível promove tanto inclusão quanto exclusão dos sujeitos no processo de participação social. Assim, o modo como é dado o acesso à informação e como se realiza sua representação influi diretamente na forma com que o cidadão comum poderá exercer o seu direito à cidadania.

Diante disso, este capítulo se propõe e tem como objetivo analisar a mediação da informação em ecossistemas digitais através da convergência entre os sistemas da arquitetura da informação e os pressupostos da usabilidade, tendo a visualização de dados como estratégia tecnológica para propiciar o acesso democrático e a apropriação da informação pela sociedade.

2 MEDIAÇÃO EM AMBIENTES DIGITAIS

Considerando o contexto contemporâneo de nossa sociedade, entende-se que para pensar nos processos que envolvem mediação informacional, é necessário que se reconheça a mudança de paradigma, ocorrida no âmbito mundial e científico, no tocante a decisões orientadas a partir da coleta massiva de dados. Nesse cenário, a mediação, antes centrada na dinâmica entre bibliotecários, acervo e usuários, começa a agregar também aquela exercida pelo digital. Silva e Cavalcante (2019) ressaltam que as diferentes interfaces dos sistemas digitais alteram a dinâmica de busca, acesso, uso e apropriação da informação.

Embora o papel do profissional da informação continue sendo apoiar os usuários e introduzi-los a novas competências, é notório que as infraestruturas tecnológicas passam a atuar em conjunto como mediadoras. Conforme apontam Borgman (2010), Nielsen e Hjørland (2014) e Shorish (2015), as bibliotecas passam a oferecer serviços voltados para o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao digital e à visualização de dados, demonstrando adaptação às tecnologias emergentes.

Essa transição configura o que neste capítulo chamaremos de ecossistemas digitais, definido por Cruz *et al*. (2023, p. 19) como "sistema vivo, elaborado, planejado, coordenado e estabelecido" nos quais a informação flui de maneira dinâmica. Essa perspectiva reforça a ideia de que esses ambientes não são estáticos, sendo espaços de troca e diálogo entre mediadores e usuários.

Gomes (2014) argumenta que, nesses espaços, a mediação se configura como uma ação semiótica, dependendo de diferentes tipos de linguagens, técnicas, suportes, agentes, recursos e processos para gerar sentido. Seguindo essa linha de raciocínio, Almeida Júnior (2008) define mediação como ação de interferência direta ou indireta realizada por profissionais da informação a partir de infraestruturas e equipamentos informacionais. Esse trabalho tem como intuito principal viabilizar a apropriação da informação para sanar necessidades informacionais dos sujeitos, mesmo que de maneira parcial e temporária.

Nessa perspectiva, os dados gerados em um novo contexto informacional de grande volume e de infraestruturas digitais demandam novas abordagens para que possam ser efetivamente acessados e apropriados. A mediação, então, perpassa a relação entre o domínio da técnica e a maneira que o discurso é construído no âmbito visível para a construção de sentidos.

Apesar disso, a mediação não depende unicamente da técnica e de sua construção, pois o sujeito não é um receptor neutro ou passivo. Almeida Júnior (2008) defende que a informação é subjetiva e depende dos referenciais dos

usuários que carregam influências sociais, políticas e culturais advindas de sua vivência no mundo, ou seja, as experiências prévias dos sujeitos moldam a maneira com a qual esses mesmos se apropriam da informação.

Somando a essa afirmação, de acordo com Berger *et al*. (1982), todas as imagens corporizam um modo de ver, e quem elabora recursos visuais projeta sobre elas suas perspectivas e crenças. Ler uma representação gráfica exige um processo cognitivo que envolve a interpretação e a internalização de novos conhecimentos, não sendo uma ação meramente espontânea. Para Schwabish (2021), o design de uma interface precisa chamar a atenção do que realmente é relevante, pois as pessoas tendem a ignorar o que é monótono. A construção de sentido só ocorre quando o usuário compreende e internaliza a informação apresentada.

Portanto, a mediação em ecossistemas digitais deve ser compreendida como um processo dinâmico que ocorre entre o sujeito, o sistema e as formas de representação. Não se reduz à ação humana, nem à técnica, sendo o resultado de uma articulação que constrói condições propícias para o acesso, interpretação e produção de conhecimento. Compreender essa perspectiva torna possível entender como as estruturas invisíveis dos ecossistemas influenciam na mediação e na experiência do usuário.

3 A ESTRUTURA INVISÍVEL: ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E USABILIDADE

A mediação da informação em ecossistemas digitais não está ligada apenas ao seu layout, sua interface visível; é sustentada pelas estruturas que organizam, representam e tornam a informação acessível. Tendo isso em vista, a arquitetura da informação e a usabilidade desses ecossistemas consistem em dimensões fundamentais do processo de mediação.

Santos, Gomes e Duarte (2016) apontam que a introdução do computador e da internet às práticas de interação com as informações trouxeram consigo novidades, permitindo que a mediação ocorra através dos dispositivos de comunicação e da arquitetura dos sistemas de informação, mesmo sem a presença física imediata do bibliotecário e do usuário.

Os estudos realizados no âmbito da arquitetura da informação têm como objetivo a projeção de ambientes informacionais que sejam intuitivos e adequados a seus usuários. A preocupação com o desenvolvimento da usabilidade nesses ambientes é um dos fatores que mais contribuem para a eficácia e satisfação dos usuários na web. Assim, para compreender e aperfeiçoar essas estruturas, é necessário detalhar os sistemas que as compõem. Partindo de autores seminais como Rosenfeld, Morville e Arango (2015), que tratam da arquitetura da informação em ambientes da web, utilizaremos sua abordagem para apresentar os quatro sistemas que compõem os ambientes informacionais digitais.

São eles: sistema de organização, sistema de rotulação, sistema de navegação e sistema de busca.

A função de um **sistema de organização** consiste na definição da classificação e na ordenação do conteúdo de um website. Seu foco é fornecer estrutura adequada para que o usuário possa encontrar respostas certas aos seus questionamentos. Quando um usuário se depara com um site desorganizado, não conseguindo atender às suas necessidades de maneira eficaz, não se tornam incomum relatos de frustração ou de irritação em função da tentativa de conclusão de uma tarefa relacionada à utilização do respectivo site.

O **sistema de rotulação** pode ser dividido em duas partes: textual e iconográfica. Esses rótulos são utilizados na forma de links para redirecionar o usuário a diferentes partes do website. Independentemente da forma com que sejam apresentados, seja por meio palavras ou ícones, os rótulos devem representar, de maneira sintetizada, o conteúdo das informações para que possa guiar um usuário de forma eficiente na navegação em um ambiente informacional digital. Rotular é uma forma de representar informações, podendo inclusive atuar como ícone, signo ou como significante (Santaella; Noth, 2021). A projeção de rótulos é um dos processos mais complexos do esboço de uma arquitetura da informação. Além da questão subjetiva e política abordada no sistema de organização, o sistema de rotulação ainda conta com as barreiras linguísticas que lidam com ambiguidades, homonímias e sinonímias em diferentes contextos (Rosenfeld; Morville; Arango, 2015).

Os **sistemas de navegação** orientam o usuário no caminho que devem seguir para atingir seus objetivos informacionais. Rosenfeld, Morville e Arango (2015) afirmam que quando um sistema de navegação é mal projetado, sentimentos de frustração, confusão e irritação são comuns e contribuem para a desistência da execução de uma atividade por parte do usuário.

O **sistema de busca** define as formas com que o usuário pode encontrar as informações que deseja. Rosenfeld, Morville e Arango (2015) definem esse sistema como amplo e desafiador, além de buscar esclarecer as mais diversas facetas relacionadas à sua constituição, projeção e implementação. É interessante notar que muitos ambientes informacionais digitais não são exaustivamente planejados no momento de sua criação e, por isso, não crescem de forma estruturada. Em sites maiores e com maior diversidade de conteúdo, esse cenário pode apresentar problemas severos na navegação e na encontrabilidade do conteúdo.

Reis (2007) comenta que a separação da arquitetura da informação em sistemas é restrita ao nível conceitual e facilita no processo de estruturação de um site uma vez que cada um dos sistemas possui fundamentos advindos de diferentes disciplinas. Apesar disso, os sistemas possuem caráter interdependente, o que faz com que os problemas estruturais de um afetem os demais.

Essa interdependência entre sistemas evidencia que a mediação informacional em ambientes digitais não ocorre isoladamente, mas depende da articulação entre diferentes atores e estruturas que afetam tanto direta quanto

indiretamente o acesso, o uso e a apropriação da informação. Atrelado a isso, está a consideração de que a organização da informação nesses ecossistemas não é neutra, pois atua diretamente na produção dos sentidos e na maneira com que os usuários fazem uso dos conteúdos, o que ressalta a dimensão mediadora nos ambientes digitais.

Corroborando essa afirmação, Rosenfeld, Morville e Arango (2015) declaram que nossa compreensão sobre o mundo é determinada por nossa capacidade de organizar informações sobre o que nos cerca; que utilizamos a organização para entender, explicar e controlar o mundo em que vivemos. Já as classificações que realizamos refletem nossas cosmovisões sociais e políticas. Os autores ainda ressaltam uma importante faceta da arquitetura da informação, referente ao seu caráter subjetivo e político que torna seu processo de criação mais complexo e difícil.

Rosenfeld, Morville e Arango (2015, p. 32) consideram também que a organização de uma boa arquitetura da informação necessita de uma base consistente e utilizam o conceito de "ecologia da informação" para exemplificar a relação interdependente entre o contexto, o conteúdo e os usuários dentro de um ambiente informacional digital. Essa constatação coloca em perspectiva a compreensão da arquitetura da informação como uma estrutura invisível que sustenta uma interface visível e relaciona as dimensões organizacionais e cognitivas no processo experiencial dos usuários do sistema. Tendo isso em vista, consideramos que a usabilidade consiste num complemento da arquitetura da informação, uma vez que a segunda possui enfoque na

estrutura organizacional e a primeira relação entre essas estruturas e as necessidades do público-alvo.

A NBR 9241-11 (2011, p. 3) define usabilidade como sendo a "medida na qual um produto pode ser usado por usuários específicos, para alcançar objetivos específicos de eficácia, eficiência e satisfação, em um contexto específico" e afirma que o termo usabilidade pode ser utilizado para referir-se a atributos que tornam um produto mais fácil de usar.

De acordo com o teórico e referência na área, Jakob Nielsen (1993), a usabilidade está atrelada, mas não somente, à interface do usuário e possui cinco atributos que estão estritamente associados à sua aplicação em sistemas informacionais:

- facilidade de aprendizagem no manuseio do sistema;
- eficiência para que o sistema proporcione boa produtividade;
- facilidade de memorização para que o usuário não precise reaprender como utilizar o sistema todas as vezes que for manuseá-lo;
- baixa taxa de erros ou fácil recuperação quando alguma falha ocorrer;
- e satisfação quando o sistema é projetado para permitir uma navegação agradável.

Ao ser aplicada a ambientes digitais, a usabilidade refere-se à qualidade da interação do usuário com o sistema computacional, tendo como metas a eficiência, facilidade, comodidade e segurança no uso, de modo que a navegação

seja fácil e auxilie o usuário a se localizar no site respondendo a três perguntas fundamentais: Onde estou? Onde estive? Onde posso ir? (Santana, 2017; Nielsen, 2000). A usabilidade atua como dimensão mediadora fundamental ao reduzir barreiras cognitivas e possibilitar que os usuários se orientem, compreendam e utilizem os sistemas informacionais de maneira eficaz.

Tendo isso em vista, quando a arquitetura de ambientes digitais é bem projetada, sua usabilidade e a atividade de busca por novas informações é otimizada, assim sua apropriação se torna potencialmente satisfatória. Camargo e Vidotti (2008) consideram que a arquitetura da informação utiliza procedimentos metodológicos para tratar dos processos que tangem o tratamento e a disseminação de informações, podendo utilizar conhecimentos da projeção de sistemas, criação de interfaces, coleta de dados, acessibilidade, usabilidade, entre outras áreas para melhorar a interação do usuário com o ambiente informacional.

A interseção entre arquitetura da informação e usabilidade configura assim um elemento central na mediação informacional em ecossistemas digitais. A combinação de suas variáveis e das intenções da pessoa técnica, que projeta a interface visível e a estrutura invisível, entregam ao usuário as condições propícias para acesso, uso e apropriação das informações nesses sistemas.

Assim, a encontrabilidade da informação emerge como resultado direto da articulação entre arquitetura e usabilidade, configurando-se como elemento central da mediação em ecossistemas digitais. É nesse ponto que a estrutura técnica se

converte em condição para o acesso, a apropriação e a produção de conhecimento.

4 VISUALIZAÇÃO DE DADOS: TRADUÇÃO VISUAL PARA A CIDADANIA

Uma vez que a arquitetura da informação e usabilidade organizam e tornam o acesso possível aos ecossistemas digitais, é por meio da visualização que os dados passam a ser inteligíveis. A visualização atua como uma camada mediadora que contextualiza e traduz estruturas abstratas em formas visuais, possibilitando o acesso, a construção de significados e sua apropriação pelos usuários.

A partir dos estudos empreendidos por Regly (2023), entende-se que a visualização de dados consiste na representação visual de dados qualitativos ou quantitativos, cujo propósito consiste na exploração, análise, interpretação e comunicação de dados dotados de significado e contexto que, por sua vez, geram informações. A visualização de dados pode assumir diversas formas, tal como gráficos, mapas e diagramas, tendo como finalidade oferecer diferentes perspectivas sobre um determinado conjunto de dados, o que possibilita a descoberta de padrões e relacionamentos. Além disso, a visualização de dados é considerada abrangente por englobar a visualização da informação, a visualização científica, os infográficos e demais formas de representação visual.

Para melhor entender a lógica desse raciocínio, é importante retomar debates conceituais já consolidados na Ciência da Informação. A fim de diferenciar os conceitos de

dados, informação e conhecimento, iremos considerar as definições propostas por Davenport (1998). Segundo o referido autor, os dados são elementos básicos que não possuem significado isoladamente, tal como letras e números que não foram organizados ou processados. A informação atua como conexão entre os dados e o conhecimento, consiste na interpretação de dados processados, estruturados e contextualizados. O conhecimento é construído a partir da compreensão, aplicação e internalização das informações apreendidas, envolve experiência, aprendizado e reflexão sobre a informação em diferentes contextos em prol do alcance de novos insights e soluções.

Nesse contexto, a visualização atua na transição entre dados e informações, uma vez que atribui forma, contexto e sentido a conjuntos de dados que isolados não possuem significado latente. Podemos considerar a visualização como um processo ativo de mediação que organiza de maneira visual e, portanto, imagética, relações, permite a identificação de padrões e possibilita a geração de interpretações.

A visualização pode fazer uso de recursos computacionais e interativos, o que possibilita ao usuário explorar, estimular sua cognição e ampliar seus conhecimentos. Pois,

> Não devemos partir do pressuposto de que os leitores prestarão atenção a tudo em nosso visual, mesmo que utilizemos um tipo de gráfico comum e familiar. Sejamos honestos: as pessoas veem gráficos de barras, de linhas e de pizza o tempo todo, e esses gráficos costumam ser enfadonhos. Gráficos enfadonhos são

> esquecíveis. Diferentes formas e formas incomuns que ultrapassam as fronteiras da nossa experiência típica de visualização de dados podem atrair os leitores. Ler um gráfico não é como a compreensão espontânea de ver uma fotografia. Em vez disso, ler um gráfico envolve mais processos cognitivos complexos do que ler um parágrafo. Isso não quer dizer que não devemos nos preocupar com a percepção visual ou permitir que nossos leitores façam comparações mais precisas, mas o objetivo do engajamento pode valer muito por si só (Schwabish, 2021, p. 17, tradução nossa)[2].

Algumas das ideias fundamentais para a criação de visualizações de dados derivam da teoria da Gestalt (Alexandre; Tavares, 2007), escola de psicologia alemã, criada no início do século XX em resposta ao estruturalismo e ao funcionalismo. Seus seis princípios seriam os de proximidade; semelhança; fechamento; continuidade; figura e fundo; e simetria/pregnância/boa forma. Esses princípios auxiliam ainda hoje a conceber a ideia de que visualizar dados não se restringe unicamente ao ato técnico de desenhar gráficos ou

[2] "*We should not operate from the assumption that readers will pay attention to everything in our visual, even if we use a common, familiar chart type. Let's be honest: People see bar charts and line charts and pie charts all the time, and those charts are often boring. Boring graphs are forgettable. Different shapes and uncommon forms that move beyond the borders of our typical data visualization experience can draw readers in. Reading a graph is not like the spontaneous comprehension of seeing a photograph. Instead, reading a graph has more of the complex cognitive processes as reading a paragraph. This isn't to say we should not concern ourselves with visual perception or allowing our readers to make the most accurate comparisons, but the goal of engagement can be worth a lot in its own right*" (Schwabish, 2021, p. 17).

utilizar recursos de cores e formas distintas, mas sim busca construir a partir dele, mediado pelos recursos tecnológicos, novas formas de mensagens compatíveis com o funcionamento cognitivo humano.

Esses seis princípios organizacionais representam, assim, na perspectiva Gestalt, o conjunto de parâmetros por meio dos quais o cérebro humano processa informações visuais e/ou tende a agrupar elementos visuais. Já em 1996, Shneiderman propôs sete tarefas de interação que possibilitam a ampliação da cognição e da capacidade exploratória da representação e possibilitam ao usuário encontrar dados anteriormente não evidentes. São elas: visão geral, zoom, filtro, detalhe por demanda, relacionamento, histórico e extração. Sua contribuição para os estudos sobre visualização de dados é notória. Afinal, Shneiderman (1996) apontou claramente que visualizar dados não é apenas uma ação de exibição na qual qualidade e funcionalidade residem em sua clareza gráfica, mas sim em sua capacidade de apoiar ciclos sucessivos de exploração, comparação, memória e descoberta.

Essas estratégias advindas do design demonstram que a visualização é muito mais do que apenas um dispositivo de apresentação visual, ela tem a capacidade de orientar o olhar e estruturar a percepção de seus usuários. Representações visuais definem como é realizada a sua leitura, podendo destacar elementos e ocultar outros, o que demonstra uma participação no processo de produção de sentidos, assim como de construção de conhecimento. Desse modo, a visualização se

coloca como uma peça ativa na mediação da informação nos ecossistemas digitais.

As proposições de Shneiderman (1996) antecipam ainda práticas hoje presentes, por exemplo, em dashboards, *business intelligence* (BI), *analytics, data storytelling* e experiência do usuário aplicada a dados (UX de dados). De modo direto ou indireto, grande parte dos sistemas atuais de visualização adota essa lógica de funcionamento, baseada em uma visão geral inicial do conjunto de dados, seguida por refinamento progressivo, interação responsiva e processos de descoberta conduzidos pelo próprio usuário.

Trazendo esses recursos para uma aplicação prática e social, tem-se o uso de visualizações pelas plataformas que disponibilizam Dados Governamentais Abertos (DGA) como ferramenta para democratizar o alcance da informação pública. Apenas permitir que seja realizado o *download* dos dados governamentais não é suficiente. Os dados precisam ser tratados e analisados para serem comunicados de maneira eficaz (Silva, 2018). De que outra forma o cidadão comum, que não domina as técnicas que envolvem a manipulação de dados, poderia conceber *insights* e inferências sobre o que é gerado e disponibilizado pelo seu governo? A necessidade de possuir conhecimentos específicos para entender o significado de centenas de linhas de dados retira parte do potencial de transparência e de facilitação do acesso pretendido com a adoção dos DGA.

Autores como Ribeiro (2009), Garcia (2011), Paula *et al.* (2011) e Silva (2018) defendem a visualização como uma importante ferramenta para democratizar o acesso à

informação pública e amenizar as dificuldades referentes à compreensão do significado dos dados pelos indivíduos. O uso de visualizações permite a organização e filtragem do excesso de dados, além de mediar seu acesso e comunicação, fazendo com que conteúdos difíceis e confusos se tornem mais simples e coerentes.

Oferecer o recurso da visualização nas plataformas que lidam com DGA torna iminente o processo de entendimento e assimilação dos dados contextualizados e transformados em informação por meio de representações gráficas. De acordo com Paula *et al*. (2011, p. 2), "a visualização é o caminho natural para facilitar a interpretação de dados processados pelo computador", uma vez que metáforas visuais facilitam a apreensão de novos conhecimentos através de variáveis tais como cor, forma, posição, tamanho, entre outras.

A utilização de recursos visuais em prol da facilitação do acesso aos dados de origem governamental perpassa a mediação entre produtor e usuário da informação. Seu uso traz para debate a relação do domínio da técnica com a maneira com que o discurso é construído e exercido, estabelecendo, dessa forma, relações poder expressas no âmbito do visível (Campos, 2012; Pimenta, 2019).

Nesse cenário, a visualização de dados deixa de ser apenas um artefato técnico e passa a desempenhar um papel político, possibilitando que diferentes cidadãos compreendam dados e informações que antes eram inteligíveis e exerçam de maneira mais ativa seu direito à cidadania. Desse modo, a visualização de dados deve ser compreendida como forma de mediação que organiza a interação entre sujeitos e

informação. Ao realizar a tradução de dados em formas gráficas, a visualização muda a maneira como o acesso, a interpretação e a apropriação da informação é feita a partir de conjuntos de dados, assumindo, assim, um papel central na construção de ecossistemas digitais que divulgam e buscam democratizar ações governamentais.

5 DESAFIOS PARA ECOSSISTEMAS ADAPTATIVOS E DEMOCRÁTICOS

A mediação em ecossistemas digitais é feita por meio da arquitetura, da usabilidade e da visualização, tendo sua efetividade condicionada não apenas ao acesso, mas também à apropriação da informação. Tendo isso em vista, pensar na construção desses sistemas informacionais de maneira democrática traz desafios que perpassam por dimensões técnicas, cognitivas e sociais. Assim, ao buscar uma sociedade que democratize o acesso à informação para toda a comunidade, devem ser pensadas políticas públicas que garantam a acessibilidade em ambientes digitais.

Nesse contexto, a acessibilidade não está limitada a questões técnicas ou normativas, pois envolve o modo e a capacidade com que os indivíduos irão acessar, compreender e se apropriar das informações disponíveis nesses ecossistemas. Isso envolve considerar limitações não só físicas e cognitivas, mas também níveis de letramento informacional, digital e visual. Considerando essas variáveis, a mediação da informação precisa ser pensada de maneira a incluir e não excluir sujeitos, pois, a partir disso, será possível reduzir barreiras e ampliar a participação da sociedade.

Somado a isso, Regly (2021) aponta que existe grande fragmentação das plataformas que disponibilizam dados de origem governamental. Não há notícia de um sistema que centralize todas as iniciativas de divulgação desses dados ou que faça a unificação das bases de dados governamentais. Essa pulverização requer, minimamente, a adoção de padrões que garantam a interoperabilidade entre sistemas para manutenção da transparência, facilitação do acesso e cruzamento de conjuntos de dados de diferentes origens.

Assim, *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG), criadas pelo consórcio W3C[3], que explicam como tornar o conteúdo da web mais acessível, tornam-se fundamentais para promover a integração de dados governamentais de diferentes origens e sua reutilização em diferentes contextos. Tendo isso em vista, a padronização e a interoperabilidade em ecossistemas digitais governamentais são essenciais para a circulação da informação e para a construção de sistemas sustentáveis. Essa abordagem compreende que os usuários devem ser entendidos como agentes ativos e não destinatários passivos nos ecossistemas digitais. Aqui, a mediação pode ser considerada como um processo dinâmico, em constante revisão e adaptação.

Os desafios apontados nesta seção demonstram que a construção de ecossistemas digitais, sobretudo os governamentais, dependem da articulação entre a infraestrutura dos sistemas, das competências dos indivíduos e das práticas de mediação exercidas. A acessibilidade, a

[3] *World Wide Web* Consortium (W3C) cuja liderança é tida pelo inventor da internet, Tim Berners-Lee e por Jeffrey Jaffe.

interoperabilidade e a centralidade do usuário não são variáveis que atuam isoladamente. Juntas, condicionam como será realizado o acesso e a apropriação da informação. Assim, pensar na mediação em ecossistemas digitais envolve reconhecer que a democratização da informação é uma questão não apenas técnica e social, mas também política.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação em ecossistemas digitais consiste na combinação entre estruturas técnicas, representações visuais e processos cognitivos que constituem condição para apropriação da informação pelos sujeitos e consequente exercício de cidadania. No decorrer deste capítulo, foi demonstrado que a arquitetura da informação, a usabilidade e a visualização de dados agem de maneira conjunta, sustentando o fluxo informacional em meio digital. Nesse contexto, a ação da pessoa mediadora se dá através da modelagem dessas infraestruturas que visam sanar as necessidades informacionais dos sujeitos, transformando a estrutura invisível do sistema digital em uma extensão do agente mediador que guia a experiência do usuário.

Apesar de todos esses recursos, a facilitação do acesso não significa que a apropriação da informação será realizada de maneira simples ou fácil pelos usuários. Para que a mediação seja efetiva em ambientes tecnológicos e gere maior participação social, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas que alfabetizam digitalmente os cidadãos, garantam acessibilidade e o ajuste contínuo das plataformas digitais. Portanto, a aplicação de diretrizes de acessibilidade e

usabilidade universais e a adaptação contínua dos ecossistemas podem ser consideradas como um compromisso político com a inclusão do cidadão.

Isso reforça a necessidade de renovação contínua das formas de representação e mediação, garantindo que o ecossistema informacional propicie inovação e democratize o acesso à informação. Por fim, além das variáveis das infraestruturas invisíveis que compõem esses ambientes, a mediação da informação também depende do letramento tanto do profissional da informação que irá realizá-la e do cidadão, permitindo que o sujeito não apenas consuma informações, mas que as transforme em saberes aplicáveis à sua realidade.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, D. S.; TAVARES, J. M. R. S. Factores da percepção visual humana na visualização de dados. *In*: CONGRESSO DE MÉTODOS NUMÉRICOS EM ENGENHARIA, 4., 2007, Porto; CONGRESSO IBERO LATINO-AMERICANO SOBRE MÉTODOS COMPUTACIONAIS EM ENGENHARIA, 28., 2007, Porto, Portugal. *Anais [...]*. Porto, Portugal, 2007.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). *Gestão da informação e do conhecimento*. São Paulo: Acadêmica; Polis, 2008. cap. 3, p. 41-54.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 9241-11:2011*: ergonomia da interação humano-sistema — parte 11: usabilidade: definições e conceitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BERGER, J. *et al*. *Modos de ver*. Londres: BBC/Penguin, 1982.

BORGMAN, C. L. Research data: who will share what, with whom, when, and why? In: CHINA-NORTH AMERICAN LIBRARY CONFERENCE, 5., 2010, Beijing. *Proceedings [...]*. Beijing, 2010.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAMARGO, L. S. de A. de; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da informação para ambientes informacionais digitais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2008.

CAMPOS, R. A cultura visual e o olhar antropológico. *Visualidades*, v. 10, n. 1, 2012.

CRUZ, D. A. C. S. e; DE JESUS, C. P. S.; SANTOS, P. J. P. dos; RIBEIRO, S. F. Aprendizagem baseada em problemas (PBL) e tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC): formação continuada de professores e técnicos administrativos na EJA. *Revista Educação e Ciências Sociais*, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 10-29, 2023.

DAVENPORT, T. H. *Ecologia da informação:* por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

GARCIA, P. S. R. *Estudo sobre aplicação de web semântica e visualização de dados abertos*. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) –

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Informação & Informação*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 46-59, 2014.

NIELSEN, H. J.; HJØRLAND, B. Curating research data: the potential roles of libraries and information professionals. *Journal of Documentation*, v. 70, n. 2, 2014.

NIELSEN, J. *Designing web usability*. Indianapolis: New Riders, 2000.

NIELSEN, J. *Usability engineering*. Boston: Academic Press, 1993.

PAULA, M. M. V. de *et al*. A visualização de informação e a transparência de dados públicos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, 7., 2011, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: SBSI, 2011.

PIMENTA, R. M. Da aesthetica informacional e do capital simbólico na contemporaneidade: a internet e suas redes sociais enquanto campo. In: LUCAS, E. R. O.; SILVEIRA, M. A. A. da. *A ciência da informação encontra Pierre Bourdieu*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

PIMENTA, R. M. Cultura da visibilidade informacional: estética e política da técnica no regime global de informação. In: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo Silva; FREIRE, Jacqueline Leta (org.). iKrítika: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 117–170.

REGLY, T. *O uso da visualização de dados em plataformas brasileiras de dados governamentais abertos para democratizar o acesso à informação*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

REGLY, T.; SOUZA, R. F. Aportes para análise de plataformas de dados abertos dotadas de recursos visuais: requisitos fundamentados nos campos da Visualização, Arquitetura da Informação e Usabilidade. *Em Questão*, v. 29, p. e-121110, 2023.

REIS, G. A. dos. *Centrando a Arquitetura de Informação no usuário*. 2007. 249 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, D. M. *Visualização de dados na internet*. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Mídias Digitais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P.; ARANGO, J. *Information architecture: for the web and beyond*. 4. ed. Sebastopol: O'Reilly Media, 2015.

SANTAELLA, Lucia; NOTH, Winfried. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Paulus, 2021.

SANTANA, D. V. A. G. *Análise da usabilidade da Plataforma Brasil: uma abordagem ergonômica*. 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ergonomia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTOS, R. R.; GOMES, H. F.; DUARTE, E. N. Processo dialógico entre bibliotecários e usuários: reflexão em torno da

utilização dos dispositivos de comunicação da web social. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, [S. l.], v. 11, n. 2, 2016.

SCHWABISH, J. A. *Better data visualizations: a guide for scholars, researchers, and wonks*. New York: Columbia University Press, 2021.

SHNEIDERMAN, B. The eyes have it: a task by data type taxonomy for information visualizations. In: IEEE SYMPOSIUM ON VISUAL LANGUAGES, 1996. *Proceedings [...]*. Washington, DC: IEEE, 1996.

SHORISH, Y. Data information literacy and undergraduates: a critical competency. *College & Undergraduate Libraries*, v. 22, n. 1, p. 97-106, 2015.

SILVA, F. C. C. da. Visualização de dados abertos no setor público. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 11, n. 2, p. 523-540, 2018.

SILVA, Sueli Alves; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação explícita e comportamento de busca da informação em bibliotecas universitárias. *Encontros Bibli:* revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 24, n. 55, p. 1-20, 2019.

BIBLIOTECA PÚBLICA COMO PRÁXIS PARA AS PESSOAS LGBTQIAPN+: SENTIDOS, APROPRIAÇÕES, MEDIAÇÕES

Victor Soares Rosa

1 INTRODUÇÃO

> A comunidade LGBTI+ enquanto sujeitos de direitos não podem ser alijados do acesso à informação e aos bens culturais, seja como sujeitos-profissionais ou sujeitos-usuários (Martins, 2025, p. 2).

A notícia de novembro de 2025, "*Conselho do Alabama vota pela remoção de livros sobre ser trans de seções para jovens de biblioteca pública*"[1], é reveladora de males desse tempo (Alabama..., 2025). Na cidade de Montgomery, nos Estados Unidos, livros devem ser retirados das estantes pelo seu conteúdo. A mesma Montgomery foi palco da luta do movimento negro pelo fim da segregação racial e por direitos civis. Nela, há 70 anos, ocorreu o movimento de boicote aos ônibus em decorrência da prisão de Rosa Parks, que se negara a se retirar do assento no qual estava no transporte para que ele fosse ocupado por um homem branco[2]. A atual decisão dos

[1] No original: *"Alabama board votes to remove books about being transgender from public library youth sections"*.

[2] Rosa Parks é um dos símbolos do movimento negro estadunidense. Militante da Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (NAACP), em 1955, recusou-se a sair do assento em que estava em um ônibus de Montgomery, no Alabama, para sentar-se em poltrona mais ao fundo do coletivo. Naquele momento, no sul do país, ainda vigoravam as leis de segregação racial. A sua prisão deu início a um dos maiores

membros do Conselho de Diretores das Bibliotecas Públicas do Estado do Alabama considera o tema da identidade trans inadequado e, em função disso, que esses livros constem nas seções destinadas a pessoas adultas. A decisão, de 2025, deve ser aplicada neste ano de 2026 e afeta cerca de 200 bibliotecas públicas no estado.

No Brasil, iniciativas de perseguição a livros são vistas de diversas formas. A via da preocupação com o conteúdo é um exemplo. Em rede nacional, o candidato ao cargo de Presidente da República no pleito de 2018, posteriormente eleito, indicou a existência de um kit gay em circulação nas escolas. Nesse kit, o material central consistia em um livro, a saber: *Aparelho Sexual e Cia: um guia inusitado para crianças descoladas*, um livro em quadrinhos francês escrito por Hélène Bruller e ilustrado pelo cartunista Zep. Verificou-se, na sequência da aparição do candidato no principal telejornal diário brasileiro, que a fala sobre o kit gay consistia em uma notícia falsa. Houve um movimento de implementação de política pública chamado Escola Sem Homofobia, mas a obra não compunha o seu escopo. O livro jamais circulara nas escolas brasileiras. (É fake..., 2018). A sua circulação se dava, contudo, em bibliotecas públicas, ambientes cujo acervo busca contemplar diversos gêneros literários para os diversos grupos sociais. Exemplares desse livro foram irregularmente descartados do acervo da biblioteca pública municipal de

eventos da luta negra dos Estados Unidos, o boicote ao sistema de ônibus da cidade. Em 1956, a Suprema Corte define que a segregação nos transportes públicos é inconstitucional. Apenas em 1964, aprova-se nos Estados Unidos a sua Lei dos Direitos Civis e, em 1965, a sua Lei do Direito ao Voto. (Limoncic, 2024).

Canoinhas, em Santa Catarina. O caso ocorreu em 2024. A prefeita da cidade catarinense produziu e compartilhou em suas redes sociais um vídeo no qual jogava livros infantis em uma lata de lixo. Conforme notícia do jornal O Globo, "[...] Nas imagens, a chefe do município chama as publicações de 'porcarias' e diz que os exemplares teriam sido doados pelo governo federal na intenção de 'induzir crianças e adolescentes a coisas que a família não quer que ele aprenda' [...]" (Prefeita..., 2024).

O paralelo que aqui realizo a partir da história de Montgomery, pela via da adoção das leis de Jim Crow do fim do século XIX a meados do século XX ou da perseguição aos livros sobre identidade de gênero no tempo presente, elucida que determinados grupos sociais, a depender das posições dominantes, são relegados a processos de exclusão, invisibilização e marginalização. Os casos estadunidense e brasileiro, no âmbito das pessoas LGBTQIAPN+, demonstram que há ainda hoje, 2026, um perigo que ronda esse grupo.

Esse perigo concerne, por um lado, à tentativa concreta de invisibilização dessas pessoas. Isso toca, evidentemente, na tentativa histórica de negar a esses sujeitos o direito de serem vistos e representados – inclusive nos equipamentos culturais públicos (Quinalha, 2023). Não obstante, isso tange, notadamente, à negação ao direito de existir dessas pessoas. Por outro lado, ao perigo de vida que pessoas LGBTQIAPN+ sofrem por serem quem são. Segundo os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), no que toca à população LGBTQIAPN+, o Brasil é o país que mais mata essas pessoas no mundo. O relatório produzido pela organização sobre as mortes de LGBTQIAPN+

contabiliza 291 mortes, uma morte a cada 30 horas (Grupo Gay da Bahia, 2025). O Atlas da Violência de 2025, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileira de Segurança Pública (FBSP), também evidencia o aumento nos registros de casos de violência contra LGBTQIAPN+ (Atlas..., 2025).

Este texto trata de ações que buscam visibilizar a comunidade LGBTQIAPN+. São tempos sombrios e destacar aquilo que é feito para acolher, representar ou agregar a comunidade nos espaços públicos é fundamental. Apresenta-se aqui, nesse sentido, ações diversas cujo cenário é a biblioteca pública (BP), espaço social, cultural e educacional por excelência, cujos serviços devem ser "[...] prestados com base na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social e qualquer outra característica [...]" (International Federation of Library Associations and Institutions, 2022). Considera-se, enfim, que o reconhecimento da existência desses sujeitos, que a representação de tais pessoas e que a busca pela oferta de serviços de informação, cultura e lazer a elas destinados integram o quadro potencial de práticas da BP. A bem da verdade, não consiste unicamente em práticas, mas em práxis se as ações forem produto de uma reflexão profunda que almeja um mundo transformado, mais justo, mais bonito, como diria Paulo Freire (2018).

Assim, o capítulo foi estruturado da seguinte forma: na seção "Biblioteca pública como movimento e práxis para pessoas LGBTQIAPN+", discorre-se sobre a responsabilidade social da BP para incluir e atender ao maior número de

pessoas, bem como sobre o seu papel potencial de inclusão e acolhimento de pessoas LGBTQIAPN+. Busca-se, enfim, os sentidos de biblioteca pública presentes na sua missão, na literatura que fundamenta o seu fazer e nos estudos que articulam sua atuação as pessoas LGBTQIAPN+. Na seção seguinte, "Ações de visibilização e acolhimento de pessoas LGBTQIAPN+ na biblioteca", ações realizadas por bibliotecas públicas ou em bibliotecas públicas para pessoas LGBTQIAPN+ são mapeadas, descritas e analisadas. Trata-se de um momento de conhecimento de apropriações da BP e de mediações realizadas nesse espaço. O capítulo encerra com as "Considerações finais".

2 BIBLIOTECA PÚBLICA COMO MOVIMENTO E PRÁXIS PARA PESSOAS LGBTQIAPN+

> A ideia de espaço público compartilhado nos ajuda a reafirmar a máxima de que todos devem ter acesso à informação e ao conhecimento, e consequentemente a produção de novos conhecimentos, a exemplo, de muitas bibliotecas públicas brasileiras que se configuram como um espaço aberto, cultural e de convivência, com ampla acessibilidade, que oferecem à população uma série de serviços públicos de qualidade a comunidade local (Machado; Elias Júnior; Achilles, 2014, p. 124).

Fabrício Silveira e Alcenir Reis (2017) questionam se a biblioteca pública seria um espaço possível de permitir às pessoas entenderem o que são e o que se tornaram. A resposta para o questionamento é sim, na medida em que essas bibliotecas se conformam como o "[...] espaço propício para

que seus usuários acessem um conjunto multivariado de referências que podem ajudá-los a construir pontos de interconexão entre sua biografia individual [...]", isto é, entre as suas vivências e as suas identidades "[...] e os fatos, alusões e narrativas instituintes da história e da realidade do grupo ao qual pertencem [...]" (Silveira; Reis, 2017, p. 116). Partem precisamente desse ódio do reconhecimento do sujeito ao se ver representado, iniciativas como a do Conselho das Bibliotecas do Alabama de remover livros sobre identidade trans das prateleiras para crianças e jovens ou a da prefeita de Canoinhas de jogar livros que julga "porcarias".

Tal tema da representação, aliás, é fortemente debatido no campo educacional e cabe ser articulado à Biblioteconomia. Nota-se, nessa via, os discursos dos perigos da representação na sala de aula, essencialmente, os mesmos discursos que evocam a notícia falsa do *kit gay* ou a ideia de uma ideologia de gênero que impregna as escolas. Marisa Vorraber Costa (2005) compreende que diversas identidades integram as disciplinas escolares e, nesse sentido, os saberes escolares. Há, portanto, para a autora, uma disputa por representações. Se representar consiste em produzir significados, circula no tecido social uma política de representação que pretende dizer como um sujeito deve ser narrado e identificado, notadamente, a partir de uma determinada imagem. O que foge dessa imagem é considerado inferior.

Costa (2005) defende, enfim, uma política cultural da representação, considerando, inclusive, os espaços de escape, contestação e emancipação que forjam novas narrativas.

Aproveita-se, assim, dessa política cultural da representação que os sujeitos produzam as suas próprias histórias e deixem que elas produzam os seus efeitos no tecido social (Costa, 2005). A biblioteca pública é, nessa linha, um lócus privilegiado para a materialização dessa política. Trata-se, oportunamente, do espaço no qual diversos sujeitos podem se ver acolhidos por essa via da representação.

O caminho é árduo, contudo. Inês Nogueira e Jorge Revez (2023), por exemplo, perceberam a sub-representação da comunidade LGBTQIAPN+ na coleção da Biblioteca Municipal de Sintra. Arthur Almeida (2022), em estudo sobre políticas públicas e representatividade no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, igualmente, considera que essas pessoas estão sub-representadas nas bibliotecas brasileiras. O autor ressalta, ademais, que o processo de desenvolvimento de coleções e a disponibilização de obras LGBTQIAPN+, "[...] ainda que indispensáveis para fortalecer a representatividade e o combate contra a exclusão desses sujeitos [...]", compõem apenas uma das formas de atuação da biblioteca pública nesse âmbito, pois precisam, também, "[...] estar acompanhada de ações e serviços que sejam pensadas em conjunto com a comunidade para que esses sejam, de fato, espaços inclusivos [...]" (Almeida, 2022, p. 19).

O mais recente manifesto para bibliotecas públicas elaborado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apresenta missões que circunscrevem esse equipamento cultural, entre as quais:

- Fornecer acesso a uma ampla gama de informações e ideias sem censura, apoiando a educação formal e informal em todos os níveis e fomentar o aprendizado ao longo da vida ao permitir a busca contínua, voluntária e autônoma de conhecimento, para as pessoas em todas as etapas da vida;
- Proporcionar oportunidades em prol do desenvolvimento criativo individual e estimular a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia [...];
- Fornecer serviços às suas comunidades de maneira presencial e remota por meio de tecnologias digitais que permitem acesso a informações, coleções e programas sempre que possível;
- Garantir acesso para todas as pessoas ao conhecimento comunitário e oportunidades para a organização comunitária, em reconhecimento ao papel central da biblioteca no tecido social;
- Promover o acesso das comunidades ao conhecimento científico, como resultados de pesquisas e informações de saúde que possam impactar a vida de seus usuários, além de possibilitar a participação no progresso científico [...];
- Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
- Promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à apreciação das artes, ao acesso aberto a conhecimento científico, pesquisas e inovações expostas na mídia tradicional ou em materiais digitais ou que venham ser digitalizados. (International Federation of Library Associations and Institutions, 2022).

Verifica-se, portanto, um conjunto de tópicos que possibilitam a abertura para a promoção da cidadania LGBTQIAPN+. Reconhece-se, evidentemente, a responsabilidade social da biblioteca pública. Trata-se, a bem da verdade, de uma responsabilidade social nos moldes do que sugerem Catia Lindemann, Daniela Spudeit e Elisa Delfini Corrêa (2016), isto é, uma responsabilidade social não centrada unicamente na organização do acervo, mas nos processos de mediação da informação, conforme será explicitado adiante. Em que pese tal responsabilidade, essa comunidade ainda está envolta, por um lado, em situações que impõem barreiras, preconceitos e violência e, por outro, em um movimento de luta pela sua reafirmação do direito de existir, ser quem é e amar (Quinalha, 2023).

Nessa linha, Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, publicado há mais de 15 anos, consiste em um dispositivo que lança diretrizes para a supracitada promoção da cidadania LGBTQIAPN+ em diferentes âmbitos, entre os quais a educação e a cultura. Trata-se de um esforço de sistematização de políticas públicas em um momento histórico de avanço das demandas da pauta. Como dito, as diretrizes e as metas norteadoras do Plano estão estabelecidas em diferentes campos, repita-se que a educação e a cultura estão inseridas nesse debate para o atingimento dos eixos estratégicos que visam promover e defender a dignidade, e a cidadania dessas pessoas, superar as formas de preconceito e violência contra elas (Brasil, 2009). Entre as ações do Plano (Brasil, 2009, p. 23-28), estão:

> Apoiar, por meio dos mecanismos instituídos pela Lei 8.313/91 – Lei Federal de Incentivo à Cultura, projetos culturais que tratam da temática LGBT, a realização de estudos sobre a temática LGBT, a preservação do acervo que compõe a memória cultural LGBT, a criação de espaços culturais LGBT e eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual, identidade de gênero e de uma cultura de paz, com vistas a promover e socializar o conhecimento sobre o tema LGBT [...].
>
> Propor, por meio dos fóruns distrital, estaduais e municipais, às secretarias distrital, estaduais e municipais de cultura, políticas públicas de editais que beneficiem projetos específicos do segmento, inclusive aqueles que preveem pesquisa em cultura e arte LGBT, visando a catalogação e valorização dos movimentos culturais LGBT e a promoção da cidadania LGBT [...].
>
> Incentivar a produção cultural ligada à juventude LGBT.

Pensar o acolhimento da pessoa LGBTQIAPN+ na biblioteca pública, desta feita, envolve o desenvolvimento de ações voltadas para essas pessoas, de modo a fortalecer os seus sentimentos de pertencimento e de representação, bem como de modo a promover justiça social e informacional, igualdade, dignidade, cidadania e direitos. Nessa linha, André Luiz Avelino da Silva, Luis Fernando Vanin e Rodrigo de Sales (2025) sugerem 12 práticas inclusivas para BPs que têm essas pessoas como público de interesse. A título de ilustração e fortalecimento do argumento, essas práticas são: 1) política de acolhimento, com o respeito ao nome social e aos pronomes de tratamento, por exemplo; 2) formação continuada em

diversidade e atendimento antidiscriminatório, isto é, uma agenda anual de formação sobre gênero e sexualidade; 3) desenvolvimento do acervo com representação LGBTQIAPN+; 4) catalogação, classificação e indexação com linguagem inclusiva que respeite a diversidade; 5) programação cultural contínua; 6) alfabetização informacional e midiática; 7) promoção de direitos por meio do acesso a informações confiáveis; 8) estabelecimento de parcerias com a sociedade civil; 9) proteção de dados e segurança; 10) ambiência inclusiva; 11) ouvidoria participativa com um comitê consultivo LGBTQIAPN+; e 12) políticas anticensura (Silva; Vanin; Sales, 2025).

O que se aventa aqui como biblioteca pública, enfim, é um espaço no qual as pessoas consigam se sentir pertencentes e se ver representadas. Conforme Silveira e Reis (2017), intenta-se que seja um espaço no qual consigam produzir conexões entre as suas vidas e o coletivo. Nessa via da representação, a BP ocupa posição privilegiada de assumir uma política de representação que contemple os bens culturais produzidos por essas pessoas outras – marginalizadas, inferiorizadas, excluídas. A promoção da cidadania; o reconhecimento do direito dos sujeitos existirem, serem quem são e amarem quem quiserem; o fortalecimento de uma consciência sobre direitos e dignidade; a ruptura com as formas de violência e de vulnerabilidade informacional[3]; e a busca por justiça social, informacional e de gênero são

[3] Sobre vulnerabilidade informacional, veja Elizete Vieira Vitorino (2018).

elementos fundantes de uma compreensão da missão da biblioteca pública[4].

3 AÇÕES DE VISIBILIZAÇÃO E ACOLHIMENTO DE PESSOAS LGBTQIAPN+ NA BIBLIOTECA PÚBLICA

> As bibliotecas públicas demonstram um potencial significativo como espaços de promoção da cidadania e da inclusão social para pessoas LGBTQIAPN+. Ao adotar uma abordagem centrada em seus usuários, essas instituições não apenas facilitam o acesso a direitos fundamentais nas áreas de educação, saúde, segurança e emprego, mas também atuam como catalisadoras de empoderamento social e cultural. O engajamento ativo de bibliotecárias e bibliotecários em parceria com grupos de ativismo social é fundamental para compreender as necessidades específicas dessa população e construir serviços e acervos que reflitam sua diversidade e vivências (Silva; Vanin; Sales, 2025, p. 28).

No campo das ações realizadas em bibliotecas públicas, as notícias veiculadas em portais e os relatos presentes em diferentes fontes revelam práticas diversas. Neste tópico, pretende-se identificar algumas dessas ações, procedimento que se deu a partir de pesquisa no buscador Google. Se este texto é introduzido com notícias que revelam censura no âmbito das relações entre bibliotecas públicas e pessoas

[4] Sobre justiça social e justiça informacional – e, inclusive, justiça racial e de gênero, veja, especificamente, Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Dirnele Carneiro Garcez, Nathália Lima Romeiro, Priscila Rufino Fevrier e Ana Paula Meneses Alves (2021).

LGBTQIAPN+, esta seção apresenta práticas que demonstram como a BP pode se apropriar de saberes relacionados a essa comunidade para realizar atividades ou serviços para ela.

A análise dessas práticas mapeadas é realizada tendo em vista, sobretudo, o conceito de mediação da informação de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (2015) e a abordagem de Henriette Ferreira Gomes (2014; 2020) sobre as dimensões que tal processo, a mediação, assume no fazer biblioteconômico. O debate central é o de que mediação da informação consiste em uma ação de interferência realizada por meio de um processo, conforme a definição estruturada por Almeida Júnior (2015). Para além da sua conformação como uma ação que se dá por meio de um processo, considera-se fundamental compreender a mediação como um processo e como uma ação que têm intencionalidades.

Nesse sentido, cabe o diálogo com as dimensões da mediação propostas por Gomes, quais sejam, dialógica, estética, formativa, ética e política. A dimensão dialógica implica reconhecer o diálogo como um elemento fundante dessa ação, bem como que os sujeitos são singulares e que a mediação é um processo dialético que exige do agente mediador uma disposição e preparação para atuar baseado no respeito. A dimensão formativa, por seu turno, envolve, especialmente, a apropriação da informação, o que acontece por meio da problematização e do debate que só são possíveis no encontro com novas informações "[...] que permitem o contraditório e a reflexão que engendra ressignificações ou novas interpretações [...]" (Gomes, 2020, p. 16). No tocante à dimensão ética, Gomes (2020, p. 17) posiciona a mediação na

“[...] valorização do coletivo, dos interesses do coletivo, dos valores e princípios inclusivos e de justiça social [...]”. Pela dimensão política, por seu turno, a mediação alcança o autoconhecimento, pelas pessoas, da sua condição de sujeitos políticos. Ainda, o alcance da dimensão política proporciona aos indivíduos as condições para a tomada de consciência, situação fundamental no processo de mediação (Gomes, 2020).

A partir das notícias, nota-se que algumas ações são produtos de uma agenda que visa contemplar a comunidade LGBTQIAPN+ no mês de junho, haja vista que ele consiste no Mês do Orgulho LGBT[5]. Verifica-se que equipamentos culturais, não apenas no âmbito da representação LGBTQIAPN+ (como também no âmbito das questões raciais, a exemplo do Mês da Consciência Negra em novembro, como lócus de desenvolvimento de ações sobre essa temática e para pessoas negras), se apropriam dessas datas para elaborar atividades específicas. Considera-se que tais práticas não

[5] Junho é o Mês do Orgulho LGBTQIAPN+ em função da lembrança da tragédia do bar Stonewall e da celebração da luta da comunidade que reivindica justiça, direitos e respeito nas semanas posteriores ao conflito. A rebelião de Stonewall consistiu em uma série de protestos após uma batida policial realizada no bar em 28 de junho de 1969. Tratava-se de um bar bastante frequentado por pessoas LGBTQIAPN+. Na ocasião, diversas pessoas lutaram contra a polícia, que realizava extorsões ou praticava agressões nessas batidas, que eram comuns no bar. As semanas seguintes foram de revolta, com diferentes pessoas indo às ruas em constantes lutas contra a polícia – entre essas pessoas, Marsha P. Johnson, mulher trans, negra e ativistas; e Sylvia Rivera, também mulher trans, latina e ativista. Stonewall consistiu em um marco na luta por direitos civis da comunidade nos Estados Unidos e se tornou a referência para o estabelecimento da data do orgulho (Quinalha, 2023).

devem ficar restritas a esses momentos de celebração. Conforme a proposição de Silva, Vanin e Sales (2025), é fundamental que as instituições públicas tenham uma programação cultural contínua.

A bem da verdade, o Mês da Visibilidade Trans também se soma a essa agenda institucional. O Dia Nacional da Visibilidade Trans é celebrado em 29 de janeiro desde 2004 em função do lançamento da campanha "Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos" no Congresso Nacional brasileiro, em Brasília. A campanha se deu, ainda, a partir de mobilização coletiva e da realização do primeiro ato nacional organizado pela população trans e travesti. (Dia..., [2026?]). A notícia "Ambulatório Trans do DF realiza 1º TransEncontro no auditório da Biblioteca Demonstrativa: evento acontece nesta quarta-feira (28), às 14 horas, em alusão ao mês da Visibilidade Trans", por exemplo, deixa explícita a realização de evento em biblioteca pública em função da efeméride do mês da visibilidade trans.

A proposta sublinha que o objetivo é realizar debates sobre "[...] temas de relevância para a população trans [...]" (Agência Saúde DF, 2026). Os temas elencados como relevantes para essas pessoas, por seu turno, consistem em transparentalidades, linguagem neutra, mobilização social e movimentos sociais. Esses temas direcionam para a identificação de algumas necessidades informacionais básicas dessa comunidade. Essa compreensão é basilar tendo em vista que as necessidades informacionais das pessoas funcionam como um ponto de partida para a mediação da informação, segundo Almeida Júnior (2015). Conforme a notícia, "Em

comemoração ao Mês da Visibilidade Trans, o Ambulatório Trans promove o Primeiro TransEncontro do DF, um espaço de diálogo, escuta e fortalecimento da comunidade trans e de gêneros diversos [...]" e indica, ainda, que "[...] O encontro é realizado em parceria com o Adolescentro, Centro de Referência Especializado da Diversidade Sexual, Religiosa e Racial (Creas Diversidade), Conselho Regional de Psicologia (CRP-DF), Ambulatório Trans do Hospital Universitário de Brasília (HUB-UnB) e Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF)" (Agência Saúde DF, 2026). Por esse último excerto, verifica-se a importante articulação proposta por Silva, Vanin e Sales (2025) da biblioteca com coletivos, associações, organizações da sociedade civil para a promoção de atividades voltadas para esses grupos.

No plano das atividades realizadas em junho, duas notícias evidenciam ações de bibliotecas em celebração do Mês do Orgulho. "Biblioteca Pública do Estado promove atividades para celebrar Mês do Orgulho LGBTQIAP+" já no título evidencia tal conformação das práticas à luz da data (Biblioteca..., 2022). Um conjunto de ações foi realizado na Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, tais como: 1) o bate-papo "Para que servem os super-heróis gays?" na Gibiteca, com a presença de Adri A., quadrinista e criador do super-herói gay Cara-Unicórnio, e com o lançamento do livro "Pode um LGBTQIAP+ ser super-herói no Brasil?" de Christian Gonzatti; 2) a realização da Mostra de Quadrinhos Queer na própria Gibiteca; 3) um evento musical com a atriz e cantora trans Valéria; e 4) a publicação de sugestões de livros com a temática LGBTQIAPN+ nas redes sociais para o Clube de Leitura

da instituição. De modos diversos, uma política cultural e institucional de representação foi proporcionada por meio dessas atividades, não obstante acolhimento, evidenciando os saberes da comunidade e pessoas que a compõem.

A notícia “BiblioSP destaca obras LGBTQIA+ no mês do orgulho”, por seu turno, revela que a Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas (CSMB), núcleo filiado à Secretaria de Cultura e Economia Criativa da cidade de São Paulo, responsável pela administração das bibliotecas públicas paulistanas, tem um serviço de streaming gratuito de livros por meio da BiblioSP Digital (BiblioSP..., 2025). Para o mês de junho, literatura literária e científica de, sobre ou para pessoas LGBTQIAPN+ foram recomendadas, entre elas: “Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias”, de Renan Quinalha; “Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade”, de João Silvério Trevisan, descrito “como o livro mais completo sobre a história da homossexualidade brasileira”; e o best-seller “Vermelho, Branco e Sangue Azul”, da autora Casey McQuiston; entre outros. (BiblioSP..., 2025).

Concernente à literatura, é interessante notar a sua potencialidade para o desenvolvimento da mediação da informação em sua dimensão estética. Trata-se da dimensão que promove a articulação de diferentes linguagens e dispositivos e que sustenta o sentimento de pertença do sujeito ao ambiente, no qual ele se sente acolhido e emocionalmente confortável (2020). Verifica-se, assim, que o pertencimento não se localiza unicamente no espaço físico da biblioteca, de maneira geral, mas também no espaço simbólico

da mediação, não obstante no ambiente físico no qual a ação mediadora está sendo realizada.

Registra-se, ademais, a ocorrência de um acontecimento destinado a crianças em bibliotecas estadunidenses. Trata-se de um evento iniciado em 2015 a partir do ativismo de Michelle Tea na cidade de São Francisco: o "Drag Queen Story Hour. A Hora do Conto Drag" consiste em um evento destinado a crianças de três a 11 anos e sediado em bibliotecas públicas, no qual Drag Queens leem livros infantis e juvenis com o objetivo de promover leitura, respeito e diversidade. (Drag..., [2026?]).

A preocupação com a leitura, não obstante, também esteve presente em Juiz Fora, no estado de Minas Gerais, na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, conforme a notícia "Mostra na Biblioteca Municipal "Murilo Mendes" aborda diversidade sexual na literatura" (Mostra..., 2019). Evidencia-se que 18 livros foram selecionados para uma exposição no saguão de entrada da biblioteca, portanto um lugar de destaque na instituição. Entre os títulos destacados, há literatura juvenil, como "Garoto Encontra Garoto" de David Levithan; ou a literatura de James Baldwin, como "Terra Estranha". Ressalta-se que a notícia é de agosto de 2019 e que a mostra está articulada com os eventos da Rainbow Fest e da Semana Rainbow da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Em "Encontro Literatura & Diversidade acontece próximo sábado, dia 09, na Biblioteca Pública", recupera-se que a Biblioteca Pública do Ceará, "[...] em parceria com o For Rainbow – Festival de Cinema e Cultura da Diversidade Sexual

e de Gênero e a FLIDS – Festa Literária da Diversidade Sexual, [...]" realizou tal encontro, Literatura & Diversidade, no dia 9 de dezembro de 2023 (Encontro..., 2023). O evento contou com a presença de pessoas escritoras, entre elas Renan Quinalha, professor e ativista, ofereceram também com uma roda de conversa sobre "Literatura Cearense LGBTI+".

Percebe-se, tendo em vista as articulações com os coletivos e organizações da sociedade civil, o que pode ser considerado um engajamento ativo de pessoas bibliotecárias em parceria com grupos de ativismo social, conforme preconizam Silva, Vanin e Sales (2025). Esse elemento, repita-se, é fundamental para a adoção de uma abordagem centrada nos usuários que não deve se restringir apenas ao Mês do Orgulho ou outras datas. Trata-se de uma atitude calcada na responsabilidade social da pessoa bibliotecária; no compromisso da biblioteca pública com a cidadania, com a superação das formas de exclusão e desigualdade e com a transformação social; e no próprio fundamento da mediação da informação não apenas como simples ação de interferência, mas como um processo atravessado, por um lado, por objetivos, técnicas e suportes, evidentemente; e, por outro, atravessado por diferentes pessoas com diferentes necessidades, realidades e sonhos.

Postula-se, assim, que um programa contínuo de acolhimento e representação é fundamental, bem como que a mediação pode complementar as lutas já encampadas por organizações civis, organizações sociais, instituições públicas e políticas públicas. Tem-se em mente que esse redimensionamento do arcabouço de conhecimentos e

saberes dos indivíduos os leva a chave já esboçada por Gomes (2020) da tomada de consciência[6]. Trata-se de um aspecto formativo notável e, conforme Gomes (2020), calcado na dialogia, na abertura e no respeito ao outro e, sobretudo, no reconhecimento desse outro. O que essas notícias revelam, nessa linha, é que, minimamente, por meio dessas ações, lembram e evidenciam que pessoas LGBTQIAPN+ existem e têm o direito de estar na biblioteca.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Mas há ainda uma segunda perspectiva que nos permite pensar a relação entre biblioteca pública, identidade, enraizamento e sociabilidade. Estamos falando das referências intersubjetivas que seus usuários elaboram no momento em que analisam o poder de afetação que as mesmas exercem em suas vidas individuais. Influência que se mostra diretamente imbricada às interações e práticas de sociabilidade vivenciadas de maneira particular por cada sujeito no âmbito desses espaços. Elaborações forjadas tanto a partir das coleções e serviços ali disponibilizados, quanto das experiências trocadas com outros leitores e agentes que mobilizam e conferem dinamicidade

[6] Em perspectiva freiriana, é notável compreender tal categoria. Freire (2018) considera a conscientização como o processo de tomada de consciência. Nessa linha, há possibilidades de passagens da consciência, quais sejam, de uma consciência intransitiva para uma consciência transitiva-ingênua para uma consciência transitiva-crítica (Freire, 2018) que, evidentemente, é a objetivada por uma ação mediadora consciente.

> às ações que nela se desenvolvem (Silveira; Reis, 2017, p. 135).

Neste texto, buscou-se, em um primeiro momento, compreender os sentidos da biblioteca pública, sobretudo no que diz respeito à sua potência como equipamento de inclusão de pessoas LGBTQIAPN+. Aventou-se, ainda, que as pessoas que frequentam a biblioteca podem criar e fortalecer laços de identidade e pertencimento, ao se sentirem acolhidas e pertencentes a esse espaço. Em um segundo momento, a partir da identificação, descrição e análise de algumas notícias divulgadas em canais diversos da mídia ou em fontes de outras tipologias, arrolou-se um conjunto de ações realizadas por diferentes BP no Brasil que tratam, justamente, das pessoas LGBTQIAPN+.

Esse consiste em grupo excluído. A essas pessoas foram negados direitos básicos ao longo da história. A elas foi negado, inclusive, o direito de existir. Os dados do Grupo Gay da Bahia revelam que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Trata-se de um grupo que luta pelos seus direitos em meio a mundo de avanços e retrocessos. Verifica-se tal retrocesso, por exemplo, nas notícias que abrem este texto: a da remoção de obras sobre identidade trans das seções infantis de bibliotecas do Alabama, como se essa literatura fosse maléfica as crianças. No caso do Alabama, no sul dos Estados Unidos, rememora-se, ainda, o histórico de perseguição local a grupos socialmente oprimidos, por exemplo as pessoas negras. O sul daquele país, afinal, é um dos berços da segregação racial praticada por décadas no pós-abolição. No plano brasileiro, tal retrocesso está materializado

no discurso falso do kitgay ou na própria ação de retirada e descarte de livros considerados “perigosos” de estantes de bibliotecas públicas.

De todo modo, sublinha-se que bibliotecas públicas realizam ações que envolvem os saberes da comunidade. Sugestões de livros sobre a temática, apresentações de artistas LGBTQIAPN+, rodas de conversa com a participação de pessoas que compõem esse grupo, entre outras ações, são desenvolvidas e divulgadas na mídia. Contudo, reitera-se que essas ações não podem ser pontuais. É notável que componham uma agenda de preocupação relacionada às celebrações do Mês do Orgulho, mas o seu desenvolvimento não deve se restringir a essa data. Nessa linha, o estabelecimento de um programa de atividades direcionado a essas pessoas é uma responsabilidade da biblioteca. Aliada a missão da biblioteca pública está a mediação da informação, cujo próprio fundamento deve ser pautado no diálogo, no respeito e na vontade de que a apropriação da informação seja uma possibilidade para pessoas tão excluídas, de tal modo que formulem novas necessidades informacionais, tomem consciência do mundo que as cerca e produzam as armas que permitirão a transformação desse mundo para que seja mais bonito e mais justo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SAÚDE DF. *Ambulatório Trans do DF realiza 1º TransEncontro no auditório da Biblioteca Demonstrativa: evento acontece nesta quarta-feira (28), às 14 horas, em alusão ao mês da Visibilidade Trans.* [S. l.], 27 jan. 2026.

Notícia divulgada no sítio eletrônico da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/w/ambulat%C3%B3rio-trans-do-df-realiza-1%C2%BA-transencontro-no-audit%C3%B3rio-da-biblioteca-demonstrativa. Acesso em: 30 abr. 2026.

ALABAMA board votes to remove books about being transgender from public library youth sections. *CNN US*, [S. l.], 2025. Disponível em: https://edition.cnn.com/2025/11/21/us/alabama-public-libraries-books-transgender-hnk. Acesso em: 30 abr. 2026.

ALMEIDA, Arthur Henrique Feijó de. Políticas públicas para formação e desenvolvimento de coleções, comunidade LGBTQIA+ e representatividade: um estudo do acervo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 18, p. 1-22, 2022. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1790/1423. Acesso em: 30 abr. 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BOTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina, PR: Abecin, 2015. p. 9-32.

ATLAS da violência 2025. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

BIBLIOSP destaca obras LGBTQIA+ no mês do orgulho: seleção especial reúne títulos que abordam afetos, lutas e vivências da comunidade LGBTQIA+, promovendo reflexão, empatia e

inclusão por meio da leitura. [São Paulo], 27 jan. 2026. Notícia divulgada no sítio eletrônico da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/bibliosp-destaca-obras-lgbtqia-no-m%C3%AAs-do-orgulho. Acesso em: 30 abr. 2026.

BIBLIOTECA Pública do Estado promove atividades para celebrar Mês do Orgulho LGBTQIAP+. *Matinal Jornalismo*, Porto Alegre, 17 jun. 2022. Disponível em: https://www.matinaljornalismo.com.br/rogerlerina/notas/biblioteca-publica-do-estado-promove-atividades-para-celebrar-mes-do-orgulho-lgbtqiap/. Acesso em: 30 abr. 2026.

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 37-68.

DIA Nacional da Visibilidade Trans. *Wikipédia: a enciclopédia livre*, [S. l.], [2026?]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_Nacional_da_Visibilidade_Trans. Acesso em: 30 abr. 2026.

DRAG Queen Story Hour. *Wikipedia: The Free Encyclopedia*, [S. l.], [2026?]. Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/Drag_Queen_Story_Hour. Acesso em: 30 abr. 2026.

É #FAKE que Haddad criou 'kit gay' para crianças de seis anos: 'Kit gay' é apelido do projeto 'Escola sem homofobia', voltado a educadores e não a crianças; livro 'Aparelho Sexual e Cia' não fez parte do projeto e não foi usado em escolas. *G1*, [S. l.], 16 out. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml. Acesso em: 30 abr. 2026.

ENCONTRO Literatura & Diversidade acontece próximo sábado, dia 09, na Biblioteca Pública. [Fortaleza], 6 dez. 2023. Notícia divulgada no sítio eletrônico da Biblioteca Pública Estadual do Ceará. Disponível em: https://bece.cultura.ce.gov.br/encontro-literatura-diversidade-acontece-proximo-sabado-dia-09-na-biblioteca-publica/. Acesso em: 30 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Informação & Informação*, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 46-59, 2014. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/19090. Acesso em: 30 abr. 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. Disponível em:

https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57047/32516. Acesso em: 30 abr. 2026.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Observatório 2024 de mortes violentas de LGBT+ no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2025. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/2025/01/27/observatorio-2024-de-mortes-violentas-de-lgbt-no-brasil-grupo-ggb/. Acesso em: 30 abr. 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Manifesto da biblioteca pública IFLA-UNESCO 2022*. [S. l.]: IFLA, 2022. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247. Acesso em: 30 abr. 2026.

LIMONCIC, Flávio. *Estados Unidos no século XX*. São Paulo: Contexto, 2024.

LINDEMANN, Catia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. *Revista ACB:* Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 21, n. 3, p. 707-723, 2016. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211/pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

MACHADO, Elisa Campos; ELIAS JÚNIOR, Alberto Calil; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. esp., p. 115-127, out./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/8bvbmCWcDDVZdpDFfnRzn5B/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 abr. 2026.

MARTINS, Carlos Wellington. A cada LGBTI+ o seu livro?: identidade de gênero e sexualidade na biblioteconomia brasileira. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*, Natal, v. 6, p. 1-26, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/27728/15659. Acesso em: 30 abr. 2026.

MOSTRA na Biblioteca Municipal “Murilo Mendes” aborda diversidade sexual na literatura. [Juiz de Fora, MG], 16 ago. 2019. Notícia divulgada no sítio eletrônico da Prefeitura de Juiz de Fora. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=65651. Acesso em: 30 abr. 2026.

NOGUEIRA, Inês; REVEZ, Jorge. Queer Fear: o lugar da comunidade LGBTI+ na Biblioteca Municipal de Sintra. *Revista EDICIC*, San José, v. 3, n. 3, p. 1-14, 2023. Disponível em: https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/199/217. Acesso em: 30 abr. 2026.

PREFEITA bolsonarista de SC diz querer 'preservar a inocência das crianças' ao jogar livros no lixo e é criticada: 'censura': Juliana Maciel (PL) fez novo pronunciamento após o Ministério Público de Santa Catarina abrir investigação para apurar o descarte irregular dos exemplares chamados por ela de “porcarias”. *O Globo*, [S. l.], 20 abr. 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/04/20/prefeita-bolsonarista-de-sc-diz-querer-preservar-a-inocencia-das-criancas-ao-jogar-livros-no-lixo-e-e-criticada-censura.ghtml. Acesso em: 30 abr. 2026.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+:* uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SILVA, André Luiz Avelino da; VANIN, Luis Fernando; SALES, Rodrigo de. A função social das bibliotecas públicas no acesso à cidadania LGBTQIAPN+: uma leitura a partir da Biblioteconomia Social. *ConCI:* Convergências em Ciência da Informação, v. 8, n. esp., p. 1-34, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/23677/17863. Acesso em: 30 abr. 2026.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos. Venho aqui para existir: um exercício de leitura acerca das relações entre biblioteca pública, sociabilidade, enraizamento e identidade. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 114-139, out./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/CQYP5Yqkq8HgGqHJK8Q44cg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 abr. 2026.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da "vulnerabilidade em informação". *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187/3794. Acesso em: 30 abr. 2026.

SOBRE AS PESSOAS ORGANIZADORAS E AS PESSOAS AUTORAS

Barbara Angelica Colono
Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional e Especialista em Letramento Informacional: Educação para a Informação pela Universidade Federal de Goiás. Atua como bibliotecária na Biblioteca Pública Municipal Professora Olga Antunes Pedroso, Apucarana/PR.
Contato: barbara.colono@hotmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4817400260192727
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9311-3490

Carlos Robson Souza da Silva
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina. Bibliotecário-documentalista no Instituto Federal do Ceará, campus Cedro.
Contato: crobsonss@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1843747941427506
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6489-3210

Dalila Gimenes da Cruz
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina. Professora de cursos superiores na área de gestão no Núcleo de Educação a Distância (NEaD) da Universidade Pitágoras Unopar.
Contato: dalilagimenes@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0404450578168053

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6391-493X

Ilemar Christina Lansoni Wey Berti
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora Adjunta I no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência de Tecnologia (IBICT). Professora permanente do PPGCI/IBICT e do PPGCI/UEL.
Contato: christinaberti@ibict.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5248079505422092
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1222-6045

Jéssica Gabriela Tamião de Souza
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina. Atua nos cursos de Gestão e Marketing.
Contato: gabriela.stamiao@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1692002176915111
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7792-8921

Luciane de Fátima Beckman Cavalcante
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Pesquisadora Adjunta I no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência de Tecnologia (IBICT). Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT).
Contato: lucianecavalcante@ibict.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5012034338598304
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3314-003X

Mariana Augusta Martins Santos Pellicano
Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina. Auxiliar de arquivo no 3º Registro de Imóveis de Londrina.
Contato: mariana.augusta@uel.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0442280839369291
Orcid: https://orcid.org/0009-0007-3039-2948

Marta Lígia Pomim Valentim
Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora Titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Unesp.
Contato: valentim@valentim.pro.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1484808558396980
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4248-5934

Patrícia dos Santos Costa
Doutora em Ciência da Informação pelo IBICT-UFRJ. Bibliotecária-Documentalista da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde (BC/CCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Contato: patricia1scosta@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9076440138265869
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4539-4352

Rubia Luiza da Silva
Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI/IBICT/UFRJ. Bibliotecária, educadora, pesquisadora e curadora cultural.
Contato: rubialuiza.ds@gmail.com

Lattes: http://lattes.cnpq.br/4359086507867835
Orcid: https://orcid.org/0009-0007-6037-6260

Tainá Regly
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Contato: taina.regly@facc.ufrj.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5572586959935763
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5127-7013

Valquer Gandra
Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Contato: cleytonvalquer@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3848258502264847
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0476-1651

Victor Soares Rosa
Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI/IBICT/UFRJ).
Contato: victor.soares.rosa@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4914431334459165
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8387-4410

Informação, Cultura e Conhecimento nos Múltiplos Ambientes: Mediações reúne reflexões sobre os processos de mediação da informação, da cultura e do conhecimento em diferentes espaços, contextos e práticas sociais. A obra compreende a mediação como um processo dinâmico e não neutro, atravessado por sujeitos, culturas, territórios, tecnologias e relações de poder, destacando como diferentes ambientes participam da produção, circulação, apropriação e ressignificação da informação e do conhecimento. O livro também integra as celebrações dos dez anos do grupo de pesquisa, marcando uma trajetória de estudos, diálogos e contribuições para a Ciência da Informação e reafirmando o compromisso com a compreensão das múltiplas formas de mediação e de construção do conhecimento na sociedade.

ISBN: 978-65-86228-21-2